



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

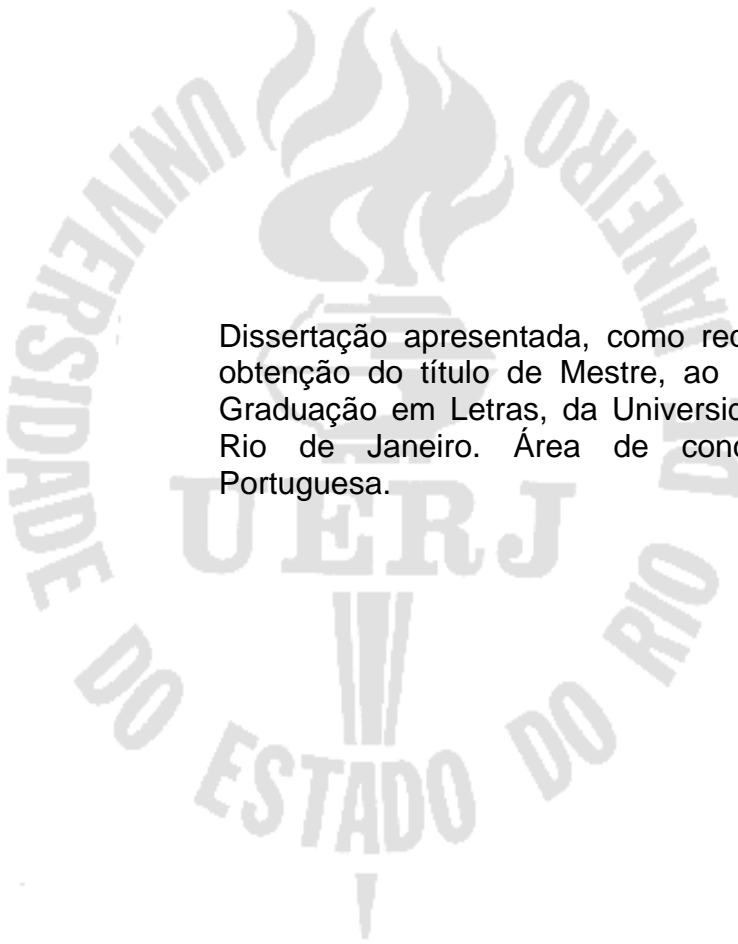
Anderson Ulisses dos Santos Nascimento

**Descrição da oração sem sujeito em língua portuguesa:  
função, caracterização e uso**

Rio de Janeiro  
2011

Anderson Ulisses dos Santos Nascimento

**Descrição da oração sem sujeito em língua portuguesa:  
função, caracterização e uso**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo

Rio de Janeiro

2011

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHB

N244	<p>Nascimento, Anderson Ulisses dos Santos</p> <p>Descrição da oração sem sujeito em língua portuguesa: função, caracterização e uso / Anderson Ulisses dos Santos Nascimento. – 2011. 307 f.</p> <p>Orientador: José Carlos Santos de Azeredo Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.</p> <p>1. Língua portuguesa – Orações – Teses. 2. Língua portuguesa – Verbos – Teses. 3. Língua portuguesa – Sujeito e predicado – Teses. 4. Língua portuguesa – Estudo e ensino – Teses. 5. Língua portuguesa – Brasil – Teses. I. Azeredo, José Carlos de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.</p> <p>CDU 806.90-561.51</p>
------	--

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Anderson Ulisses dos Santos Nascimento

**Descrição da oração sem sujeito em língua portuguesa:  
função, caracterização e uso**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Língua Portuguesa.

Aprovado em: 24 de fevereiro de 2011.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo (Orientador)  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. André Crim Valente  
Instituto de Letras da UERJ

---

Prof. Dr. Humberto Peixoto Menezes  
Faculdade de Letras da UFRJ

Rio de Janeiro

2011

## **DEDICATÓRIA**

**À minha mãe Gessy, que sempre se autossuperou em todas as formas de apoio que me ofertou.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao saudoso professor e amigo Carlos Tannus, importante sujeito de meu retorno ao meio acadêmico.

Ao caro professor Armando Gens, que sempre me estimulou ao crescimento. Ser mestre de mestres é ser essencialmente sujeito.

Ao orientador, mestre, estimulador e amigo Zé Carlos, que foi sujeito ímpar e imprescindível de todo esforço aqui materializado, desde a

primeira solicitação por auxílio na Pós-Graduação da UERJ, em um viés que em muito ultrapassa o intelectual, sendo, portanto, sujeito pleno desta dissertação.

Aos meus alunos, que me possibilitam abordar a língua como fato vivo para reflexão. Especialmente, àqueles que insistem em se fazer sujeitos de sua própria vida e, em especial da minha, retroalimentando assim minhas convicções pedagógicas, acerca da extensão humana da atividade docente.

Aos amigos Antônio José, Fábio Frohwein, Francisco de Assis, Paulo Guilbaud e Paulo Schueler pelos valiosos e inestimáveis auxílios, incluindo-se aí revisões de texto, ao longo do percurso de preparação da dissertação e em trabalhos correlatos à mesma, apresentados nesse ínterim.

Ao professor André Valente, pelo importante estímulo na reta final desta dissertação.

Aos queridos Ledilson Lopes, Myriam Athayde e Claudia Baima, sujeitos onipresentes de minha trajetória nos últimos anos.

À querida Abigail, vulga Tereza, que foi companhia e parceria destacada, fazendo-se sujeito deste meu processo, de forma virtual e telefônica, cotidianamente.

À Jaqueline Ferreira por me ajudar a ressignificar as múltiplas acepções de sujeito.

À Lise Sedrez, pelos prestimosos auxílios com a língua inglesa, madrugada adentro, direto da Califórnia e pelo envio de bibliografia de Stanford. Do virtual ao real, fazendo-se sujeito para mim.

A todos os amigos que foram importantes sujeitos do percurso de confecção desta dissertação, com suportes de variadas ordens do teórico ao afetivo.

Aos mestres do Instituto de Letras da UERJ que me ofereceram disciplinas valiosas ao aprendizado, cujos legados encontram-se presentes nesta dissertação, sob a forma de um olhar multifacetado sobre nosso objeto de estudo.

Às sempre atenciosas funcionárias e estagiárias da Secretaria de Pós-Graduação do Instituto de Letras que sempre me auxiliaram com disponibilidade ímpar.

A Thomas, D'Artagnan e Lullubelle IV, com carinho, por todo o conforto e aconchego propiciados.

A todos que vêm se fazendo sujeitos em minha vida.

Ao Clube de Regatas do Flamengo, que, subvertendo qualquer lógica apontada nesta dissertação, faz-se Força da Natureza em desconcertante plenitude. Eis um importante alento às dificuldades de várias ordens ocorridas em meio à preparação deste trabalho, sempre fazendo de mim sujeito, habitualmente, exitoso.



Aos que insistem em ser sujeitos em toda sua efetividade numa sociedade que oferece, sem jogos de palavras, a sujeição como fato inexorável.

**Poética I** (Carlos Drummond de Andrade)

De manhã escureço

De dia tardo

De tarde anoiteço

De noite ardo.

A oeste a morte

Contra quem vivo

Do sul cativo

O este é meu norte.

Outros que contem

Passo por passo:

Eu morro ontem

Nasço amanhã

Ando onde há espaço:

– Meu tempo é quando.

## Sintaxe À Vontade (O Teatro Mágico)

"Sem horas e sem dores  
Respeitável público pagão  
Bem vindo ao teatro mágico!  
sintaxe a vontade..."

Sem horas e sem dores  
Respeitável público pagão  
a partir de sempre  
toda cura pertence a nós  
toda resposta e dúvida  
todo sujeito é livre para conjugar o  
verbo [que quiser  
todo verbo é livre para ser direto ou  
indireto  
nenhum predicado será prejudicado  
nem tampouco a vírgula, nem a  
crase nem [a frase e ponto  
final!  
afinal, a má gramática da vida nos  
põe entre pausas, entre vírgulas  
e estar entre vírgulas pode ser  
aposto  
e eu aposto o oposto que vou  
cativar a [todos  
sendo apenas um sujeito simples

um sujeito e sua oração  
sua pressa e sua prece  
que a regência da paz sirva a todos nós...  
cegos [ou não  
que enxerguemos o fato  
de termos acessórios para nossa oração  
separados ou adjuntos, nominais ou não  
façamos parte do contexto da crônica  
e de todas as capas de edição especial  
sejamos também o anúncio da contra-  
capa  
mas ser a capa e ser contra-capas  
é a beleza da contradição  
é negar a si mesmo  
e negar a si mesmo  
é muitas vezes, encontrar-se com Deus  
com o teu Deus  
Sem horas e sem dores  
Que nesse encontro que acontece agora  
cada um possa se encontrar no outro  
até porque...  
tem horas que a gente se pergunta...  
por que é que não se junta  
tudo numa coisa só?

O ser humano vive no mundo como corpo, mas o mundo vive nele como linguagem

*José Carlos de Azeredo*

## RESUMO

NASCIMENTO, Anderson Ulisses S. *A oração sem sujeito em língua portuguesa: descrição, caracterização e uso*. 2011. 307f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

Oração sem sujeito é toda e qualquer oração destituída de SN sujeito, exceto nos casos em que tal SN encontra-se em elipse. Sua manifestação na língua pode se dar tanto em termos pessoais quanto impessoais. Estas incluem ocorrências essenciais, aqui chamadas de fenomenológicas e acidentais, denominadas impessoalizadas. Já aquelas se apresentam nos casos de indeterminação de agente por omissão do SN sujeito, tradicionalmente alcunhados casos de sujeito indeterminado e por meio do processo de ergativização em sua versão secundária, aquele que atua sobre verbos não causativos e tem sido porta de entrada à concretização de orações destituídas de SN sujeito no português brasileiro. Objetivamos neste trabalho a descrição de todas as estruturas apontadas, em termos de seus comportamentos morfossintáticos na língua, pois compreendemos que descrever a oração sem sujeito portuguesa é identificar contextos morfossintáticos de dispensa, em distintos graus, do SN sujeito. Para tanto, valemos de um enfoque prototípico da língua, através do qual dialogamos com a natureza escalar de nosso objeto de estudo.

Palavras-chave: Oração sem sujeito. Verbos fenomenológicos. Verbos impessoalizados. Construções pessoais. Construções ergativizadas.

## ABSTRACT

Subject-absent sentences are all and every sentence devoid of subject Nominal Phrase (NP), except in cases when NP is in ellipse. They occur in the language on personal or impersonal terms. On impersonal terms, they include essential occurrences, here called *phenomenological occurrences* and accidental occurrences, here called *a-personalized occurrences*. While on personal terms, they appear in cases of indetermination of the agent by omission of subject NP, also known as *indeterminate subject cases*, and through the ergativization process in their secondary version. This kind of ergativization process acts on non-causative verbs, and has been the basis for the construction of most sentences devoid of subject NP in Brazilian Portuguese. In this thesis, we describe all structures indicated above, in terms of their morphosyntactic behavior in the language, as we argue that to describe subject-absence sentence means to identify morphosyntactic contexts for exemption of the subject NP, in different degrees. For this goal, we make use of a prototypical approach to the language, through which we engage with the gradual nature of our object of study.

Keywords: Subject-absent sentence. Phenomenological verbs. A-personalized verbs. Personal sentences. Ergativized sentences.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Comparativo de autores e obras gramaticais (capítulo III) .....	80
Quadro 2- Sistematização da pesquisa junto aos alunos (capítulo IV) .....	88
Quadro 3- Um recorte da sistematização da pesquisa (capítulo IV) .....	89
Quadro 4- Orações sem sujeito em português (capítulo IV) .....	97
Quadro 5- Tipo de oração- quanto à estrutura sintagmática (capítulo IV) .....	99
Quadro 6- Verbos fenomenológicos (capítulo V) .....	127
Quadro 7- Levantamento feito em jornais sobre prototipicidade oracional (capítulo V) .....	132
Quadro 8- Estrutura fenomenológica <i>versus</i> estrutura dual (capítulo V) .....	136
Quadro 9- Ocorrências fenomenológicas em <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> (capítulo V) .....	138
Quadro 10- Ocorrências prototípicas em <i>Memórias póstumas de Brás Cubas</i> (capítulo V) .....	140
Quadro 11- Ocorrências fenomenológicas em <i>Vidas Secas</i> (capítulo V) .....	144
Quadro 12- Ocorrências prototípicas em <i>Vidas Secas</i> (capítulo V) .....	146
Quadro 13- Verbos existenciais impessoais e pessoais (capítulo VI) .....	166
Quadro 14: Verbos existenciais e apresentativos (capítulo VI) .....	169
Quadro 15- Verbo existencial/ transitório/ permanente/ possessivo em português (Avelar & Callou, 2007) (capítulo VI) .....	177
Quadro 16- Verbo existencial/ transitório/ permanente/ possessivo em comparação com outras línguas (Avelar & Callou, 2007) (capítulo VI) .....	177
Quadro 17- Verbo existencial/ locativo/ de posse (a partir de Clark, 1978) (capítulo VI) .....	179
Quadro 18- Verbo existencial/ transitório/ permanente/ possessivo/ locativo/ de posse (capítulo VI) .....	180
Quadro 19- Relação entre posse e existência I (capítulo VI) .....	184
Quadro 20- Relação entre posse e existência II (capítulo VI) .....	184
Quadro 21- <i>Ter</i> e <i>haver</i> em relações de posse- séc. XIII ao XVI (capítulo VI) .....	186
Quadro 22- <i>Ter</i> existencial (PB) <i>versus ter</i> possessivo (PE) (Kato, 2004 <i>apud</i> Avelar & Callou, 2007) (capítulo VI) .....	188
Quadro 23- Flexão verbal em PB em contextos mais informais (capítulo VI) .....	190
Quadro 24- Flexão verbal em PB em contextos mais formais (capítulo VI) .....	190
Quadro 25: <i>Haver/Ter/ Fazer</i> temporais (Vieira, 2008) (capítulo VI) .....	196
Quadro 26- <i>Ir</i> temporal (capítulo VI) .....	204
Quadro 27- Orações sem sujeito pessoais (capítulo VII) .....	236

Quadro 28- Pronomes pessoais latinos (capítulo VII) .....	242
Quadro 29- Valores do se (capítulo VII) .....	257
Quadro 30- Transitividade: traços sintáticos e semânticos (Abraçado, 2003) (capítulo VIII) .....	269
Quadro 31- Escala de impessoalidade verbal portuguesa (capítulo IX) .....	279



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Tira de <i>Mafalda</i> , de Quino (capítulo VII).....	217
--	-----

## SUMÁRIO

1	<b>PRESSUPOSTOS À DESCRIÇÃO</b> .....	20
1.1	<b>A identidade do projeto teórico</b> .....	20
1.2	<b>A prototipicidade como critério de análise linguística</b> .....	23
1.3	<b>Semântica <i>versus</i> sintaxe</b> .....	26
1.4	<b>O lugar da Gramática Tradicional</b> .....	28
1.5	<b>Ensino de língua portuguesa: descrição e reflexão</b> .....	30
2	<b>BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO METALINGUÍSTICO DE SUJEITO E SUAS IMPLICAÇÕES E PERMANÊNCIAS IDEOLÓGICAS, FILOSÓFICAS E GRAMATICAIS</b> .....	32
2.1	<b>Condições históricas para a eclosão dos estudos sobre linguagem</b> .....	32
2.2	<b>Platão e Aristóteles</b> .....	37
2.3	<b>A gramática grega helenística</b> .....	45
2.4	<b>Estudos gramaticais posteriores aos gregos</b> .....	51
2.5	<b>A centralidade do conceito de <i>sujeito</i> nos estudos gramaticais</b> .....	56
3	<b>OS CONCEITOS DE SUJEITO E ORAÇÃO SEM SUJEITO EM GRAMÁTICAS E COMPÊNDIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	62
3.1	<b>Gramáticas do séc. XIX até a <i>Norma Gramatical Brasileira (1959)</i></b> .....	62
3.1.1	<i>Grammatica Philosophica da Lingua Portugetza</i> , de Jerônimo Soares Barbosa .....	63
3.1.2	<i>Grammatica Descriptiva</i> , de Maximino Maciel .....	63
3.1.3	<i>Grammatica Portugetza</i> , de João Ribeiro .....	65
3.1.4	<i>Gramática Histórica da Língua Portuguesa</i> , de Said Ali e <i>Gramática Secundária da Língua Portuguesa</i> .....	66
3.2	<b>Gramáticas do séc. XX pós-NGB</b> .....	68
3.2.1	<i>Moderna Gramática Expositiva da Língua Portuguesa</i> , de Artur de Almeida Tôrres .....	69
3.2.2	<i>Gramática Metódica da Língua Portuguesa</i> , de Napoleão Mendes de Almeida .....	69
3.2.3	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara .....	70
3.2.4	<i>Gramática Normativa da Língua Portuguesa</i> , de Rocha Lima .....	71
3.2.5	<i>Nova gramática do Português Contemporâneo</i> , de Celso Cunha & Lindley Cintra .....	71

3.2.6	<i>Moderna Gramática Portuguesa</i> , de Evanildo Bechara (a partir da 37ª edição)	72
3.2.7	<i>Gramática escolar da língua portuguesa</i> , de Evanildo Bechara	72
3.2.8	<i>Gramática Mínima para o Domínio da Língua Padrão</i> , de Antônio Suarez Abreu	73
3.2.9	<i>Gramática Houaiss da Língua Portuguesa</i> , de José Carlos de Azeredo	74
3.2.10	<i>Gramática do Português Brasileiro</i> , de Mário Perini	74
3.2.11	<i>Nova Gramática do Português Brasileiro</i> , de Ataliba Castilho	75
3.3	<b>Gramática lusitana</b>	76
3.3.1	<i>Gramática da língua portuguesa</i> , de Mira Mateus <i>et al.</i>	76
3.4	<b>Dicionários de Linguística</b>	76
3.4.1	<i>Dicionário de Linguística</i> , de Jean Dubois	77
3.4.2	<i>Dicionário de Linguística e Fonética</i> , de David Crystal	78
3.4.3	<i>Dicionário de Linguística e Gramática</i> , de Joaquim Mattoso Camara Jr.	78
3.5	<b>Conclusões acerca do levantamento</b>	79
4	<b>UMA CONCEITUAÇÃO PARA ORAÇÃO SEM SUJEITO EM LÍNGUA PORTUGUESA</b>	85
4.1	<b>Conceito de sujeito</b>	85
4.2	<b>Prototipicidade da oração dual em língua portuguesa e o <i>status</i> e a estrutura da oração sem sujeito</b>	90
4.3	<b>Subconjuntos de oração sem sujeito em língua portuguesa, especialmente na vertente brasileira</b>	95
4.4	<b>Morfossintaxe das orações sem sujeito em português</b>	99
4.5	<b>Problemas terminológicos em torno da descrição da oração sem sujeito</b>	104
5	<b>ORAÇÕES SEM SUJEITO IMPESSOAIS ESSENCIAIS: AS CONSTRUÇÕES FENOMENOLÓGICAS</b>	109
5.1	<b>A natureza das construções fenomenológicas em português</b>	109
5.2	<b>Reconstituição estilística e/ou comunicacional da estrutura dual prototípica da língua</b>	127
6	<b>ORAÇÕES SEM SUJEITO IMPESSOAIS ACIDENTAIS: AS CONSTRUÇÕES IMPESSOALIZADAS</b>	152

6.1	<b>História e gramaticalização</b> .....	152
6.2	<b>Impessoalidade factual na língua</b> .....	157
6.3	<b>Verbos apresentativos e existenciais: convergências e divergências</b> .....	165
6.4	<b>Relações de posse, existência, estado permanente e estado transitório</b> .....	174
6.5	<b>Análise dos verbos impessoalizados</b> .....	185
6.5.1	<i>Haver e ter</i> existenciais .....	185
6.5.2	<i>Ser e estar</i> .....	192
6.5.3	<i>Ter, haver e fazer</i> temporais .....	196
6.5.4	<i>Ir</i> .....	203
6.5.5	<i>Dar</i> .....	205
6.5.6	<i>Faltar</i> .....	206
6.5.7	<i>Basta de/ chega de</i> .....	208
6.5.8	<i>Tratar-se de</i> .....	209
6.5.9	Construções em rota interjetiva .....	211
6.5.10	Outros possíveis casos de impessoalização .....	212
6.5.11	Considerações gerais sobre os verbos impessoalizados .....	214
7	<b>ORAÇÕES SEM SUJEITO PESSOAIS DE AGENTE INDETERMINADO</b> ....	215
7.1	“Sujeito” indeterminado <i>versus</i> agente indeterminado .....	215
7.2	<b>Um breve levantamento de casos de indeterminação de agente na língua</b> . .....	217
7.3	<b>Construções em 3ª pessoa do plural <i>versus</i> construções com se</b> .....	230
7.4	<b>Construções em se e a questão indeterminação <i>versus</i> apassivação</b> .....	237
8	<b>O FENÔMENO DA ERGATIVIDADE EM LÍNGUA PORTUGUESA E A ORAÇÃO SEM SUJEITO</b> .....	258
8.1	<b>Conceito de ergatividade e sua caracterização em língua portuguesa</b> .....	258
8.2	<b>Ergatividade secundária em português e produtividade de orações sem sujeito</b> .....	268
8.3	<b>Alternância locativa em língua portuguesa e gramaticalização de sujeitos</b> .....	271
9	<b>O CONTINUUM DE IMPESSOALIDADE EM LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	278

10      **CONCLUSÃO** .....284

**REFERÊNCIAS** ..... 294

## 1 PRESSUPOSTOS À DESCRIÇÃO

### 1.1 A identidade do projeto teórico

Eis-nos à abertura de nossa dissertação perante a necessária tarefa de apresentar e comprovar a justeza do objeto aqui escolhido para a elaboração teórica que se seguirá por uma considerável extensão de páginas vindouras. O tema aqui abordado é o da oração sem sujeito em língua portuguesa. Esse assunto tem se caracterizado, nas descrições correntes de língua portuguesa, tanto nas tradicionais quanto na maior parte daquelas voltadas à pesquisa linguística, como fato marginal. cremos que, em função disso, não há o devido aprofundamento de tal tema. Não é à toa que escassos são os materiais voltados à análise de tal estruturação sintática em nossa língua.

Feita a constatação de tal lacuna, voltamo-nos à busca de fontes, ainda que restritas para conseguirmos, assim, montar um painel acerca de tal organização oracional *sui generis*, sem dúvida, mas completamente encaixada no sistema linguístico português. Pretendemos constatar que a oração sem sujeito corresponde a uma estruturação sintática mais frequente do que habitualmente se aponta. É verdade que nossa própria compreensão do que seja oração sem sujeito apresenta considerável expansão em relação aos enfoques majoritariamente feitos sobre essa. Ainda assim, verificamos que, ao menos no português brasileiro (PB), esta configuração oracional atravessa fantástica expansão, devido a fenômenos linguísticos bem característicos de nossa vertente portuguesa.

Nosso trabalho acabou por se identificar mais fortemente com o PB, sobretudo, como consequência da própria pesquisa que apontou para maior relevância e força de dada vertente de construções sem sujeito em nossa variedade em comparação com o português europeu (PE). É importante frisar que todos estes fatos e fenômenos aqui aludidos receberão esclarecimentos e tratamentos devidamente oportunos nos capítulos, pontos e itens pertinentes.

A oração sem sujeito está longe de ser dado linguístico tão somente afeito à nossa língua. Pelo contrário, encontramos-la em vários outros idiomas, mas, em português, especialmente no PB, verificamos aí um nível de produtividade que,

muitas vezes, passa despercebido por estudos gramaticais/linguísticos, tanto os de outrora quanto os atuais.

É fato hoje bastante notório que o PB favorece o preenchimento da posição de sujeito. No entanto, apontamos, em nossa pesquisa, que, ao mesmo tempo, há, em nossa modalidade de português, permissividade a estruturas sem sujeito. Em outras palavras, mais apropriado seria dizermos que o PB favorece o preenchimento do lugar sintático de sujeito nas orações, prototípicas por sinal, que o admitem. Trata-se então de um caso claro de explicitação, ora corrente no PB, desse mesmo sujeito. O nosso objetivo central de pesquisa é, portanto, constatar a extensão do que é oração sem sujeito, especialmente no PB, com a descrição pertinente à mesma, tendo por referencial, necessariamente, a reflexão acerca do uso linguístico.

Abdicamos de um *corpus* para análise. Julgamos que a utilização de um poderia nos trazer restrições à observação do fenômeno em questão, uma vez que seria por demais dificultoso incorporá-lo ao lidarmos com um objeto que caracterizamos como profundamente heterogêneo. Acabaríamos, então, por ter um *corpus* de certo modo artificializado, pois que seria tão somente para atestação e/ou exemplificação. Para a consecução de nossos intentos descritivos, precisamos nos debruçar sobre construções de estruturações muito diversas e abrangentes. Desta forma, optamos por um trabalho situado na esfera teórica que recorrerá a exemplos verossímeis sempre que necessário, tendo sua base na língua em uso, especialmente no Brasil. À língua padrão, reservamos o papel de interlocutora sempre que se façam necessárias divergências ou convergências quanto à mesma, bem como à sua descrição. Acerca da modalidade de língua, buscaremos apontar os dados em que se verifica discrepância entre a fala e a escrita com reflexos nos nossos dados de observação e em nossas conclusões teóricas.

Em verdade, não houve uma exclusão total de *corpora* de pesquisa. Utilizamos-nos destes apenas no ponto em que fazemos uma apreciação estilística da língua portuguesa, na forma de fontes literárias e jornalísticas de utilização de dado tipo de oração sem sujeito.

Valemo-nos de estudos e orientações teóricas distintas para a composição de nosso quadro descritivo da oração sem sujeito em língua portuguesa. Contamos com aporte teórico de estudos de história da língua, de mudança e variação linguísticas, de gramaticalização, de aquisição linguística, de comparativismo gramatical, de estudos de valências verbais por meio da Gramática de Casos. Os

autores por nós estudados abarcam de orientações gerativistas a funcionalistas. Há destaque especial para todo o conjunto de gramáticos e autores voltados à descrição linguística em geral, desde final do século XIX até nosso início de século XXI. Ainda voltamo-nos a obras de referência histórica mais remota, especialmente para a composição dos capítulos II e III. Essas são as principais referências gerais a que recorreremos para a montagem de nosso painel teórico e descritivo da oração sem sujeito em língua portuguesa.

Em tempo, julgamos oportuna a apresentação da sequenciação e dos conteúdos de capítulos que se seguirão em nossa dissertação. No próximo capítulo, adentraremos a história dos estudos gramaticais, em sua gênese grega, da sociedade helênica à helenística. Partindo do contexto histórico que permeia a ainda *pólis* grega, abordaremos a identidade que desde o princípio se estabeleceu entre os conceitos metalinguísticos de substantivo e de sujeito, outrossim, a emergência dos estudos sintáticos e a centralidade do sujeito como conceito gramatical.

Já no capítulo III, voltaremos nossa atenção à descrição que diferentes autores de outrora, de um passado recente ou atuais deram para os conceitos de sujeito e de oração sem sujeito. Tal capítulo consistirá, fundamentalmente, em um levantamento acerca de tais definições/conceituações e das conclusões que daí podem advir sobre os tópicos em discussão.

No capítulo IV, enfim, conceituaremos nosso objeto de estudo – a oração sem sujeito portuguesa –, delineando sua constituição em díspares concretizações linguísticas, todas elas tendo em comum a ausência estrutural de SN sujeito.

Nosso capítulo V versará sobre o primeiro tipo de oração sem sujeito que abordaremos, as formadas pelos verbos por nós denominados fenomenológicos. Esses são descritos pela Gramática Tradicional como verbos indicativos de fenômenos da natureza. Nesse capítulo, valer-nos-emos, como já informado, de *corpus* coligido em jornais de grande circulação nacional, bem como de duas obras literárias para a consecução de discussão estilística pertinente ao ponto.

O capítulo VI tratará dos verbos por nós denominados impessoalizados. Buscaremos sobre esses verbos, seja em sua historicidade, seja em sua manifestação atual, traços que permitam caracterizá-los como formas gramaticalizadas dentro da língua, desde a cognição até a estruturação morfológica.

Todo o quadro do que a descrição gramatical tradicional trata por sujeito indeterminado será por nós problematizado no capítulo VII. Com olhar voltado à



história da língua, à estilística, à intuição do falante, à morfossintaxe, debruçar-nos-emos sobre as polêmicas descritivas que envolvem tal item.

O processo de ergativização, em curso no PB, ocupará nossas preocupações analíticas no capítulo VIII, quando esmiuçaremos em termos teóricos o que tal processo vem a ser e suas causas e consequências mais efetivas em nossa variedade de português.

Proporemos no capítulo IX uma análise escalar do fenômeno de impessoalidade e sua vinculação ou não à presença do SN sujeito de forma sistemática. Para isso, apresentaremos uma proposta de esquematização à compreensão dos níveis verbais de impessoalidade vigentes no português atual.

No capítulo X, buscaremos uma necessária vinculação entre a discussão teórica, por nós levantada ao longo de todo este trabalho, e o ensino de língua portuguesa, em níveis fundamental e médio.

Por fim, esse capítulo, como invariavelmente precisa se dar, conclui nosso estudo.

Metodologicamente, buscaremos situar nosso objeto diacrônica e sincronicamente, com o aporte dos estudos que já aqui mencionamos, para, a partir daí, conceituá-lo como conjunto e também em suas estruturas subespecificadas. Após isso, procederemos à análise descritiva de cada uma das mesmas e, então, proporemos uma escala para graduação das manifestações impessoais em língua portuguesa. Toda essa descrição será ainda problematizada em termos de ensino de língua materna.

Precisamos ainda esclarecer uma série de pressupostos que orienta nossa investigação, o que faremos nos pontos seguintes.

## **1.2 A prototipicidade como critério de análise linguística**

Nosso contato com a Teoria dos Protótipos deu-se de forma indireta, por meio de Pontes (1986). Neste item, pretendemos caracterizar a descrição e a conceituação prototípicas como as mais acertadas, em se tratando de um objeto de análise de natureza escalar como é a língua. Neste ponto, embora seja uma colocação que nada de novo apresente, é inevitável a comparação com as ciências

exatas. Essas lidam com objetos indiscutivelmente discretos, ainda que os mesmos sejam fruto de abstrações complexas, como é o caso do que se dá em Matemática ou ainda que tais objetos sequer tenham a sua existência atestada, como vemos hoje na Física e em sua busca pelo bóson de Higgs, partícula subatômica fundamental à continuidade de toda uma teorização e comprobatória de muitíssimos cálculos e modelos da mecânica quântica.

Ciências voltadas às humanidades, pelo contrário, mesmo em face do elemento mais claramente existente, não contam com a possibilidade de um olhar tão focal, pois o objeto, em si, dispersa-se em meio à humanidade da qual o mesmo emerge. Nesse caso, podemos perceber, por detrás de cada um desses objetos a se estudar, um *continuum* que nos apresentará exemplares mais típicos e outros mais periféricos de dada postulação, com membros devidamente intermediários nesse gradiente conceitual.

Às ciências ditas exatas, servem, ainda que nem sempre, modelos descritivos do tipo exemplar ou probabilístico. Este corresponderia a definições que são aplicáveis à maioria dos elementos de uma determinada classe. Uma minoria ficaria excluída de tais definições, como consequência da própria lógica probabilística. Dessa maneira, uma definição representaria, em síntese, toda uma classe. Já aquela se alicerçaria na utilização e retenção de exemplos como forma de categorização. Segundo tal ponto de vista, representar um conceito/definição seria dar à prova exemplos do mesmo.

Pontes<sup>1</sup> faz a seguinte crítica aos modelos probabilístico e exemplar: “[...] como representar todo o conhecimento em conceitos; como restringir as propriedades possíveis; como dar conta dos efeitos de contexto.”

Note-se que, em termos de estudos paracientíficos<sup>2</sup> de descrição linguística, vigentes ao longo da esmagadora maior parte de uma história que, no Ocidente, começa no séc. II a.C., os modelos probabilístico e exemplar são de produtividade até hoje perceptíveis. Muito do ensino de língua se faz por meio de exemplificação como aporte para a consolidação de conceitos. Também verificamos, no ensino mais tradicional sobretudo, a equivocada pretensão de fornecer conceitos universais para o trato da descrição linguística.

---

<sup>1</sup> PONTES: 1986, p. 114.

<sup>2</sup> Usamos tal expressão não em sentido pejorativo, mas em reconhecimento à não existência de aparato científico que consubstanciasse cenário outro. Nesse sentido, remetemo-nos à concepção de Camara Jr. (1986) sobre estudos paralinguísticos.

Pontes,<sup>3</sup> citando Smith e Medin, diz-nos, acerca da noção do que seja protótipo:

1) uma representação de um conceito *ou* parte desta representação, que reflete alguma medida da tendência central das propriedades ou dos exemplos, ou padrões; 2) conseqüentemente<sup>4</sup> é mais semelhante a alguns membros de conceitos que a outros; e 3) é ela mesma realizável como um exemplo.<sup>5</sup>

Exemplo interessante que a autora dá-nos é o da categorização das aves, em que menciona o traço [+voar] como prototípico das mesmas. Assim, mencionando teste psicológico, apresenta-nos o dado de que passarinho é mais rapidamente alistado como ave do que galinha. Tal princípio pode ser bastante generalizado. Ainda no campo dos animais, pensemos que uma ave como o quivi, que habita a Nova Zelândia, sequer possui asas. É, portanto, um membro bastante periférico em relação ao protótipo de ave. Ainda nesse campo, com certeza, o protótipo de mamíferos abarca marginalmente o ornitorrinco, em contraposição a outros exemplares muitíssimo mais característicos dessa classe de vertebrados. Contrastemos esse princípio com um exemplo recente ofertado pelas ciências exatas: a perda do *status* de planeta, que fora atribuído a Plutão em 1930, na Assembleia Geral da União Astronômica Internacional, ocorrida em Praga em 2006. Essa reclassificação que exclui o outrora último planeta de nosso sistema solar foi devida a uma redefinição categórica do que venha a ser planeta. Em um modelo prototípico, poderia ser Plutão tomado como membro periférico.

Enfim, a questão da identificação de um protótipo é de natureza cognitiva, correspondendo à própria apreensão da realidade. Ao citar os pesquisadores Rosch e Mervis,<sup>6</sup> Pontes afirma que “[...] as crianças aprendem primeiro os membros típicos de cada conceito [...]”.<sup>7</sup> Assim, o protótipo corresponde a um verdadeiro ponto de referência cognitiva. Segundo Duque (s.d.), parafraseando Rosch:

a) Os membros prototípicos são categorizados mais rapidamente que os membros não prototípicos;

<sup>3</sup> *Idem: ibidem*, p. 115.

<sup>4</sup> Adotaremos como procedimento geral, em toda esta dissertação, a manutenção do padrão ortográfico encontrado na respectiva publicação em uso por nós, para todas as citações aqui utilizadas.

<sup>5</sup> SMITH & MEDIN *apud* PONTES: 1986.

<sup>6</sup> ROSCH & MERVIS *apud* SMITH & MEDIN *apud* PONTES: 1986.

<sup>7</sup> PONTES: 1986, p. 104.

- b) Os membros prototípicos são os que as crianças aprendem primeiro;
- c) Os membros prototípicos são os primeiros mencionados, quando solicitamos aos falantes que listem todos os membros de uma categoria;
- d) Os protótipos servem de ponto de referência cognitiva. Por exemplo, uma elipse é quase um círculo, em que círculo é tomado como referência;
- e) Geralmente, quando o que se pede é a enumeração dos primeiros membros de uma categoria, os protótipos aparecem mencionados em primeiro lugar.

Não pretendemos aqui esmiuçar a Teoria dos Protótipos, uma vez que nossos objetivos não são de aprofundamento em estudos semânticos/cognitivos. Interessa-nos tão somente expor em linhas gerais o porquê de nossa preferência por esse modelo ao longo de nossa descrição. Tal preferência, a nosso ver, municia-nos de vantagens, uma vez que encaramos a língua como o objeto real que ela é, constituída de vários *continua* que variam de inúmeras maneiras, em função de contexto imediato, envolvendo localização social, regional, etária, época, intencionalidade, escolaridade, etc. Enfim, a língua é, incontestemente, escalar.

### 1.3 Semântica *versus* sintaxe

É preciso estabelecer para a consecução de nosso trabalho os limites e interação entre componentes semânticos e sintáticos que aqui adotaremos como referencial de abordagem.

Em primeiro lugar, mais adequado é falarmos em morfossintaxe, uma vez que lidaremos com um conjunto de mecanismos que operam, em verdade, nesse estrato e não apenas na ordenação sintática *stricto sensu*.

Quanto à interação entre morfossintaxe e semântica, não vemos um estatuto autônomo daquela em relação a esta. Pelo contrário, tudo na língua, sistema semiótico mais complexo e sofisticado de que se tem notícia, tem na significação seu fundamento e seu propósito. Nada, em tais termos, pode, portanto, dar-se de modo alheio à construção da esfera de significação. Em nossa visão, considerado hierarquicamente superior, o meio semântico é o que gera demandas a serem concretizadas por meio de quaisquer outras esferas que façam parte do sistema

linguístico. Assim, a semântica rege os mecanismos superficiais ou profundos do nível morfossintático. A sintaxe, pois, está submetida à semântica, mas opera seu próprio instrumental. É isso que pretendemos acessar, sem ignorarmos os transbordamentos, intercâmbios de planos e consequências que daí decorrem. Em outras palavras, tencionamos proceder a uma descrição que situe a morfossintaxe no alcance de seus próprios mecanismos. Não objetivamos recorrer a artificialismos e malabarismos semânticos para dar conta de dada dificuldade de explicitação teórica quanto ao funcionamento de articuladores na malha morfossintática da língua. A semântica é ponto de partida ou de chegada de nossa descrição em muitos momentos, mas não se constitui como meio de contornar, comodamente, desafios descritivos da alçada morfológica ou sintática. A esse respeito e com semelhante preocupação, Said Ali já escrevera há mais de um século, em 1895,<sup>8</sup> para a *Revista Brasileira*:

[...] Em vez de aceitarmos os phenomenos linguisticos taes quaes se apresentam, andamos geralmente a procurar fóra da linguagem um termo reclamado por um principio aprioristico, fingindo portanto um sujeito, ou então substituindo uma frase por outra, linguisticamente diferente, em vez de analysar a primeira, analysamos a segunda. Em outras palavras: nós não analysamos; sophismamos a analyse. (BECHARA, 2005, p. 385)

Como já dissemos, é ingênuo abstrair o componente semântico da análise linguística, não importando em que esfera a mesma se dê, já que a significação é a finalidade de qualquer sistema linguístico. Contudo, não queremos interpenetrar, e frisamos isto, a morfossintaxe e a semântica, sem critérios de segmentação e hierarquização. Intentamos aqui uma descrição morfossintática, sem “semantismos”, ou seja, buscaremos a identificação de operadores morfológicos e sintáticos que justifiquem a concretização desta ou daquela demanda semântica. Enfim, a necessidade de construção desta ou daquela significação demanda exigências a serem satisfeitas por toda uma ordem de instrumentos linguísticos, e assim se dá com a que aqui privilegiaremos: a morfossintática, sem abdicarmos das esferas fonológica, pragmática, discursiva, dentre outras; lidaremos com a identificação de que mecanismos são acionados para dada necessidade de construção significativa.

---

<sup>8</sup> Consultamos a edição fac-similar. Cf. BECHARA (2005).

#### 1.4 O lugar da Gramática Tradicional

É preciso situarmos nossa visão acerca da chamada Gramática Tradicional em nosso trabalho. Já há bastante tempo que, em nossas pesquisas linguísticas, apontam-se, reiteradamente, dois grandes problemas acerca dessa Gramática Tradicional: uma série apreciável de descrições linguísticas inconsistentes e o papel prescritivo/proscritivo a que a mesma se propõe, em termos de regulação dos usos da língua.

Antes de abordarmos os dois senões referentes à Gramática Tradicional, ocupemo-nos de melhor caracterizá-la. Parece-nos claro que à mesma é atribuído um *status* de ente. Daí nossa opção pela utilização de maiúsculas quando da citação a ela. Assim, nossas menções não dizem respeito a essa ou àquela gramática tradicional em especial, mas sim a um conjunto de obras e, sobretudo, de pensamentos que têm como traço comum a proposição de meios de controle sobre o uso da língua, em proveito da variedade linguística de prestígio social. Aos demais usos linguísticos existentes na sociedade, são reservados juízos de valor em diferentes graus. Compreendemos que o conjunto abarcado sob a mesma denominação histórica de Gramática Tradicional abrange um universo muito heterogêneo de visões e tendências. Não se pode dizer que, ao longo dos últimos vinte e dois séculos, exista um padrão retilíneo e uniforme de produção/descrição/normatização linguística. Mesmo em tempos mais recentes, ao olharmos o exemplo de nosso país, percebemos, por exemplo, nas gramáticas anteriores à conformação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, diversidades quanto à análise linguística. Portanto, reconhecemos que a referência genérica a esse ente Gramática Tradicional contém imprecisões e simplificações, mas notamos, no uso de tal expressão, uma consagração que busca contrapor tais estudos àqueles mais rigorosamente científicos. Aceitando tal contraposição e tendo feito nossas ressalvas, valer-nos-emos também dessa expressão.

Retornando às duas grandes “obstacularizações” à Gramática Tradicional, tratemos primeiro de seu caráter normativo. Como veremos a seguir, os estudos gramaticais do Ocidente nascem na Grécia, no período helenístico, num contexto de fragmentação da *pólis*. Nesse momento histórico, vigorava, na sociedade grega, um

sentimento de que se perdera o fulgor artístico, intelectual, político e social daquela mesma sociedade. Assim, buscou-se, nas primeiras descrições gramaticais, de caráter efetivamente linguístico e não filosófico, um modelo de língua identificado com esse período grandioso de tal sociedade. Tratava-se de resgatar o esplendor da sociedade helênica por meio de um modelo de língua. Para tanto, a escolha recaiu sobre o dialeto que mais se caracterizava como de um exemplo exitoso no mundo grego, o ático do séc. III a.C.. Tal uso da língua precisava, nessa visão gramatical primordial, ser preservado para que não se perdesse todo o vigor da própria cultura grega. Portanto, a gramática nasce normativa. Todos sabemos, com clareza, da necessidade de uma norma linguística como instrumento da própria perpetuação linguística em sociedades não ágrafas. Tal legado nos foi ofertado pelos gregos e, com ele, uma apreciável dose de postura prescritiva/proscritiva que se perpetuou, por dois milênios. A discussão sobre a possibilidade de uma norma sem prescrição se espraia para além do estritamente linguístico, alcançando facilmente os campos sociológico e histórico. Nossa preocupação agora, contudo, é tão somente de situar o traço prescritivo da Gramática Tradicional em termos históricos.

A segunda grande crítica à Gramática Tradicional diz respeito à falta de consistência de muitas de suas descrições. Primeiramente, é preciso atentarmos para o fato óbvio de que a postura prescritiva tem responsabilidade por parte de tais inconsistências, uma vez que cria a necessidade de se justificar tal indicação de uso linguístico “custe o que custar”, mesmo que ao preço da incoerência de critérios. Por outro lado, é preciso reconhecermos que há aí a própria insuficiência de instrumentos propícios ao que seria necessário a uma análise minimamente científica. A descrição gramatical tradicional não contou, na maior parte de sua história, com aparato que lhe possibilitasse um olhar mais acurado para a descrição mesmo da norma linguística. Se levarmos isso apropriadamente em consideração, temos que reconhecer que a descrição gramatical tradicional tem o mérito de uma intuição linguística apreciável para a investigação de vários itens. De alguns desses, trataremos ao longo de nossa dissertação.

Enfim, feita a caracterização da Gramática Tradicional, de nossa visão acerca da mesma e do papel por ela cumprido, ressalve-se que, sempre que formos nos referir apenas ao aspecto da descrição linguística nela ensejada, preferiremos a expressão *descrição gramatical tradicional*. Reservaremos o termo *Gramática*

*Tradicional* à referência de conjunto tanto à descrição quanto à prescrição feitas por ela.

### **1.5 Ensino de língua portuguesa: reflexão e descrição**

Nossa pesquisa visa à descrição e compreensão do fenômeno sintático da configuração da oração sem sujeito em português. Não obstante, não descartamos que possamos fazer aqui apontamentos e deixar contribuições para o ensino de língua portuguesa. Mais do que isso, propomo-nos, desde nossa abordagem inicial, a dialogar com tal perspectiva.

A nosso ver, há duas orientações que não se dissociam do ensino sólido da língua: descrição e reflexão. Da descrição, buscaremos dar conta no conjunto de nossa investigação. Dado esse passo, é preciso avançarmos no sentido de tornar consciente o manuseio dos vários mecanismos que a língua oferece para a tarefa contínua da significação, com todos os seus múltiplos alastramentos. É nesse ponto que reside a reflexão linguística, tarefa que diz respeito, fundamentalmente, ao ensino e à aprendizagem de língua. Portanto, teremos em vista tal percurso reflexivo, na condução da exposição de nossas observações e conclusões de pesquisa. Desejamos assim, com sólido suporte descritivo e inclinação que vise à reflexão linguística, dar nossa contribuição tanto ao campo da pesquisa em língua portuguesa quanto à perspectiva de ensino e aprendizagem da mesma por meio de uma abordagem reflexiva acerca do nosso idioma.

No que tange à especificidade da oração sem sujeito, há várias lacunas e incoerências que apontaremos, ao longo de toda a nossa dissertação. Há problemas de ordem terminológica, de evidente falta de clareza entre as fronteiras morfossintática e semântica, de equívocos analíticos, de imprecisão na avaliação de dados históricos, de um recorte insuficiente do que sejam as construções aqui em estudo, para ficarmos apenas nos pontos que emergem mais candentemente como problemáticos. É preciso, ao mesmo tempo, reconhecer que tais deficiências não se atribuem tão somente à descrição gramatical tradicional. A crença de que as orações sem sujeito componham uma segmentação marginal e rebarbativa em nossa língua



relegou-a a toda uma limitação de descrições que se faz perceptível também no campo das pesquisas linguísticas.

Com os vieses de uma descrição abrangente e, esperamos, cientificamente adequada, queremos deixar uma contribuição que igualmente sirva, de modo dialético, à pesquisa, tendo em vista a finalidade de reflexão a partir do uso, uma vez que ensino e pesquisa precisam se retroalimentar vivamente para o vigor de ambos.

Destacamos também a ênfase de nossa abordagem, mais voltada ao PB. Nesse sentido, cabe ressaltar que a opção pelo termo *variedade* em lugar de *variante* reconhece PB e PE em termos de igualdade, em relação ao ente denominado língua portuguesa, sistema esse que incluiria o conjunto das possibilidades atestadas hoje ou no passado em nosso idioma, em todo o globo, lembrando-nos das modalidades africanas, além das orientais. Nesse ponto, engajamo-nos, pois, na defesa da reflexão acerca de uma língua portuguesa que dê conta dos fenômenos correntemente brasileiros, sem obliterarmos, com isso, o necessário estudo da norma culta de nossa variedade. Convém ainda dizermos que também não é possível conciliar um reconhecimento das riquezas linguísticas do português *in terra brasilis* com qualquer vestígio de “protoxenofobia” à variedade lusa, com suas especificidades também, mais conservadora em alguns pontos, mais inovadora em outros. O interesse enfático no PB está, indissociavelmente, relacionado à prioridade ao uso, que, de uma vez por todas, precisa entrar, nas salas de aula de Português, pela porta da frente.

Por fim, cremos que a reflexão linguística ancorada no uso é o instrumento que pode servir ao objetivo mais elevado que o ensino de língua deve(ria) ter: levar seus falantes, que, em nosso caso, amam, brigam, desesperam-se, animam-se, sonham, enfim, vivem em português, à tarefa básica de se assenhorearem de sua própria língua. Essa meta não é apenas parte de uma reflexão linguística, seja na área de Sociolinguística ou de Política Linguística ou ainda outras mais. Tal intento diz respeito a um nível sociopolítico profundo, com vastíssimas possibilidades de repercussões ideológicas. Afinal, a língua compõe todo o quadro ideológico de qualquer sociedade e de seus falantes.

## 2 BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO METALINGUÍSTICO DE SUJEITO E SUAS IMPLICAÇÕES E PERMANÊNCIAS IDEOLÓGICAS, FILOSÓFICAS E GRAMATICAIS

### 2.1 Condições históricas para a eclosão dos estudos sobre linguagem

Nosso percurso de exploração da história do conceito metalinguístico de sujeito toma como ponto de partida o contexto histórico da *pólis* grega<sup>9</sup> florescente e vivaz. Aí se inserem dois nomes fundamentais para a discussão desse trajeto: Platão (428/27- 347 a.C.) e Aristóteles (384-322 a.C.). Na verdade, ambos podem ser considerados os primeiros dois autores efetivamente datáveis a nos apresentar a demandas filosóficas que acabariam por constituir o conceito de sujeito, tal qual foi apropriado pelos estudos da linguagem.

Então, partindo do contexto contemporâneo a esses dois pensadores, buscaremos qualificar os valores da sociedade ateniense que lhe permitiram hegemonização do mundo helênico.

Também nos interessa perceber como o termo ὑπόστασις (*hypóstasis*)<sup>10</sup> assumiu os sentidos que compõem seu espectro de significações ao longo da história dos estudos de linguagem e mesmo atualmente. Na verdade, o termo conceitual *sujeito* está longe de ser de posse restrita à Linguística ou à Gramática. Antes, é de circulação num amplo conjunto de áreas de conhecimento, marcadamente nas chamadas humanidades: Filosofia, Sociologia, Antropologia, Direito, Psicologia, Psicanálise, História, Pedagogia, etc. Curiosamente o traço semântico mais destacado que até hoje carrega aplicável a essas diversas áreas, ainda que em acepções e aplicações díspares, é de agentividade, apesar de ser oriundo de *subjectus*, um participio passado latino do verbo *subjicere*. O *sujeito* de

<sup>9</sup> Não ignoramos que, ancestrais aos estudos gregos, são os desenvolvidos na Índia antiga, contudo nossa tradição gramatical não vem daí.

<sup>10</sup> Na palavra grega para sujeito, percebemos claramente a origem filosófica dos estudos gramaticais. Essa palavra, associada ao nosso *hipótese* está intimamente relacionada ao estudo da própria retórica e da estrutura formal das declarações.

que prioritariamente tratam tão distintas áreas não é, em regra, do subjugado, do que está sujeito a algo,<sup>11</sup> mas pelo contrário.

Para a abordagem desse conceito metalinguístico, claramente, distinguiamos estudos linguísticos de estudos sobre a linguagem, como propõe Camara Jr.<sup>12</sup> Segundo os princípios estabelecidos pelo referido autor, com que somos concordes, só se pode falar em estudos linguísticos *stricto sensu* na história humana a partir do século XIX, o que identificamos na gênese e no prosseguimento dos estudos de linguagem na Grécia dá-se, primeiramente, sob a égide de um *Estudo Lógico da Linguagem* – intrinsecamente ligado à própria origem filosófica desses estudos – e alcança, no contexto helenístico, o assim tipificado por Camara Jr., *Estudo do Certo e Errado*. Ainda segundo o mesmo autor, o primeiro desses estudos estaria inserido dentre os paralinguísticos, ao passo que o segundo, dentre os pré-linguísticos, ainda que consideremos a intenção descritiva que há aí.

Ao longo desta exposição associaremos nossa investigação acerca do *sujeito* aos registros do conceito também metalinguístico de *nome*, dada a própria identidade construída entre ambos ao longo da história desses estudos sobre linguagem de que trataremos.

É preciso contextualizar o período de que aqui tratamos. Na primeira metade do séc. V a.C., os atenienses viram-se em confronto contra os persas nas Guerras Médicas, entre 490 a.C. e 479 a.C.<sup>13</sup> Em meio a tal processo, organizou a cidade-estado de Atenas a Liga de Delos, a qual chefiava. A vitória sobre o tirano<sup>14</sup> persa Xerxes, junto ao fantástico poderio militar arregimentado pela Liga de Delos – principalmente em embarcações de guerra – permitiu a Atenas um período de grande prosperidade econômica. Assim, a hegemonia ateniense foi imposta ao mundo grego. O auge desse período deu-se entre 461 a.C. e 431 a.C., no governo de Péricles. Daí o século V a.C. ter se consagrado dentre os atenienses como o “Século de Péricles”. E, no final, do mesmo século, entre os anos de 436 a.C. e 404 a.C., ainda assistiríamos à Guerra do Peloponeso, opondo, então, as duas maiores

<sup>11</sup> É verdade que há, como formulação conceitual recentíssima na história das ideias, a categoria de *sujeito assujeitado*, em distintas áreas, inclusive na de linguagem, como nos apresenta a *Análise do Discurso*. No entanto, a própria necessidade de adjunção do nome adjetivo especificador é indicativo da categorização distintiva a que tal conceito alude, não se tratando, portanto do *sujeito* padrão das respectivas áreas de conhecimento.

<sup>12</sup> CAMARA JR.: 1986, pp. 9-14.

<sup>13</sup> Alguns consideram que as Guerras Médicas se estenderam até 448 a.C., uma vez que após o confronto final em Plateia em 479 a.C. ainda sobreviveriam uma série de pequenas rivalidades políticas e comerciais entre gregos, principalmente os atenienses, e os persas. E a trégua definitiva seria selada somente pela *Paz de Cálias*, acordo que data justamente do ano de 448 a.C.

<sup>14</sup> Não há aqui sentido pejorativo. Tirano era o nome pelo qual os persas denominavam seus soberanos.

idades-estado, os dois maiores impérios do mundo helênico: Atenas e a sua Liga de Delos e Esparta com a Confederação do Peloponeso.

Sobre todo esse contexto histórico do séc. V a.C., contemporâneo a Platão e brevemente antecessor de Aristóteles, é de se notar como o próprio conhecimento do período nos é acessível por meio de relatos atenienses. Heródoto, sobre as Guerras Médicas e Tucídides, a respeito da Guerra do Peloponeso, são as duas grandes fontes históricas que temos sobre os conflitos em questão. A própria denominação *Guerra do Peloponeso* é, em grande medida, devida a seu principal cronista, Tucídides. Os espartanos se referiam ao confronto como *Guerra de Delos* ou ainda *Guerra da Ática*. Aliás, o confronto que redundou na vitória dos gregos sobre os persas também chegou até nós, por meio da denominação helênica, Guerras Médicas.<sup>15</sup> Mais do que isso, o próprio nome *Pérsia* é de origem grega.

Antes de prosseguirmos, não podemos ignorar que o conceito de *Grécia* não correspondia, nesse momento, a uma relação reconhecida de unidade, nação ou pátria, como nos moldes contemporâneos, já estabelecidos desde a Idade Moderna. Ao que tudo indica, havia entre os povos— e suas respectivas cidades-estado— um sentimento de origem comum, um compartilhar de crenças religiosas, afinidades de várias ordens que os aproximavam, mas que não os faziam reconhecerem-se como uma única sociedade. Portanto, a referência à *Grécia/gregos* é aqui tomada em seu sentido lato.

Esparta, o coração da Confederação do Peloponeso, contava com uma organização social que remontava, pelo menos, ao século VI a.C. Os espartanos dedicavam-se tão somente ao treinamento militar que começava aos sete anos de idade. O trabalho era de responsabilidade dos hilotas, povo escravizado pelos espartanos em sua própria *pólis* e dos periecos, povo de homens livres, mas cuja vida era totalmente controlada pelos espartanos. A organização social espartana continha elementos de monarquia, oligarquia e democracia. A monarquia se manifestava pela presença de dois reis. Como elemento oligárquico, havia a gerúsia, conselho de vinte e oito homens com mais de sessenta anos, eleitos por famílias privilegiadas de Esparta. Enfim, como marca democrática, a assembleia, composta por todos homens espartanos acima de trinta anos, idade em que o mesmo se

<sup>15</sup> Os gregos não faziam distinção entre os povos persa e medo, como atesta Heródoto em *História*. Daí, o nome do conflito. Os medos alcançaram seu apogeu civilizatório no século VII a.C., quando constituíram um império supostamente mais poderoso do que o persa. Pouco se sabe de sua civilização e organização social, devido ao fato de não terem deixado registros escritos. A principal fonte acerca dos mesmos são os relatos persas e textos bíblicos.

tornava um cidadão completo, um ὁμόιος (*homóios*), ou seja, um “igual”. Além disso, também havia anualmente a eleição com participação dos cidadãos de cinco éforos, magistrados.

Os dois reis eram vitalícios, comandantes máximos militares, também exerciam funções religiosas e jurídicas e, normalmente, eram figuras de forte prestígio e influência na *pólis*. A gerúsia tinha o *status* de corte máxima, podendo, inclusive, julgar os reis. Os éforos se voltavam mais à política externa e comandavam e presidiam a assembleia. Além disso, podiam apresentar à gerúsia acusação de traição por parte dos reis. As assembleias tinham convocação esparsa e normalmente eram espaço de decisões formais e superficiais. Raramente, havia polêmicas, contagens de voto ou algo que o valha. Esta era uma estrutura social que vinha se mantendo inabalável já havia cerca de três séculos.

Em Esparta, primavam valores ligados ao militarismo. A estrutura estatal lá existente era poderosa e o próprio cidadão era visto como propriedade desse estado.

Já Atenas passou a ser o pilar central de um império, após a vitória contra os persas, no início do século V a.C.. A base desse império estava assentada nos valores da democracia ateniense, segundo a qual, todos os habitantes da região da Ática, mesmo os de cidades vizinhas a Atenas, eram considerados cidadãos em igualdade de condições. Lá, a assembleia tomava todas as decisões sobre a vida da cidade, fosse de política civil ou militar, interna ou externa. O Conselho dos Cinco Mil era escolhido por sorteio dentre os cidadãos e preparava leis para serem apreciadas pela assembleia, mas era subordinado à mesma que se reunia, ao menos, quarenta vezes por ano. O público das assembleias dificilmente ultrapassava cinco mil cidadãos.<sup>16</sup>

As autoridades máximas do Estado ateniense eram os dez generais, escolhidos por voto e necessariamente militares. Péricles, filho de Xantipo,<sup>17</sup> foi um desses dez generais. A ele, coube o reconhecimento de homem mais brilhante e famoso a liderar a democracia grega. A grandiosidade de sua figura é atestada por autores, como Tucídides e Plutarco. Não é à toa que o período compreendido entre o final das Guerras Médicas e sua morte é denominado, como já informamos, *Século de Péricles*.

<sup>16</sup> Para maiores informações sobre a organização sócio-estatal tanto de Esparta quanto de Atenas, cf. KAGAN (2006).

<sup>17</sup> Era comum, dentre os gregos, em vez de sobrenomes, a referência ao nome do pai para identificação.

Foi em Atenas que resplandeceram a filosofia e as artes. Possivelmente, isso está ligado a um importante traço distintivo entre esta *pólis* e Esparta: o estatuto da individualidade. Em Atenas, esta era valorizada e estimulada, buscando-se, cada vez mais, indivíduos virtuosos, talentosos, singulares. Atividades às quais os atenienses se voltavam enfaticamente como a retórica e a oratória estão inseridas inegavelmente em tal contexto de preocupações.

Já em Esparta vigorava uma busca justamente por uma indiferenciação, uma homogeneização entre os indivíduos. O próprio Estado espartano tinha uma visão bastante coletivista de seus cidadãos no próprio trato de sua população masculina como propriedade coletiva estatal para usufruto militar.

Distinguir individualidade de individualismo é aqui fundamental. O segundo é um valor, embora latente há tempos muitíssimo ancestrais, bem mais recente na história da humanidade, ainda mais se pensarmos na hegemonia do mesmo. O primeiro se refere ao reconhecimento do próprio *status* da individualidade como critério de corte para a organização do conjunto das relações sociais. Também é preciso atentarmos para o fato de que não podemos pensar no valor de individualidade de nosso mundo como parâmetro para aquele. Hoje vivemos numa brutal era de consumo, em que a própria individualidade é consumível. A individualidade de que falamos parece estar mais voltada ao desenvolvimento de virtudes e singularidades que possam tornar certo indivíduo distinto dos demais com os quais vive. Esse é, por isso mesmo, um contexto bem oportuno ao desenvolvimento, por exemplo, de talentos artísticos, testemunho este que mantemos da civilização ateniense até hoje em poemas, peças de teatro, obras arquitetônicas, esculturas, etc.

Enfim, o episódio do Peloponeso contrapôs valores, em certa medida, antípodas. Como estamos voltados aqui justamente para o aspecto de disseminação desses valores, é importante insistirmos na ideia de que rigorosamente tudo que sabemos sobre essa guerra foi-nos relatado pelo ponto de vista ateniense.

Após a Guerra, ainda proliferaram em Atenas a filosofia a plenos pulmões e variadas manifestações artísticas. Enfim, apesar das enormes perdas causadas pelo confronto — “Uma década depois do fim da guerra, o número de atenienses adultos do sexo masculino estava reduzido à metade do que era no início do conflito”<sup>18</sup> —, o mesmo parece ter possibilitado, no lastro das suas grandes campanhas bélicas, uma

---

<sup>18</sup> KAGAN: 2006, p. 547.

gigantesca difusão dos valores de mundo atenienses. Ora, se o que sobreviveu e chegou a nós, dezenas de séculos depois, foram as versões, denominações, pontos de vista atenienses, estes foram os valores que obtiveram triunfo em nível ideológico<sup>19</sup>.

Decerto que esse processo todo há de ter exercido influência em toda rede de socialização de sua época. Assim, é mais do que válido pensarmos que a produção intelectual de Platão e Aristóteles, contemporâneos desse momento histórico, dialoga com tal cenário. E é a partir dessa premissa que pretendemos expor questões centrais de ambos os filósofos no que concerne ao estudo da linguagem, com enfoque, já previamente estabelecido, no conceito de *sujeito/nome*, nosso interesse destacado aqui.

Fundamentalmente, pensamos que a sociedade ateniense, em que a individualidade foi erigida de forma ímpar, a se prolongar em fazeres de repercussão e permanência social— nas artes em geral, na retórica, na própria atividade filosófica—, desenvolveu a apreciação por singularidades, alcançando êxitos aí em várias áreas de saber e de produção artística e tornando-se a própria *pólis* em questão um vultoso exemplo de singularidade. Consideramos que, em tais termos, inicia-se a formulação acerca da linguagem, dentre os gregos.

## 2.2 Platão e Aristóteles

As reflexões primeiras<sup>20</sup> sobre linguagem podem ser consideradas provenientes de Platão em seu diálogo do *Crátilo*, em que o leitor é apresentado a uma polêmica entre Crátilo, um filósofo heraclítico e Hermógenes, próximo à linha de Demócrito. O diálogo gira em torno da origem dos nomes. A questão central aí

---

<sup>19</sup> Aqui, referimo-nos à ideologia de uma forma talvez distinta daquela que se consagrou em estudos de *Análise do discurso*, especialmente naqueles empreendidos por Pêcheux. Ideologia se trata aqui de um conjunto de valores que propiciam este ou aquele recorte de realidade, não necessariamente submetido a um corte classista.

<sup>20</sup> Não são as reflexões platônicas, exatamente, as primeiras sobre linguagem, mas contam com uma consistência só aí primeiramente encontrada. Mas, em tempo, precisamos desfazer a impressão de que não houve estudos pretéritos a Platão e a Aristóteles. Na verdade, eles são os que mais fortemente consolidam a necessidade de se refletir sobre a natureza e comportamento da linguagem. No entanto, antes deles, temos Parmênides, Epicuro, Demócrito e Heráclito. As reflexões sobre linguagem destes são de caráter bem mais genérico. A referência que Heráclito faz à “palavra”, sua λόγος (*lógos*), por exemplo, é de uma abrangência que diz mais respeito à ordem existencial do que linguística propriamente dita. Após Platão e Aristóteles, merecem destaque os filósofos estoicos. Para maiores informações sobre pensamentos acerca da linguagem pré-socráticos, cf. KIRK, RAVEN, & SCHOFIELD: 1994.

presente dizia respeito à natureza da linguagem. Seria a mesma imposta aos homens por uma necessidade da natureza— θέσει (*thései*) ou está ligada ao julgamento humano— νόμοι (*nómoi*)? Nessa questão, Platão assume maior simpatia pelo primeiro entendimento, de forma coerente com o pensamento metafísico que lhe era tão caro.

Nef (1995) nos diz a respeito da semântica platônica:

*Esta repousa no conceito de nome ideal:*

*é que um nome é um instrumento de ensino e, em relação à realidade, um instrumento de desembaralhamento, como o é, em relação ao tecido a lançadeira.<sup>21</sup>*

E ainda nos propõe a seguinte analogia:

<u>artesão da tecelagem</u>	=	<u>arte do ensino</u>
lançadeira		nome

Assim, Platão crê em um legislador primitivo das palavras a estabelecer os nomes ideais, a partir da μίμησις (*mímesis*) da ideia natural do nome (φύσις-*phýsis*)<sup>22</sup>. Tais nomes possuíam uma forma geral e uma específica, ficando, em tal ponto, contemplada a variabilidade de denominações distintas para cada língua. A esse respeito, Nef nos apresenta a reflexão do próprio Platão que aqui também reproduzimos:

Não devemos nos surpreender se cada legislador das palavras não utiliza as mesmas sílabas, como todos os ferreiros não usam o mesmo ferro, mesmo quando fazem o mesmo instrumento para o mesmo fim. Desde que eles produzam a mesma forma (idea), o instrumento é igualmente bom, seja aqui ou entre os bárbaros. [Platão aqui é universalista].<sup>23</sup> Devemos então esperar ver a mesma coisa, no legislador das palavras, tanto aqui quanto entre os bárbaros: desde que ele produza a forma (eidos) do nome que pertence a cada coisa, quaisquer que sejam as sílabas, ele é igualmente bom como criador de palavras, seja aqui ou em qualquer lugar. (NEF, 1995, pp. 15-16)

<sup>21</sup> ROBIN *apud* NEF: 1995.

<sup>22</sup> Daí também advém a ideia de que o nome contém em si uma verdade (ἔτυμος- *étymos*) primeira. Tal ideia foi bastante fecunda nos estudos de linguagem, desfrutando até hoje de prestígio.

<sup>23</sup> Comentário entre colchetes de Nef.



Ao ser encarada como natural, a linguagem situa-se, para Platão, no campo da arte, uma vez que seria τέχνη (*téchne*) o próprio fazer de acordo com a natureza. Sendo natural, a linguagem é ideal e comandada pela *phýsis*.

O discurso (λόγος- *lógos*) é, para Platão, uma síntese de nomes (ὀνόματα- *onómata*) e verbos (ρῆμα- *rhêma*). A função do nome aí é bastante clara: designar, distinguir as coisas. A esse respeito, há os que defendem que já no *Crátilo* distingue-se o significado do significante.<sup>24</sup>

Também importante para nossa apreensão é *O Sofista* em que Platão trata da possibilidade do falseamento no discurso, opondo-se ao princípio sofístico de que a linguagem se esgota em si mesma e, portanto, falar verdadeiramente seria tão somente um exercício retórico, uma vez que toda e qualquer palavra seria por si só justa. Aí, o autor distingue o nível do nomear (ονομάζειν- *onomázein*), que poderíamos entender modernamente como voltado à sintaxe; do nível do dizer (λέγειν- *légein*), que poderia ser relacionado à semântica, uma vez que é nele em que se estabelecem as condições segundo as quais um enunciado (*lógos*) é verdadeiro e significativo.

Não se trata de atribuir aos conceitos de Platão uma estrutura *sujeito-predicado*. O próprio termo ὄνομα (*ónoma*) designa além de substantivos, também adjetivos e infinitivos.<sup>25</sup> Já o termo *rhêma* é apresentado como tudo aquilo que pode ser dito sobre uma coisa. Talvez pudéssemos, então, compreendê-lo como uma aproximação do que seja o predicado. Também se considera, em sentido mais estrito, o termo como equivalente ao verbo, o designador de ações (πράξεις- *práxeis*).

Notemos aqui que a decomposição do enunciado supracitada é diferente daquela proposta por Aristóteles que proporá um desmembramento em *sujeito*, *cópula* e *predicado*.

Ainda sobre *O Sofista*, é importante registrar que, nessa obra, Platão considera que, além do legislador das palavras, também há participação do uso (ἔθος- *éthos*) na materialização dos nomes. Assim, o nome, como instrumento, estaria ligado ao legislador; como imagem (da própria *phýsis*), e, ao *éthos*, pelo uso. Aí, Platão de uma só vez estabelece uma nova visão que rompe com naturalistas

<sup>24</sup> Lembremo-nos que para Saussure o significado não corresponde à coisa, mas a seu conceito.

<sup>25</sup> O infinitivo engendrará disparidades de classificação. Segundo a gramática incipiente, ele será nome, advérbio e só no século II d.C. será efetivamente considerado verbo.

(defensores do significado natural pura e simplesmente) e com convencionalistas (adeptos da ideia de que tudo em linguagem repousa sobre o uso). O filósofo atribuíra à linguagem um caráter dinâmico, ao reconhecer nela dois polos pulsantes.

É verdade que as reflexões de Platão sobre a linguagem se espraiam para várias outras direções e também se aprofundam. Ainda podemos identificar claras preocupações com a linguagem, em sua produção, no *Teeteto* e no *Fédon*. No primeiro, ele se volta à interpretação do que é dito. Para isso, ele parte dos pensamentos de Protágoras e Heráclito, objetivando desvendar o que se lhes esconde por detrás do discurso primeiro. Já no segundo, Platão critica abertamente a misologia, ou seja, aquilo que identifica em certos homens como aversão ao *lógos*.

Como nossa observação central, neste trabalho, está voltada à questão do *sujeito*, limitar-nos-emos aos conceitos já aqui apresentados. E, dentro desta perspectiva, convém ressaltar o ponto do pensamento platônico sobre linguagem que mais nos interessa: a categorização do nível do *onomázein*, que pode ser compreendido como uma espécie de embrião das preocupações em torno da sintaxe, já que dizia respeito à própria interação e concordância<sup>26</sup> entre os termos do discurso/enunciado, *ónoma* e *rhêma*.

Já sobre Aristóteles, não encontramos nas obras do pensador de Estagira<sup>27</sup> tratados que digam respeito à linguagem diretamente. É em seus trabalhos sobre retórica, lógica, argumentação que apreendemos seus pressupostos e conceitos sobre o tema. Isto não significa que o legado de Aristóteles sobre linguagem não seja de profunda valia. Pelo contrário, mais do que seu mestre, é ao estagirita que deve ser atribuído o papel de constituidor das bases do estudo gramatical. Também foi ele que primeiro se debruçou sobre os conceitos de *sujeito* e *predicado*.

Para Aristóteles, o estudo da linguagem era o meio mais seguro de examinar a realidade. E, sobre isso, cabe um alerta de Neves:

*Na palavra realidade há o perigo da intervenção de um conceito que é moderno e que não está bem de acordo com a vivência grega. O grego não possuía um vocábulo para exprimir o que chamamos de realidade. "Realidade", para o grego, é ser (ousía, gígnomai). (NEVES: 2004, p.65)*

<sup>26</sup> Esse termo (συμπλοκή- *symploké*), para Platão, tem a acepção de ligação, combinação entre *ónoma* e *rhêma* que dá consistência ao discurso, tornando-o completo, acabado e direto.

<sup>27</sup> Curiosamente, essa cidade hoje não mais compõe a Grécia, mas sim a Macedônia.

Nef<sup>28</sup> reconhece quatro eixos principais de preocupação e organização da linguagem na obra aristotélica: a) *a estrutura material do enunciado*; b) *a análise da estrutura lógica do enunciado*; c) *a relação do enunciado com a realidade*; d) *as relações entre linguagem e pensamento*.

Aristóteles estabeleceu uma clivagem para o discurso em três partes, a saber: ὄνομα (*ónoma* - nome), ρῆμα (*rhêma* - verbo) e σύνδεσμος (*sýndesmos*-partícula). A distinção entre os dois primeiros repousava no fato de que o *ónoma* não fazia qualquer referência a momento, ao passo que o segundo só poderia ser entendido a partir de um determinado corte temporal. A assimetria entre nome e verbo é ainda aprofundada, em Aristóteles, a partir da discussão do papel da negação. Em palavras do próprio, trazidas a nós por Nef:<sup>29</sup> “*Não-homem* não é um nome... isso não é nem um discurso nem uma negação.” Por outro lado, se “*não está doente* não é um verbo”, o autor nos informa que o filósofo o considerava “apesar de tudo, um discurso e uma negação”. Ao *sýddesmos*, Aristóteles atribuiu a função de articuladores discursivos/enunciativos desprovidos de sentido.

No prosseguimento de sua categorização de nomes e verbos, o discípulo de Platão aponta a equivalência entre o caso dos nomes e o tempo dos verbos. Estes últimos são vistos como pertencentes ou contidos em um substrato. São vistos, portanto, como subjacentes a um sujeito.

A forma de discurso privilegiada por Aristóteles para suas demonstrações de propriedades, categorias e comportamento linguístico foi a proposição (λόγος ἀποφάντικος-*lógos apophántikos* ou, simplesmente, ἀποφᾶνσις- *apophânsis*). Nef diz que, ao longo de séculos, as traduções medievais em latim, para esse termo grego, oscilaram entre *oratio*, *enunciatio* e *propositio*. E daí conclui que:

Essa digressão terminológica tem por fim mostrar a que ponto a tradução do grego para o latim dos termos semânticos é problemática, e a que ponto essa tradução desempenha um papel capital em nosso equipamento intelectual. Além disso, essa tradução pode ser um obstáculo ou um filtro para a nossa compreensão de Aristóteles e dos gregos em geral. (NEF, 1995, p.25)

Essa observação serve de aviso de que além dos valores originais, influenciados que foram pelo seu imediato contexto histórico de produção, ainda há

<sup>28</sup> NEF: 1995, p. 21.

<sup>29</sup> *Idem*: *ibidem*, p. 23.

a interferência plena das interpretações e releituras destes autores que foram feitas em contextos outros e que, de um modo ou de outro, estão aí a impregnar nossa compreensão a respeito dos mesmos. O próprio Nef nos chama a atenção também sobre a limitação que é ver o termo grego οὐσία (*ousía*) traduzido por *substantia*. E aí é preciso levar em conta também as supracitadas preocupações de Neves que se compatibilizam com as que aqui Nef demonstra. Ainda retornaremos a essa questão ao longo de nosso texto.

De todo modo, retornando à conceituação de Aristóteles para *apophânsis*, esta correspondia ao elemento do discurso que podia ser submetido à categorização de falso ou verdadeiro. Nesse sentido, identificamos a proposição aristotélica (*apophânsis*) em construções como *O céu é azul*, acerca da qual se pode indagar a verdade ou não da mesma. O autor, principalmente na *Metafísica*, enveredar-se-á em uma densa discussão a respeito do que atribui a algo o *status* de verdadeiro ou falso. Contudo, esse não é o viés a que aqui nos apegamos. Ademais, há uma plêiade de questões tratadas pelo filósofo por que passaremos ao largo, a título de confrontar nossa questão de interesse central.

Então, passemos à discussão aristotélica sobre as categorias. Neste ponto, o que é central é o pensamento da estrutura da língua como correspondente à estrutura do mundo. Inclusive, aqui, precisamos destacar que tal mentalidade assentou bases profundas no pensamento gramatical ocidental, tendo sido um importante pilar para o desenvolvimento de muito de nossa tradição gramatical. Segundo Azeredo:

A teoria aristotélica dos conceitos — ou categorias — se tornaria o fundamento da distinção entre as classes de palavras (substância/substantivo, ação/verbo, relação/conjunção), e a estrutura do juízo como associação predicativa de dois conceitos (proposição) serviria de base à definição do objeto da sintaxe. (AZEREDO, 1997, p.16)

Tais ideias de Aristóteles singrariam imponentemente todo o período medieval, influenciando, e, mais do que isso, ditando os modelos de gramáticas especulativas (do latim, *speculum*) que viam o raciocínio “espelhado” na língua. Seus principais autores foram Tomás de Erfurt e o grupo de gramáticos modistas, eruditos da Universidade de Paris, entre os anos de 1250 e 1320.

Retornando às categorias aristotélicas, é importante dizer que as mesmas eram, para o autor, objeto de preocupação quanto à ordem da linguagem e também da metafísica. Assim, elas supostamente se estendem a todas as palavras ou declarações/proposições possíveis. São divididas em dez gêneros, que representam distinções no mundo real, conforme a relação seguinte:

- substância (οὐσία- *ousía, substantia*);
- quantidade (ποσόν- *posón, quantitas*);
- qualidade (ποιόν- *poión, qualitas*);
- relação (πρός τι- *prós ti, relatio*);
- lugar (πού- *poú, ubi*);
- tempo (ποτέ- *poté, quando*);
- estado (κεῖσθαι- *keîsthai, situs*);
- hábito (ἔχειν- *échein, habere*);
- ação (ποιεῖν- *poieîn, actio*) e
- paixão (πάσχειν- *páschein, passio*).

Podemos considerar nominais as seis primeiras categorias e verbais as quatro últimas. Cabe ressaltar que a nomenclatura latina para tais categorias está muito ligada ao trabalho de Tomás de Aquino na Idade Média. Neves nos faz a seguinte apresentação das categorias:

Na base da classificação dos modos de predicação e de ser está a idéia de que o mundo físico é composto de coisas (substâncias) que têm certas propriedades (acidentes), que desencadeiam ou sofrem certos processos, que mantêm entre si certas relações ou que têm certa extensão ou localização no espaço e no tempo. Assim, diz Aristóteles que as categorias, isto é, as coisas que se dizem sem entrar em uma combinação, são: a substância; ou quanto; ou qual; ou em relação a quê; ou onde; ou quando; ou estar em posição; ou estar em estado; ou fazer; ou sofrer. (NEVES, 2004, p.75)

Neves ainda frisa que, em outras obras, o filósofo só nos informaria de oito categorias, descartando *estado* e *hábito*. E ainda nos alerta, convocando para isso, palavras de Émile Benveniste, em sua obra *Problemas de Linguística geral*, que tal classificação é extremamente dependente das estruturas da língua grega:

Esses predicados não correspondem a atributos descobertos nas coisas, mas a uma classificação que emana da própria língua. [...] com um estatuto mórfico bem definido na língua grega.

[...]

O que encontrou [Aristóteles] foram as distinções que a própria língua manifesta entre as principais classes de formas, já que é por suas diferenças que essas formas e essas classes têm significação lingüística. Assim, pensando definir os atributos dos objetos, ele pôs seres lingüísticos, pois é a língua que, graças às suas próprias categorias, permite reconhecê-las e classificá-las. (BENVENISTE apud NEVES:2006)

Tal classificação tanto seria decisiva para a sistematização das classes gramaticais, quanto, por extensão, para o estudo da própria sintaxe. É inevitável a associação, mediante tal quadro de categorias, entre *sujeito (ousía)* de um lado e seus possíveis *predicados* de outro. Na *Retórica*, ainda seríamos apresentados aos *sýndesmos* (conectivo, conjunção), a respeito dos quais já tecemos comentários.

Já desde a *Retórica* e com visível aprofundamento na *Poética*, Aristóteles vai se voltar primordialmente à questão da λέξις (*léxis*) que pode ser compreendida como estilo, elocução e que, na segunda obra citada, é apresentada como arte da imitação. Com certeza, há nestas duas obras reflexões muito instigantes e de óbvio interesse tanto da Linguística quanto da Filosofia da Linguagem. Mas, precisamos nos ater à herança aristotélica no campo da sintaxe especialmente, claro que sem ignorar seus evidentes vínculos com a morfologia.

É importante destacarmos que a Aristóteles seguiram-se os filósofos estoicos, que também tiveram contribuição destacada no advento dos estudos gramaticais. Só a título de exemplificação, os mesmos procederam à divisão dos *sýndesmoi* aristotélicos em palavras invariáveis (conectivos e advérbios) e variáveis (pronomes e artigos). Também se deve aos mesmos a percepção da não correspondência entre gênero e sexo. Os estoicos foram decisivos para a constituição de uma base teórica mais sistematizada e detalhada em que se fundamentaria a gramática grega.

### 2.3 A gramática grega helenística

Até este ponto, tratamos fundamentalmente das reflexões filosóficas sobre a linguagem. A partir daqui, pretendemos abordar a sistematização gramatical em si. Óbvio que a mesma é profundamente tributária dos estudos filosóficos, mormente em Platão, Aristóteles e nos autores estoicos. Para tanto, optamos pela organização da própria gramática grega.

Em primeiro lugar, é preciso compreender algumas fronteiras que distinguem o trato gramatical do filosófico. O dado mais relevante a que a filosofia grega adentrou no campo da linguagem foi do estabelecimento das partes do discurso, o que fizera tendo em vista objetivos coerentemente filosóficos. As categorias gramaticais, por exemplo, são mais utilizadas para efeitos de ilustração e incremento argumentativo. Neves nos diz que “**a gramática**, procurando examinar fatos de língua, faz a histórica virada: **trata as partes do discurso como classes de palavras**”.<sup>30</sup> Ao analisar caso, tempo, modo, gênero, etc. a gramática está a se mover em terreno todo seu.

Destacamos que a gramática surge, no contexto grego, no período helenístico, o que é um importante referencial conjuntural para a compreensão de sua postura normativa “de nascença”. Já não havia a *pólis* e todo o seu fulgor. Tratava-se de não perder de vista o esplendor e magnitude intelectuais, culturais, artísticos da sociedade helênica.<sup>31</sup> Ora, se os próprios gregos encaravam esse momento histórico como uma fase de decadência perante sua própria história, é plausível conceber que, neste contexto, recrudescessem sentimentos de apego a um período considerado “de ouro”.<sup>32</sup> Por outro lado, os guias da sistematização gramatical já estavam todos à disposição: Platão e Aristóteles<sup>33</sup> principalmente, no campo da filosofia; os grandes autores de teatro, literatura, cronistas históricos,

<sup>30</sup> NEVES: 2004, p. 133. Grifos nossos.

<sup>31</sup> Entende-se o período helênico como a Era de Ouro ou período Clássico *stricto sensu* da sociedade grega, particularmente a ateniense, compreendida aproximadamente entre os séculos V e III a.C. Já o período helenístico corresponderia à transição que separa o período helênico da ascensão do Império Romano. Do ponto de vista eurocêntrico, a sociedade helenística é vista como um momento de desgaste/degradação dos valores que erigiram a Grécia como referência civilizatória para o Ocidente. Outro aspecto associado à cultura helenística é a presença de elementos persas, egípcios e macedônios, normalmente secundarizados por esta visão eurocêntrica.

<sup>32</sup> É curioso perceber a permanência de tais valores. Até hoje, são comuns sentimentos de apego a supostas eras de ouro de certa cultura, de uma hipotética fase mais pura da língua. Tal valoração redundava inequivocamente em conservadorismo, ao menos, nos campos a que se aplica.

<sup>33</sup> Os estoicos não foram aqui incluídos por já se situarem no período helenístico. De todo modo, sua contribuição teórica é inegável e decisiva para a futura gramática grega.

enfim autores reputados por sua escrita (Homero,<sup>34</sup> o vasto conjunto de filósofos pré-socráticos,<sup>35</sup> Sócrates, Hesíodo, Sófocles, Eurípedes, Ésquilo, Heródoto, Tucídides), como modelares do uso linguístico. Sobre a emergência dos estudos gramaticais no período helenístico, Neves é categórica:

A exigência da instalação da disciplina gramatical está, realmente, nas condições peculiares da época helenística, marcada pelo confronto de culturas e de língua, e pela exacerbação do zelo pelo que se considerava a cultura e a língua mais puras e elevadas. **O helenismo tem de ser divulgado, a língua grega, modelo da analogia lingüística, tem de ser ensinada para ser preservada.** (NEVES, 2002, p. 50. Grifos nossos.)

Outra forma de compreendermos o peso normativo com que nasce a gramática é a partir da problematização da visão de linguagem dos estoicos, importantes influenciadores e sistematizadores teóricos do que viria a ser a gramática, nas palavras de Neves: “O princípio estoico de que não é toda linguagem que é obra da natureza, mas apenas a linguagem certa [...] aquilo que modernamente chamamos de norma linguística.”<sup>36</sup>

Ainda segundo Neves (2002), a fundamentação grega na organização gramatical corresponde a uma busca por particularidades. O movimento aqui empreendido parte do universal para o específico. Chamamos a atenção para o quanto se faz presente a índole cultural/ideológica ática, como já destacamos principalmente no item II e à qual voltaremos mais tarde.

A gramática grega está assentada em sólida base filosófica e da mesma retira sua matéria-prima, mas, agora, o material a ser examinado é linguístico em si. Passam a ser estudadas, por exemplo, as classes de palavras e suas flexões diretamente e não a título de estabelecer a ligação entre elas e dado nível de representação metafísica. A gramática efetivamente conseguiria consolidar-se como disciplina autônoma, em grande parte, devido ao rigor de pesquisa e à base teórica advindos dos filósofos helênicos e dos estoicos. Acerca dessa autonomia, Neves

<sup>34</sup> Em verdade, Homero pertence ao período correspondente à sociedade grega Antiga. Possivelmente, viveu no século VIII a.C., portanto, bem antes do período clássico. Além disso, suas obras, principalmente a *Ilíada*, são, em sua maior parte, compostas pelo dialeto jônico e não pelo ático, correspondente ao uso ateniense da língua grega. Essa necessidade de enquadrar Homero dentre os autores modelares da língua grega pode ter influenciado os filósofos estoicos em seus estudos de dialeção do grego, reconhecendo, sobretudo, os dialetos ático, jônico, dórico e eólico.

<sup>35</sup> Aqui também estamos diante de autores que não pertencem ao período clássico, mas, ainda assim, são tomados como referências modelares.

<sup>36</sup> NEVES: 2004, p. 106.



informa-nos que “[a gramática] não é uma disciplina filosófica porque nasce exatamente como consequência da fixação de domínios autônomos do domínio linguístico, fora do âmbito filosófico”.<sup>37</sup>

A gramática grega é, desde seu princípio, concebida em dois grandes blocos: as partes do discurso e as categorias gramaticais. Em ambos, vemos uma presença muito visível de Aristóteles.

Na organização efetiva da gramática grega e do modelo que seria mais tarde “exportado” para os romanos e daí para o mundo se destacam os estoicos, Dionísio Trácio e, mais tarde, Apolônio Díscolo.<sup>38</sup>

A sistematização gramatical grega organiza, então, os padrões flexionais, a categoria de número, de caso. A respeito do último, uma observação importante a ser feita é que, para Aristóteles, o caso (πτῶσις - *ptôsis*) sequer correspondia ao nome quando em uma das formas oblíquas. O *status* de nome cabia tão somente ao caso nominativo. E percebemos, então, mais um movimento de particularização na mentalidade grega do período clássico. Na concepção aristotélica, os demais casos eram entendidos como “quedas”, “degradações” do nome. São os estoicos que redimensionam o estatuto do quadro de casos gregos. E é desta forma que esses casos chegam à gramática grega, ainda hierarquizados pelo nominativo (mais uma vez se percebe a primazia do *sujeito*), mas com uma concepção de variação funcional subjacente. Na separação dos casos, mais uma vez, os estoicos singularizam o nominativo ao considerá-lo o caso reto (ὀρθή - *orthé*) em contraposição a todos os demais oblíquos (πλαγίαι - *plagiái*).<sup>39</sup> Mais tarde, a denominação *oblíquo* seria posta de lado por Dionísio Trácio.

Especial atenção recebem os tempos verbais gregos na confecção da gramática. Tal atenção inicialmente se concentra mais no campo nocional de cada forma verbal do que do que no mórfico, embora algumas formas verbais possuíssem desinências bem marcadas. Assim, define-se que tempos como o aoristo<sup>40</sup> e o futuro<sup>41</sup> correspondem a tempos indeterminados e a descrição dos tempos verbais se

<sup>37</sup> NEVES: 2004, p. 106.

<sup>38</sup> Como indício da dissipação da cultura helênica, notemos que os dois últimos autores são da Alexandria.

<sup>39</sup> O caso correspondente ao objeto direto grego é o αἰτιατική (*aitiatiké*), causativo, erroneamente, traduzido como acusativo para a gramática latina. Cf. NEVES (2004).

<sup>40</sup> O *aoristo* é um tempo verbal grego que não tem correspondente nas línguas latinas, referindo-se ao momento preciso, exato e pontual de um dado fato. É, em grego, o tempo, por excelência, da narrativa. Na verdade, é um “tempo”, sobretudo, aspectual.

<sup>41</sup> A língua grega incorporou, morfológicamente, o tempo futuro tardiamente. O mesmo é proveniente de uma construção perifrástica com verbo no presente desiderativo no grego antigo. Curiosamente, verificamos que a

dá *paripassu* a dos aspectos e modos. Dionísio Trácio, nesse ponto, enfatizaria os tempos de passado, que são quatro no modo indicativo grego. Também receberam atenção na sistematização verbal as categorias de voz e pessoa. Aliás, esta última foi importante para aprofundar a diferença entre pronomes e nomes, sendo os últimos privativos de 3ª pessoa.

Dionísio Trácio seria um grande ampliador das partes do discurso, objetivando a língua, não o pensamento, ao menos, não diretamente. Margeando essa questão pontual, desloquemo-nos a um olhar mais pormenorizado nas contribuições desse autor.

Autor da *Téchné grammatiké*, divisor de águas nos estudos gramaticais do Ocidente, viveu entre 170 a.C e 90 a.C., em pleno período helenístico, portanto. Segundo Neves, “o próprio nome **grammatiké** — a arte de ler e escrever —, usado para dar nome ao estudo da língua, tem sido invocado para evidenciar a atenção precípua dada à forma escrita da língua”.<sup>42</sup>

Os focos de interesse privilegiado do autor em sua gramática são, principalmente, a fonética<sup>43</sup> e a morfologia, além do estudo já mencionado das partes do discurso, ao longo de vinte tópicos. Destes, ater-nos-emos tão somente em certo detalhamento aos nomes, dada a interface possível de estabelecer entre estes e o conceito de *sujeito*.

O nome é a primeira parte do discurso da gramática de Dionísio, definido como flexionável em caso, podendo ser comum ou próprio, primitivo ou derivado, indicando objeto/corpo ou ação. É possível, a respeito desta última divisão, estabelecer vínculos com os conceitos modernos de substantivo concreto e abstrato, respectivamente. Mais à frente, são apresentadas vinte e quatro diferentes espécies de nomes, englobando o que hoje habitualmente classifica-se como substantivos, adjetivos, pronomes ou numerais.

Como percebemos, Dionísio Trácio não considera em sua obra a sintaxe. Tal papel caberia a Apolônio Díscolo.<sup>44</sup> Ele viveu na Alexandria na primeira metade do século II d.C. e, como sistematizador da sintaxe na gramática grega, tem lugar cativo na história dos estudos gramaticais e linguísticos. Além disso, em face de nossos

---

formação de futuros com auxiliaridade verbal e modalização é recorrente em várias línguas. O próprio português brasileiro está a resgatar o futuro perifrástico.

<sup>42</sup> NEVES: 2002, p. 49. Grifo da autora.

<sup>43</sup> Nesse momento, os sons eram tomados por caracteres da escrita. Já para os estoicos, γράμμα (grámma) designava, simultaneamente, som, figura e nome.

<sup>44</sup> Seu filho, Herodiano, também é figura distinta dentre os gramáticos alexandrinos. Não há hoje quaisquer vestígios do trabalho gramatical de Herodiano, apenas relatos e remissões indiretas.

objetivos de investigação, aqui já exaustivamente expostos, um olhar de maior vagar sobre tal autor e sua obra é mais do que justificado. Portanto, passemos a examinar este autor que trouxe à análise gramatical a preocupação com a dimensão de sua construção (σύνταξις-*sýntaxis*).

Apolônio possui, pelo menos, doze obras voltadas à gramática. Dessas, apenas quatro chegaram até nós. Estima-se que a maior parte de sua produção tenha se perdido. Parte considerável da reconstituição de sua teorização é possível por meio do testemunho de outros gramáticos que o tomaram por importante referência. Ainda assim, não restam dúvidas de sua vultosa contribuição para a disciplina gramatical e, sobretudo, no que se refere à sistematização da sintaxe. Segundo Neves sua produção gramatical é uma referência para a Idade Média e também para o Renascimento e dá a dimensão de sua produção:

Na verdade, o importante lugar que Apolônio Díscolo ocupa na história das idéias gramaticais no Ocidente assenta-se, especialmente, no seu tratamento da sintaxe, que até então não merecera a atenção dos gramáticos alexandrinos. No Manual de Dionísio o Trácio, por exemplo, a sintaxe está totalmente ausente, já que o que constitui objeto de investigação não é o relacionamento dos termos do discurso, mas, sim, o seu isolamento, com vistas a uma classificação e ao estabelecimento de paradigmas. Em Apolônio, pelo contrário, a sintaxe abarca todos os níveis, uma vez que **a língua é considerada uma série de elementos relacionados**, e a sintaxe é vista como o conjunto de regras que regem a síntese dos elementos. (NEVES, 2002, p. 63. Grifos nossos.)

Sua gramática é presidida por princípios que apontam no sentido de clara preocupação em estabelecer um método rigoroso de descrição linguística. Para exemplificarmos apenas um deles, levemos em conta que a classificação da palavra tem a sofisticação de levar em conta forma (ou som), sentido e papel que a mesma desempenha na frase. Já testemunhamos aí uma gramática estabelecida com solidez.

O autor estabelece uma hierarquia para as classes de palavras, em que já podemos perceber uma intuição que viria a influenciar as classificações posteriores de palavras essenciais e acessórias: o nome e o verbo, em primeiro lugar, como os cernes da proposição; o particípio, uma vez que comunga da natureza de ambos; o artigo; o pronome; a preposição; o advérbio e, por fim, a conjunção. Há justificativas, que não esmiuçaremos, para cada uma dessas posições hierárquicas. Transcrito por

Neves,<sup>45</sup> ele nos diz, em relação à importância do nome e do verbo na sintaxe da oração, que “as demais partes da oração entram em relação sintática seja com o verbo seja com o nome, e daí recebem sua denominação”.

Para ele, a congruência ou incongruência gramatical reside na construção e não nos conteúdos presentes na mesma.<sup>46</sup> A oração completa é o objetivo último do estudo sintático, já que é nesta que encontramos todos os artifícios de arranjo da língua.<sup>47</sup> Afirma ainda que as relações básicas de sentido não são alteradas, mesmo que a disposição dos termos da oração varie. É o papel sintático por estes termos desempenhado que contribui decisivamente para o sentido da oração.<sup>48</sup>

Em seu estudo das relações entre palavras, Apolônio restabeleceu o lugar do infinitivo, encarado por alguns autores pretéritos como de natureza adverbial, passou a ser visto como o verbo por excelência, em seu sentido e modo mais gerais, sem número, pessoa nem “disposição da alma”. A partir desse momento, todas as flexões em tempo e modo passaram a ser concebidas como derivações desse. Como sabemos, tal visão logrou profundíssima longevidade. Também enveredaria por profundo estudo das vozes verbais, estabelecendo a impossibilidade de verbos intransitivos<sup>49</sup> darem margem a construções passivas. Também percebeu que havia verbos de construção ativa que traziam, em sua significação, o sentido da passividade. Usa para esta exemplificação o verbo ὀφθαλμιῶ (*ophthalmiô*), “adoentarse, com relação aos olhos”. A título de exemplificação da permanência do que Apolônio observa aí, encontramos em Bechara (2001) preocupação similar em destacar ocorrências equivalentes para a língua portuguesa, ao chamar nossa atenção para a passividade de formas verbais ativas.

A respeito do nome, Díscolo é categórico, ao estabelecer que não é ele que se constrói com outras palavras, mas ao contrário. Em sua gramática, não se estuda a sintaxe do nome em si, mas a sintaxe de outras palavras em relação ao nome. Mais um movimento de construção de primazia do *nome/sujeito*. Ainda avança na distinção entre nomes e pronomes, cabendo aos últimos a expressão da *ousía*, e, aos primeiros da *ousía* (substância) e da *poiótes* (qualidade). Recorrendo mais uma

<sup>45</sup> Neves: 2002, p. 67.

<sup>46</sup> Notemos que, a esse respeito, a intuição do autor vai se encontrar, dezoito séculos mais tarde, com Noam Chomsky e sua célebre frase “*Colorless green ideas sleep furiously*”, utilizada em prol de argumentação similar.

<sup>47</sup> É importante atentar para o fato que a única língua que se tinha em vista aqui era a grega.

<sup>48</sup> Lembremo-nos de que a liberdade de arranjos em língua grega era bastante maior do que vemos, por exemplo, em português, graças ao mecanismo da declinação nominal.

<sup>49</sup> O autor percebera tal fato intuitivamente, mas não fizera uso dessa nomenclatura ou sistematização, até então inexistentes.

vez a Neves: “[...] o nome designa a coisa por meio de suas qualidades, o que quer dizer que o nome descreve, de certo modo, a coisa. O pronome, por sua vez, indica de dois modos a coisa: na sua presença (**dêixis**) ou na sua ausência (**anaphorá**).”<sup>50</sup>

Ainda sobre o nome, o gramático alexandrino Prisciano, que tem Apolônio Díscolo por fonte de consulta, estudo e inspiração, em palavras de Neves “Prisciano atribuiu a ele a definição segundo a qual o nome é a **parte do discurso que mostra a qualidade** própria ou comum **do sujeito** corpóreo ou incorpóreo”.<sup>51</sup> Na citação original de Prisciano, teremos a presença do particípio passado latino do verbo *subjicere* que nomeou o termo da oração de nosso interesse, por isso procedemos à também citação da mesma que se encontra logo a seguir, na sequência do mesmo texto da autora aqui referida: “*Secundum Apollonium (nomen est) pars orationis quae singularum corporalium rerum vel incorporalium sibi **subiectarum qualitatem propriam vel communem manifestat.***”<sup>52</sup>

É também Apolônio Díscolo quem aponta mais enfaticamente até então uma subdivisão dos nomes que contemplasse os adjetivos, compreendidos em sentido mais específico do que até então. As menções aos adjetivos anteriores a Díscolo apontam-nos como marcas de elogio ou censura. É este gramático que incorporará nos mesmos o traço de serem responsáveis pela indicação de “uma atribuição qualquer”.

Há toda uma especificação possível de ser feita do material de Apolônio Díscolo a respeito de cada classe de palavra e das categorias gramaticais tanto nominais quanto verbais, mas nos limitaremos ao já exposto para a consecução de nossos objetivos.<sup>53</sup>

## 2.4 Estudos gramaticais posteriores aos gregos

Poderíamos falar também em reflexos helênicos, uma vez que o que está aqui em jogo são os valores constituídos neste período da história da civilização

<sup>50</sup> NEVES: 2002, p. 73. Grifos da autora.

<sup>51</sup> *Idem*: 2004, p. 174.

<sup>52</sup> PRISCIANO *apud* NEVES: 2004. Grifos nossos.

<sup>53</sup> Neves (2004) é referência obrigatória a todos que desejarem se aprofundar em tal temática, com riqueza de detalhes, no que diz respeito à fundamentação filosófica da gramática grega, ao trabalho de Dionísio Trácio e ao de Apolônio Díscolo.

grega e sua irradiação para a cultura do Ocidente. Outrossim, seria plausível referenciar-nos em Aristóteles por estar identificado, em nossa análise, como o ponto nevrálgico de um processo de investigação intelectual, filosófica, ontológica que consolidou as raízes necessárias ao prosseguimento deste processo de sistematização gramatical. Óbvio que Platão, antes de seu discípulo, legara contribuições valiosas à historicização das reflexões filosóficas acerca da linguagem. Antes mesmo de Platão, embora de forma incipiente, temos Epicuro, Parmênides, Demócrito e Heráclito voltados a preocupações com a linguagem em algum nível. Após Aristóteles, os filósofos estoicos, como já vimos, têm importância ímpar para a organização da gramática grega e no próprio processo de valorização e resgate da cultura helênica. Portanto, ao referirmo-nos a estes reflexos aristotélicos, temos em mente centralmente as reflexões basilares do filósofo, mas também o legado helênico em seus valores centrais.

Foi sem dúvida com Dionísio Trácio que se deu uma importante sistematização, no campo gramatical, das reflexões de Aristóteles. Embora o autor não tenha se dedicado à sintaxe, em sua *Téchné grammatiké (Arte da gramática)*, apresenta oito categorias que são, fundamentalmente, a base de toda a classificação de palavras subsequente que até hoje observamos. Tais categorias são: o nome, o verbo, o particípio, o artigo, o pronome, a preposição, o advérbio, a conjunção.

Varrão constitui entre 47 a.C e 45 a.C. sua gramática *De lingua latina*, na verdade um tratado sobre fonética, morfologia, etimologia, lexicologia e alguma sintaxe que toma a sistematização grega como modelo. Contudo, como importante contribuição de originalidade varroniana, não podemos deixar de citar a divisão dos verbos latinos em *perfectum* e *imperfectum*, perfazendo um quadro de grande simetria.

Como vimos no item anterior, Apolônio Díscolo é quem incrementa a gramática, acrescentando-lhe a sintaxe. Suas obras tornaram-se referência ao longo de toda a Idade Média e mesmo no Renascimento. A sintaxe, ao longo do tempo (e como bem sabemos) passaria a se confundir com a própria gramática.

No séc. IV d.C., encontramos a obra que se tornaria referência vasta, pelo menos até o séc. VIII para estudos gramaticais, agora em língua latina, a *Ars Donati*, escrita entre 340 e 350 d.C., por Donato. É na primeira parte de sua obra, também

conhecida como *Ars Minor*<sup>54</sup> que Donato abordará as oito partes da oração (*partes orationis*), as quais, segundo Dezotti: “são definidas conforme uma propriedade comum de significação, e descritas segundo propriedades formais”<sup>55</sup> a que se segue a exemplificação:

Nome é a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum... O nome tem seis acidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura, caso.<sup>56</sup>

Já mencionado por nós, Prisciano foi um importante nome para os estudos gramaticais no século VI. Vivendo em Constantinopla, portanto fora do contexto mais imediato de declínio cultural romano, consequência da queda do Império Romano do Ocidente, articulou os estudos gramaticais latinos aos gregos. O último autor de vulto que o fizera fora Varrão em seu *De língua latina*. É Prisciano que resgata Apolônio Díscolo como fonte de estudos quatro séculos depois. Assim, reabilita o estudo da *syntaxis*. Sua grande obra intitula-se *Institutiones grammaticae*. Além do resgate das análises de sintaxe, sua obra se opõe a de Donato pelo relevo dado à semântica pelo qual atribui como principal critério distintivo entre as partes da oração as suas “propriedades de significação”.

Durante séculos, a *Ars Donati* recebe maior atenção do que a *Institutiones grammaticae*, até que, na segunda metade do séc. XI, surgem as *Glosule in Priscianum*, “um conjunto de glosas sobre as *Institutiones* que representam o primeiro testemunho de uma nova abordagem gramatical que se desenvolve nas escolas, e que demonstram como Donato vai sendo aos poucos preterido por Prisciano”.<sup>57</sup>

Nas instituições acadêmicas medievais, a gramática compunha, ao lado da retórica e da dialética, o chamado *trivium*, conjunto de três disciplinas prestigiadas em seus estudos neste período e fundamentais à completa formação.

Por volta do século XII, surgem as já mencionadas gramáticas especulativas, fortemente influenciadas pelo pensamento aristotélico. Tal surgimento tardio pode ser atribuído ao esforço da Igreja em diminuir o máximo possível o acesso acadêmico a autores clássicos, especialmente os gregos. A mentalidade gramatical

<sup>54</sup> A segunda parte, identificada como *Ars maior* abrangia o estudo da fonética, da métrica e da estilística.

<sup>55</sup> DEZOTTI: 2010, p. 2.

<sup>56</sup> *Nomen est pars orationis cum casu corpus aut REM proprie communiterue significans. (...) Nomini accidunt sex: qualitas, comparatio, genus, numerus, figura, casus.* (DONATO apud DEZOTTI: 2010)

<sup>57</sup> DEZOTTI: 2010, p. 4.

especulativa legou vasta influência aos dias atuais. A gramática, para estes autores, era vista como auxiliar da própria lógica. Eis que estamos diante de uma gramática que é concebida antes como instrumento filosófico a gramatical propriamente. Aí, o conceito de cópula seria retomado como parte integrante da oração e corresponderia à relação do sujeito com o predicado.

Em meados do séc. XIII, Roberto Kilwardby considerará, a respeito das proposições de Prisciano, que a palavra existe em dois níveis: em um absoluto, de *per si* e em relação a sua combinação com as demais palavras. A gramática deve, segundo tal ponto de vista, perseguir definições que correlacionem, então, a palavra isolada com sua presença nos enunciados. Para Kilwardby, o objeto central da gramática não deve ser a significação, mas sim a construção de enunciados. Aí já estão lançadas as bases para um estudo lógico da linguagem que guiará os gramáticos modistas em suas gramáticas especulativas.

Também deve ser atribuída à gramática especulativa medieval a preocupação em torno de busca de uma estrutura gramatical universal, uma vez que a mesma advogava que a língua é tão somente reflexa do pensamento. Logo, poder-se-ia, para tais autores, estabelecer padrões universais para o pensamento e, por consequência, para a língua. Neste ponto, podemos estender, então, a influência especulativa até os estudos da gramática gerativa no século XX. Os estudos especulativos contribuem ainda para toda a linhagem das chamadas gramáticas filosóficas e racionais, que dominariam parte considerável do panorama gramatical ao longo dos séculos XVII e XVIII, alcançando, especialmente nas línguas latinas, sobrevida até o século XIX.

Exemplo destacado da linha racionalista de estudos gramaticais é a *Gramática de Port-Royal*, que se propunha a ser um tratado da língua ideal, lógica, universal, aplicável ao conjunto do gênero humano. Essa gramática vai romper com a prática da palavra tomada como unidade gramatical e vai reservar tal papel à frase. Note-se que aí se torna possível um maior desenvolvimento dos estudos sintáticos, uma vez que a tradição especulativa não havia avançado tanto do ponto em que Apolônio Díscolo parara.

Aos nossos objetivos, convém determo-nos com mais vagar nos ensinamentos de *Port-Royal*. No capítulo intitulado *Da sintaxe ou construção das palavras em conjunto*, a gramática afirma:



O primeiro [princípio geral da sintaxe], que nunca existe um nominativo que não tenha relação com algum verbo expresso ou subentendido [...]

O segundo, que não há também verbo que não tenha seu nominativo expresso ou subentendido, porque, sendo próprio do verbo afirmar, é indispensável haver alguma coisa de que se afirme, que é o sujeito ou nominativo do verbo [...]  
(ARNOLD ; LANCELOT: 2001, p. 126)

Aqui é possível identificar uma conceituação subjacente para *sujeito* que o mantém atrelado ao verbo/predicado: aquilo sobre o que o predicado ou verbo declara algo. Claro que estamos diante ainda da influência da *apophânsis* aristotélica. Tal influência vai muito além dessa datação. Em Barbosa,<sup>58</sup> *oração* é tratada como sinônimo de *frase* ou *proposição*.

A respeito do papel de conjunto dessas gramáticas, Azeredo informa-nos que:

[...] a gramática lógica (racional, geral ou filosófica) é não só o modelo da análise sintática que se praticou e até hoje se pratica nas escolas — a despeito da substituição do adjetivo 'lógica' por 'sintática' — como forneceu [...] a terminologia gramatical que se consagrou: sujeito, predicado, objeto, adjunto etc. (AZEREDO, 1997, p. 21)

Os estudos gramaticais renascentistas estabeleceriam uma ruptura com a tradição especulativa em pelo menos dois sentidos: o foco de objeto de estudo se deslocaria do latim para as línguas vernáculas europeias<sup>59</sup> e o objetivo não mais seria especulativo, mas sim da descrição destas línguas. E aqui se voltaria a Dionísio Trácio, como fonte inspiradora. Ou seja, continuamos em um escopo aristotélico. Nesse momento, o estatuto dos estudos sintáticos já estava suficientemente solidificado. Procedeu-se, dessa forma, à difusão de nomenclaturas nesse campo. Estas gramáticas renascentistas nasceram já com uma carga normativa bastante pesada, já que cabia às mesmas demonstrar que as línguas vernáculas eram tão dignas de respeitabilidade quanto o próprio latim, e o meio escolhido para isso foi o estabelecimento de uma norma para tais línguas vernáculas. Toda a metalinguagem adotada nessas gramáticas foi o que Auroux<sup>60</sup>

<sup>58</sup> BARBOSA: 1881, p. 255.

<sup>59</sup> Auroux (1992) chama a nossa atenção para o fato de que este período correspondeu a uma profunda revolução no campo de estudos de linguagem. É um período de "gramatização massiva", entre os séculos XV e XVII, que coincide com a formação dos estados nacionais europeus.

<sup>60</sup> *Op. cit.*

denomina *empréstimo opaco*, ou seja, uma adaptação pura e simples das terminologias latinas “mais do que por empréstimo parafrástico (tradução da significação etimológica do termo latino correspondente)”.

Todo esse arcabouço de estudos gramaticais só seria fragilizado em face da Linguística Comparada ou Histórica<sup>61</sup> do século XIX, que, pela primeira vez, reivindicaria métodos científicos aos estudos de linguagem. Além disso, o centro de atenção gramatical deslocou-se da palavra ou frase/oração para o morfema em um movimento de mergulho intravocabular, tão importante para o desvendamento das relações de parentesco entre as línguas modernas. Mas é com o *Curso de Linguística Geral* de Saussure que os enfoques linguísticos ganham decididamente outros interesses, abalando, assim, o *status quo* da tradição gramatical. No ponto de nosso interesse, *sintaxe/sujeito*, muito será problematizado acerca das visões cientificamente restritas que imperavam até então no concernente a definições/conceituações. A própria visão da língua como reflexo do pensamento é posta em xeque, não obstante a própria linguística tenha cedido espaço a correntes que, segundo moldes distintos da tradição gramatical, recuperaram tal ideia, como o já citado exemplo do gerativismo.

Porém, mesmo com o advento da Linguística moderna, as gramáticas normativas, herdeiras de uma tradição muito ancestral, mantêm-se reputadas até hoje do ponto de vista social. Enfim, boa parte do fundamento do raciocínio gramatical atual ainda é aristotélico. A tão recorrente ideia de que *sujeito* é o termo sobre o qual se declara algo e que o *predicado* corresponde ao que se declara sobre o *sujeito* é fundamentalmente aristotélica e tal mentalidade, robustamente, singrou muitos séculos até nós e, em nosso meio, ainda mantém vitalidade incontestável.

## **2.5 A centralidade do conceito de *sujeito* nos estudos gramaticais**

Claro que ao falarmos sobre a gramática, temos em vista, especialmente, a sintaxe e, dentro desta, o *sujeito*, como estabelecido desde o início de nossa exposição. Para tanto, remetemo-nos no texto, com ênfase aos conceitos filosófico e

---

<sup>61</sup> Para detalhamento dos parâmetros científicos aí utilizados, remetemos o leitor a CAMARA JR. (1986) e FARACO (2005).

gramatical de *nome*, o qual estará, obviamente, associado ao processo de transposição das classes de palavras do terreno da morfologia para o da sintaxe, como pudemos perceber, mais claramente, em Apolônio Díscolo, Prisciano e *Port-Royal*.

Para perfazer nossa análise, partimos dos momentos gloriosos da sociedade ática, a chamada Era Helênica. Tal período curiosamente coincide com um contexto histórico atribulado sob o prisma da beligerância. O *século de Péricles* é um período demarcado pelo fim da guerra contra o império de Xerxes e o maior confronto que os gregos já teriam visto até então, a Guerra do Peloponeso. A tese que aqui sustentamos é que tal processo, longe de pulverizar o *modus operandi e vivendi* grego, possibilitou o seu alastramento, ao colocar, forçosamente, a visão de mundo dos atenienses em clara evidência. Um ano apenas após o fim do confronto, a democracia já havia voltado a funcionar de forma plena em Atenas. Em uma década, sua esquadra estava totalmente recomposta. Em um quarto de século, seu império já se reencontrava reconsolidado de forma tal, que não parecera recém-saído de uma guerra que vitimou boa parte da população e das defesas da cidade<sup>62</sup>.

Enfim, estamos a falar de uma civilização ímpar. Não obstante, sabemos que tal afirmação traz, em seu cerne, o olhar da Hélade para si mesma, afinal, estamos a fazer uma análise que é profundamente inserida nos parâmetros que os próprios helênicos nos legaram. E aqui há um elemento central e decisivo em nosso ponto de vista. Tal elemento diz respeito àquilo que estabelecêramos como clivagem entre as sociedades espartana e ateniense: o estatuto da individualidade nesta. Não se trata tão somente de um cultivo da individualidade, mas de uma busca da singularidade, daquilo que se faz único. Tal característica está impregnada no meio ático, desde seu período dito antigo. Mas, foi, sem dúvida, por meio da filosofia do período helênico, com especial destaque para Platão e Aristóteles, que tal busca ganhou o contorno de reflexões pujantes o suficiente para delinarem quase trinta séculos de história, de forma que somos levados a reconhecer a sociedade que gerou tal contexto histórico como fundadora do pensamento ocidental. Como já dissemos, é o olhar da Hélade para si mesma, tal qual diante de um espelho, indagando-se a origem ontológica das essências que nos compõem e dentre estas, a linguagem.

O pensamento filosófico que se torna robusto no período helênico é justamente o de busca de singularidades, de particularidades. A própria história da

---

<sup>62</sup> Cf. KAGAN (2006).

Filosofia reproduz tal percurso histórico, sendo mãe de tantas ciências e áreas de saber, em um percurso de busca de especificidades incessante. Ora, a própria sistematização gramatical é fruto de tal processo. A gramática nasce voltada à unidade (palavra)— e assim se mantém por longos séculos. Precisamos considerar também a consideração de Azeredo (1997) de que isso também se associa ao meio escrito ter sido o foco quase exclusivo de estudo e sistematização gramatical desde seu nascedouro. De todo modo, estamos diante de uma unidade plenamente una, logicamente una, visivelmente una.

O próprio percurso gramatical da língua grega para outros idiomas atesta a mesma preocupação. *Ousía*, por exemplo, talvez fosse mais traduzível para o latim por meio de perífrase, mas se impunha a busca da palavra que singularmente pudesse denotar e remeter a tal conceito.

O próprio conceito metalinguístico de *sujeito* e sua construção na história gramatical correspondem à apreensão de uma singularidade. Conjuntamente, nome e verbo vistos como o ponto de partida de estratificação e composição do próprio falar ao longo da história da gramática sugerem-nos tal fato. E, dentre estes dois, o nome sempre apontado como a singularidade da qual o verbo é tributário. Por isso, eis que o *sujeito* pode ser entendido como a mais singular de todas as singularidades da sistematização gramatical. Por extensão, os conceitos de *sujeito* e *predicado* implicam, desde os primórdios, direta ou indiretamente, que este se remete àquele para ser decodificado. Eis os reflexos da primazia do pensamento da sociedade que erigiu o indivíduo como instância social.

Tal mentalidade é tão solidamente incorporada que um termo originalmente de construção passiva no latim passou a incorporar traços agentivos, garantindo-se, assim, mais claramente ainda este aspecto de singularização, o qual se dilata para tantas outras áreas que não a de estudos da linguagem.

Pontes (1986), ao nos relatar os muitos traços que, intuitivamente, garantem reconhecimento do sujeito prototípico, destaca, dentre outros, [+anteposto], [+humano], [+agente], [+concreto], [+animado]. São todos facilmente associáveis a uma personalidade, a uma individualidade, a um ente, a um ser. Enfim, confirmam, a nosso ver, o que aqui enfaticamente denominamos a busca por uma singularidade. Nesse sentido, a metalinguagem gramatical perpetua-se longevamente.

Pretendemos aqui abordar a formação da metalinguagem gramatical, com interesse especial voltado à nomenclatura de *sujeito*, a partir de um percurso talvez

incomum. Há inúmeros autores, ao longo da história, que atestam a permanência do viés filosófico na organização gramatical. Contudo, escolhemos como nosso ponto de partida o episódio que mais claramente afeta a cultura pan-helênica no período Clássico, a Guerra do Peloponeso. Tudo que dela sabemos é aquilo que obtivemos por meio de fontes atenienses, desde a própria denominação do confronto. Por si só, isso já é mais do que um indício de qual organização social recolheu para si os espólios da guerra, em forma de louros a serem perpetuados culturalmente pela história. Nesse caso, situamos tal papel hegemônico conferido à civilização ática. Os mesmos possuíam um estatuto para a individualidade, com o corte e a instanciação das relações sociais muito mais definidos do que os espartanos. A tese que aqui defendemos é de que essa mentalidade de reconhecimento e busca do indivíduo/individualidade hierarquizou o próprio desenvolvimento do pensar ocidental, aqui exemplificado na gramática, por meio do termo sintático *sujeito*. Enfim, o episódio do Peloponeso acaba por reiterar a legitimidade e a pujança do império ateniense. Não o fosse, não estaríamos, tantos séculos depois, repetindo significados e construções mentais arquitetadas no seio daquela sociedade.

Como já alertamos, desde o princípio, é muito difícil apreender o sentido preciso do que exatamente seria o conceito de individualidade no mundo helênico. Tal valor é, na sociedade ática, subjacente, e não explícito. Além disso, temos ainda a própria dificuldade de identificar o que seria o próprio indivíduo em uma sociedade tão remotamente pré-capitalista. Inclusive nos é difícil também precisar o modo de produção com que estamos efetivamente a lidar em tal situação, já que o mesmo hierarquiza e determina o conjunto das relações, trocas, configurações culturais e sociais e, com a língua, não é diferente.

Ainda assim, não há como negar que Atenas legou significação ao Ocidente. Reconhecemo-nos naquilo que tal escopo de significações nos tem imposto ao longo da história, atravessando mesmo modos de produção díspares. O próprio conceito de Ocidente abrange todos aqueles que minimamente se circunscrevem no legado da Hélade. Povos ágrafos ocidentais, em geral, não compõem o que, culturalmente, é denominado, *lato sensu*, Ocidente. Herdamos também dos gregos o menosprezo e a arrogância quanto a estas culturas ágrafas, seja política, social ou linguisticamente, com inúmeros exemplos ao longo da história. A elas, nossa condescendência permite, quando muito, uma relação de tutela pelas culturas

letradas. Em verdade, o alcance da mentalidade helênica se expandiu e, com ele, também as fronteiras bárbaras.

Nesse caso, mais do que um discurso fundador, deparamos com um pensamento fundador que, coerentemente, especializou-se no sentido de busca do específico, do uno, do singular, do que individualiza. Assim, davam-se as relações sociais, de produção de conhecimento, de manifestações artísticas na *pólis* de Atenas. Assim, constituiu-se o pensamento filosófico que serviria de base para a gramática. Assim, a gramática se erigiu como disciplina. Identificamos como ponto nevrálgico de todo esse processo as formulações de Aristóteles.

Só os gregos poderiam ter feito isso?<sup>63</sup> Captaram a alma atemporal humana? E se Esparta tivesse se feito hegemônica? A busca de respostas a tais perguntas é inócua. Não há cartesianismo histórico. Se houvesse, a própria sociedade helênica não teria se lançado hegemonicamente ao mundo pan-helênico no contexto adverso em que o fez. Da mesma forma, se aceitássemos uma perspectiva determinista aqui, como explicar que uma sociedade responsável por êxitos tão perenes possa não ter constituído línguas descendentes de sua própria? Afinal, o grego é um caso quase único<sup>64</sup> na família indo-europeia de língua única em seu próprio ramo linguístico. Na frondosa árvore linguística indo-europeia, o ramo grego possui um único galho que corresponde à sua própria versão moderna, ao contrário de todas as demais línguas de sua geração ou anteriores. Enfim, não cabem tergiversações, mas tão somente a constatação e o aprofundamento dos fatos trazidos à tona para suplementação de nossa compreensão da própria estruturação dos estudos de linguagem. E, neste ponto, é inconteste que o pensar da Hélade desempenhou papel estruturador em sua busca por uma ontologia da linguagem.

Elegemos para nossa investigação aqui um conceito que reúne, de antemão, uma visibilidade destacada na história dos estudos gramaticais. Exploramos a identidade entre *nome* e *sujeito*, atestada tanto em Aristóteles quanto em Apolônio Díscolo. Nesse trajeto, acompanhamos um breve percurso de como a gramática foi alçada ao posto de estruturadora do próprio pensamento e de campo privilegiado à

<sup>63</sup> Embora a pergunta seja em si retórica, é importante destacarmos que, a perspectiva universalista e de prevalência de um recorte advindo de um olhar que valoriza a individualidade não é exclusividade dos estudos de linguagem empreendidos pelos gregos. Facilmente, detectamos tal preocupação também nos estudos indianos acerca da linguagem (Cf. LYONS, 1979.).

<sup>64</sup> Os únicos outros dois casos desse tipo que se têm registro na família indo-europeia são o do albanês e do armênio. É preciso considerar que estamos falando de doze ramos linguísticos (ou mais, se considerarmos as línguas indo-europeias de 2ª geração — pós-coloniais) e de mais de uma centena de idiomas. Para maiores informações sobre o assunto, cf. SALLES (1993).

busca de singularidades. Não temos dúvidas de que apenas tangenciamos um tema de profundidade abissal. Abordar o próprio caráter ontológico da estruturação da gramática como disciplina, área de saber e de estudos, exige ainda investigações outras. Contudo, esperamos ter apresentado alguns pontos que sejam merecedores desse aprofundamento. Que o mesmo possa ocorrer em futuro não distante com a merecida e necessária singularidade.

### 3 OS CONCEITOS DE SUJEITO E ORAÇÃO SEM SUJEITO EM GRAMÁTICAS E COMPÊNDIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

#### 3.1 Gramáticas do séc. XIX até a *Norma Gramatical Brasileira* (1959)

Para consubstanciar nossa discussão, selecionamos um breve mostruário da visão sobre orações sem sujeito em descrições gramaticais/linguísticas das mais diversas orientações. No presente capítulo, pretendemos realizar um recorte da conceituação não só de oração sem sujeito, mas também do próprio sujeito apresentada pelos mais variados autores. Para isso, procedemos à consulta em gramáticas e em autores de referência em geral, mesmo que não em gramáticas formais. Quanto às gramáticas, realizamos uma pequena distinção entre obras anteriores à NGB e posteriores. Tal corte visa somente a uma separação que reconhecemos ser, em parte, imprecisa entre gramáticas “antigas” e aquelas que são publicadas até hoje. Também incluimos em nosso levantamento um exemplar de gramática lusitana, de modo a termos um mostruário, ainda que muito breve, que se espalhe para além dos trabalhos brasileiros.

Antes, registremos o que dizem a esse respeito a *Nomenclatura Gramatical Brasileira* (NGB), de 1959 e a *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (NGP), de 1967. Ambos os documentos são bem semelhantes quanto a isto. Como a preocupação neles presente é a de apresentar uma uniformização nomenclatural, apenas apresentam a denominação *oração sem sujeito* na condição de subitem de *sujeito*, ao lado de *simples*, *composto* e *indeterminado*<sup>65</sup>. A título de curiosidade, embora não tenhamos a pretensão de aqui analisar as nomenclaturas oficiais e seu impacto direto na descrição gramatical, seja normativa ou não, na NGB encontramos as quatro denominações, supracitadas, listadas em “pé de igualdade” aparente. Já na NGP, temos dois itens expostos da seguinte forma: *simples* e *composto* e *indeterminado*. Entre parênteses, encontramos: “Considere-se ainda a existência de orações sem sujeito.”

Iniciamos então nossa investigação pelas gramáticas publicadas até a NGB.

<sup>65</sup> Não há na NGB nem na NGP a ocorrência da nomenclatura *oculto*, *desinencial* ou similar no item *sujeito*.



### 3.1.1 *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1822), de Jerônimo Soares Barbosa

Soares Barbosa é referência historicamente importante das gramáticas de língua portuguesa, especialmente no Brasil. Nele não encontramos sistematização específica das orações sem sujeito. Em um dos poucos trechos em que há menção aos verbos impessoais, o autor nos diz

Todo o verbo da proposição concorda em numero e em pessoa com o sujeito da mesma, claro ou occulto [...] e nos verbos impessoaes, vive-se, chove, neva, entende-se-lhes de fóra o sujeito. (BARBOSA, 1881, pp. 261-262)

No referente ao sujeito, em seu livro IV, capítulo I, intitulado *Da oração em geral*, assinala que “o sujeito é o principal termo da proposição ao qual todos os mais se referem. Elle sempre é, ou um nome substantivo [...]”.<sup>66</sup> Nessa definição, não fica claro para nós em que plano está pontuada a emergência do sujeito sobre os demais “termos da proposição”, se semântico ou (morfos)sintático. Intuímos que o autor leva em consideração uma conjunção de tais planos.

### 3.1.2 *Grammatica descriptiva* (1894), de Maximino Maciel

No capítulo intitulado *Syntaxologia*, Maximino Maciel define que “sujeito é o ser de quem se diz alguma cousa”.<sup>67</sup> Ainda lista que tipos de palavras podem expressar o sujeito: substantivo, pronome, infinitivo substantivado, qualquer palavra substantivada, uma expressão substantivada, qualquer palavra interjetiva ou citação, uma proposição conjuncional (uma oração subordinada substantiva subjetiva), uma proposição indefinida e uma proposição infinitiva.

Deparamos nessa obra com uma sistematização efetiva para os itens em estudo. No item denominado *Personalidade dos verbos*, temos a definição de verbos impessoais, como subclasse dos defectivos, nos seguintes termos:

Impessoaes, desde que na sua accepção própria se usem apenas nas terceiras pessoas do singular e não possam ter sujeito determinado, pois exprimem factos

<sup>66</sup> BARBOSA: 1881, p. 255.

<sup>67</sup> MACIEL: 1931, p. 276.

que não se podem atribuir a ninguém, ex.: chove, troveja, relampeja. (MACIEL, 1931, p. 255)

Aí percebemos que a impessoalidade é circunscrita aos verbos indicadores de fenômenos da natureza, como se consagrou na descrição gramatical tradicional. Um pouco mais adiante, voltando à questão, o autor afirma:

Todos os indefectivos são pessoas; ha verbos que se impessoalisam e outros que se personalisam, isto é, perdem o sujeito ou o adquirem determinadamente, ex.: faz calor, chovem balas. (Idem: ibidem, pp. 139-140)

No capítulo *A impessoalidade verbal*, temos sistematizações que aqui nos propomos a reproduzir com mais vagar, dada sua valia histórica:<sup>68</sup>

Verbo impessoal é aquelle que, apenas empregado na 3ª pessoa do singular, não tem sujeito conhecido.

A maior parte dos impessoais denota phenomenos meteorológicos, sendo o sujeito uma incógnita, uma espécie de x syntactico, cujo valor independe de qualquer theorisação grammatical [...].

[...] ao dizermos chove, exprimimo-nos com a indeterminação do sujeito.

Impugnamos pois a opinião daquelles que, em desacordo com os factos da lingua, explicam a proposição impessoal já mediante ellipse do sujeito, já mediante o pronome elle que, dizem, occorre na lingua do vulgo ignaro, á maneira do il francez.

[...] a defectividade ou **falta do sujeito é o caracter fundamental da impessoalidade.**

[...]

Além dos verbos, semanticamente impessoaes, attinentes ao estado meteorológico a que nos acabamos de referir, occorrem os seguintes que accidentalmente se impessoalizam, perdendo o sujeito, conforme a accepção que lhes está regulando o conceito: (MACIEL: ibidem, pp. 389-390. Grifo nosso)

Após tal trecho, são apresentados e exemplificados os verbos *dar* (exprimindo horas), *fazer* (tendo por objeto palavra referente ao estado meteorológico), *ser* (não tendo sujeito e modificado por adjunto adverbial de tempo), *bastar* (quando isolado ou com sujeito proposicional) e, por fim, *haver*, segundo o autor:

<sup>68</sup> Lembremo-nos de que esta obra remonta a uma primeira publicação de 1887, sob o título *Grammaticca Analytica* e que as duas primeiras edições da *Grammatica Descriptiva* de Maciel foram publicadas ainda no século XIX.

[...] desde que, implicando noção de existencia, signifique latentemente — ter, possuir, em relação ao seu objecto directo, ex.: “Si não houvesse ingratidões, como haveria finezas...”<sup>69</sup> “Si ha doces sonhos no viver celeste...”<sup>70</sup>

O autor dedica adiante um capítulo à *Syntaxe do verbo haver*, em que além de retomar a acepção impessoal do verbo; ainda frisa sua identidade com *ter*, quando utilizado em acepção de posse; apresenta-nos o seu papel formador de locuções verbais; identifica-lhe uma função de adjunto adverbial em expressões como *ha mais de vinte annos*. Após toda essa exposição, nas observações sobre os *phenomenos irregulares e anormalos*, referentes ao emprego do verbo *haver*, diz-nos:

A sua **substituição pelo verbo ter**, um **dos phenomenos mais constantes, mais geraes que se observa até mesmo entre pessoas doudas**, ex.: “Na festa tem (ha) muito povo. Tinha muita agua na rua.” (MACIEL, 1931, p. 397. Grifo nosso.)

Eis aí um registro, embora prescritivo, que atesta a penetração de *ter* já avançada em terreno existencial em fins do século XIX e início do XX; o que se encontra em consonância com análises a que procederemos no capítulo VII. A presente prescrição linguística deve ser necessariamente encarada como atestação da frequência de uso que se fazia perceptível “até mesmo entre pessoas doudas”.

Registra ainda, no item sobre os verbos *ser* e *estar*, o uso impessoal do primeiro, o qual exemplifica com “É tarde!”.

### 3.1.3 *Grammatica portugêsa* (1887), de João Ribeiro

Em sua gramática, João Ribeiro conceitua sujeito como “o ser de que se afirma alguma cousa”.<sup>71</sup> Trata os verbos impessoais e defectivos no mesmo plano, atribuindo a ambos a definição “verbos a que faltam sujeito e faltam alguns tempos ou pessoas da conjugação”,<sup>72</sup> perfazendo assim uma conceituação, a nosso ver, bastante imprecisa. Ainda diz sobre tal grupo que “em geral exprimem phenomenos da natureza”.<sup>73</sup> Mais tarde, abaixo da conceituação de sujeito, observará que há “o

<sup>69</sup> VIEIRA *apud* Maciel: 1931.

<sup>70</sup> ABREU: *apud* Maciel: 1931.

<sup>71</sup> RIBEIRO: 1930, p. 157.

<sup>72</sup> *Idem: ibidem*, p. 69.

<sup>73</sup> *Idem: ibidem*, p. 69.

caso em que póde falhar o sujeito (nas orações ditas sem sujeito: *Chove. Corre que estás doente*).<sup>74</sup> Em tempo, notemos que interessante a indicação do verbo *correr* no último exemplo. Talvez pudéssemos supor que no rol de sem sujeito Ribeiro (1930) circunscrevesse o conjunto de verbos que apresentam sujeito oracional posposto, porém, na falta de maior exemplificação, não nos sentimos à vontade para tal premissa.

### **3.1.4 Gramática histórica da língua portuguesa (1921) e Gramática secundária da língua portuguesa (1923), ambas de Said Ali**

Na primeira obra, sem definir rigorosamente sujeito, aponta em sentido que claramente nos faz ver uma conceituação a partir de parâmetros filosóficos, ao dizer que “o predicado, definido necessariamente como sendo aquilo que se diz sobre o sujeito, reclamaria sempre o dito sujeito como termo correlato”. Tal inclinação conceitual é confirmada na segunda obra ao afirmar que o sujeito “denota o ser a propósito do qual se declara alguma cousa. É expresso por um nome ou um pronome”<sup>75</sup>.

Said Ali (1966a) descreve-nos *ter* e *haver* em estruturas verbais compostas/locuções, enfatizando os traços aspectuais que ambos acrescentam ao conjunto da expressão verbal. No extenso capítulo intitulado *Casos particulares de concordância*, sobre o verbo *haver* diz:

O verbo *haver*, fazendo as vêzes do verbo *existir*, usa-se no singular ainda quando se refira à existência de muitos seres, expressos por substantivo no plural. Remonta essa prática ao período latino em que *habere*, mantendo ainda o sentido primitivo, teria sujeito próprio<sup>76</sup>. Diferenciado o sentido e obliterada da mente a noção do dito sujeito, continuou-se todavia a usar o verbo no singular.<sup>77</sup> (SAID ALI, 1966a, p. 305)

Na sequência, o autor continua a caracterização do uso de singular da forma *haver*, da histórica rejeição à forma *hão* e de exemplos que atestam flutuação entre singular e plural, em tempos verbais que não o presente, em construções com este verbo desde textos do século XVIII. E, por fim, no capítulo *Termos da proposição*

<sup>74</sup> *Idem: ibidem*, p. 157. Grifos do autor.

<sup>75</sup> SAID ALI: 1966b, p. 125.

<sup>76</sup> Aqui Said Ali faz menção a fato que já abordamos no texto por meio de Camara Jr. (1974).

<sup>77</sup> Também aqui mantivemos a escrita original.

também a abordagem do verbo *haver*, tratando do que chama “exata acepção de ‘existir’”.<sup>78</sup>

Já em Said Ali (1966b), observamos também no capítulo *Concordância*, aborda o verbo *haver* em acepção existencial, com tom ainda mais incisivo quanto à concordância no singular. No item *verbos impessoais*, apresenta:

Verbo IMPESSOAL ou UNIPESSOAL é todo aquêlo que em forma finita tem senão a 3ª pessoa.

Os verbos impessoais exprimem fenômenos da natureza. (SAID ALI: 1966b, p. 83. Grifos do autor)

Além destes últimos verbos, aborda, como impessoais, também as formas *cumpre, importa, convém, dói-me, praz-me, parece-me* e, mais uma vez, destaca *haver* como impessoal “com o sentido de existir”.

Já no capítulo *Sintaxe e estilística*, no item *Oração*, o autor faz a seguinte observação:

Os dizeres chove, troveja, e outros verbos impessoais que denotam fenômenos da natureza exprimem fatos em si, sem referência a quaisquer sêres. A estas proposições de sentido completo constituídas por um só termo dá-se o nome de orações sem sujeito. (Idem: ibidem, p. 127)

Tal observação instaura em nós uma dúvida: há discrepância entre os verbos que formam *oração sem sujeito* e *os impessoais* para o autor? Parece-nos que analisadas em conjunto as reflexões aqui apresentadas justificam tal dubiedade. No entanto, quanto ao verbo *haver* especificamente, ao longo das duas obras mantém-se o mesmo enfoque, que compreende o seu significado existencial e a ênfase quanto à concordância no singular.

---

<sup>78</sup> SAID ALI: 1966a, p. 270.

### 3.2 Gramáticas pós-NGB

Neste item, elencamos o conjunto das obras publicadas a partir da NGB. Intencionalmente, colocamo-nos de fora dos limites da armadilha de subdividi-las em obras normativas/tradicionais e as que não o sejam, pois, como dissemos no capítulo I, enxergamos heterogeneidade no grupo intitulado, grosso modo, Gramática Tradicional. Além disso, cremos que o próprio recorte de conceitos que apresentaremos já porá em evidência uma preocupação de ordem mais voltada a uma postura científica e de pesquisa ou não.

Dito isso, destaquemos primeiro a exposição que a NGB<sup>79</sup> faz acerca do tema em interesse. Em sua terceira parte, *Sintaxe*, no item B, *Análise sintática*, apresenta-se isto:

#### B. Análise sintática

sujeito

predicado

simples

composto

indeterminado

**oração sem sujeito** [grifo nosso]

nominal

verbal

verbo-nominal

do sujeito

do objeto

verbo de ligação

verbo intransitivo

verbo transitivo

direto

indireto<sup>80</sup>

<sup>79</sup> A *Nomenclatura Gramatical Portuguesa* (NGP) também considerava a *oração sem sujeito*, mas destacava-a à parte. A *Terminologia Linguística para os Estudos Básicos e Secundários* (TLEBS), em vigor em Portugal desde 2007, fala em *sujeito simples, composto* ou *nulo*. Para maiores informações sobre a NGB ou a TLEBS, cf. HENRIQUES (2009).

<sup>80</sup> Disposição espacial em conformidade com a obtida via *internet* pelo endereço <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/index.php?action=ngbras>.

Percebe-se em tal listagem terminológica que o fato de a oração sem sujeito ter sido citada logo após os termos referentes à tipologia do sujeito pode ter induzido à leitura dessa como um tipo de sujeito a mais, noção que passou a vigorar para a abordagem de tal oração e ainda hoje plenamente vigente. Vejamos agora as gramáticas do século passado pós-NGB.

### **3.2.1 *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa (1959), de Artur de Almeida Tôrres***

Para Almeida Tôrres, sujeito é mais uma vez “o ser de que se declara alguma coisa”.<sup>81</sup>

Sua conceituação para oração sem sujeito é apresentada nos seguintes termos:

Uma oração não tem sujeito, e isto constitui fato excepcional, quando, ao espírito, não importa saber de quem ou de que procede a ação significada pelo verbo. Assim, em orações como *Chove muito*, a idéia fundamental se concentra no predicado, visto que nosso espírito não sente necessidade de conhecer o agente ou o ser que exerce a ação. (TÔRRES, 1959, p. 233)

O autor ainda delimita de forma clara os limites da oração sem sujeito, incluindo aí os que expressam fenômenos da natureza, seja diretamente, seja pela adjunção de *ser*, *estar* ou *fazer* referindo-se a fenômenos meteorológicos ou a tempo, o verbo *haver* no sentido de *existir* e o verbo *ser* indicando horas.

### **3.2.2 *Gramática metódica da língua portuguesa (1962), de Napoleão Mendes de Almeida***

O autor expõe sua conceituação para o termo sujeito nos seguintes termos:

[...] sujeito de um verbo é a pessoa ou coisa sobre a qual se faz alguma declaração, é evidente que o sujeito deve ser constituído de substantivo, pois a esta classe de palavras cabe nomear as pessoas e as coisas. (ALMEIDA, 1962, p. 345)

---

<sup>81</sup> TÔRRES: 1959, p. 231.

Sobre a oração sem sujeito, ele não a conceitua propriamente, mas nos põe diante de interessante comentário ao tratar da questão: “Não se trata agora de classificar, nem de procurar, nem de determinar o sujeito; o sujeito não existe [...]”. Aponta o autor que então teremos orações sem sujeito com orações que contenham as seguintes descrições:

1. em que o verbo é impessoal essencial: “Choveu ontem”
2. em que entra o verbo *haver* acidentalmente empregado como impessoal: “Há homens na sala”
3. em que entra o verbo *fazer*, também acidentalmente empregado como impessoal: “Faz dois dias que [...]”
4. em que entra o verbo *ser*, acidentalmente empregado como impessoal: “Era a hora do repouso”
5. em que entra o verbo *estar*, acidentalmente empregado como impessoal: “Está tarde”

### 3.2.3 Moderna gramática portuguesa (1976), de Evanildo Bechara

Esse autor apresenta-nos o conceito de sujeito da seguinte forma: “É o termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade.”<sup>82</sup> Já sobre a oração sem sujeito, expõe:

Há orações que encerram apenas a declaração contida no predicado, sem que se cogite de atribuí-la a nenhum sujeito [...] Em tais casos dizemos que se trata de orações sem sujeito e o verbo que nelas entra se chama impessoal. (BECHARA, 1976, p. 201)

Sobre a extensão das orações sem sujeito, as mesmas englobam:

- verbos que denotam fenômenos da natureza;
- verbo *haver* denotando ou não a existência de pessoa ou coisa;
- verbo *ser* indicando tempo;
- verbos *haver* e *fazer* denotando tempo (o autor atribui tal classificação a outros gramáticos);
- verbo acompanhado do pronome *se* indicando indeterminação do sujeito (também atribuído a outros gramáticos)<sup>83</sup>;

<sup>82</sup> BECHARA: 1976, p. 199.



- verbo *ter*, tal qual *haver*, com a observação de que tal uso se aplica à linguagem familiar.

### 3.2.4 Gramática normativa da língua portuguesa (1957), de Rocha Lima

A 1ª edição dessa gramática data de 1957. Contudo, a sua notoriedade, como gramática normativa deu-se no período após a instituição da NGB. Até hoje se constitui como referência dentre as gramáticas normativas.

O conceito de sujeito aí visto é o de “*ser de quem se diz algo*”.<sup>84</sup> Quanto à conceituação para oração sem sujeito, informa-nos que:

*Pode dar-se o caso de a oração ser destituída de sujeito: com ela referimo-nos ao processo verbal em si mesmo, sem o atribuirmos a nenhum ser. Nem há o propósito de esconder o sujeito, atitude psicológica orientadora das orações indeterminadas.*<sup>85</sup>

A extensão das orações sem sujeito engloba os verbos que denotam fenômeno da natureza e também *haver*, *fazer* e *ser*, empregados impessoalmente, sem que se esclareça o que vem a ser tal uso impessoal.

### 3.2.5 Nova gramática do português contemporâneo (1993), de Celso Cunha & Lindley Cintra

Os autores definem sujeito como “o ser sobre o qual se faz uma declaração”,<sup>86</sup> conceituando a oração sem sujeito assim:

Em orações como as seguintes: **Chove. Anoi-tece. Faz frio.** Interessa-nos o processo verbal em si, pois não o atribuimos a nenhum ser. Diz-se, então, que o verbo é IMPESSOAL e o sujeito *INEXISTENTE*. (CUNHA ; CINTRA, 1993, p. 126. Grifos dos autores.)

A oração sem sujeito aqui abarca, além das construções que indicam fenômeno da natureza, o verbo *haver* na acepção de “existir”, os verbos *haver*, *fazer*

<sup>83</sup> Destacamos com especial interesse a categorização dos casos de “sujeito” indeterminado dentre exemplos de oração sem sujeito.

<sup>84</sup> ROCHA LIMA: 2003, p. 234.

<sup>85</sup> BECHARA: 1976, p. 234.

<sup>86</sup> CUNHA & CINTRA: 1993, p. 119.

e *ir*, quando indicam tempo decorrido, o verbo *ser* na indicação do tempo em geral e o verbo *ter*, na acepção de “existir”, com destaque à coloquialidade do uso.

### **3.2.6 Moderna gramática portuguesa (2001),<sup>87</sup> de Evanildo Bechara**

A gramática ora em estudo não se trata de uma simples nova edição. Como veremos, essa obra, homônima da que já estudamos, é a rigor uma nova gramática. Por isso, listamo-la à parte.

A sua conceituação de sujeito se faz com grande preocupação sintática, fato até agora inédito em nossos dados: “Chama-se sujeito à unidade ou sintagma nominal que estabelece uma relação predicativa com o núcleo verbal para constituir uma oração.”<sup>88</sup>

Não há apresentação específica de conceituação para oração sem sujeito. Esta só é tratada indiretamente. Também não há qualquer sistematização que dê conta da extensão das orações sem sujeito.

### **3.2.7 Gramática escolar da língua portuguesa (2006), de Evanildo Bechara**

Mais uma obra de Evanildo Bechara. Com a publicação da obra anterior mais voltada à pesquisa e a uma abordagem mais destinada ao ensino superior, essa gramática vem a suprir a lacuna de uma obra mais sistematizada voltada aos ensinamentos fundamental e médio. Contemporânea de *Lições de português pela análise sintática*, do mesmo autor, optamos pela *Gramática escolar*, publicação de maior completude, uma vez que não há entre as duas obras disparidades quanto às conceituações que nos interessam.

Aqui sujeito é conceituado como o termo referente de uma predicação.<sup>89</sup> Ao mesmo tempo, também nos apresenta sujeito como sendo “uma pessoa ou coisa a respeito da qual [os verbos] comunicam algo”.<sup>90</sup> Já as orações sem sujeito, considera-as aquelas em que não há predicação referida a nenhum sujeito<sup>91</sup>. No referente a que verbos encontram-se abarcados pela oração sem sujeito oferece-nos uma relação bem detalhada, composta de:

<sup>87</sup> 37a. edição.

<sup>88</sup> BECHARA: 2001, p. 409.

<sup>89</sup> Cf. *Idem*: 2006a, p. 16.

<sup>90</sup> *Idem*: *ibidem*.

<sup>91</sup> Cf. *Idem*: *ibidem*.

- verbos que denotam fenômenos atmosféricos ou cósmicos;
- *haver* e *ser* equivalentes a *existir*;
- *haver*, *fazer* e *ser* em indicação de tempo;
- *bastar de* e *chegar de*, com ideia de suficiência;
- *ir* acompanhado das preposições *em* ou *para* expressando tempo;
- *vir* e *andar* acompanhados das preposições *por* ou *a* expressando tempo;
- *passar* acompanhado da preposição *de* expressando tempo;
- *tratar-se* acompanhado da preposição *de*.

### 3.2.8 Gramática mínima para o domínio da língua padrão (2006), de Antônio Suarez Abreu

Nessa gramática, encontramos sujeito conceituado como “termo da oração com o qual o verbo concorda”.<sup>92</sup> No lastro dessa conceituação, a oração sem sujeito é apresentada como aquela que se dá “quando não existe um termo com o qual o verbo concorda [...]”.<sup>93</sup> Descreve o grupo de verbos contidos nas orações sem sujeito como sendo:

- verbos e expressões que indicam fenômenos da natureza;
- verbo *haver* significando *existir*;
- verbo *ser* indicando tempo;
- construções classificadas tradicionalmente como de sujeito indeterminado.

A respeito dessas últimas, o autor faz alentada problematização acerca da classificação tradicional. O cerne de sua ponderação assenta-se no fato de que indeterminado aí é o agente, já o sujeito simplesmente não há nessas construções de fato.

---

<sup>92</sup> ABREU: 2006, p. 83.

<sup>93</sup> *Idem: ibidem*, p. 84.

### 3.2.9 *Gramática Houaiss da língua portuguesa (2008)*, de José Carlos de Azeredo

Temos aqui, ao longo da obra, o termo *sujeito* conceituado em vários momentos. Sem que a conceituação que optamos trazer à discussão seja díspar das demais, o termo que leva o verbo a se flexionar em concordância de número e pessoa é o seu sujeito.<sup>94</sup> Sobre as orações sem sujeito, encontramos-as descritas como “um conjunto à parte na sintaxe do português”<sup>95</sup> e que “elas são formadas pelos verbos chamados ‘impessoais’, integrantes de uma lista finita”.<sup>96</sup> O autor reconhece um comportamento típico somente para o grupo dos verbos que descrevem fenômenos da natureza. A respeito destes se diz que “trata-se de estados ou processos que, em nossa cultura, não são atribuídos a um dado ser, indivíduo ou entidade”.<sup>97</sup>

Estão circunscritos às orações sem sujeito, além dos verbos que denotam fenômenos da natureza, o verbo *ser* indicando tempo, os verbos *haver* e *ter* nas acepções de *existir* ou *acontecer*, os verbos *haver*, *fazer* e *ir* indicando tempo decorrido, o verbo pronominal *tratar-se* seguido da preposição *de*.

Após exposição de exemplos e usos dos verbos impessoais, destaca que também é impessoal “o verbo *haver* (ou ***ter***, no uso coloquial brasileiro) empregado nas acepções de ‘existir’ e de ‘acontecer’”<sup>98</sup> Destacamos aqui a incorporação da acepção de acontecimento apresentada por este autor.

Ainda nos fala sobre a utilização impessoal do mesmo verbo *haver*, mas não de *ter*, indicando tempo decorrido e aponta para a “cristalização” ou como denomina em outro capítulo, gramaticalização, da forma *há*, em detrimento de *havia* neste contexto, em construções pertinentes a tal oscilação.

### 3.2.10 *Gramática do português brasileiro (2010)*, de Mário Perini

Aqui lidamos não com uma conceituação do sujeito, mas com uma regra para sua identificação nos seguintes termos:

<sup>94</sup> AZEREDO: 2008, p. 227.

<sup>95</sup> *Idem: ibidem*, p. 232.

<sup>96</sup> AZEREDO: 2008, p. 232.

<sup>97</sup> *Idem: ibidem*.

<sup>98</sup> *Idem: ibidem*, p. 234. Grifo nosso.

### Regra de identificação do sujeito

Condição prévia: O sujeito é um SN cuja pessoa e número sejam compatíveis com a pessoa e número indicados pelo sufixo de pessoa-número do verbo.

(i) Se na oração só houver um SN nessas condições, esse SN é o sujeito.

(ii) se houver mais de um SN, então o sujeito é o SN que precede imediatamente o verbo.

(iii) Mas se o SN em questão for um clítico (me, te, nos, se), ele não conta, e o sujeito é o SN precedente. (PERINI, 2010, p. 69)

Por oração sem sujeito, o autor compreende toda e qualquer oração desprovida de um SN que possa desempenhar o papel de sujeito, incluídos aí os casos de sujeito elíptico. Além desses, compõem o grupo de “verbos que raramente ocorrem com sujeito”:

- verbos de apresentação de existência: ter, haver;
- verbos meteorológicos: chover, ventar, nevar, trovejar, relampejar, amanhecer, fazer (calor/frio), esfriar, esquentar;
- ser e estar com alguns complementos (já é tarde, está quente);
- ir quando utilizado com para: vai para cinco anos que eu moro aqui;
- fazer na construção fazer + expressão de tempo + que + oração. (Idem: ibidem, p. 79)

### **3.2.11 Nova gramática do português brasileiro (2010), de Ataliba Castilho**

Reconhecendo que sujeito pode ser interpretado de uma maneira tripla, sintática, discursiva e semântica, conceitua-o do ponto de vista sintático como:

o constituinte que tem as seguintes propriedades: (i) é expresso por um sintagma nominal; (ii) figura habitualmente antes do verbo; (iii) determina a concordância do verbo; (iv) é pronominalizável por ele; e (v) pode ser elidido. (CASTILHO, 2010, p. 289)

O autor não dá tratamento específico às orações sem sujeito, mas trata das apresentacionais/ existenciais que, segundo diz, põem em evidência a função apresentativa da linguagem. Os verbos dessas construções seriam funcionais, ou seja, não atribuidores de papel temático. Ainda cita ao longo de sua obra, em especial o comportamento impessoal de *ter*, *haver*, *ser* e *estar*.

### 3.3 Gramática lusitana

#### 3.3.1 *Gramática da Língua Portuguesa (1983)*, de Maria Helena Mira Mateus, Ana Maria Brito, Inês Duarte e Isabel Hub Faria.

Não identificamos em tal obra propriamente uma conceituação para o que seja sujeito. A extensa e aprofundada gramática em questão aponta para esse termo metalinguístico como já pré-estabelecido e trata de discutir sujeitos *argumental*, *expletivo*, *de referência arbitrária* (ou *indeterminado*), *nulo*, *pré-verbal* e *pós-verbal*. No tocante à oração sem sujeito, também não há item específico, mas o texto trabalha com as categorias de *sujeito nulo expletivo* (em que se incluem verbos como *chover*, *haver*, *parecer*, *acontecer*), *sujeito nulo “indeterminado”* ou *de referência arbitrária*, em que trata das orações de “sujeito indeterminado” e as orações com *pronome se impessoal* que corresponderiam à segunda fração de casos de “indeterminação do sujeito”, acrescidas aí as construções indicadas como passivas sintéticas pela descrição gramatical tradicional. Em tais categorizações, percebemos, em que pese, frisamos, a ausência de um item específico sobre oração sem sujeito, uma clara ampliação da perspectiva de análise de orações que apresentam, para usar a terminologia da obra, sujeitos nulos<sup>99</sup> e construções impessoalizadas.

### 3.4 Dicionários de linguística

Aqui tomamos quatro grandes obras de referência. Todas estão situadas no campo dos estudos linguísticos. Não evidenciamos seus anos de publicação por considerar que, primeiro dialogam com um contexto para além do brasileiro, que balizou as citações anteriores e segundo por se afastarem do universo mais estritamente gramatical a que até então fazíamos alusão. Anteriormente, tal

<sup>99</sup> Na obra em questão, a expressão *sujeito nulo* é, na verdade, mais abrangente do que aqui levantamos. Um maior aprofundamento, neste ponto, desviar-nos-ia de nossos objetivos no capítulo.

referência cronológica cumpria o papel auxiliar de demonstrar (ou não) mudanças na visão descritiva. Neste ponto, não vemos tal fato tão evidentemente em jogo.

### 3.4.1 *Dicionário de linguística, de Jean Dubois et al*

Nessa indiscutível obra de referência, os autores definem o sujeito em termos de gramática tradicional e de linguística moderna. Segundo o primeiro, o sujeito corresponde a “o que pratica ou sofre a ação expressa pelo verbo. [...] designa o ser ou objeto dos quais se afirma qualquer coisa, utilizando-se o predicado”.<sup>100</sup> Já tendo por referência a linguística moderna, conceituam sujeito como “a função gramatical do sintagma nominal na frase de base composta da cadeia: sintagma nominal + sintagma verbal”.<sup>101</sup> Além dessas conceituações, ainda nos são apresentados aprofundamentos sobre cada uma delas, às quais não consideramos necessário remetermo-nos. Importa comentar que nessa obra há uma preocupação com a catalogação de pontos de vista. Daí a conceituação em termos duplicados para o sujeito.

Já no verbete *impessoal*, recebemos a informação de que

Construção impessoal é aquela em que o verbo, centro da frase, não tem sujeito explícito nem implícito e se apresenta sempre na 3ª pessoa do sing. ou em formas nominais (infinitivo, gerúndio e particípio). (DUBOIS, 1993, p. 332)

São elencadas dentre as construções desse tipo: verbos que exprimem fenômenos da natureza, verbo *haver* em acepção existencial, verbos *haver* e *fazer* indicando tempo decorrido, verbos como *ser*, *ir*, *vir*, *dar*, *bastar*, *chegar* em construções ditas especiais (sem que se esclareça o que vem a ser isso), verbos intransitivos em construções de “sujeito” indeterminado.

---

<sup>100</sup> DUBOIS: 1993, p. 574.

<sup>101</sup> *Idem: ibidem*, p. 575.

### 3.4.2 Dicionário de linguística e fonética , de David Crystal

Nessa reputada obra, o sujeito é apresentado como “termo usado na análise das funções gramaticais com referência a um importante constituinte da sentença ou da oração, tradicionalmente associado com o agente do verbo”.<sup>102</sup> Toda uma série de outras considerações são tecidas, ponderando-se complexidades da visão linguística moderna sobre o termo em questão. Percebe-se aqui uma preocupação em ponderar sobre o que vem a ser sujeito segundo múltiplos pontos de vista. Optamos, como fizemos com a obra anterior, dar relevo à conceituação primeira e não enveredarmos pelo conjunto de problematizações acerca da conceituação.

Não verificamos verbetes para *oração sem sujeito* ou para *impessoalidade*. Mas, no verbete *existencial*, encontramos “termo usado na análise gramatical de orações ou sentenças, com referência a um tipo de estrutura que exprime a noção de existência”.<sup>103</sup> Em seguida, seguem-se especificações sobre construções existenciais em inglês, com *there to be*, e sobre as portuguesas com *haver* existencial. No mais, não há maiores especificações sobre as orações sem sujeito.

### 3.4.3 Dicionário de Linguística e Gramática, de Joaquim Mattoso Camara Jr.

Camara Jr. define, em seu verbete *sujeito*, tal função sintática como:

Termo da oração que, como determinado desse sintagma, se articula com o predicado como determinante. É assim o tema da comunicação que se faz no predicado, ou seja, o ponto de partida da enunciação linguística constituída pela oração. (CAMARA JR.; 2000, p. 228)

Já no verbete *impessoalidade* apresenta-nos:

Propriedade de uma forma verbal, que, núcleo de um predicado, não se refere a qualquer sujeito explícito ou implícito. A forma verbal diz-se então IMPESSOAL. (Idem: ibidem, p.143. Grifo do autor.)

Ao prosseguir e abordar os “três principais padrões sintáticos de oração impessoal, com o verbo invariável na 3ª pessoa do singular para indicar

<sup>102</sup> CRYSTAL: 1985, p. 248.

<sup>103</sup> CRYSTAL: 1985, p. 102.



sujeito zero”,<sup>104</sup> aponta, além das “orações que exprimem fenômenos atmosféricos”<sup>105</sup> e das “orações de verbo intransitivo na forma médio-passiva”<sup>106</sup> (os exemplos oferecidos são *Vive-se bem no Rio/ Não se fale mal do próximo/ Não se trata disso*):

[...] nas orações existenciais com o verbo haver em que **um nome complemento** figura no predicado, **como objeto direto, posposto ao verbo**, sem a concordância deste, e **substituível pelo pronome adverbial átono – o, a, os, as** [...] (Idem: ibidem, p.143. Grifos nossos.)

Adiante, ao tratar da origem histórica dessa construção impessoal, explica-nos:

*A impessoalidade do verbo existencial haver resultou de ter passado a complemento de lugar o nome que era inicialmente sujeito da oração, enquanto habere <ter, possuir> sofria uma evolução semântica para <existir> [...]*

***Há uma tendência, no português do Brasil, a estabelecer com o verbo ter a mesma construção existencial impessoal [...]. [Idem: ibidem, pp. 143-144. Grifo nosso.]***

### 3.5 Conclusões acerca do levantamento

Após observarmos sistematizações dessas dezessete autorias (já que algumas obras têm mais de um autor) e vinte obras (vinte e uma se consideramos *Lições de Português pela análise sintática*, de Evanildo Bechara, que continha as mesmas conceituações de *Gramática Escolar da Língua Portuguesa*), apresentamos um quadro de sistematização do que foi nelas observado com maior interesse. Frisamos que neste quadro não tivemos a preocupação em reproduzir *ipsis litteris* as palavras dos autores, uma vez que já o fizemos, ao longo de nossa exposição. Assim, por exemplo, utilizamos indiscriminadamente a expressão *fenomenológicos* para obtermos maior brevidade e um melhor gerenciamento do próprio espaço em nosso quadro. Ei-lo:

<sup>104</sup> Idem: ibidem, p.143.

<sup>105</sup> Idem: ibidem.

<sup>106</sup> Idem: ibidem.

QUADRO COMPARATIVO DE AUTORES/OBRAS GRAMATICAIS				
Autores e obras	Conceito de sujeito	Conceito de oração sem sujeito	Extensão da oração sem sujeito	OBS.
Barbosa (1881)	Principal termo da proposição.	Não há.	Não é possível precisar	Também não está claro seu limite para impessoalidade.
Maciel (1931)	Ser do qual se diz algo.	Fatos não atribuíveis a ninguém.	Construções fenomenológicas, (incluindo aí as com <i>ser</i> e <i>fazer</i> ), <i>haver</i> existencial e <i>bastar</i> .	Indiretamente também reconhece <i>ter</i> existencial.
Ribeiro (1930)	Ser do qual se afirma algo.	Não há.	Apenas cita os verbos fenomenológicos.	
Said Ali (1966), duas obras	Ser do qual se declara algo.	Proposição de sentido completo sem referência a qualquer ser.	Construções fenomenológicas e <i>ter</i> e <i>haver</i> existenciais.	
Tôrres (1959)	Ser de que se declara algo.	Quando não interessa saber de quem procede a ação.	Construções fenomenológicas (incluindo aí as com <i>ser</i> e <i>fazer</i> ), <i>haver</i> existencial e <i>ser</i> indicando horas.	
Almeida (1962)	Pessoa ou coisa sobre a qual se faz uma declaração	Não há propriamente uma conceituação.	Construções fenomenológicas, <i>haver</i> existencial, <i>fazer temporal</i> , <i>ser</i> e <i>estar</i> impessoais.	
Bechara (1976)	Pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos ação, estado ou qualidade.	Declaração não atribuída a nenhum sujeito.	Construções fenomenológicas, <i>haver</i> e <i>ter</i> existenciais, <i>ser</i> indicando tempo, <i>haver</i> e <i>fazer</i>	<i>Ter</i> existencial é tomado como característico de "linguagem familiar".

			temporais, verbo + se formando "sujeito" indeterminado.	
Rocha Lima (2003)	Ser de quem se diz algo.	Processo verbal em si não atribuível a nenhum ser.	Construções fenomenológicas e <i>haver, fazer e ser</i> impessoais.	
Cunha & Cintra (1993)	Ser sobre o qual se faz uma declaração.	Processo verbal em si, não atribuível a nenhum ser.	Construções fenomenológicas, <i>haver e ter</i> existenciais, <i>haver, fazer e ir</i> indicando tempo decorrido e <i>ser</i> indicando tempo.	<i>Ter</i> existencial é apontado como de uso coloquial.
Bechara (2001)	Sintagma que estabelece relação predicativa com o núcleo verbal.	Não há.	Não há.	
Bechara (2006)	Termo referente de uma predicação e pessoa ou coisa sobre a qual se comunica algo.	Orações em que não há predicação referida a nenhum sujeito.	Construções fenomenológicas, <i>haver e ser</i> existenciais, <i>haver, fazer e ser</i> indicando tempo, <i>ir, vir, andar e passar</i> junto a certas preposições indicando tempo <i>bastar de e chegar de, tratar-se de</i>	
Abreu (2006)	Termo da oração com o qual o verbo concorda.	Quando não há termo com o qual o verbo concorde.	Construções fenomenológicas, <i>haver</i> existencial, <i>ser</i> indicando tempo e casos de "sujeito" indeterminado.	

Azeredo (2008)	Termo que comanda a flexão verbal.	Trata-se de estados ou processos que, em nossa cultura, não são atribuídos a um dado ser, indivíduo ou entidade	Construções fenomenológicas, <i>haver</i> e <i>ser</i> existenciais/ocorrenciais, <i>haver, fazer</i> e <i>ir</i> indicando tempo decorrido, <i>tratar-se de</i> .	A conceituação de oração sem sujeito é, na verdade, indicada para as construções fenomenológicas
Perini (2010)	Em geral, é o SN de pessoa e número compatíveis com a forma verbal.	Toda e qualquer oração desprovida de SN sujeito.	Construções fenomenológicas, <i>haver</i> e <i>ter</i> existenciais, <i>ser</i> e <i>estar</i> impessoais, <i>ir + para, fazer</i> temporal e quaisquer construções sem SN sujeito.	Inclui dentre as formas sem sujeito os casos de elipse do sujeito.
Castilho (2010)	SN que determina a concordância do verbo, pode ser elidido e pronominalizável por <i>ele</i> .	Não há uma conceituação	Não há descrição específica, mas trata-se com atenção de <i>haver, ter, ser</i> e <i>estar</i> impessoais.	Verbos existenciais põem em evidência a função apresentativa da linguagem.
Mira Mateus et al (2003)	Não há conceituação.	Não há conceituação.	A obra trata de sujeitos nulos e construções impessoais.	
Dubois (2001)	Ser que pratica ou sofre a ação/ Ser ou objeto do qual se afirma algo e Função do SN que se articula com o SV para formar a oração.	Construção impessoal em que o verbo não tem sujeito explícito ou implícito.	Construções fenomenológicas, <i>haver</i> existencial, <i>haver</i> e <i>fazer</i> temporais, <i>ser, ir, vir, dar, bastar</i> e <i>chegar</i> em construções especiais e intransitivos	Há muitas ponderações acerca das conceituações de sujeito.

			formando “sujeito” indeterminado.	
Crystal (1985)	Termo da oração tradicionalmente associado ao agente do verbo.	Não há. Só se fala das construções existenciais.	Só se menciona <i>haver</i> existencial.	À luz da linguística moderna, problematiza-se o conceito de sujeito.
Camara Jr. (2000)	Termo da oração que, como determinado desse sintagma, se articula com o predicado como determinante	Composta por formas verbais que não se referem a qualquer sujeito explícito ou implícito.	Construções fenomenológicas, <i>haver</i> e <i>ter</i> existenciais e construções com “sujeito” indeterminado.	

**Quadro 1: Comparativo de autores/obras gramaticais**

Alguns aspectos que saltam aos olhos na observação merecem ser pontuados.

1. Na conceituação de sujeito, percebemos nas obras mais remotas uma definição que, alicerçadas no entendimento da oração como sinônimo de proposição ou declaração (entendimento que se liga à matriz filosófica dos estudos de linguagem), um predomínio da ideia, grosso modo, de ser um termo sobre o qual se diz algo. Já nas obras de orientação mais linguística, é ressaltada a conceituação em termos de rigor sintático. Curiosamente, a definição que corresponderia, em linhas gerais, a “ser que pratica a ação” não aparece, a não ser residualmente. Claro que podemos tão somente estar diante de um acaso de edição.
2. As conceituações para a oração sem sujeito apresentam grande variação dentre as obras abordadas. A maior parte dessas conceituações indica certas generalizações ou, pelo contrário, é apresentada de modo vago.
3. As construções fenomenológicas, sempre que se trata a rigor de oração sem sujeito, são consensualmente mencionadas como exemplo de oração sem sujeito.
4. A abrangência das orações sem sujeito incorpora de forma categórica as construções fenomenológicas e o verbo *haver* existencial. No mais, há grande variação acerca do escopo descrito para essas orações.

5. *Ter* existencial é tratado como caso à parte, merecedor quase sempre de observações que destaquem sua condição específica, desde o séc. XIX, de ser de uso corrente, mas supostamente cerceado.

6. As construções impessoais são tratadas como casos à parte, formadoras de um grupo excepcional na língua, algo marginal na própria descrição linguística.

Há outra questão advinda desta sistematização que merece ser discutida com mais apreço. Não consideramos, como veremos no próximo capítulo, que oração sem sujeito e construção impessoal sejam expressões sinônimas. Como baseamo-nos em critérios sintáticos, para nós, os verbos impessoais são uma das possíveis segmentações das construções sem sujeito no português. Quanto aos verbos impessoais, de fato, parecem formar um grupo limitado e finito, mas, como detalharemos no capítulo VI especialmente, esse conjunto pode ser maior do que aquilo que, a julgar pela maior parte dos autores observados, considera. Sobre outras modalidades de oração sem sujeito, enxergamos nítida perspectiva de expansão de seu uso em curso hoje, como problematizaremos no capítulo VIII em especial. Ainda veremos no capítulo VII que, segundo uma orientação sintática, a oração sem sujeito corresponde a uma multiplicidade de possíveis realizações verbais imprevisíveis do ponto de vista do item verbal a ser lexicalizado.

## 4 UMA CONCEITUAÇÃO PARA ORAÇÃO SEM SUJEITO EM LÍNGUA PORTUGUESA

### 4.1 Conceito de sujeito

Antes de darmos sequência a uma caracterização da oração sem sujeito, faz-se fundamental conceituarmos o que venha a ser sujeito. Como pudemos observar no capítulo III, as conceituações de sujeito variam, mas sobressaem, na maior parte das gramáticas ali arroladas, aquelas que se relacionam ao aspecto semântico em detrimento do sintático ou as que circunscrevem tal termo sintático a um traço retórico concernente principalmente às orações declarativas, pelo menos no que concerne às gramáticas de perfil mais escolar. Neste ponto, identificamo-nos mais com as opiniões exaradas por Kato & Nascimento (2009) e Perini (2010), ao conceituarmos o sujeito como SN principal da oração ao qual o verbo subordina-se morfossintaticamente. Mas, dissequemos essa nossa conceituação. Em primeiro lugar, o sujeito corresponde ao SN de maior relevo na oração, não compondo a estrutura interna do SV, ao contrário do que se verifica com relação a seus complementos, que compõem a própria estruturação interna desse sintagma. Assim, estabelece-se uma clara assimetria entre o SN externo ao SV e o interno ao mesmo. Tal assimetria justifica, por exemplo, os distintos papéis cumpridos pelo SN sujeito e pelo SV, cabendo àquele, primordialmente, a referência, ao passo que a este, a predicação. É essencial distinguirmos o que dissemos da teorização de casos que se vale dos adjetivos externo e interno para a qualificação da natureza do argumento, em forma de SN, relacionado ao verbo, tomado como eixo organizativo de toda a estruturação oracional, visão essa com a qual, de fato, concordamos. Para tal proposta de análise oracional, argumento externo é aquele que desempenha papel semântico de agente, nos termos expressos por Perini (2006). Portanto, embora, prototipicamente, corresponda ao SN sujeito; isso não se dá necessariamente. Nas construções ergativas, como veremos, e nas passivas e apassivadas<sup>107</sup> – além, claro, de todas aquelas em que o sujeito não pode ser

---

<sup>107</sup> Essa distinção alicerça-se, primeiramente, na distinção proposta por Bechara (1976) entre os conceitos de voz passiva e passividade. No capítulo VII, aprofundaremos tal discussão.

agente, pois o verbo não admite tal possibilidade – o SN sujeito em questão corresponde a argumento interno do verbo. De todo modo, o status de SN principal da oração garante ao verbo ainda a regência verbal, a qual pode ou não redundar em concordância. A esse respeito, é sabido que SNs sujeitos pospostos disparam com menor frequência a concordância em português do que os antepostos.<sup>108</sup> Lembremo-nos de que os sujeitos prototípicos são, justamente, os antepostos ao SV. Por isso, a questão da concretização desinencial da concordância não é o que estabelece a regência do sujeito, mas sim sua relação intrínseca com o SV, sendo este o operador da predicação, a qual mantém estreito vínculo com a referenciação operada no SN sujeito. Atentemos aqui para o fato de que não é surpreendente que tal operação passe ao largo da intuição falante, uma vez que não se dá no estrato mais superficial da língua, aquele mais apreensível.

No 2º semestre de 2009, realizamos uma pequena pesquisa com estudantes do 2º ano do ensino médio de uma escola pública do Rio de Janeiro que pretendia verificar o nível de identificação ou não do sujeito, em meio a verbos ocorrenciais e existenciais.<sup>109</sup> Aprofundando os dados sobre o perfil dos alunos: a idade dos mesmos variava entre dezesseis e dezoito anos e o universo pesquisado foi de 58 estudantes.

Apresentamos a esses estudantes o conjunto de sentenças abaixo:

- Vai haver uma festa na sexta.
- Vai existir uma festa na sexta.
- Vai ter uma festa na sexta.
- Vai acontecer uma festa na sexta.
- Vai rolar uma festa na sexta.

Quanto à identificação/classificação do sujeito, as respostas foram bastante heterogêneas. Metodologicamente, preferimos dividi-las nos seguintes blocos:

1. as que, variando bastante a nomenclatura, não identificaram um SN como sujeito e o classificaram alternadamente como oculto, indeterminado, inexistente ou oração sem sujeito. Tais respostas totalizam doze ou 20,7% dos pesquisados. Aqui, compreendemos que tais respostas merecem ser todas interpretadas no

<sup>108</sup> Ver, dentre outros, PONTES (1986).

<sup>109</sup> Dado o escopo de verbos escolhido, também comentaremos, em parte, os dados de tal pesquisa no capítulo VI, dedicado aos verbos impessoalizados.



mesmo sentido e se justificam graças a uma profunda insegurança e não domínio, aliás compreensível, como problematizaremos adiante, ainda neste capítulo IV, da terminologia tradicional, tal qual sistematizada nas gramáticas mais correntes. Note-se que essa desinformação é tamanha que, mesmo dentre os que optaram por categorizar o sujeito dessa forma, houve dois que o apontaram na oração, como sujeito pleno de realização efetiva. Em contraposição a essas, elencamos no mesmo bloco as que elegeram um elemento claro da oração como sujeito.

2. aquelas que identificaram efetivamente um sujeito. As respostas aí majoritariamente apontaram para a estrutura verbal como possível sujeito da oração, variando entre a locução em sua integridade ou apenas seu auxiliar. Para todos os efeitos, consideramos esse como um único padrão de resposta e o reunimos no mesmo bloco. Sobre a proporção dos que identificaram a forma verbal, como sujeito, esse número recobriu trinta e duas das respostas, ou seja, 55,2% dos pesquisados, apresentando-nos a força do critério prototípico de posição na oração/frase para o estabelecimento da identidade de sujeito. Dois apontaram, ainda, o circunstancializador na sexta como sujeito, correspondendo a 3,5% do universo da pesquisa. Houve doze que apontaram o sintagma uma festa ou apenas seu núcleo como sujeito. Optamos por reunir ambas as respostas em um mesmo bloco.

3. Por fim, aqueles que identificaram ou não sinonímia semântica e/ou sintática entre as cinco orações. O resultado aqui é bastante interessante: apenas treze dos alunos pesquisados, ou 22,4%, identificaram diferenças entre as estruturas sintáticas a eles apresentadas. Podemos então concluir que quase 80%, mais exatamente 77,6% ou quarenta e cinco alunos, consideraram as orações sinônimas e correspondentes à mesma estruturação. Ou seja, a grande maioria ou identificou as cinco orações como possuidoras de sujeito ou as mesmas cinco como construções impessoais.

O questionamento feito foi se eles identificavam um sujeito na oração e qual seria esse sujeito. Aos que não o identificassem, que registrassem tal informação. Neste registro, a maioria preferiu recorrer à nomenclatura gramatical, ainda que precariamente dominada, do que simplesmente escrever “não há sujeito” ou algo que o valesse.

A partir dessa divisão, analisamos os dados em busca de quantos desses pesquisados identificariam diferença na classificação/identificação do sujeito nos cinco exemplos a eles apresentados, ou seja, constatariam, em pelo menos algum

dos exemplos, a existência de um SN sujeito ou de pelo menos um índice de oração sem sujeito em discrepância com os demais exemplos apresentados, conforme a divisão por nós proposta. Quanto à identificação de um sujeito efetivo, trabalhamos com o número de quarenta e oito respostas, mesmo considerando que duas, simultaneamente, também foram contabilizadas dentre os sujeitos “não explícitos”. Por tal razão, reproduzimos, primeiramente, o resultado em relação à identificação efetiva do sujeito, ponto de maior interesse neste capítulo, em duas tabelas. Na primeira, trabalhamos com a referência geral de 58 participantes na pesquisa e com números percentuais em relação a esse universo. Na segunda tabela, exploramos, tão somente, a questão da identidade do sujeito em relação ao universo de quarenta e oito respostas.

Alguns esclarecimentos prévios: denominamos sujeito não explícito o conjunto das respostas que apontaram, difusamente, para sujeito oculto, elíptico, indeterminado, inexistente, oração sem sujeito; já o sujeito claramente indicado e que correspondeu a uma resposta clara e explícita dos alunos, chamamos de sujeito explícito.

ENFOQUE DE INTERESSE	CRITÉRIO OBSERVADO	NÚMERO ABSOLUTO	NÚMERO RELATIVO
TIPOLOGIA DO SUJEITO <sup>110</sup>	SUJEITO NÃO EXPLÍCITO	12	20,7%
	SUJEITO EXPLÍCITO	48	82,8%
IDENTIFICAÇÃO EFETIVA DO TERMO CORRESPONDENTE AO SUJEITO (total: 48)	“SUJEITO” VERBAL FORMA	32	55,2%
	SUJEITO SN	12	20,7%
	SUJEITO “NA SEXTA”	02	3,5%
PERCEPÇÃO DE SINONÍMIA	MESMO SUJEITO	45	77,6%
	SUJEITOS DIFERENTES	13	22,4%

Quadro 2: Sistematização da pesquisa junto aos alunos de ensino médio.

Com relação ao primeiro bloco de interesse, o mesmo apenas constata a verdadeira conturbação terminológica de que trataremos alentadamente no item 5 deste mesmo capítulo. Já do último bloco, referente à percepção ou não de sinonímia entre estruturas e verbos, cuidaremos no capítulo VI, quando

<sup>110</sup> O número aqui ultrapassa 100% por conta dos dois casos que relatamos em que, embora tenha havido a identificação de uma estrutura de sujeito “não explícito”, deu-se também o seu apontamento efetivo, dentre as respostas. Nesse caso, julgamos, como melhor opção, constatar tal situação e considerá-la, duplicadamente, nas duas possibilidades de respostas.

enveredarmos pelos verbos impessoalizados, outro de nossos objetivos de análise nesta mesma pesquisa. Detenhamo-nos então no bloco de respostas referente à identificação do sujeito. Para tanto, trataremos de reproduzir apenas essa parte da tabela com números relativos ao universo, já esclarecido, de quarenta e oito respostas

<b>IDENTIFICAÇÃO EFETIVA DO TERMO CORRESPONDENTE AO SUJEITO</b>	<b>“SUJEITO” FORMA VERBAL</b>	32	66,7%
	<b>SUJEITO SN</b>	12	25%
	<b>SUJEITO “NA SEXTA”</b>	02	4,2%

Quadro 3: Um recorte da sistematização da pesquisa.

Nesse recorte que considera apenas o universo das quarenta e oito respostas com sujeito pleno identificado, algumas questões ficam mais claras. A indicação da expressão circunstancializadora na sexta como sujeito soa-nos residual em termos de dados. A identificação do SN, seja ele uma festa ou apenas seu núcleo festa, dá-se em consonância à busca, ainda que intuitiva por um substantivo que possa se habilitar à posição estrutural de sujeito. Tanto é que não houve uma única resposta que categorizasse o adjunto *uma* a tal função. Mas, o dado que mais salta aos olhos é, sem dúvida, a indicação da forma verbal como sujeito. Nesses números relativizados, vemos que, para dois terços dos participantes da pesquisa, o critério posicional foi decisivo para tal escolha. Tanto é assim que, apesar de termos reunido em uma mesma leitura tanto a indicação integral da locução quanto de um único de seus verbos, tal opção foi sempre em prol do auxiliar, em que pese toda a carga semântica do verbo principal da locução.

Registremos que as condições geradas para a pesquisa levaram os estudantes a encará-la mais como um exercício do que uma situação de registro de seu julgamento espontâneo, sua intuição acerca da língua, uma vez que foi respondida na própria sala e com o professor da matéria aplicando tal pesquisa, embora tenham sido informados sobre o caráter do procedimento. Mesmo assim, o resultado parece-nos bastante interessante e indicador de algo que Pontes (1986) já afirmara que o falante frequentemente não distingue intuitivamente o sujeito posposto do objeto e tende a atribuir ao sujeito anteposto o papel de sujeito exemplar da língua. Para tanto, a autora se baseia no estabelecimento de um protótipo de sujeito que nos parece bastante pertinente. Portanto, retomemos esse ponto aqui. O sujeito prototípico conteria os seguintes traços: [+anteposto],

[+humano], [+agente], [+informação previamente conhecida], [+concreto], [+animado]<sup>111</sup>. Tais traços, em parte, retomam as conclusões a que Jespersen (1951) já chegara, a respeito do inglês, ao apontar o sujeito como termo mais definido da oração frente ao seu predicado. Ao mesmo tempo, todas essas características/ traços destacados compatibilizam-se com o fato de o sujeito estar circunscrito ao já mencionado processo de referenciação muito mais sólido do que aquele que se verifica no predicado, a estrutura de suporte da predicação da oração. Considerando esse conjunto de dados aqui expostos e analisados, expandimos nossa conceituação de sujeito para SN principal da oração ao qual o verbo subordina-se morfossintaticamente e, prototipicamente, incorporando os traços [+anteposto], [+humano], [+agente], [+informação previamente conhecida], [+concreto], [+animado].

#### **4.2 Prototipicidade da oração dual em língua portuguesa e o *status* e a estrutura da oração sem sujeito**

Uma vez estabelecida nossa conceituação sobre o termo oracional sujeito, discutamos a estrutura oracional prototípica em língua portuguesa, que corresponde à estruturação sujeito e verbo (predicado), nessa ordenação. Partimos de autores referenciais para consubstanciar tal prototipicidade.

- Camara Jr:

Frase elementar, livre ou dependente, em que um propósito definido de comunicação lingüística se formula num esquema discursivo [...] O predicado se refere a um sujeito, estabelecendo-se assim o sintagma oracional de sujeito (determinado) e predicado (determinante), relacionados por um nexos. (CAMARA JR., 2000, p.183.)

- Crystal:

Termo usado em alguns modelos de GRAMÁTICA [grifo do autor] normalmente com referência a uma UNIDADE [idem] de organização gramatical menor do que a SENTENÇA [ibidem], *mas maior do que SINTAGMAS, PALAVRAS ou MORFEMAS* [ibidem]. (CRYSTAL., 1985, p. 189.)

---

<sup>111</sup> Além destes traços, PONTES (1986) também nos lembra de que o sujeito anteposto desencadeia mais comumente concordância.

- Trask:

A maior unidade gramatical depois do **período gramatical** [grifo do autor] (sentence). A oração é uma unidade fundamental e tradicional da estrutura do período, embora o termo não seja usado por todos gramáticos exatamente do mesmo modo.

Tradicionalmente, a oração é uma unidade gramatical constituída por um sujeito e um predicado [...].” (TRASK, 2006, p. 212.)

- Azeredo:

[...] **apresenta normalmente uma estrutura bimembre— a oração— centrada em um verbo com o qual se faz uma declaração- predicado- sobre um dado tema-sujeito.**” (AZEREDO, 1997, p. 30. Grifo nosso.)

- Said Ali:

Os fatos que chegam à nossa percepção representam-se-nos ou como fatos propriamente ditos sem referência a quaisquer seres, ou como ações que se passam com alguém ou alguma coisa. Estão no primeiro caso os fenômenos da natureza que se traduzem pelas expressões verbais chove, troveja, etc. formam estes verbos sentido perfeito e constituem orações de um só termo, também chamadas orações sem sujeito.

O caso mais freqüente é todavia aquele em que em nosso cérebro existem dois conceitos, o de um ser e o da ação que com ele se passa, como nestes pensamentos: “A terra move-se”; “O menino aprende”. Expressos estes pensamentos em linguagem adequada, temos as proposições de dois termos, os quais se chamam sujeito e predicado.” (SAID ALI, 1966b, p. 268.)

- Bechara:

... nem mesmo o sujeito é um constituinte imprescindível da oração e, por conseguinte, da relação predicativa, embora **a sua presença ao lado do verbo pessoal constitua o tipo mais freqüente- diríamos até a estrutura favorita- de oração em português.** [grifo nosso]. (BECHARA, 2001, p. 408.)

Só um dos autores atribui o caráter de básica à estrutura formada apenas por SV, mesmo reconhecendo-a como menos frequente. Enfim, observamos que a estrutura básica, não marcada, prototípica da oração portuguesa é, de fato, a dual. A oração formada tão somente por SV predicado corresponde a um desvio, ou antes, uma modificação de tal estrutura prototípica básica. Por extensão, compreendemos aqui exatamente uma estrutura menos central na escala de tipicidade aludida.

Não pretendemos enveredar em discussão acerca da precedência genética entre sujeito e predicado, na verdade entre substantivo e verbo, este associado ao

predicado e aquele ao sujeito. Tal debate já permeou muitas discussões de Filosofia da Linguagem. Uma conclusão efetiva para essa questão é, possivelmente, inacessível; repousando o valor de tais reflexões mais na análise de cada série de especulações e no quanto as mesmas nos revelam sobre as possíveis relações homem-linguagem do que em um resultado que possa, de fato, advir daí.<sup>112</sup>

Notemos ainda que Bechara aborda a questão da essencialidade ou não do sujeito na hierarquia sintática portuguesa. Cabe determo-nos nessa questão que amiúde é apontada como fator de grande incoerência na descrição gramatical tradicional. Óbvio é que não se pode tomar por essencial um termo que se faz ausente em dadas construções muito bem estruturadas dentro da língua. Tal hipótese só seria válida se a descrição gramatical tradicional apontasse claramente um retrato da língua por protótipos, o que sabemos não se dá. E é nesse ponto que repousa nossa perspectiva. Nas estruturas prototípicas da língua, o sujeito é sim essencial, sendo critério para gramaticalidade ou não de construções. Por outro lado, como veremos no capítulo VIII, a língua tem, crescentemente, passado a gramaticalizar SNs sujeitos advindos de processo de ergativização em curso no PB ou então de alçamento de adjuntos. Se por um lado, tal processo corrobora a busca da língua pelo preenchimento do espaço sintático destinado ao sujeito, por outro gera, como etapa desse processo, estruturas efetivamente sem sujeito que não necessariamente redundarão em sujeito gramaticalizado e, ainda que o façam, não há qualquer previsibilidade de em quanto tempo e com que eficácia isso se dará.<sup>113</sup>

A resolução da categorização do termo sintático sujeito como essencial ou não, para nós, passa, enfim, por outra ordem de reflexão. Qual é a utilidade e efetiva aplicação de se categorizar os termos da oração hierarquicamente em essenciais, integrantes e acessórios? Aí reside o problema de fato. O complemento verbal, apontado como integrante, é com frequência omitido no PB; o dito agente da passiva,<sup>114</sup> classificado como integrante, é rotineiramente dispensável; os ditos termos acessórios são pragmática e discursivamente, muitas vezes, fundamentais. Por detrás dessa última questão repousa, por exemplo, a necessidade apontada por

<sup>112</sup> Um interessante recorte sobre posições acerca da precedência de verbos ou substantivos na linguagem humana pode ser encontrado em CASSIRER (2001).

<sup>113</sup> Furtamo-nos de exemplificações ilustrativas neste ponto, pois todas essas problematizações remetem ao conteúdo teórico do capítulo VIII, em que todos os exemplos necessários à elucidação da questão estarão lá constantes.

<sup>114</sup> O rótulo *agente da passiva* é uma clara confusão entre sintaxe e semântica. Para todos os efeitos, consideramos o agente da passiva um adjunto adverbial. Há vários autores que assim pensam também, especialmente em gramáticas pré-NGB. Como exemplo, remetemo-nos a PEREIRA: 1942, p. 333.

vários autores de se reconhecer um complemento adverbial em construções como *X está em casa*.<sup>115</sup> Acerca do adjunto adnominal, podemos pensar neste par de orações: *Ela tem olhos verdes/ \*Ela tem olhos*. A questão, decididamente, é que não cabe tal classificação hierárquica dos termos da oração.

Feita a reflexão acima, retornemos ao curso mais objetivo de nosso texto. As construções, abordadas ao longo de todo este trabalho, constituem um grupo heterogêneo. No entanto, todas manifestam o traço comum de não seleção de um SN sujeito. Esse ponto comum coloca-nos diante da tarefa de investigar tais subgrupos de construções para caracterizarmos que traços e propriedades inerentes e/ou atuais e/ou históricos habilitam, sistemática ou episodicamente, a não seleção de SN sujeito, como comportamento, claramente, divergente do perfil sintático da língua. Portanto, **descrever a oração sem sujeito portuguesa é identificar contextos morfossintáticos de dispensa, em distintos graus, do SN sujeito**.

Tais contextos podem ser interpretados como idiosincrasias, considerando-se a construção tida como protótipo. No entanto, é preciso ter em mente que algumas dessas idiosincrasias se dão de forma muitíssimo regular em diferentes línguas. Vejamos, a título de exemplificação, o caso dos verbos apontados como indicadores de fenômenos da natureza. Esses constroem orações sem sujeito em várias línguas, além do português: sânscrito, latim, grego, espanhol, italiano, galego, dentre numerosos outros idiomas. Por outro lado, é verdade que há línguas em que construções equivalentes sempre se fazem com o uso de sujeito expletivo, representado por um pronome de valor neutro,<sup>116</sup> como no inglês *It rains*, no francês *Il pleut*, no alemão *Es regnet* e também em outras línguas, como as nórdicas. Para Said Ali,<sup>117</sup> a utilização da forma expletiva, em tais idiomas, configura recurso mais recente na história das línguas. Para comprovar tal pensamento, apresenta-nos ao fato de que “... no alemão moderno só em alguns casos se pode dispensar a palavra *es*, porém ela aparece com muito menos frequência no alemão antigo, e já no gótico falta completamente.”. Para o autor, a presença de expletivos em orações que em outras línguas são, do ponto de vista sintático, sem sujeito; explica-se por analogia, recorrente fonte de vários processos linguísticos, como bem sabemos. Como em tais

<sup>115</sup> Em tal exemplo ou em outros, assim utilizados, ao longo da dissertação, *X* designa qualquer SN sujeito em potencial.

<sup>116</sup> Há aqui duas interpretações possíveis. Ou analisamos o expletivo como forma homônima do pronome em questão, ou tomamos tal pronome como arregimentado para um papel, contextual e pontualmente, expletivo. Para nossos fins, não cremos que o aprofundamento em tal distinção faça-se necessária.

<sup>117</sup> SAID ALI: 1966c, pp. 85-86.

línguas, a utilização de pronomes em orações pessoais é bastante generalizada, alargou-se tal princípio às orações claramente impessoais em questão, a dos verbos indicadores de fenômenos da natureza. Ainda que elucidada a questão, reproduzimos as palavras de Said Ali, posto que sejam enriquecedoras à reflexão e nos abram uma nova questão:

Em tôdas estas línguas [inglês, francês e alemão] generalizou-se o princípio do emprêgo do verbo finito com sujeito claro. Evidentemente, os verbos impessoais, não podendo furtar-se à lei da analogia, deviam adotar um pronome que excluísse a pessoa que fala e aquela com quem se fala, e êste pronome é o da 3ª pessoa. É claro também que na escolha de gênero só podiam recorrer ao que menos sugerisse a idéia de personalidade; êste gênero é o neutro em inglês e alemão, e é, na língua francesa, o masculino, que, tendo absorvido o neutro do latim, mais do que o feminino se adapta a não representar ente algum. (SAID ALI, 1966c, p. 86)

Além do princípio da analogia que já havíamos exposto, advém da conclusão acima a justificativa para as escolhas pronominais válidas em tais idiomas ao papel expletivo. Concluímos, a partir daí, aceitando a hipótese de que o recurso aos expletivos nessas construções corresponde a inovação relativamente recente nas línguas, que tal mecanismo configura tentativa de racionalização da própria apreensão das construções em questão, por meio de um processo de “abstratização” profunda, representada tal ilação abstrata na própria forma desses expletivos.

Precisamos, outrossim, aprofundar tal questão, já que isso diz respeito à própria morfossintaxe das orações sem sujeito. Procederemos a tal aprofundamento no item 4 deste capítulo.

Ainda a respeito da prototipicidade dual da oração portuguesa, ela é tamanha que abriga casos, no português europeu, em seus subdialetos de corte mais popular, em que, segundo Carrilho (2000), encontramos “expletivos visíveis... sem conteúdo referencial nem argumental”, aproximados dos pronomes *it* (inglês) ou *il* (francês) quando adjuntos a verbos de caráter fenomenológico. Os exemplos apontados pela autora são atestados em atlas linguísticos dos dialetos de Portugal e também em outros trabalhos de investigação dialetal. Como pequena demonstração, citamos:

**Ele** choveu toda noite. (proveniente de corpus trabalhado por CARRILHO, 2000)



**Ele** há marotos muito grandes na tropa. (Camilo Castelo Branco, Corja)<sup>118</sup>  
[grifos nossos]

Notemos que a escolha pela forma *ele* parece atender aos mesmos fundamentos que Said Ali utiliza para explicar a escolha do pronome *il* francês.

Enfim, a forma que pode ser chamada de não marcada da oração portuguesa, de fato, é a que contém sujeito e predicado. Dessa forma, a oração composta apenas por SV predicado corresponderia a uma variação desse protótipo.

### 4.3 Subconjuntos de oração sem sujeito em língua portuguesa, especialmente na vertente brasileira

Neste item, identificaremos quais são as construções, concretamente, desprovidas de SN sujeito em português. Antes, contudo, precisamos levantar duas questões. A especificidade do PB, no que concerne às orações sem sujeito e o recorte que cabe às orações em que se verifica elipse do sujeito.

Atendo-nos, primeiramente, à última questão levantada, há autores, como Perini (2010) que consideram uma oração como *Chegaremos atrasados*, como oração sem SN sujeito. Nas palavras do próprio:

[...] a frase

**[1] Rasguei o cheque.** [grifo do autor]

**Não tem sujeito** [grifo nosso]. Ela tem um sufixo de pessoa-número (-ei); e esse sufixo indica claramente qual é o Agente, a saber, o próprio falante. Mas não tem sujeito, porque não há na oração um sintagma nominal que veicule o papel temático de Agente. Nisso a frase se distingue de

**[2] Eu rasguei o cheque.** [grifo do autor]<sup>119</sup>

Vemos no posicionamento acima exarado um problema, segundo nosso juízo, bastante sério: a categórica afirmação de que não há sujeito, seja no exemplo por nós citado, seja no ofertado pelo autor, ou ainda em quaisquer outros similares que apresentam produtividade facilmente atestável na língua. Tal análise coloca em uma mesma segmentação orações como *Ventou forte ontem* e *Perdi a carteira*. Os

<sup>118</sup> CASTELO BRANCO *apud* CARILHO: 2000.

<sup>119</sup> PERINI: 2010, p. 77.

mecanismos sintáticos e as motivações semânticas que põem tais mecanismos em funcionamento parecem-nos díspares. A nosso ver, o sujeito em elipse, quer a mesma se dê por meio de flexão verbal sintética número-pessoal, quer corresponda à remissão ao contexto textual ou pragmático, constitui mecanismo coesivo e recorrente da língua para veicular tráfego de informação em textos escritos e/ou orais. Não ter sujeito assume o significado, para nós, de não haver SN sujeito selecionado ou selecionável. Isso claramente não se dá nos casos de elipse de sujeito. A literatura em sintaxe gerativa consagrou o termo *sujeito nulo* ou *sujeito*  $\emptyset$  para a discussão de tais casos. Assim, nessa descrição teórica, afirma-se que o PB vem deixando de ser uma língua de parâmetro de sujeito nulo, uma vez que a anteposição de pronomes tem, categoricamente, crescido diante de formas verbais que, em tese, poderiam dispensá-los dada a presença da flexão verbal número-pessoal. À frente, ainda esmiuçaremos tal fenômeno. Por ora, apenas nos detemos na citação da terminologia adotada pela linha teórica aqui aludida. Sabemos que tal nomenclatura encontra-se consagrada nos estudos sintáticos, transbordando para além dos autores categoricamente gerativistas e, portanto, não pode ser ignorada. Já a descrição gramatical tradicional oscila entre as denominações *oculto*, *desinencial* ou *elíptico*. Sem nos atermos a problematizações em torno dessa oscilação e da adequação e/ou pertinência dos dois primeiros nomes— o que faremos no próximo item— a classificação de elíptico parece-nos a mais simples e fiel ao processo que aí se dá. Efetivamente, temos aí um sujeito em elipse. Não há a materialidade do SN sujeito anteposto (ou posposto, embora não esperável, a não ser estilisticamente), pois o mecanismo de elipse da língua remete-nos a tal SN facilmente. Em outras palavras, o SN sujeito existe, mas está elíptico. A categoria da elipse precisa ser levada em conta, dado, inclusive, seu exitoso acionamento na língua.

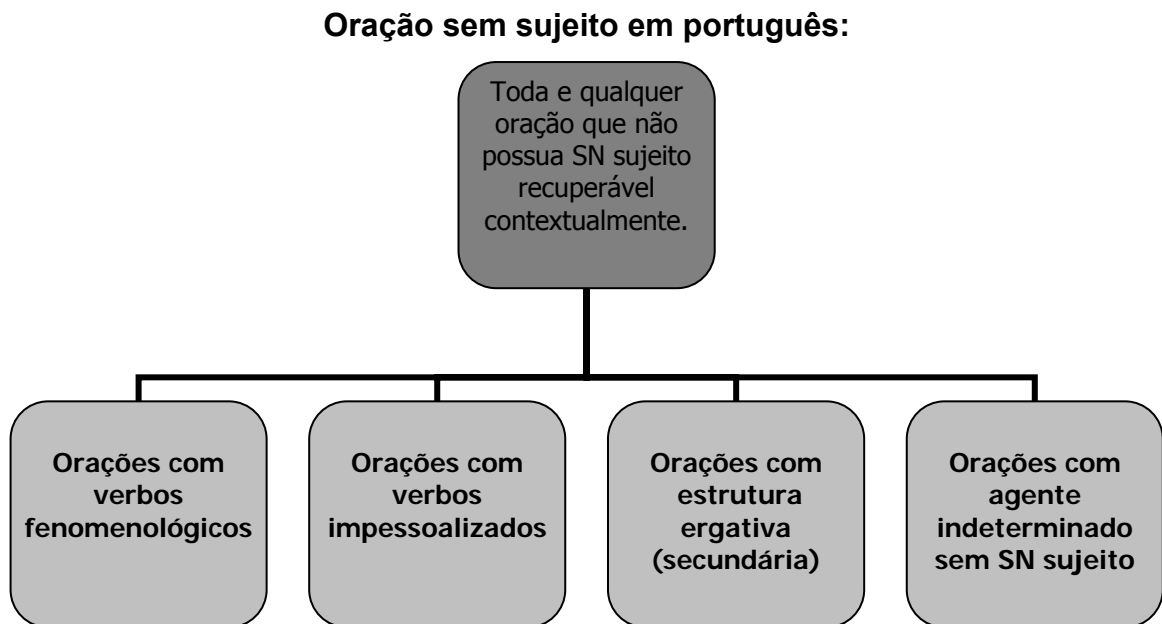
A segunda premissa de que precisamos tratar diz respeito à especificidade da modalidade brasileira, em meio ao contexto da oração sem sujeito em língua portuguesa. Nossa expectativa é de apresentar uma proposta descritiva para a oração sem sujeito portuguesa. Julgamos que nossa língua é permissiva a orações com tal comportamento sintático. Isso passa pela descrição das vertentes de oração sem sujeito que exporemos. Além disso, há um caso que, necessariamente, deve ser entendido como específico do PB: o de orações sem sujeito, decorrente de

processo ergativo na língua. Logo, nossa descrição especializa-se no uso de orações sem sujeito na variedade brasileira

Considerando, então, que estamos a descrever as orações sem sujeito, com ênfase no PB; e também que, nesta descrição que aqui fazemos, as orações sem sujeito não incluem os casos de elipse do SN sujeito, ou seja, oração sem sujeito é toda oração desprovida de SN sujeito, desde que o mesmo não seja recuperável contextualmente; identificamos como construções sem sujeito a serem objeto de detalhamento descritivo e teórico:

- as com verbos fenomenológicos;<sup>120</sup>
- as com verbos impessoalizados;
- as oriundas de processo ergativo secundário;<sup>121</sup>
- as em que se verifica omissão do agente, sem que haja aí um SN sujeito.

Esquemáticamente, representamo-las assim:



**Quadro 4:** Oração sem sujeito em português.

Cada uma delas receberá um capítulo descritivo à parte. O primeiro subgrupo receberá nossa atenção no próximo capítulo, o V. Trataremos do segundo

<sup>120</sup> Adotamos, doravante e definitivamente, esta terminologia, em detrimento de *verbos que expressam fenômenos da natureza*. Em tempo, a terminologia *verbos fenomenológicos* não guarda, nem mesmo residualmente, qualquer vinculação à utilização/significação que o adjetivo *fenomenológico* apresenta nos estudos filosóficos.

<sup>121</sup> A categorização de ergatividade secundária será apropriadamente explicitada no capítulo VIII.

conjunto no capítulo VI. As construções ergativas serão objeto de análise do capítulo VIII deste trabalho. Já o último agrupamento de construções ocupará o capítulo VII.

Ainda precisamos nos ater a distinções entre os quatro segmentos de orações sem sujeito por nós apontados. É oportuno identificar que, embora todas elas comunguem da ausência plena de um SN sujeito, há distinção entre as mesmas quanto à possibilidade de seleção ou não desse sintagma. Vemos aí duas manifestações sintáticas diferentes. Há orações que não selecionam e não podem selecionar *de per si* SN sujeito algum. Essas, podemos dizer, são totalmente refratárias a qualquer SN sujeito. As mesmas constituem uma fração de orações sem sujeito impessoais. Por outro lado, há orações sem sujeito que o são tão somente circunstancialmente, pois seus verbos são plenamente habilitados à seleção de SN sujeito e não o fazem por motivações pragmáticas, estilísticas, contextuais em geral. Assim, na oração *Derrubaram o quadro da parede*, o verbo em questão é fruto de um processo prévio em que se opta pela omissão do agente, o que implica, na superfície sintática, a deslexicalização do SN sujeito para cumprimento de tal intento, independentemente do fator que tenha levado a tal omissão. Esse segundo grupo é por nós tomado como de construções sem sujeito pessoais.

Tanto as orações sem sujeito impessoais quanto as pessoais podem ser subdivididas. Dentre as impessoais, há aquelas que o são de modo inerente à sua própria natureza semântica e sintática por demanda estrutural da língua, em nível conceptual. Essas são de uma impessoalidade essencial e aqui se situam justamente os casos fenomenológicos. E temos também as construções que se tornaram impessoais no curso histórico da língua. Aí estão os verbos por nós chamados de impessoalizados e compõem um quadro de impessoalidade accidental. Dentre as pessoais, a distinção faz-se entre as ergativas secundárias e as de agente indeterminado, vulgar e inadequadamente, rotuladas como orações de “sujeito” indeterminado.

Propomos aqui uma sistematização não para a tipologia do sujeito, mas sim para a tipologia oracional, tendo por referência a existência ou não do termo sintático sujeito. Aliás, na sistematização escolar mais generalizada e organizada segundo parâmetros oriundos da descrição gramatical tradicional, ocorre grande interpenetração não criteriosa entre tipologia de sujeito e de oração, sendo a própria

oração sem sujeito, considerada como pertencente, em termos de descrição, à tipologia do sujeito.<sup>122</sup>

Pensando de forma sistemática, propomos o seguinte quadro:

TIPO DE ORAÇÃO (quanto à estrutura sintagmática)				
DUAL (SN- suj. + SV) [prototípica]	SEM SUJEITO (SV apenas)			
	PESSOAL		IMPESSOAL	
	ERGATIVAS SECUNDÁRIAS	DE AGENTE INDETERMINADO	ESSENCIAIS: FENOMENOLÓGICAS	ACIDENTAIS: IMPESSOALIZADAS

Quadro 5: Tipo de oração (quanto à estrutura sintagmática)

Óbvio que poderíamos ainda desmembrar as orações do tipo dual em subníveis de organização quanto à valência verbal; como nos interessam, porém, as orações sem sujeito, detemo-nos nesse nível de sistematização.

#### 4.4 Morfossintaxe das orações sem sujeito em português

No item 2 deste capítulo, fomos suscitados pelas reflexões de Said Ali acerca da motivação para a escolha do expletivo em línguas que dele fazem uso para a constituição de orações que, em nosso idioma, são sem sujeito. Aqui exploraremos mais detidamente certos aspectos correlatos à reflexão sugerida pelo citado autor.

Por mais que seja intuitivo, é preciso apontar como fator característico da composição das orações sem sujeito, de toda ordem, a flexão verbal exclusivamente em 3ª pessoa. Óbvio e intuitivo, por exemplo, quando pensamos na descrição de fenômenos da natureza, os quais estão, com certeza, no plano extradiscursivo. Da mesma forma, todos os demais casos de oração sem sujeito, sejam de inexistência de agente, sejam de ocultação/desconhecimento do mesmo pressupõem o mesmo

<sup>122</sup> Na mesma descrição gramatical tradicional, resta ainda a crítica a toda uma série de equívocos ou impropriedades terminológicas de que trataremos no próximo item. Além disso, a própria abrangência do que seja a oração sem sujeito precisa ser posta em xeque na referida abordagem descritiva. A resposta a isso é, simplesmente, dada por todo o conjunto de descrições que ofereceremos ao longo de todo o nosso texto.

processo básico morfossintático em português: a ausência de SN e o verbo na 3ª pessoa.

Antes de prosseguirmos, destaquemos que os conceitos de sujeito e agente, embora pertencentes a planos distintos da organização gramatical, interpenetram-se bastante, tal qual ocorre no uso espontâneo da língua. A divisão entre sintaxe e semântica, como já dissemos, é apenas um recorte a serviço de todo o aparato de investigação e descrição linguísticas. Nesse sentido, a sintaxe está naturalmente a serviço da semântica. Afora isso, é preciso atentar também para o fato de que a identidade entre agente e sujeito é uma marca forte das línguas indo-europeias oriundas de um sistema de casos organizados hierarquicamente a partir do nominativo e do acusativo.<sup>123</sup> Não é por acaso que o sujeito considerado prototípico, pela intuição do falante do português, contém como traço destacado a agentividade<sup>124</sup> Então, somos levados a pensar que o nominativo indo-europeu incluiu o traço de agente como marca formal distintiva da posição de sujeito. A não existência ou identificação do agente levou a um dos dois processos recorrentes nessas línguas para tais casos: o apagamento total da própria possibilidade de SN sujeito, como em português, espanhol, italiano, latim e outras línguas, ou conduziu a abstratização semântica do agente, representada sintaticamente por um expletivo, como ocorre em alemão, francês, inglês, dentre outras. Lembremo-nos de que, nas orações com sujeito elíptico, o mesmo é recuperável no manejo do contexto e da decodificação dos instrumentos coesivos da língua. Daí não se tratar de um caso de inexistência de SN sujeito, uma vez que a língua é provida de instrumental, em sua organização coesiva, para a identificação de tal SN.

Quanto ao uso de verbos em 3ª pessoa, constatamos aí a reafirmação da expressão da não pessoa, da ausência.<sup>125</sup> Nesse caso, a aderência entre semântica e sintaxe é muito grande, no caso das orações sem sujeito. O verbo aí conjugado é a expressão pura e formal de um operador tão somente morfossintático. Dada a ausência plena<sup>126</sup> de SN sujeito, só cabe a expressão gramatical da não pessoa, a própria não referência.

---

<sup>123</sup> Cf. ABRAÇADO (1999).

<sup>124</sup> Cf. PONTÉS (1986).

<sup>125</sup> Cf. BENVENISTE (2005).

<sup>126</sup> Lembremo-nos mais uma vez de que nas orações com sujeito elíptico o mesmo é recuperável no manejo do contexto e da decodificação dos instrumentos coesivos do mesmo. Daí não se tratar de um caso de ausência plena de SN sujeito, uma vez que a língua é provida de instrumental, em sua organização coesiva, para a identificação de tal SN. Tanto é que não verificamos aí a exclusividade de flexões em 3ª pessoa.

No caso da oração sem sujeito pessoal que corresponde à indeterminação semântica de agente, chama a atenção tanto a especificidade morfológica da terceira pessoa do plural, forma vastamente difundida do uso destas construções, quanto a morfossintática da terceira do singular acompanhada pelo, assim chamado, *índice de indeterminação do sujeito*. Tal denominação deixa, sem dúvida, pouca clareza acerca de qual seja a natureza morfológica deste item. Encontramos, por vezes, a referência a tal termo como pronome, mas isto nos parece merecedor de mais análises, uma vez que seu papel aí não se compatibiliza com a referência a qualquer SN substantivo que possa ser recuperado contextualmente. Seu papel, admitida sua natureza pronominal, embora talvez mais heterodoxa do que o protótipo pronominal, só pode ser assim compreendida se recorremos mais uma vez à ideia de que a terceira pessoa é o ponto de referência à ausência e que isso vale em termos sintáticos e semânticos. Só com tal olhar podemos entender que o papel de representação pronominal que recairia sobre essa forma é de referência ao que foi apagado em nível sintático para operar uma ocultação<sup>127</sup> do agente, em nível semântico. De todo modo, a nomenclatura *índice* parece-nos nebulosa, sobretudo, quando aplicada ao ensino.<sup>128</sup>

Antes de prosseguirmos, cabe uma elucidação a respeito do que denominamos protótipo pronominal. Consideramos aí basicamente o comportamento morfossintático de pronomes pessoais retos e oblíquos. Os demais, a nosso ver, funcionalmente, mais se aproximam do comportamento usual de substantivos ou de adjetivos. Mesmo os de tratamento fogem, segundo nosso juízo, da caracterização mais exemplar dos pronomes. Bagno (2009)<sup>129</sup> chega a afirmar que os possessivos, demonstrativos e indefinidos são “falsos pronomes”. Não chegamos a tanto. Apenas, caracterizamo-los como pronomes secundários, do ponto de vista de seu comportamento morfossintático. Ora, tais pronomes, apontados aqui como secundários e mais afastados, portanto, do protótipo pronominal, não desempenham o papel de interceptação/substituição no turno discursivo de tal modo intrínseca como o realizam retos e oblíquos. Ainda assim, reconhecemos que a necessidade de esmiuçar tal premissa esbarraria, por exemplo, na questão do papel dêitico sistematicamente desempenhado pelos demonstrativos, o que parece destinar-lhes

<sup>127</sup> Aqui se exemplifica bem como a denominação de *sujeito oculto* consagrada por muitas gramáticas propicia pouca clareza acerca do que seja este tipo de sujeito. Em tempo, justiça seja feita, lembremos que tal nomenclatura não é encontrada na NGB.

<sup>128</sup> Debruçar-nos-emos com mais vagar sobre tais aspectos no próximo item deste capítulo e no capítulo VII.

<sup>129</sup> *Op. cit.*, p. 275.

de modo seguro ao rótulo pronominal. De todo modo, mantemos que, ao longo de todo este trabalho, quando referirmo-nos a pronomes, sem maiores especificações, estaremos a falar de retos e oblíquos. Identificamos, assim, o cerne morfossintático dos pronomes nesse grupo aqui aludido. Tal posicionamento, inclusive, permite-nos afirmar que os pronomes de 3ª pessoa em português são menos prototípicos do que os demais, uma vez que, sistematicamente, alicerçam seu funcionamento flexional em mecanismos nominais tanto para gênero quanto para número. Aliás, por conta de tal traço, a 3ª pessoa pronominal portuguesa apresenta-se como pilar menos sólido do que as demais, o que trará, como veremos, consequências na própria reorganização flexional do PB, nos capítulos VI e VIII. Insistamos ainda nessa reflexão. Pensemos na 1ª pessoa do singular, *eu*. A 1ª pessoa do plural não corresponde a uma flexão de número desta, em termos morfológicos, nem representa semanticamente o seu plural. *Nós*, inclusive, em português, apresenta significação múltipla, podendo ser: *eu* junto à 2ª pessoa (do singular ou do plural), *eu* em conjunto à 3ª pessoa (do singular ou do plural) e ainda *eu* acrescido tanto da 2ª pessoa quanto da 3ª (em ambos os números, potencialmente). Tal comportamento é devido à própria natureza do signo pronominal que é essencialmente mostrativo e que se manifesta somente em meio ao discurso.<sup>130</sup>

Feita a ponderação acima, retornemos a nosso curso argumentativo. A 3ª pessoa verificada nas orações sem sujeito é, de regra, no singular. Contudo, há dois importantes casos em que lidamos com a pluralização: a indeterminação de agente e o do verbo *ser* na indicação de horas e datas, caso este consagrado na descrição gramatical tradicional. Na primeira situação, vemos aí uma motivação semântica à consecução morfológica de flexão em 3ª pessoa. O número plural contém o singular, não sendo o contrário válido. Assim a indeterminação de agente por meio da 3ª pessoa torna-se mais genérica e, talvez por isso, no uso, tenha suplantado aquela feita com o verbo na terceira pessoa do singular. Acrescente-se que, no caso da indeterminação com verbo no singular e aporte de clítico *se*, ainda se tem o processo de queda de clíticos, ora em curso no PB. Já no segundo caso, do verbo *ser*, temos que levar em conta o peso da prescrição, como um fator importante. Afinal, construções como *Hoje é três de julho* ou *É cinco horas* são plenamente correntes. Além de claramente atestáveis, tais manifestações resguardam coerência com a natureza da oração sem sujeito impessoal em questão. Elucidando tal

---

<sup>130</sup> Cf. BENVENISTE: 2005, pp. 287-293.



assertiva, no caso das orações impessoais não há qualquer recorte que satisfaça critérios como indeterminação ou generalização que se podem encontrar facilmente nas orações sem sujeito pessoais. Mais do que isso, indeterminação e/ou generalização de agentes são, habitualmente, motivações efetivas à própria existência dessas orações sem sujeito pessoais. O critério que as faz não selecionar SN sujeito passa, mormente, por tal fator. Retornando às impessoais, só resta às mesmas a própria impossibilidade de se articularem a um SN sujeito. Nesse caso, a flexão de plural é menos característica e esperável, a partir do próprio sistema linguístico. Ora, o número plural expressa qualquer referência superior a um. Não havendo sujeito sintático nem, simultaneamente, agente semântico, não pode haver pluralização. De todo modo, a questão ainda reserva complexidades de conceptualização. A língua não possui uma categoria de número para expressar o nada. Como bem sabemos, o conceito de zero é uma abstração matemática não constatável na natureza. Assim, a língua se vale para a expressão desse nada, de que tratamos, de seu número básico, o singular. Sabemos que; em construções equativas, do tipo *A vida é/ são prazeres vários*, a própria descrição gramatical tradicional permite a flexão em plural, em reconhecimento à relação aí existente de profunda identidade semântica criada entre o sujeito e o predicativo da oração. Portanto, construções equativas operam essa busca de igualdade semântica entre o sujeito e seu predicativo. Tal princípio foi estendido, pela mesma descrição gramatical tradicional, às orações sem sujeito. Afora a já tão citada não clareza de distinção entre esferas sintática e semântica, ainda se alarga o princípio equativo a orações que simplesmente não possuem sujeito, por efeito de analogia. Por sinal, a mesma analogia que, de modo bastante incoerente, reconhece um predicativo do sujeito em orações desprovidas do mesmo. Assim, julgamos que, nos casos de plural com *ser* em construções impessoais, dá-se, em parte, o peso da indicação da descrição gramatical tradicional, outrossim, o mesmo processo, por parte do falante que redundava em construções como *Haviam fatos ainda sem explicação*. Interpretamos tal processo como de hipercorreção e retornaremos à discussão do mesmo no capítulo VI, quando versaremos sobre as construções impessoalizadas.

#### 4.5 Problemas terminológicos em torno da descrição da oração sem sujeito

Já nos referimos bastante a problemas na descrição gramatical tradicional quanto à clareza de critérios gramaticais, recorte dos mesmos e terminologias indevidas, frutos diretos ou indiretos dessa não clareza. Parte apreciável dos problemas descritivos deve-se, segundo nosso juízo, a questões terminológicas ou, antes, os nós terminológicos são a expressão de tais problemas de análise. É preciso ainda reconhecer que essa questão extravasa as fronteiras da descrição gramatical tradicional, transbordando para a área de pesquisa linguística também.

Destarte, levantemos tais problemas terminológicos.

A própria denominação geral dada às orações sem sujeito reserva desnecessárias dúvidas quando se postula, como sinônima, a nomenclatura *sujeito inexistente*. Faça-se justiça ao fato de que tal nomenclatura não está apresentada na NGB, sendo devida a muitos gramáticos, especialmente da vertente descritiva tradicional. Esta denominação incorre em óbvio absurdo ao cometer duas falhas conjuntas. Primeiro; se dá o equívoco de, como a descrição gramatical tradicional faz, correntemente, mesmo com a terminologia *oração sem sujeito*; apontar essa como um item da tipologia do sujeito e não uma feição oracional possível em língua portuguesa. São, portanto, imiscuídos dados de níveis diferentes de análise. A tipologia do sujeito diz respeito ao nível de análise intraoracional, o mesmo não ocorrendo, obviamente, com a tipologia oracional, que é avistada, a partir do próprio nível oracional ou frasal, senão textual. A segunda problemática está na própria constituição de um tipo paradoxal; o que é, no mínimo, estapafúrdio a uma conceituação de qualquer natureza; de um tipo que é o não existente. Nesse sentido, a adoção do termo  $\emptyset$ , já situado como de uso difundido na literatura gerativista, cumpre papel muito menos obscurecedor da discussão, afinal retiramos da própria conceituação matemática do que seja essa abstração denominada zero o corte semântico fundamental de nulidade. Ironicamente, uma das situações a que se refere a assim cunhada *oração com sujeito inexistente* é, justamente, dentre outros casos, a verbos que indicam existência. Não bastasse isso, essa nomenclatura ainda ocupa campo semântico muitíssimo próximo das também correntes sujeito indeterminado e sujeito oculto. Como resultado, nossos alunos tropeçam reiteradamente em tais identificações classificatórias, como concluímos na pesquisa

apresentada neste mesmo capítulo, estendendo, assim, sua dificuldade ao próprio reconhecimento da estruturação de sujeito (ou oracional) em questão. Ajuizamos que a denominação oração sem sujeito é analiticamente precisa para fins de descrição e reflexão linguísticas, uma vez que dá conta da identificação do processo, efetivamente, verificado em tais orações.

Há ainda outra terminologia que concorre equivocadamente com a de oração sem sujeito: *oração impessoal*. Vemos, nesse caso, mais uma vez, conflito entre observação semântica e sintática. Eis mais um demonstrativo da falta de clareza entre a análise do plano sintático e do semântico. O fator que leva ao estabelecimento de tal sinonímia é, no plano semântico, a ausência de um agente, dada a própria significação do verbo e, na esfera morfológica, a conjugação exclusiva desses verbos em terceira pessoa do singular. Almeida (1989),<sup>131</sup> acerca da língua latina, categoriza como impessoais os verbos que “indicam necessidade, utilidade, conveniência”, arrolando os verbos: *decere* (convir), *dedecere* (não convir), *interesse* (importar), *libere* (aprazer), *licere* (ser lícito), *oportere* (ser preciso) e *referre* (importar). O mesmo procedimento adota Horta (1983) em relação à sua descrição da língua grega. Aqui, mais satisfatória é a indicação de tais verbos como unipessoais, o que atende à sua caracterização morfológica seja em latim, em grego ou em português. É verdade que tais verbos constroem-se com sujeito não prototípico; nocional, posposto e oracional. Tal comportamento morfossintático pode ser indício, como veremos com detalhes no capítulo VI, de processo de gramaticalização em curso que pode apontar no rumo da impessoalização efetiva. De todo modo, descritivamente, não podemos apontar tais orações como destituídas de sujeito, uma vez que possuem-no, embora não na forma de sintagma, mas oracionalmente; nem classificá-las como impessoais. Cabe esclarecermos, então, o que concebemos como orações impessoais. Essas são, para nós, as orações construídas com verbos que não podem selecionar SN sujeito. Os verbos aqui analisados situam-se nessa esfera. Selecionam oração subordinada substantiva subjetiva como seus necessários sujeitos. Tais verbos consideramos em possível impessoalização.<sup>132</sup> A oração subordinada aí presente supre, em nível de complexidade sintática mais elevada o SN sujeito. Na verdade, a indicação de impessoalidade para tais casos só se faria coerente se o que estivesse em jogo

<sup>131</sup> *Op. cit.* p. 319.

<sup>132</sup> Como já foi dito, aprofundaremos essa questão no capítulo VI.

fosse tão somente o campo semântico, afinal os sujeitos aí são invariavelmente nocionais. Portanto, não cabe a equivalência entre impessoalidade e oração sem sujeito.

Nas orações sem sujeito, a descrição gramatical tradicional, amiúde, aponta um predicativo do sujeito em construções como *Está quente/ É tarde*. Julgamos que se trata da necessidade de se reconhecer aí tão somente a função de predicativo, sem maiores decorrências. Ou melhor, mesmo nos casos em que houver um SN sujeito, consideramos que se trate tão somente de um predicativo.

Outro nó terminológico, derivado dos habituais cruzamentos indevidos entre semântica e sintaxe é o que redundando na tipologia de sujeito conhecida, nas descrições gramaticais tradicionais, como oração de sujeito indeterminado. O que ocorre, categoricamente aí é a indeterminação do agente. Quanto ao sujeito, que é uma manifestação efetivamente sintática, a oração simplesmente não o possui. Cedemos a palavra a Abreu:

A Nomenclatura Gramatical Brasileira descreve, incoerentemente, essas construções como casos de “sujeito indeterminado”. [...] O sujeito, enquanto função sintática, não existe, uma vez que não há, como dissemos, nenhum termo com o qual o verbo esteja concordando. Esse raciocínio também se aplica a construções, geralmente na língua falada, em que o verbo fica na terceira pessoa do plural, sem um antecedente expresso como em:

Telefonaram para você ontem.  
Derrubaram, outra vez, a cerca da frente.

Como se vê, não há um antecedente expresso para nenhum desses dois verbos e não há, também, em suas orações, nenhum outro termo com o qual eles estejam concordando. Trata-se, pois, também, de casos de agente indeterminado em oração sem sujeito. (ABREU, 2006, pp. 84- 85)

A posição do autor já elucida de forma muito contundente o ponto que aqui apresentamos. A língua dispõe de inúmeros meios para indeterminar o agente, um desses é pela ausência de SN sujeito. Em outras palavras, a deslexicalização desse sintagma, em meio a verbos pessoais, cumpre o objetivo semântico de indeterminar o agente. Por isso, seria mais coerente a classificação dessas orações como *sem sujeito*, distinguindo-se das que, tradicionalmente, são assim caracterizadas pelo seu potencial a construções pessoais. Daí termos anteriormente apontado que as

orações sem sujeito podem ser entendidas como impessoais ou pessoais. Tal visão salvaguarda a coerência da criação em campo sintático.

Em face do acima exposto, lembremos ainda que Perini<sup>133</sup> adverte-nos para o fato de que a indeterminação é mecanismo recorrente e produtivo na língua,<sup>134</sup> ocorrendo não só em relação ao sujeito. Destaca especialmente a indeterminação do objeto.

Dentro do quadro do “sujeito” indeterminado, eclode mais um item, terminologicamente muito delicado: o assim chamado *índice de indeterminação do sujeito*. O questionamento torna-se inevitável. O que vem a ser um *índice*? Que categoria morfológica é essa? Também Bagno<sup>135</sup> considera problemática tal terminologia. Nesse caso, vemos que tão exótica denominação é reflexo de uma não análise do que venha a ser o clítico aí presente. Não detalharemos ainda nossa visão acerca do *status* morfológico do clítico se nessas construções de agente indeterminado, pois que nos dedicaremos enfaticamente a isso no capítulo VII.

O problema aqui apontado em relação ao “índice” de indeterminação do sujeito expande-se para outros clíticos analisados na descrição gramatical tradicional. Por que nas construções de “sujeito” indeterminado o *se* é índice e nas de voz passiva é alcunhado como pronome apassivador? Também essa terminologia precisa ser problematizada e isso, em grande medida, passa pela própria discussão sobre os limites entre as construções passivas e de indeterminação (de agente sem SN sujeito) na língua e na forma como as mesmas são descritas.

Aproveitando a oportunidade de refletir sobre as construções, classicamente, tidas como passivas, deparamos com a inoportuna denominação de *sujeito paciente*. Inoportuna, pois artificializa o fato de que há muitos outros casos de sujeitos na língua que expressam, no espectro semântico, o papel de paciente, em construções que não são, tradicionalmente, apontadas como passivas. Em *O copo quebrou*, o sujeito aí presente é inegavelmente paciente e a oração ou construções a ela similares não compõem nenhuma listagem, apontada em descrição gramatical tradicional, de exemplos de formas passivas no idioma. Como estamos a ver, parte

---

<sup>133</sup> PERINI: 2010, p. 83.

<sup>134</sup> No capítulo X, dedicar-nos-emos, dentre outros pontos, a discutir a utilidade de identificação das estratégias de indeterminação para o ensino e a aprendizagem do idioma materno.

<sup>135</sup> BAGNO: 2009, pp. 275-276.

apreciável dos problemas terminológicos são, de fato, decorrentes de incongruências analíticas de várias ordens.

Ainda no escopo do que seria a voz passiva, encontramos o termo *agente da passiva*. Termo esse que, em que pese ser categorizado como integrante, não o é; apresentando o mesmo comportamento de qualquer adjunto adverbial. Aqui se verifica a implantação artificial da semântica em solo sintático, sem qualquer proveito descritivo. Reiteramos que o dito agente da passiva é um adjunto adverbial em termos estritamente sintáticos. Nas descrições anteriores à NGB, tal posição analítica, em conformidade com a que aqui sustentamos, pode ser atestada em diferentes autores. Reportamo-nos, como exemplo a Pereira (1942).<sup>136</sup>

Por fim, no concernente à própria tipologia do sujeito, temos uma descrição que se alicerça em olhar semântico e não sintático. Como já esclarecemos, temos aí a sobreposição entre tipologia oracional e de sujeito. A oração sem sujeito e a de “sujeito” indeterminado compõem tipos de oração, no caso sem sujeito, segmentando-se em impessoais e pessoais. Já a descrição das orações com sujeito, ajuizamos, afasta-se muito de nossos objetivos aqui propostos. Sobre essas, limitamo-nos apenas a reconhecer na terminologia de *sujeito elíptico* uma denominação útil e precisa analiticamente do ponto de vista descritivo, pelos motivos expostos no item 4 deste capítulo.

Enfim, percebe-se que os problemas terminológicos aqui levantados derivam de incongruências descritivas que entrecruzam sintaxe e semântica. Assim, parte-se para uma nomenclaturalização que já nasce embaçada e, por isso, reforça toda essa impropriedade analítica a que nos referimos. Identificamos como ponto inicial desse processo a descrição gramatical tradicional, mas, como já observamos, a questão alcança também descrições que se põem fora dessa.

---

<sup>136</sup> *Op. cit.*, p. 333.

## 5 ORAÇÕES SEM SUJEITO IMPESSOAIS ESSENCIAIS: AS CONSTRUÇÕES FENOMENOLÓGICAS

### 5.1 A natureza das construções fenomenológicas em português

Decerto que o tema deste capítulo suscita aspirações especulativas de ordem vária. Salmoni (1978)<sup>137</sup> indica-nos os vocábulos *neifei*, *ningit*, *nivit*, *snezaiti* e *snega* que significam todos o verbo *neva*, respectivamente em grego, em latim, na língua avéstica, em alemão arcaico e no lituano. Incorre a autora em tal procedimento para provocar o leitor à reflexão, a mesma que moveu glotólogos e filólogos ao longo do séc. XIX em torno das raízes comuns indo-europeias. Ainda assim, nenhuma informação adicional fornece-nos sobre a natureza de tais verbos quanto à presença de sujeito ou qualquer outro possível traço morfossintático aí presente. Com objetivos similares, Salles (1993) apresenta-nos vários substantivos correlatos a fenômenos da natureza. Desse, reproduzimos abaixo o parágrafo que mais claramente expressa aquilo a que aqui nos referimos:

Dos nomes dos fenômenos naturais e dos astros se pode, igualmente, traçar a origem comum a partir de várias línguas históricas: 1) 'sol': sânscrito *surya-*, avéstico *huro*, russo *solntsye*, lituano *saule*, gótico *sauil* e *sunno*, ant. alemão *sunna*, galês *haul*, bretão *heol*, latim *sole-*, da raiz *\*sawel-*; 2) 'trevas': sânscrito *tamas-*, russo *t'ma*, lituano *tamsa*, ant. irlandês *temel*, ant. alemão *demar* ('crepúsculo'), latim *tenebrae*, da raiz *\*temes-*; 3) 'vento': sânscrito *vata-*, russo *vyetyer*, letão *vejš*, ant. alemão *wint*, norreno *snjor*, gótico *winds*, bretão *gwent*, latim *ventus*, da raiz *\*we-*, propriamente 'soprar'; 4) 'neve': russo *snyeg*, lituano *sniegas*, ant. alemão *sneo*, norreno *snjor*, gótico *snaiws*, irlandês *sneachta*, latim *neve-*, grego *nipha*, da raiz *\*snigwh-*; 5) 'fumaça': sânscrito *dhuma-*, russo *dym*, lituano *dumai*, latim *fumus*, da raiz *\*dhumo-*. (SALLES, 1993, p. 32)

Além do supracitado parágrafo, ainda encontramos, em passagens do mesmo capítulo, citações à maior uniformidade da raiz indo-europeia *\*nekw̥t*, ancestral de nosso *noite*, do que da forma correspondente para *dia* nas línguas dessa família, dada, segundo o autor, a importância desse momento do dia para aquelas civilizações. Tal fato é ainda reiterado com a exemplificação de que é muito

<sup>137</sup> *Op. cit.* p. 57.

mais comum nas línguas da mencionada família a expressão *noite e dia* nessa ordem do que o inverso. Buscando ainda definir a sociedade proto-indo-europeia, recorre ao vocabulário no campo semântico de mar, rios e congêneres; bem como a nomes de animais e atividades e traça similitudes entre a homogeneidade da conservação das raízes primitivas indo-europeias nas línguas daí derivadas e a importância que esse ou aquele dado de sociedade possuía na cultura do homem indo-europeu. A respeito de tal metodologia descritiva, limitamo-nos a ponderar que a mesma lida com aproximações e generalizações, obviamente, perigosas a um olhar científico. Ao mesmo tempo, reconhecemos que não dispomos de qualquer recurso que nos permita precisão em graus muito mais elevados. Estamos, assim, diante de uma visagem que, em si, é especulativa.

Todo esse intuíto que ainda necessita se estender tem por objetivo trazer à baila uma discussão que, invariavelmente, está associada aos verbos fenomenológicos. Os mesmos se enquadram em um conjunto lexical que pode ser tomado como vocabulário “doméstico”. Mais que isso, remontam a um dos campos semântico-lexicais de usos, muito provavelmente, dos mais cotidianos e mais ancestrais na história do *homo sapiens*. Portanto, não seria absurdo pensar se as mesmas tiveram uma origem comum impessoal ou eram antes atribuídas a algum ente, um deus por exemplo (como no caso do grego) ou um ser outro de qualquer ordem. Adiante, avaliaremos um caso de verbo fenomenológico na língua grega, o qual, segundo nosso juízo, admite leitura inicial, em termos históricos, de sujeito elíptico. No entanto, tenhamos claro que mesmo uma análise, consubstanciada em dados de uma língua bem conhecida como a grega clássica e, um pouco menos conhecida, em sua versão antiga colocam-nos, ainda assim, diante de certo terreno especulativo, uma vez que é impossível contar com a intuição do falante como suporte analítico. Isso nos impede o acesso ao plano cognitivo que, no caso das construções fenomenológicas, é determinante para a configuração sintática *sui generis* que demonstram.

Em que pesem, portanto, todo o fascínio ofertado pelo interessante exercício de ilação acerca da precedência e origem histórica, ou melhor dizendo, ontológica de tais construções, deter-nos-emos, neste capítulo em sua caracterização sincrônica, a qual possui, segundo sabemos grande estabilidade no percurso da língua, possivelmente devido ao grau tão fortemente intrínseco, em termos cognitivos, com que tais construções operam, configurando, por isso mesmo,



uma impessoalidade de caráter marcadamente essencial, constitutivo do próprio cerne do sistema linguístico e de sua forma de apreensão da realidade. Em português, esse comportamento impessoal marca tais verbos também ao longo da história.

Compõem esse conjunto, em língua portuguesa, todos os verbos obviamente fenomenológicos: *chover, ventar, trovejar, relampejar, garoar, chuvejar, nublado, nevar, gear, amanhecer, entardecer, anoitecer, alvorecer, estiar, esfriar, esquentar*,<sup>138</sup> etc. Sobre tais verbos, Azeredo<sup>139</sup> informa-nos que “Trata-se de estados ou processos que, em nossa cultura, não são atribuídos a um dado ser, indivíduo ou entidade.”. Percebemos nessa conclusão a especificação de “estados” da natureza. Isso nos leva à necessidade de agregar construções outras que também se inserem na perspectiva de descrição de fenômenos da natureza. Tais construções correspondem, justamente, às estruturas mais prototípicas de que a língua dispõe, em termos sintáticos, para a apreensão de estado, quais sejam: um verbo predicativo<sup>140</sup> junto ao estado/atributo de dado fenômeno da natureza que corresponderia ao predicativo propriamente. Nesse caso, passamos a ter um acervo de caracterizações aspectuais à disposição para dado fenômeno da natureza: *Está frio/ Ficou frio/ Permanece frio*. Ao predicativo aí presente fica reservada a mesma caracterização de qualquer outro predicativo em construções pessoais: tanto podemos ter um substantivo (*Está muito calor*) quanto um adjetivo (*Está muito quente*) e ainda um advérbio (*Está cedo*).

Precisamos ainda acrescentar às construções fenomenológicas aquelas com o verbo *fazer* junto a SN objeto direto, descrevendo estado/fenômeno da natureza: *Fez muito frio ontem*. Em tais casos, o verbo *fazer* comporta-se como autêntico verbo-suporte. Comparemos o par *Esfriou/ Fez frio*. Claro que como pode ocorrer no conjunto das construções-suporte, não podemos esperar sinonímias plenas. *Fazer um pedido* e *Pedir*, salvo distinções estilísticas e pequenas flutuações semânticas, motivadas ou não pelo contexto, podem ser efetivamente consideradas sinônimas. O mesmo não se verifica com o par, por exemplo, *Dar uma volta* e *Voltar*. Do mesmo modo, com os verbos que aqui denominaremos *termológicos*, entendidos

<sup>138</sup> Embora não tenhamos encontrado abonação em dicionários para isto, tomamos também contato, em registro oral espontâneo, de falantes de Ouro Preto (MG), com o verbo *neblinar*.

<sup>139</sup> AZEREDO: 2008, p. 232.

<sup>140</sup> Em muitas descrições gramaticais, as expressões verbo de ligação, copulativo ou predicativo são apresentadas como sinônimas. Aqui, consideramos a terminologia *verbo predicativo* mais indicada, uma vez que nos referimos a orações desprovidas de sujeito e, portanto, tanto a indicação de *verbo de ligação* quanto de *copulativo* podem, superficialmente, denotar incoerência descritiva.

como subgrupo dos fenomenológicos, a construção suporte com *fazer* não equivale sinonimicamente a *esfriar* ou *esquentar*.

Temos nas construções fenomenológicas, portanto, verbos diretamente indicadores do fenômeno da natureza em questão e também estruturas com verbos predicativos ou com o verbo *fazer* denotando da mesma forma tais fenômenos. A título de observação, notemos que, nessa segunda possibilidade de configuração fenomenológica, lidamos com verbos de alto teor de gramaticalização na língua<sup>141</sup>. Ainda no conjunto dos verbos fenomenológicos, há os verbos que podem ser sinônimos desses fenômenos da natureza e assumir, em tal acepção, forma igualmente impessoal: *Escureceu cedo/ Ainda não clareou*<sup>142</sup>. Todas essas são, enfim, construções que enquadraremos no conjunto dos verbos fenomenológicos.

Em síntese, temos a seguinte sistematização para as construções fenomenológicas em português:

- verbos que fazem referência direta a fenômenos naturais: *chover, ventar, trovejar, entardecer, anoitecer, relampejar, etc...*
- verbos gramaticalizados a que se acrescenta um atributo do fenômeno em questão, podendo ser tal atributo representado por substantivo, adjetivo ou advérbio. Mais de todo modo o que se evidencia é a formação de um SN em função predicativa ou de SAdv. Exemplos vemos em: *Já é tarde./Está frio./Ficou escuro de repente.*
- verbo *fazer* + SN objeto direto, em construções como: *Fez muito frio ontem./Tá*<sup>143</sup>*fazendo um tempo muito agradável.*
- verbos que, contextualmente, funcionam como sinônimos dos fenomenológicos: *Escureceu rápido hoje.*

No primeiro caso, os verbos descrevem na integridade o fenômeno natural em questão. Qualquer gradação que se necessite aí ser expressa só o pode por meio de SAdv de papel intensificador: *Choveu demais/ Choveu muito/ Choveu pra caramba*<sup>144</sup>...

O segundo caso diz respeito também aos fenômenos da natureza, mas, ao mesmo tempo, estende-se à nossa percepção dos mesmos, expressa por meio da

<sup>141</sup> Os verbos que, suplementarmente, compõem o grupo dos fenomenológicos são um caso que, estruturalmente, passam pelos mesmos processos do grupo de impessoais acidentais que veremos a seguir. Já do ponto de vista sintático-semântico, sem dúvida, estão no rol fenomenológico.

<sup>142</sup> Cf. AZEREDO: 2008, p. 233.

<sup>143</sup> Nesse caso, como em outros, ao longo deste texto, trabalharemos também com exemplos em registro coloquial, sem maiores restrições.

<sup>144</sup> *Idem* nota anterior.

forma verbal escolhida. Notemos que esta corresponde a um verbo predicativo. Teremos então a possibilidade de descrição aspectual do fenômeno em questão ou da percepção do mesmo: *Está tarde/Ficou tarde*. Nos exemplos dados, é possível depreender uma oposição entre constatação de um fato dado e percepção de transformação com relação a um determinado estado anterior que se opunha ou simplesmente não se enquadrava na predicação expressa pelo advérbio *tarde*. Tal variação é regulada a partir da oscilação aspectual do verbo predicativo aí escolhido como forma de apresentação do estado ou mudança de estado natural em questão. Destaque-se ainda a evidente distinção semântica entre *É tarde* e *É de tarde*, considerando-se, claro, construções com outros verbos predicativos possíveis. A primeira faz alusão à percepção subjetiva da passagem do tempo; já a segunda toma um dado período do dia, de entendimento universal.

No terceiro caso, em que encontramos tão somente o verbo *fazer*, trata-se, obviamente, de mais um caso de clara gramaticalização, em estrutura e utilização que se assemelham àquela encontrada em casos típicos em que, como já observamos, o mesmo verbo serve como suporte:<sup>145</sup> *esfriou/fez frio*. No entanto, cabe insistir na sutileza de distinção semântica que foge dessa correlação mais direta e evidente. Em *Faz muito calor aqui*, simplesmente não possuímos forma verbal que preserve o conteúdo encerrado na expressão *fazer calor*. *Aquece muito aqui*<sup>146</sup> não pode, de modo algum, ser tomado como sinônimo de *Faz calor aqui*, apresentando sentido e situações de uso que não se compatibilizam com a descrição e intenção comunicacional a que estamos nos referindo. Em outras palavras, não temos disponível, em língua portuguesa, um verbo que nos dê sentido equivalente a *fazer calor/ fazer frio*, no conjunto de suas possíveis situações de uso e significação. Pode-se imaginar a forma *Esquenta muito aqui* como possível sinônima de *Faz muito calor aqui*. Aliás tal sinonímia só pode ser validada pela interferência do processo de alternância locativa ao qual nos dedicaremos em momento oportuno de nosso texto (capítulo VIII). Tomemos como exemplo para o aprofundamento que aqui pretendemos o par análogo *esfriar/fazer frio*. Comparemos *Esfriou, não?* com *Fez frio, não?*. Notemos que a opção por uma ou outra forma

<sup>145</sup> Da mesma forma como *dar um passeio, ter jeito*, etc. Para maiores informações, ver AZEREDO : 2008: p. 202.

<sup>146</sup> Nestes exemplos, encontramos-nos diante de evidente processo de ergativização em curso que justificará a oração sem sujeito *Aqui aquece muito/Aqui esquenta muito*. Para mais informações sobre ergatividade, consultar ABRAÇADO, Maria Jussara. *Transitividade, ergatividade e a ordem verbo-sujeito no processo de aquisição do português*. In: Veredas: revista de estudos linguísticos, vol. 3, nº2. Juiz de Fora: UFJF, 1999.

altera a própria percepção do tempo verbal em questão, o pretérito perfeito do indicativo. No primeiro caso, o mesmo corresponde a um correlato do presente do indicativo de aspecto conclusivo, valor temporal esse cuja existência, em língua portuguesa, não se dá de forma regular. No entanto, tal tempo encontra paralelo bastante regular e produtivo em outras línguas, como o presente perfeito da língua inglesa ou o perfeito do grego clássico ou o pretérito perfeito composto do francês. Por outro lado, na segunda construção, evidencia-se o caráter de evento passado dessa forma verbal. Claro que poderíamos considerar que isso também está ligado ao fato de que o pretérito perfeito do indicativo de nossa língua é herdeiro do duplo papel tanto de forma conclusiva do presente quanto do passado, mas não pretendemos aqui nos ater mais detidamente a tal questão, de forma a não desviarmos nosso foco de atenção. Enfim, a possibilidade de construções perifrásticas com o verbo *fazer* junto a SNs objetos que incluam substantivos relativos a estados/fenômenos da natureza (*frio/calor/sol*, basicamente) amplia o acervo de sentidos da língua, permitindo a inclusão de significados não apreensíveis em formas verbais simples, relativas a tais fenômenos da natureza.

Ainda sobre os verbos *aquecer*, *esquentar*, *esfriar*, *refrescar*, lembremo-nos de que possuem, na língua, também uma acepção claramente pessoal: *Esse forno não está esquentando bem/ O ventilador novo até que refresca bem*. Já em possibilidades outras, como *Cuiabá esquentada (faz calor) demais no verão*, o que temos é a alternância locativa gramaticalizando um adjunto adverbial como SN sujeito.

No quarto e último caso, temos, ao mesmo tempo, tanto de considerar uma extensão metafórica de significados quanto uma especialização de usos por afinidade de campos semânticos. *Escurecer/clarear*, tanto podem estar inclusos em construções totalmente pessoais (*X clareou os cabelos*) quanto ergativas (*Clareou a sala*) e, por afinidade semântica, também em impessoais (*Clareou cedo hoje*). Cabe aqui observar que, nesse último caso, a língua permite que, sem alteração de sentido, deparemo-nos com formas também que admitem sujeito (*O dia clareou de repente*), desde que haja, óbvio, um ente apto a assunção da “ação” em questão (o que é o caso do vocábulo *dia*, na situação exemplificada).

Precisamos, então, determo-nos um pouco mais na análise acerca dos verbos *clarear/escurecer*, bem como de suas formas perifrásticas *ficar claro/estar*

*claro/continuar claro/permanecer claro*<sup>147</sup> e *ficar escuro/estar escuro/continuar escuro/permanecer escuro*. Poderíamos, por exemplo, ter:

- *Já clareou.*
- *Continua claro.*
- *Ainda não ficou claro.*

Mas também:

- *O dia já clareou.*
- *O dia continua claro.*<sup>148</sup>
- *O dia ainda não clareou.*

Temos nesses exemplos uma oscilação entre possibilidade de construção impessoal de um lado e pessoal do outro. Aí a língua mantém preservado um ente (*dia* ou *noite*) que pode habilitar-se ao *status* de “sede” destes fenômenos naturais. Na maioria das orações fenomenológicas, em português, tal alternativa não existe. Não se trata, portanto, de mera opção estilística, embora tenhamos aí também tal possibilidade. No entanto, a mesma se apresenta num nível diverso daquele encontrado na maior parte das orações fenomenológicas de nossa língua. Comparando *O vento soprou/Ventou*, não podemos dizer que *vento* possa ser a “sede” de *ventar*, ou seja, não é possível atribuir aqui uma relação em que um está contido no outro, de forma hierárquica. Mais do que isso, poderíamos dizer que *vento* e *ventar*, embora correspondentes a categorias gramaticais muito distintas dentro da língua, respectivamente substantivo e verbo, correspondem, em nível semântico, ao mesmo ente, que pode ser apreendido como “coisa” ou como “fenômeno”. Daí emana possibilidade de variação estilística. O vento é o próprio ato de ventar, reside nele e por ele.

Observemos que construções correlatas em algumas outras línguas indo-europeias não se realizam, sintaticamente, sem sujeito.<sup>149</sup> Exemplos mais imediatos

<sup>147</sup> Precisamos considerar *clarear* e seus equivalentes perifrásticos com sentido de *amanhecer*, *ficar de dia*, *revelar a luz característica do período que se opõe à noite*, como resultado natural do movimento rotacional da Terra. Orações como *Está claro hoje* ou *O dia hoje está muito claro* contêm o adjetivo *claro* em outra evidente acepção.

<sup>148</sup> Aqui precisamos ter em mente a nota anterior. A frase precisa ser entendida no sentido de *Ainda não ficou de noite*. Um sentido como *Não está nublado*, que teria como possíveis contrapartes impessoais *O dia não está nublado* ou *O tempo não está nublado*, também não se trata do recorte de significados que aqui exploramos.

temos no inglês *It rains*, no francês *Il pleut*, no alemão *Es regnet*, no dinamarquês *Det regner* ou no holandês *Het regent* equivalentes ao português *Chove*. O que observamos nas referidas línguas é a presença de um expletivo a ocupar a posição sintática do SN sujeito. Ainda que possamos, para tais exemplos, estabelecer uma similaridade semântica para uma mesma ideia básica, não há dúvida de que o tratamento sintático é, indubitavelmente, distinto, correspondendo ao empenho de diferentes estruturas e recursos de estruturação para lidar com uma mesma ordem de abstração. Enfim, não podemos constatar orações sem sujeito, em se tratando de verbos fenomenológicos, nas referidas línguas (inglês, francês, alemão, dinamarquês, holandês). Já no caso do português, a ausência do SN sujeito é a manifestação sintática que singulariza tais construções.

Situações à parte são as verificadas com verbos que flutuam entre a impessoalidade, portanto sintaticamente sem sujeito, e a construção pessoal prototipicamente dual em português: *Amanheceu/ O dia amanheceu* ou ainda *Estiou/ O tempo estiou*. Enquadram-se nessa possibilidade de alternância os verbos *amanhecer*, *entardecer*, *anoitecer*, *estiar*, *esfriar*, *esquentar*, *refrescar*, além das já citadas formas *clarear* e *escurecer*. Azeredo<sup>150</sup> afirma que “construções análogas com os verbos *anoitecer*, *entardecer*, *alvorecer* são nitidamente literárias”. Não verificamos tal assertiva por meio de dados. O que nos importa é que, potencialmente, na língua, tais construções são atestáveis. Quanto ao SN *o dia*, notemos que o mesmo só se habilita à possibilidade de sujeito excepcional de tais construções na acepção de período de vinte e quatro horas caracterizador do movimento rotacional terrestre. Fazemos esse esclarecimento, pois que a palavra *dia* é ambígua em português, contendo tanto a referida interpretação quanto a do período do dia que se opõe à noite e que contém tanto a manhã quanto a tarde. Aventamos ainda a possibilidade de construções muitíssimo periféricas para os verbos fenomenológicos ?*O dia hoje ventou muito/ ?O tempo parece que vai chover*. Mesmo em que pesem dúvidas quanto à gramaticalidade de tais construções, identificamos aí um caso mais propriamente de topicalização que levaria à gramaticalização de SN sujeito.

<sup>149</sup> Sobre o fenômeno da expletividade nestas construções, Camara Jr. (1974, p. 177) afirma: “*Nas línguas indo-européias [...] 3ª pessoa, acompanhada em muitas línguas de um pronome (fr. il pleut, ing. it rains, al. es regnet), não corresponde a um conteúdo nocional e não tem qualquer significação de um ser sujeito.*”

<sup>150</sup> AZEREDO: 2008, p 232.

Notemos que, dentre os verbos fenomenológicos, os abordados no último parágrafo singularizam-se pela possibilidade de alternância regular entre construção plenamente impessoal e construção com SN sujeito, sendo este representado por *O dia* ou *O tempo*. *Tempo* aqui precisa ser, necessariamente, tomado como sinônimo de *clima*.<sup>151</sup> Em síntese, referir-nos-emos a esse SN sujeito que pode ser representado por *O dia*, *O tempo*, *O clima* como *SN fenomenológico excepcional*.

Temos nesse conjunto de verbos que admite tal variação sintática dois subgrupos fenomenológicos: os termológicos (*esfriar*, *esquentar*, *refrescar*) a que já nos referimos e os que aqui denominaremos cronológicos (*amanhecer*, *entardecer*, *anoitecer*, *clarear*, *escurecer*). O primeiro agrupamento distingue-se do segundo por uma peculiaridade: além das paráfrases por meio de verbos predicativos, admite também a possibilidade de construções suporte com *fazer*. À parte de ambos os subgrupos, por não se encaixar semanticamente em nenhum dos cortes aqui apresentados, temos o verbo *estiar*, que, sintaticamente, não admite quaisquer construções perifrásticas.

Há ainda outro grupo de construções fenomenológicas, ora em curso no PB, que não pode ser desprezado, aquele que apresenta SN sujeito com verbo flexionado em função da regência desse mesmo sujeito. É o que vemos em construções como *As janelas desse apartamento ventam muito*. Notemos a esse respeito que fosse a oração em questão *Esse terraço venta demais* seríamos obrigados a admitir que ou tal sentença seria ambígua, incluindo a possibilidade de identificação de um adjunto adverbial deslocado à margem esquerda da oração e não preposicionado,<sup>152</sup> ou teríamos um sujeito atípico, bastante periférico, nesse caso, por não ser agente, não ser humano, não ser animado. Tal sujeito manteria como traço prototípico a posição na oração, o que, segundo os resultados de nossa pesquisa, apresentados no capítulo IV, é critério bastante forte na intuição do falante para o reconhecimento do sujeito. Outra possibilidade de análise para tal situação, a nosso ver, mais acertada, pois que dá conta também do que se verifica no primeiro exemplo aludido neste parágrafo, é a de se admitir aí um adjunto adverbial alçado à condição de sujeito e nessa gramaticalizado na língua, adquirindo, assim, as propriedades mais prontamente sintáticas de um sujeito, a localização no interior da

<sup>151</sup> Lembremo-nos de que, em português, a palavra *tempo* possui ainda os significados de tempo cronológico e de tempo verbal.

<sup>152</sup> Esse adjunto adverbial com características bastante peculiares no PB será mais detidamente analisado no capítulo VIII, a propósito das construções ergativas.

oração e o comando sobre a flexão da forma verbal, traço esse reforçado pela anteposição ao verbo. Destacamos que o grau de concretude dos substantivos que ocupam então esse lugar sintático de sujeito também contribui para tal gramaticalização. Tomando outro exemplo, tal qual *Essa hora sempre chove por aqui*, vemos que o traço de SN sujeito, ainda que gramaticalizado, é esvaziado em função da possibilidade analítica de ocorrência de um SAdv não preposicionado, fenômeno corrente no PB atual do qual ainda nos ocuparemos no transcorrer deste trabalho.

Ainda poderíamos problematizar o fato de que; semântica, e talvez mesmo cognitivamente; não temos nos exemplos apresentados um verbo que expresse fenômeno da natureza propriamente. Vemos, nesses casos, mais a ideia da afetação ou “atingimento” por um fenômeno da natureza. Poder-se-ia então pensar em uma “passiva” para tais verbos, a qual não se pode realizar em termos morfossintáticos, mas pode, claro, ser expressa no plano semântico. Óbvio que tal leitura é válida desde que consideramos que os SNs sujeitos gramaticalizados *As janelas desse apartamento* e *Esse terraço* desempenhem papel temático de paciente, mas admitimos também a interpretação de locativo para ambos. Nesta última, ficaria mantida a interpretação fenomenológica plena. De todo modo, a categorização dos SNs sujeitos gramaticalizados como pacientes ou como locativos não é, a nosso ver, sempre pacífica. Em um exemplo como *A vidraça dessa janela venta demais e vive batendo*, fica patente a indefinição entre *status* paciente ou locativo para o SN *A vidraça* na primeira oração. Contudo, não podemos perder de vista que estamos a constatar um fenômeno por nós apontado como periférico em relação aos verbos fenomenológicos e, como tal, sujeito a toda uma ordem de excepcionalidades e instabilidades à descrição mais acurada que se compatibiliza totalmente com nosso objetivo de perfazer uma descrição que parta dos comportamentos sintáticos prototípicos da língua.

Precisamos ainda relevar o fato que o comportamento atípico e excepcional dessas últimas construções envolvendo verbos fenomenológicos, se é que o são, envolve todo um processo que passa pelo fenômeno de alçamento de adjuntos adverbiais então gramaticalizados como SNs sujeitos, por isso “despreposicionados”. Tal fenômeno, por sua vez, recrudescer em PB motivado pela ampliação da ergativização, a qual, por sua vez, relaciona-se ao esfacelamento da



malha flexional em nosso português.<sup>153</sup> Temos enfim, uma mudança em cadeia que engloba recategorizações do sistema. E como em qualquer mudança tal sistema torna-se ainda mais instável ao olhar analítico.

Caso curioso, em nossa língua, é o da expressão *Chover granizo* que poderia ser tomada precipitadamente como contraexemplo à impessoalidade fenomenológica. Contudo, é preciso lembrar que, embora essa percepção não esteja ativada na intuição atual do falante, tal construção opera no plano da conotação, estabelecendo suplementação verbal (não obstante, haja dicionarizado, em português, o verbo *saraivar*, como correlato à precipitação de granizo, em que pese tal verbo, no uso cotidiano, ter sido transportado a outras paragens semânticas, especialmente a partir de seu particípio), tal qual ocorre, similarmemente, em *O vento sopra* ou *O rio corre*. Portanto, *chover granizo* é da mesma ordem da que encontramos, por exemplo, na expressão *Chover canivetes*. Obviamente, precisamos considerar que aquela expressão apresenta indícios de metaforização menores do que esta, inclusive por ter se perdido da percepção linguística cotidiana tal valor metafórico, só apreensível em um sentido de historicização que justamente a resgate. Sobre isso, observemos que, nos exemplos trazidos à tona para comparação, *O vento sopra/ O rio corre*, a leitura de tais construções como figuradas não é algo prontamente esperável. Como dissemos, em tal situação, precisamos considerar a extensão semântica dos verbos em questão e a própria suplementação vocabular, tomadas hoje, em corte sincrônico, como propriedades mesmas dos citados fenômenos aqui construídos em formatação oracional prototípica, portanto a partir de um SN sujeito, substantivo cognato dos verbos fenomenológicos correlatos.

Enfim, **em língua portuguesa**, podemos dizer que os **verbos fenomenológicos correspondem, prototipicamente, a construções impessoais**. E **precisamos distinguir fenômenos naturais daquilo que preferimos denominar processos naturais**. Os primeiros já foram aqui tipificados e expressam acontecimentos pontuais ou momentâneos da natureza, ainda que cíclicos. Já os segundos referem-se a permanências da natureza. Não há, para o último grupo, em geral, expressão verbal em português. Tomemos, como exemplo, o correr dos rios ou a circulação de ar atmosférico.

---

<sup>153</sup> Todo o conteúdo mencionado nesse parágrafo será, como já aludimos, estudado no capítulo VIII e, em parte, no VI.

Obviamente, exclui-se do supracitado o verbo *orbitar* que, ainda assim, pode ser tomado como claramente não fenomenológica, na contemporaneidade, fora do contexto de acontecimento da natureza. Aliás, os verbos que descrevem movimentos cosmológicos, se vistos como conjunto, parecem ser um caso claramente à parte. Verbos como *orbitar*, *gravitar* e outros podem sim ser utilizados em construção pessoal. No entanto, há especificidades que precisam ser levantadas sobre os mesmos. Em primeiro lugar, não fazem parte de um acervo produtivo no uso diuturno da língua. No lugar de *orbitar*, comumente, opta-se por *girar*, *estar em órbita de* ou *entrar em órbita de*. Seria também o caso de discutir se os mesmos correspondem a fenômenos ou processos naturais, segundo a divisão que aqui propusemos. Haveria pontos de vista para categorizar tais verbos em um ou outro grupo. Reiteramos que eles se encontram em um campo de realidade tão abstrato à decodificação semântica mais imediata que escapam, como um todo, daquele comportamento que verificamos com os demais verbos fenomenológicos, em língua portuguesa. Esses verbos que expressam movimentos cosmológicos/astronômicos apresentam-nos tal dificuldade, pois é muitíssimo relativo descrevê-los como denotadores tanto de movimentos permanentes (processos naturais) quanto de acontecimentos cíclicos e não permanentes (fenômenos naturais).

Esses verbos talvez só sejam de produtividade alta em textos técnicos de Física, Astronomia ou Cosmologia. Notemos que, nesses, curiosamente, tais verbos não são tomados como processos permanentes, diferentemente de nossa prosaica percepção sobre os mesmos. No entanto, a interpretação que dada língua estabelece para a realidade não tem, de fato, comprometimento com uma leitura tecnicamente mais apurada e precisa dessa referida realidade. Enfim, feita a ressalva a esse pequeno acervo de verbos cosmológicos de difícil interpretação, só constatamos impessoalidade em português no que concerne aos fenômenos da natureza, não sendo essa constatada nos processos naturais.

Lembramos aqui de línguas que nos apresentam outros comportamentos para fenômenos da natureza, em construções claramente pessoais. Temos exemplo disso em italiano e em latim, em que, apesar da maioria dos fenômenos da natureza, expressos verbalmente, corresponderem a estruturas sem SN sujeito, é possível encontrar contraexemplos. Se em italiano, por um lado, temos *Piove*, realização impessoal; por outro, encontramos o verbo *eruttare*, que significaria, em português, aproximadamente, *entrar em/expelir erupção vulcânica*, com um SN complemento

verbal, especificador do que fora expelido nesta atividade da natureza. Tal verbo, em que pese, indiscutivelmente, indicar fenômeno da natureza, é pessoal, como em: *L'Etna ha eruttato cenere, lava e lapilli*, em que se observa ainda o comportamento não só pessoal, mas transitivo do verbo. Paralelo a esse é o latino *erumpo*. Poder-se-ia pensar, nessa situação, no efeito de personificação atribuído aos vulcões, como interferente no processo. Porém, ainda assim, é inegável que temos aí uma estrutura pessoal. Em português, lidamos com a personificação de furacões e ciclones, os quais são tratados por substantivos próprios para sua designação, mas, nem por isso, temos um verbo correspondente a tal fenômeno da natureza, como ocorre em italiano. À língua portuguesa resta, no caso supracitado, recorrer à suplementação, por meio de deslocamentos metafóricos ou não, a verbos como *atingir, varrer* etc.

Ainda poder-se-ia imaginar que o motivo da construção pessoal para o exemplo do italiano/ latim seja o fato de não haver equivalência cognata entre o substantivo e o verbo em questão, como se dá com *chuva* e *chover* ou *vento* e *ventar*. A argumentação em torno das formas cognatas é, inclusive, listada por alguns autores para contestar a própria existência da oração sem sujeito em português<sup>154</sup>. Nesse caso, recorreremos à língua grega, como exemplificação a dirimir dúvidas. Baseamo-nos nas informações obtidas em Liddel & Scott (1996) e Liddel & Scott (2000), considerados referência internacional para língua grega. Encontramos em grego três substantivos para o português *chuva*: ὄμβρος (ómbros), ὑετός (hyetós), ψεκὰς (psekás) (ψακὰς [psakás], em jônico tardio). O primeiro é definido como “storm of rain, thunderstorm, sent by Zeus”.<sup>155</sup> Já o segundo é apresentado como “rain; especially a heavy shower”.<sup>156</sup> Enfim, o terceiro substantivo é caracterizado como “drop of rain”,<sup>157</sup> tendo, inclusive, no curso da língua grega, dado origem a expressões metafóricas como Ψάμμου ψεκὰς (psámmou psekás), grãos de areia. Ainda sobre os três vocábulos, encontramos informações adicionais nos três verbetes que esclarecem a relação entre os mesmos. No verbete sobre ὑετός (hyetós), recebemos a informação de que “ὄμβρος is continuous rain, ψεκὰς or ψακὰς drizzle”. Retornando ao verbete sobre ψεκὰς (psekás), lá encontramos a informação de que ὄμβρος (ómbros) denota chuva forte, ao depararmos com a seguinte

<sup>154</sup> Cf. GARCIA (2002).

<sup>155</sup> LIDDEL & SCOTT: 2000, p. 1221.

<sup>156</sup> *Idem: ibidem*, p. 1846.

<sup>157</sup> *Idem: ibidem*, p. 2017.

explicação: “Ψακὰς δὲ λήγει, heavy rain (ὄμβρος) is coming”. Concluímos que os três vocábulos, portanto, correspondem a recortes diferentes sobre chuva. O primeiro, ὄμβρος (ómbros), indicaria chuva forte, enviada por Zeus (ideia essa que, certamente, não se manteve ao longo da evolução da língua grega, como exploraremos adiante). Já ὑετός (hyetós) se oporia a ψεκὰς (psekás) no que concerne à continuidade do fenômeno, sem fazer alusão à intensidade deste. Vejamos agora o que se dá com os verbos correlatos. Para começar, só há a rigor um verbo para *chover*, em grego: ὀμβρέω (ombréo); definido tão somente como “to rain”.<sup>158</sup> Lembremo-nos de que, na definição para o substantivo diretamente equivalente, encontramos a ideia de que essa é uma chuva enviada por Zeus. Tal informação será interessante de ser levada em conta para a apreciação de um exemplo traduzido distintamente nas duas obras de que nos valem para a análise de nossos dados. A propósito do exemplo Μετοπωρινὸν ὀμβρήσαντος Ζηνός (Metoporinón ombrésantos Zenós), temos a seguinte versão: “when the latter rain of autumn comes”.<sup>159</sup> Já na outra obra, encontramos esta tradução: “when Zeus sends the autumn rains”.<sup>160</sup> Em face dessa duplicidade de dados, somos levados a crer que tal verbo apresenta, ao longo do tempo, variação em sua significação, constituindo-se a mesma em claro processo de mudança na língua grega. Tal processo parece coerente com os recortes de significação que apontamos para a forma ὄμβρος (ómbros). Se o verbo ὀμβρέω (ombréo) constrói-se sem SN sujeito, em língua grega, apontamos duas interpretações possíveis para tal construção, possivelmente, correspondentes a momentos históricos diferentes: ou o sujeito dessa construção está em elipse, correspondendo ao SN *Zeus*; ou se trata, na outra acepção possível de oração sem sujeito. Notemos que o verbo aqui corresponde a formas que em nada lhe são cognatas, além do substantivo ὄμβρος (ómbros), claro; formas essas que designam diferentes recortes de percepção do fenômeno natural da chuva. Portanto, podemos sim ter uma oração sem sujeito quando as formas verbais e substantivas não são cognatas. Há ainda outra forma verbal nesse campo semântico que é ὑετίζω (hyetízo), com a significação de “send or cause rain”, portanto, claramente, pessoal.

<sup>158</sup> LIDDEL & SCOTT: 2000, p. 1220.

<sup>159</sup> *Idem: ibidem.*

<sup>160</sup> LIDDEL & SCOTT (1996).

Cabe ressaltar que mesmo nas línguas em que se faz uso dum expletivo em orações desta natureza não há formulações como \**The rain is raining*. A estranheza intuitiva destas construções, aos falantes, seja em português ou em inglês, parece avalizar a verdadeira extrapolação de uso linguístico a que esta hipótese recorreria, formando uma agramaticalidade em nível semântico. Além disso, houvesse SN sujeito aí subentendido, em um período como \**Choveu e derrubou encostas*, não teríamos qualquer problema de gramaticalidade, uma vez que o referente já estaria dado na primeira oração. A argumentação que aponta para a não existência de oração sem sujeito está mais alicerçada no plano da reflexão filosófica do que da observação efetiva da língua. E, é sempre bom lembrar que língua e estrutura de pensamento não caminham *paripassu*.

Cedemos a última palavra acerca dessa questão ao mestre Said Ali:

Certo é todavia que as orações de um só termo do tipo “Chove”, “Troveja” não têm sujeito, porque não pode ser sujeito aquilo que ninguém menciona e de ninguém cogita. Nem tem valor de argumento a circunstância de achar-se o verbo na 3ª pessoa. Esta forma verbal se emprega necessariamente por analogia, pois que a linguagem não dispõe de outro meio de expressão para descrever fatos quaisquer que não se refiram ao indivíduo falante ou ao indivíduo ouvinte. (SAID ALI, 1966c, p. 268)

No caso do exemplo recolhido do italiano e do latim, o verbo se refere a ente distinto do substantivo. Tanto é que introduz objeto direto que é produto da ação do referido ente da natureza, no caso o vulcão. Talvez esteja aí a explicação para a construção pessoal nesse caso. De toda forma, temos aí um caso de verbo que indica fenômeno da natureza e se constrói de forma pessoal, o que, prototipicamente, não se dá em língua portuguesa.

Toda essa reflexão põe-nos diante da necessidade de identificar que temos dois recortes de língua para a apreensão do mesmo fenômeno. *Chuva* e *chover* referem-se ao mesmo ente/fenômeno, tendo apresentação morfológica e distribucional distinta na língua, como verbo ou como substantivo. Ainda carece de maior debruçar o que distingue conceptualmente *chuva* de *chover*, por exemplo. Aqui nos referimos a um nível semântico profundo em que ambos os vocábulos materializam esse mesmo ente ou fenômeno, o qual, inclusive, pode ser encarado de ambas as formas.

Acerca da equivalência semântica acima aludida, é interessante reportar ocorrência verificada por nós em aulas de língua portuguesa, desde o 8º ano do ensino fundamental ao 3º do ensino médio, cobrindo, portanto, diferentes faixas etárias e de escolaridade, quando da análise da letra da música *Primeiros erros*, do compositor Kiko Zambianchi, a qual se segue:

*Meu caminho é cada manhã  
 Não procure saber onde vou  
 Meu destino não é de ninguém  
 Eu não deixo os meus passos no chão  
 Se você não entende, não vê  
 Se não me vê, não entende  
 Não procure saber onde estou  
 Se o meu jeito te surpreende  
 Se o meu corpo virasse sol  
 Minha mente virasse sol  
 Mas só chove chove  
 chove chove*

*Se um dia eu pudesse ver  
 Meu passado inteiro  
 E fizesse parar de chover  
 Nos primeiros erros  
 O meu corpo viraria sol  
 Minha mente viraria  
 Mas só chove chove  
 chove chove*

*Se um dia eu pudesse ver  
 Meu passado inteiro  
 E fizesse parar de chover  
 Nos primeiros erros  
 O meu corpo viraria sol  
 Minha mente viraria  
 Mas só chove chove  
 chove chove*

*O meu corpo viraria sol  
 Minha mente viraria sol  
 Mas só chove chove*

*Chove chove*

Nesse texto, seguindo-se uma convenção já consagrada, a palavra *sol* assume conotação positiva, ao passo que o verbo *chover*, negativa. A escolha do verbo aí pode ser associada a todo o conjunto dos processos negativos e dos *erros* cometidos ao longo da vida do eu lírico que continuam a se fazer presentes em sua vida, traduzidos pelo uso de uma oração formada unicamente por SV e com seu núcleo no presente do indicativo que, além da simultaneidade e contemporaneidade com o momento de fala, pode evocar também a própria atemporalidade e permanência de tais *erros*. Curiosamente, ao serem indagados, por meio de questionário formulado visando à análise do texto, sobre que palavra remete aos *erros* já mencionados no título e assume, no mesmo, conotação negativa, contrapondo-se à palavra *sol*, a resposta da maioria é, reiteradamente, *chuva*, que sequer aparece no texto. Tal situação é um bom exemplo da sinonímia intuitiva que há entre os dois tipos de orações citados aqui. Claro que também é preciso considerar que a força de referência presente nos substantivos e não nos verbos também é responsável por alguma carga de indução quanto a resposta dada pelos alunos na situação aqui mencionada.

Há pelo menos mais um aspecto que, em termos descritivos, chama nossa atenção ao observarmos esse grupo de verbos em construção fenomenológica: o fato de que, em comparação com seus correlatos impessoais que denominamos acidentais, constituem um grupo, no mínimo, menos produtivo e de caráter bastante hermético. Não há como se vislumbrar uma renovação lexical nos verbos de impessoalidade essencial, salvo, naturalmente, o deslocamento, por meio de processo de metaforização, de novos verbos, entendidos então como impessoais essenciais em sentido lato ou de novas acepções a verbos já existentes, como *serenar*, por exemplo.

O fato de que, em muitíssimas línguas, os verbos fenomenológicos gerem estruturas não prototípicas de oração, seja em nível sintático, pela ausência do SN sujeito, seja em nível semântico, pela utilização de um sujeito meramente expletivo, informa-nos de algo de muito especial na relação das sociedades humanas com a percepção e descrição de tais fenômenos. Não resta dúvida de que, quando do tratamento destas manifestações naturais, o papel em evidência cabe ao SV predicado em qualquer que seja a fórmula sintática ou semântica de expressão.

Por fim, sistematizemos os comportamentos verificados no grupo dos verbos fenomenológicos, partindo da apreensão cognitiva destes. Com base em tal critério, propomos dividi-los em:

- *meteorológicos*: que incluiria verbos de referência direta a fenômenos do campo climático/meteorológico;
- *cronológicos*: aqueles que descreveriam a própria passagem do tempo, situando-o em intervalos apreensíveis naturalmente ou que versam sobre a apreensão humana da passagem desse mesmo tempo (manhã, tarde, noite);
- *termológicos*: os que indicam estados ou variações ligadas à temperatura;
- *cosmológicos*: verbos que descrevem movimentos da natureza cósmica, portanto além dos limites da Terra.

VERBOS FENOMENOLÓGICOS				
SUBGRUP O (Base cognitiva)  CARACTE RÍSTICAS	METEOROLÓGICOS	CRONOLÓGICOS	TERMOLÓGICOS	COSMOLÓGICOS
Principais exemplos	<i>chover, ventar, trovejar, relampejar, garoar, chuvejar, nublar, nevar, gear, estiar.</i>	<i>amanhecer, entardecer, anoitecer, alvorecer, escurecer, clarear, construções com verbo predicativo + advérbios tarde/cedo</i>	<i>esfriar, aquecer, esquentar, refrescar, fazer frio, fazer calor, construções com verbo predicativo + frio/calor</i>	<i>orbitar, gravitar.</i>
Construção prototípica	IMPESSOAL	Alterna IMPESSOALIDADE com SN fenomenológico excepcional como sujeito.	Alterna IMPESSOALIDADE com SN fenomenológico excepcional como sujeito.	PESSOAL, sendo o SN sujeito representado pelo corpo celeste ou aglomerado cósmico em questão.
Especificida des	Podem admitir, periféricamente, SN fenomenológico	O SN fenomenológico excepcional aqui é	À exceção de <i>fazer sol/calor/frio</i> , também admitem	Podem também ser decodificados como processos da



	excepcional, sendo esse menos esperável com verbos como <i>chover</i> e <i>ventar</i> e mais com verbos como <i>estiar</i>	preferencialmente <i>O dia.</i>	acepção pessoal. Em casos de inversão locativa, sempre podem ser pessoais.	natureza. De todo modo, são produtividade baixíssima na língua.
--	--	------------------------------------	--	---

**Quadro 6: Verbos fenomenológicos.**

Sobre a sistematização acima, cabe uma observação pertinente à construção *fazer sol*. Esta pode ser tomada, a nosso ver e dentro da sistematização proposta de duas formas. Por um lado, como meteorológica, uma vez que não pressupõe rigorosamente *fazer calor*. Por outro, pode ser entendida como termológica, considerando-se que se aproxima, no viés semântico, bastante de *fazer calor*. Resguardada, tal compreensão, preferimos elencá-la junto ao grupo dos termológicos pelo fato de que é bastante permissiva à anteposição do SN fenomenológica excepcional *O dia*, comportamento esse mais recorrente aos verbos termológicos do que aos meteorológicos, no quadro traçado das construções fenomenológicas.

## 5.2 Reconstituição estilística e/ou comunicacional da estrutura dual prototípica da língua

Já vimos, no item 2 do capítulo IV, que a oração prototípica portuguesa é, de fato, dual (SN sujeito + SV predicado). Acerca da apresentação dos fenômenos da natureza, nossa língua permite ainda essa construção bimembre prototípica da oração portuguesa, conferindo-nos alternativas estilísticas variadas na estruturação de seu predicado:<sup>161</sup> *Choveu*, em contraponto a *A chuva caiu/ despencou/ desmoronou/ desabou...* A opção pela oração plenamente dual é também recorrente quando há interesse em explicitar relações de causa e efeito, por meio de um SN sujeito que passa, então a ocupar o *status* semântico de causador:<sup>162</sup> *O vento agita as árvores./ A última chuva inundou várias cidades de Santa Catarina*. Além disso, a escolha pela utilização da estrutura dual prototípica da oração também oferece

<sup>161</sup> Cf. AZEREDO: 2008, pp. 232-233.

<sup>162</sup> Tomamos aqui por referência GASSER (s.d.) e consideramos que o papel temático de *agente* é privativo de seres animados. Por isso, referimo-nos a *causador*.

maiores opções de especificação, esclarecimento, enfim, caracterização geral do fato em questão, uma vez que amplia as possibilidades de determinação pelo restabelecimento do SN sujeito. Assim, é possível a utilização de determinantes e/ou circunstancializadores tanto junto ao núcleo do SN sujeito quanto do SV predicado. Também são agregadas ao restabelecido SN sujeito alternativas de sinonímia deste núcleo que também cumprem importante papel estilístico e descritivo: *chuva, chuvisco, temporal, chuaréu, toró*.

Referimo-nos enfim a situações em que há a opção, por exemplo, de se utilizar:

- *Choveu.*
- *Caiu uma chuva.*

É ponto pacífico que o SN inexistente na primeira oração e recuperado na segunda trata-se do sujeito da mesma. Claro que não ignoramos que, em ambos os casos, poderíamos encontrar gradações para a descrição do fenômeno em questão. No primeiro caso, pelo acréscimo de adjuntos adverbiais ao SV (*Choveu muito.*). Já no segundo caso, de posse de uma oração plena, composta por SN e SV, podemos tanto acrescentar adjuntos adnominais ao SN (*Caiu uma baita chuva*) quanto estabelecer gradações por modificações da forma verbal (*Desabou uma chuva.*). Poderíamos ainda a respeito do segundo exemplo, estabelecer essa gradação pela troca do substantivo nuclear do SN (*Caiu um chuaréu./Caiu um dilúvio*) ou pela adjunção de circunstancializadores à forma verbal (*Caiu impiedosamente uma chuva*). Logicamente, no caso de “*um dilúvio*”, somente a premissa da linguagem figura por meio da hipérbole nos permite a interpretação gradativa, o que decididamente nos coloca em campo da estilística. Como é perfeitamente possível depreender dos exemplos deste parágrafo, incontestemente, na estrutura dual, temos maior riqueza de opções para a descrição do fenômeno em questão e de suas evidências e consequências.

Outro ponto a ser preliminarmente esclarecido é o que chamamos aqui de “recuperação do sujeito”. Adotamos a postura de que a oração plena corresponde a uma estrutura dual composta por SN sujeito e um SV predicado. Portanto, a forma sem sujeito, composta somente pelo SV predicado corresponderia a uma oração dotada de uma especificidade comportada pela língua portuguesa e não amparada

assim por muitas outras línguas, como discutimos no item 1 deste capítulo. Logo, o termo *recuperação* refere-se ao restabelecimento desta estrutura plena que corresponderia a um universal linguístico do que vem a ser o protótipo de oração. É tão somente neste sentido comparativo que o termo *recuperação* é aqui utilizado, não obstante reconheçamos que a presença da oração formada apenas por SV seja fator distintivo, embora não exclusivo, da língua portuguesa frente a tantas outras, ao menos no que concerne ao campo da família indo-europeia, quando se trata de tais verbos fenomenológicos.

A evidenciação de um causador na oração, o que implica recorrer-se à construção bimembre portuguesa, evidencia a sobreposição da necessidade semântica à sintática que, de fato, não exige tal construção.

Em transmissão televisiva realizada ao vivo no dia 07 de fevereiro de 2009, no canal *SporTV*, o comentarista afirma, acerca da interrupção do jogo até então em curso, entre os times de futebol Corinthians e Portuguesa: “*Caiu muita água aqui*”. Realmente, nesse dia, choveu muito na cidade de São Paulo um volume que em sete horas ininterruptas ultrapassara já 55% do esperado para todo o mês de fevereiro, segundo relato do jornal *O Estado de São Paulo*. Nesse caso, a utilização do substantivo *água* (sinônimo contextual claro para chuva) põe em evidência em função de sujeito o causador do fato em questão— a interrupção do jogo. Dado o impacto de tal acontecimento, a ênfase no causador se justifica. Claro que na construção impessoal poder-se-ia ter a opção de expressar tal ênfase por meio de um adjunto adverbial (*muito, demais, pra caramba*, etc.), mas não se estaria assim ocorrendo destaque do causador, no caso, *água*, responsável que foi por transtornos na cidade, como a própria aqui mencionada, além de muitas outras.

Se lembrarmos a música popular brasileira, encontraremos em Jorge Benjor o verso “*Chove, chuva. Chove sem parar.*”, em que o mesmo papel é desempenhado sob a função discursiva de vocativo.<sup>163</sup> Decerto que o apelo à chuva traz em seu bojo a já referida necessidade de evidenciação desse causador que, no caso específico da letra de música aqui mencionada, poderia até mesmo ser interpretado como agente se considerarmos que o apelo dirigido à chuva pressupõe algum nível de personificação desta. Claro também que ao nos deleitarmos com a

---

<sup>163</sup> Utilizamos, na falta de terminologia mais adequada, a expressão *função discursiva*. Assim procedemos por julgarmos a expressão *função/ papel sintático* imprecisa, já que encontramos vocativo mesmo quando não há oração.

melodia que acompanha tais versos não pensamos na chuva destruidora que assolou São Paulo em 07 de fevereiro.

Interessante também é notar o comportamento dessa estrutura quanto ao posicionamento de seus elementos sintáticos. Tal qual os verbos apresentativos e existenciais, há aí uma tendência a que a sequenciação não marcada da língua seja alterada em prol de um sujeito posposto ao verbo.<sup>164</sup> A anteposição do SN sujeito só se daria com a função de enfatizar ainda mais o papel de causador. Elegemos a intenção de atribuição e realce deste causador como elemento decisivo à escolha do falante entre a versão prototípica da língua e a impessoal.

Voltemo-nos ainda a exemplos de mídia, coligidos entre 23 de setembro de 2008 (início formal da primavera no hemisfério sul do planeta e, portanto, período de aumento no volume de chuvas) e o fim de fevereiro de 2009 nos jornais *Folha de S.Paulo*, *O Estado de São Paulo* e *O Globo*.

Voltamos nossa atenção a tais exemplos, envolvendo tão somente o verbo *chover*, de ocorrência mais vasta e difundida, dada sobretudo a época em que se circunscreve a pesquisa em manchetes de jornais:

- jornal *Folha de S.Paulo*: encontramos em 02/11/08 a manchete *Chove (só) lá fora*, numa matéria sobre proteção contra umidade de alta durabilidade para residências, em clara relação intertextual com os versos da música *Me chama*, consagrados nas vozes de Lobão e Marina Lima. Em 02/10/08, deparamos com *Chove granizo em 3 bairros, chuva deve continuar hoje*. Nesse caso, temos um caso de sujeito pleno na 1ª oração. Ainda assim, tal sujeito posposto ao verbo parece situar a tônica informativa no processo em si. Fora estes dois exemplos, não foram encontrados, no período supracitado, quaisquer outras referências ao verbo em questão nas manchetes do jornal em questão. Claro que, no bojo das matérias, surge tal verbo. Ao pesquisarmos a palavra *chuva*, verificamos que a mesma aparece setenta e oito vezes. Lembramos que consideramos tão somente as manchetes. É verdade que nem sempre como SN sujeito, mas em

<sup>164</sup> Considere-se aqui as observações que serão tratadas sobre a posposição do SN sujeito quando ambientado junto a verbos existenciais, apresentativos nos capítulos VI e VII. Neste caso, também podemos pensar nos fenomenológicos. A construção *Granizo chove* seria, indubitavelmente, no mínimo, menos esperada e causadora de estranheza do que *Chove granizo*.

construções como agente da passiva (... *afetados pela chuva*), objeto direto (*Meteorologia prevê chuva*), adjunto adverbial (*Réveillon com chuva/... após chuva*), adnominal (... *vítimas da chuva*) também. De qualquer forma, em todos estes casos, percebemos que o foco informacional se desloca do processo contido no verbo gerador de impessoalidade para a elucidação de um causador, ou de um instrumento, em termos de papéis semânticos, de tais processos, recuperando-se assim a estrutura prototipicamente dual da oração. Também cabe ressaltar que houve casos, amplamente minoritários, de uso do verbo em sentido figurado, o que obviamente afasta totalmente seu caráter fenomenológico.

•jornal *O Estado de S.Paulo*: registramos uma desproporção bem menor aqui. É difícil apontar os motivos para tanto. O diário anterior é conhecido por seu acentuado nível de padronização vocabular, consolidado em manuais internos de redação. Talvez repouse aí tamanha distinção na proporção dos dados obtidos. Verificamos para o verbo *chover* cinco menções:

- *Sol aparece ao longo do dia e chove à tarde na capital paulista* em 27 de fevereiro de 2009;
- *Tempo fica nublado e chove durante todo dia em SP* em 21 de janeiro de 2009;
- *Sol deve aparecer entre nuvens e chove à tarde em SP* em 30 de outubro de 2008;
- *Em 6 dias, chove metade do previsto para o mês* em 07 de outubro de 2008;

Ainda verificamos a ocorrência do verbo num SV claramente pessoal, portanto fora de nosso escopo de interesse, mas para efeitos de registro: *Engenheiro faz chover na região da Cantareira* em 16 de novembro de 2008. Nesse caso, a perífrase com o verbo *chover*, em construção que se assemelha às de suporte, restringe tal sequência verbal ao campo causativo. O mesmo se daria com o verbo *fazer* seguido de qualquer outro verbo fenomenológico do subtipo meteorológico.

Em contrapartida, nos mesmos dados, observamos 21 registros para sintagmas formados por *chuva*. Este número aumenta para 23 se considerarmos os sinônimos *Chuviscos* e *temporal*, também registrados nesse jornal.

•jornal *O Globo*: curiosos são os dados aqui colhidos que, para além da linha editorial e normas internas de redação, podem apontar para uma escolha motivada por variação dialetal ou por falta desta. Verificamos 37 ocorrências do verbo *chover* no período. Já para sintagmas formados pelas palavras *Chuva* e *temporal* (talvez como mais um dado dialetal, a incidência desse último vocábulo foi gigantesca) encontramos 168 registros. Trazemos à baila aqui o único desses exemplos que não constituiria formação impessoal: *Chuva de granizo provoca estragos na região central do RS* em 09/01/2009.

Obtivemos, enfim, em olhar comparativo:

Quadro 7:

Jornal (23/09/08- 28/02/09)	Ocorrências para <i>chuva</i> (e sinônimos)	Ocorrências para <i>chover</i>
<i>Folha de S.Paulo</i>	78	2
<i>O Globo</i>	168	37
<i>O Estado de São Paulo</i>	23	5
Total	269 (85,9%)	44 (14,1%)

Levantamento feito em jornais sobre prototipicidade oracional

Algumas conclusões preliminares podem ser retiradas desse *corpus*. Em primeiro lugar, analisamos a incidência de orações prototípicas ou impessoais apenas em manchetes. Neste caso, é factível esperar que a necessidade de uma referência mais imediata propicie o surgimento do SN contendo o vocábulo *chuva*, recuperando-se, assim, a estrutura dual da oração. Dado o fato de nenhum dos jornais pesquisados ser de perfil popularesco, do ponto de vista da referência de linguagem utilizada, não encontramos sinonímias para *chuva*, tais quais: *toró*, *pé d'água*, *chubaréu*. Uma pesquisa feita a partir do uso linguístico efetivo, cotidiano e

espontâneo não necessariamente reproduziria tais resultados. Contudo, tal especulação careceria de uma investigação à parte.

Sobre as consequências sintáticas no que diz respeito à estrutura bimembre da oração, surge aí outra razão para a possível maior incidência de orações formadas com o substantivo *chuva* sobre orações formadas com o verbo impessoal *chover*. Ainda considerando o objetivo comunicativo mais imediatista das manchetes, orações compostas por SN sujeito e SV constroem mais direta e sucintamente relações de causa e efeito nessas mesmas chamadas jornalísticas. A versão formada apenas pelo SV impessoal requereria períodos compostos para perfazer a mesma exigência. Dessa maneira, a oração apresentada na manchete seria alçada a maior nível de complexidade sintática, levando, assim, o referido texto a uma desnecessária perda de objetividade, tão preciosa ao veículo em questão.

É oportuno analisarmos os efeitos estilísticos em torno da oscilação entre construções fenomenológicas e bimbres. Iniciemos pela análise destes três períodos:

- *O vento agita as árvores.*
- *\*Vento e agita as árvores.*
- *Vento e as árvores são agitadas.*

É preciso destacar que não haveria equivalente impessoal para o primeiro período, a não ser, claro, se submetêssemos o verbo da segunda oração à apassivação, como observamos no terceiro período, com omissão obrigatória, pela própria impossibilidade de diferente disso se dar, do papel semântico de agente/papel sintático de adjunto adverbial de causa, o que confirma a impessoalidade da primeira oração do período.

Uma questão que precisa ser considerada é que tais exemplos, comprovam mais uma vez, a natureza distinta de verbos impessoais e pessoais. Aqueles não admitem a regência de qualquer SN, em papel de sujeito; já estes obrigatoriamente precisam selecionar um SN sujeito. O que fica em xeque nesse caso é a própria possibilidade ou não de se possuir sujeito. Logo, em face da incidência de SNs formados pelo vocábulo *chuva*, em detrimento de SVs com *chover*, no supracitado levantamento feito em três diferentes jornais; podemos pensar que, em períodos compostos, a tendência pelas construções pessoais (correspondentes à oração

tomada como protótipo linguístico) é maior, uma vez que a mesma possibilita enunciados mais diretos e claros, o que se coaduna com o consagrado princípio da economia linguística.

Portanto, diante da frase *O vento agita as árvores* não estamos diante de uma escolha meramente estilística. A única alternativa viável a tal estrutura demandaria um período composto, em articulação, portanto, de muito maior complexidade. Situação diversa dessa é a verificada no par *Vento/ O vento sopra*. Se considerarmos a expressividade de formas e conteúdos e os efeitos desses no contexto discursivo em questão, não há como negar que a segunda construção é claramente mais expressiva e polissêmica. E, a esse respeito, podemos inclusive apontar um caso de personificação em tal construção, embora tal consciência talvez não mais se faça presente para os usuários da língua que associam tal forma verbal naturalmente ao substantivo *vento*, numa relação em que este rege aquele. Nessa hipótese, teríamos, ainda assim, um caso de catacrese, confirmando o alcance figurado que a segunda oração atinge e a primeira não.

Estilística e sintaticamente construções sintáticas que perfaçam o modelo SN regendo SV podem ser mais ricas, já que, além da adjunção circunstancial—referência às inúmeras alternativas de emprego de adjunto adverbial de forma a modificar a expressão do fato verbal, também possível em construções impessoais, temos toda uma sorte de possibilidades de modificação ou acréscimos ao SN sujeito ou mesmo no SV que, indubitavelmente, lhes garantem maior capilaridade estilística:

- *O vento sopra na orla.*
  - *O vento bate na orla*
  - *O vento varre a orla.*
  - *O vento assola a orla.*
  - *Uma ventania passa pela orla.*
  - *Um vendaval...*
  - *Um furacão<sup>165</sup>...*
  - *Um senhor vento...*
  - *Um vento danado...*
- Etc...

Ou ainda:

---

<sup>165</sup> É preciso considerar para esse exemplo e o anterior a utilização de linguagem metafórica. Do contrário, o efeito estilístico perde seu impacto.



- Tá<sup>166</sup> *caindo uma chuva.*
  - Tá *caindo uma chuva forte.*
  - Tá *caindo uma baita chuva.*
  - ... *um temporal.*
  - ... *um chuvaréu.*
  - ... *um toró.*
  - ... *um dilúvio.*
  - ... *o céu.*
  - ... *muita água.*
  - *A chuva despençou.*
  - *A chuva desabou.*
- Etc.

Salutar é transcrevermos, a esse respeito, Azeredo:

Muitas vezes referimo-nos ao fenômeno com uma estrutura bimembre de sujeito e predicado, objetivando-o em um substantivo (noite, vento, chuva) e deixando o processo propriamente dito para um verbo pertinente:

- A noite chega
- O vento sopra.
- *A chuva cai.*

A conceptualização do fenômeno como uma ‘coisa da qual se pode dizer algo’, graças ao uso do substantivo, requer a anexação de um predicado, que passa a ser lugar de uma grande variedade de alternativas estilísticas... (AZEREDO, 2008, p. 232.)

Como vimos, tais alternativas estilísticas contam com quatro opções quando lidamos com a estrutura bimembre:

- a referenciação pelo substantivo ou sinônimos, no SN sujeito, que podem, em si, trazer gradações ou juízos de valor sobre o fenômeno tratado;
- a presença de um modificador anexo ao núcleo do SN sujeito;
- a escolha do verbo que também traz gradações, restrições, juízos;
- a opção de utilização de um circunstancializador que pode estender ou circunscrever o processo verbal de diversas maneiras.

---

<sup>166</sup> Registro intencional de variedade informal da língua.

Enfim, em termos estilísticos, portanto, orações em que há o resgate do SN sujeito, frente à possibilidade de construção impessoal, apresentam maior expressividade e riqueza na língua. É importante, contudo, não desconsiderar que há, em muitos casos, motivações ou necessidades sintáticas, ou mesmo comunicacionais, para tal escolha.

Eis que a língua portuguesa nos oferece duas estruturas sintáticas paralelas e concorrentes, semanticamente equivalentes para a expressão dos fenômenos da natureza à nossa volta:

	PRESENÇA DE SN sujeito	PRESENÇA DE MODIFICADORES	SINONÍMIAS ESTILÍSTICAS	FOCO LINGUÍSTICO
<b>Estrutura fenomenológica</b>	NÃO	Apenas circunstancializadores verbais	Em geral, não ocorrem	A apresentação do processo em si
<b>Estrutura dual</b>	SIM	Circunstancializadores verbais, adjuntos do núcleo do SN sujeito	São feitas a partir da escolha do núcleo do SN sujeito e da forma verbal	Relações lógicas de causa e efeito e evidenciação do causador.

Quadro 8: Estrutura fenomenológica x estrutura dual.

O fato de as possibilidades oracionais aludidas serem classificadas como concorrentes e, ao mesmo tempo, equivalentes merece uma breve observação. Sabemos que não há processos de sinonímia total dentro da língua, ou antes, que sinônimos são palavras, termos, sintagmas, orações que, semanticamente, aproximam-se uns dos outros por uma série de traços, mas mantêm algum matiz que ainda os distingue, ainda que em certos contextos apenas. Caso contrário, o curso evolutivo natural da língua, por meio do uso de seus falantes, elegeria uma das duas formas, fazendo da outra arcaísmo.

Ao quadro acima, precisamos acrescentar o fato de que a necessidade de referenciação, como ocorrido na análise das manchetes de jornais, levar-nos-á forçosamente à maior evidência da estrutura pessoal. E é nessa estruturação pessoal da oração que reside todo seu escopo de escolhas estilísticas. Assim, sempre que é preciso uma maior determinação, a explicitação de relações de causa

e efeito, ou quando a sintaxe da língua condiciona,<sup>167</sup> optamos pela construção que recupera o SN sujeito, restabelecendo o protótipo de oração em português.

Os exemplos até agora analisados são oriundos da esfera informativa, alicerçando-se na função referencial da linguagem. Consideramos apropriado que investiguemos outro plano de expressão linguística. Por isso, propomos a investigação do campo poético da linguagem para confirmação ou não de nossas apreciações acerca da alternância estilística/comunicativa das construções de fenômenos da natureza em português.

Para tanto, escolhemos duas obras literárias, incontestemente, referenciais em literatura brasileira: *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, lançada em 1881 e *Vidas secas*, de Graciliano Ramos, de 1938. As duas obras escolhidas espelham ainda distintos períodos da nossa literatura, bem como do próprio uso linguístico. Entre Machado e Graciliano, encontramos toda a efervescência modernista; um contexto político que vai da abolição da escravatura, passando pela Proclamação da República, hegemonia ideológica positivista e chega a Getúlio Vargas; um grande processo de gramatização entre o final do século XIX e início do XX.<sup>168</sup>

Para procedermos à nossa análise que se iniciará por *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, deter-nos-emos primeiro nos dados coligidos que correspondem a estruturas impessoais, ou seja, com verbos fenomenológicos. Para tanto, recorreremos a um quadro para sistematização das mesmas.

	Capítulo	Título	Trecho (grifo nas ocorrências impessoais) <sup>169</sup>
1	1	<i>Óbito do autor</i>	Acréscce que <b>chovia</b> — <b>peneirava</b> — uma chuvinha miúda, triste e constante...
2	33	<i>Bem-aventurados os que não descem</i>	<b>Amanheceu chovendo</b> , transferi a descida; mas no outro dia, a manhã era límpida e azul, e apesar disso deixei-me ficar, não menos que no terceiro dia, e no quarto, até o fim da semana.

<sup>167</sup> Como já vimos no caso de períodos compostos em que se deseje trazer à baila; de forma direta, clara e concisa; relações de causa e efeito.

<sup>168</sup> Tal processo mudaria seu curso a partir da *Norma Gramatical Brasileira* (NGB) em 1959. Antes da mesma, as gramáticas versavam sobre pontos de vista variados e, não raras vezes, conflitantes sobre língua e traduziam um ávido espírito de pesquisa. Após a NGB, verificamos grande processo de homogeneização na confecção e exposição das gramáticas. A partir daí, o que passa a importar é adequar os itens gramaticais à nomenclatura e concepção oficiais.

<sup>169</sup> Optamos por transcrever trechos em extensão suficiente para garantir melhor contextualização da ocorrência encontrada.

3	52	<i>O embrulho misterioso</i>	<b>Era tarde</b> ; a curiosidade estava aguçada, como deve estar a do leitor; desfiz o embrulho, e vi... achei... contei... recontei nada menos de cinco contos de réis.
4	63	<i>Fujamos</i>	Saí de casa, mas <b>era cedo</b> ; iria achá-los à mesa.
5	88	<i>O enfermo</i>	la fechar a janela próxima, se havia alguma brisa, ou abri-la, se <b>estava calor</b> , mas com cuidado, combinando de modo que lhe não desse um golpe de ar.
6	121	<i>Morro abaixo</i>	Já disse que o morro era então desabitado; disse-lhes também que vínhamos da missa, e não lhes tendo dito que <b>chovia</b> ...
7	121	<i>Morro abaixo</i>	... era claro que <b>fazia bom tempo, um sol delicioso</b> .

Quadro 9: Ocorrências fenomenológicas em *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

Dos dados acima, destacamos o exemplo 2, em que temos dois verbos fenomenológicos superpostos em uma construção em que o segundo funciona apositivamente em relação ao primeiro. Acerca desse curioso exemplo, ainda retornaremos, uma vez que tal trecho admite, facilmente, outra interpretação, com diferentes consequências sintáticas. E ainda chamamos a atenção para 7, em que o verbo *fazer* constitui construção fenomenológica junto tanto ao SN *bom tempo* quanto ao SN objeto *um sol delicioso*.

Agora, passemos aos dados relativos a construções prototípicas.

	Capítulo	Título	Trecho (grifo nas ocorrências com SN e SV para fenômenos da natureza) <sup>170</sup>
1	1	<i>Óbito do autor</i>	Acresce que chovia — peneirava — <b>uma chuvinha miúda</b> , triste e constante...
2	1	<i>Óbito do autor</i>	Agora, quero morrer tranqüilamente, metodicamente, ouvindo os soluços das damas, as falas baixas dos homens, a <b>chuva que tamborila nas folhas de tinhorão da chácara</b> , e o som estrídulo de uma navalha que um amolador está afiando lá fora, à porta de um correeiro.
3	5	<i>Em que aparece a orelha de uma senhora</i>	Senão quando, estando eu ocupado em preparar e apurar a minha invenção, <b>recebi</b> em cheio <b>um golpe de ar</b> ; adoeci logo, e não me tratei.

<sup>170</sup> *Idem* última nota.

4	5	<i>Em que aparece a orelha de uma senhora</i>	<b>Vinha a corrente de ar</b> , que vence em eficácia o cálculo humano, e lá se ia tudo. Assim corre a sorte dos homens.
5	12	<i>Um episódio de 1814</i>	— Não chores, meu bem; não queiras <b>que o dia amanheça</b> com duas auroras.
6	19	<i>A bordo</i>	No dia seguinte, <b>acordamos debaixo de um temporal</b> , que meteu medo a toda a gente, menos ao doido; esse entrou a dar pulos, a dizer que a filha o mandava buscar, numa berlinda; a morte de uma filha fora a causa da loucura.
7	31	<i>A borboleta preta</i>	<b>Era tarde</b> ; a infeliz expirou dentro de alguns segundos. Fiquei um pouco aborrecido, incomodado.
8	40	<i>Na sege</i>	O boleiro atçou as bestas, a sege entrou a sacolejar-me, as molas gemiam, as rodas sulcavam rapidamente <b>a lama que deixara a chuva recente</b> , e tudo isso me parecia estar parado.
9	40	<i>Na sege</i>	<b>Não há</b> , às vezes, <b>um certo vento morno</b> , não forte nem áspero, mas abafadiço, que nos não leva o chapéu da cabeça, nem rodomoinha nas saias das mulheres, e todavia é ou parece ser pior do que se fizesse uma e outra coisa, porque abate, afrouxa, e como que dissolve os espíritos?
10	40	<i>Na sege</i>	Pois eu tinha <b>esse vento</b> comigo; e, certo de que ele <b>me soprava</b> por achar-me naquela espécie de garganta entre o passado e o presente, almejava por sair à planície do futuro. O pior é que a sege não andava.
11	57	<i>Destino</i>	Tinha medo às <b>trovoadas</b> ; nessas ocasiões, tapava os ouvidos, e resmoneava todas as orações do catecismo.
12	63	<i>Fujamos</i>	Uma janela aberta deixava <b>entrar o vento</b> , que sacudia frouxamente as cortinas, e eu fiquei a olhar para as cortinas, sem as ver.
13	88	<i>O enfermo</i>	la fechar a janela próxima, se havia alguma brisa, ou abri-la, se estava calor, mas com cuidado, combinando de modo que <b>lhe não desse um golpe de ar</b> .
14	88	<i>O enfermo</i>	la fechar a janela próxima, <b>se havia alguma brisa</b> , ou abri-la, se estava calor,

			mas com cuidado, combinando de modo que lhe não desse um golpe de ar.
15	89	<i>In extremis</i>	<i>Teve um acesso de tosse, e foi o último; daí a pouco expirava ele, com grande consternação do sujeito magro, que me confessou depois a disposição em que estava de oferecer os quarenta contos; mas era tarde.</i>
16	103	<i>Distração</i>	<b>Era tarde; tinham dado três horas.</b>
17	140	<i>Que explica o anterior</i>	Trouxeram-nos café; era uma hora da tarde, estávamos na minha sala de estudo, uma bela sala, que dava para o fundo da chácara, bons livros, objetos d'arte, um Voltaire entre eles, um Voltaire de bronze, que nessa ocasião parecia acentuar o risinho de sarcasmo, com que me olhava, o ladrão; cadeiras excelentes; <b>fora, o sol, um grande sol...</b>
18	140	<i>Que explica o anterior</i>	... o Quincas Borba, não sei se por chalaça ou poesia, chamou um dos ministros da natureza; <b>corria um vento fresco</b> , o céu estava azul.

Quadro 10: Ocorrências prototípicas em *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

A primeira coisa que nos chama a atenção é que a construção prototípica apresenta frequência consideravelmente maior do que a fenomenológica. Isso não se dá por acaso, como já havíamos percebido, quando da ênfase na função referencial da linguagem. Segundo nosso juízo, aqui estão em jogo os mesmos fatores motivadores, salvo a óbvia distinção do foco informativo/ apelativo que se faz presente no caso das manchetes jornalísticas e é aqui menos central.

No exemplo narrativo de que tratamos, não estamos diante de um texto tão referencial, em que dado fenômeno da natureza seria, então, a informação em si— como tipicamente se dá em textos jornalísticos— por isso, supomos que sejam atenuadas as necessidades de se pôr em evidência relações de causa e efeito, por exemplo. De todo modo, a supremacia da construção dual se mantém, indiscutivelmente, assegurada.

Destaquemos também que consideramos, para a exemplificação das orações binárias relativas a fenômenos da natureza, mesmo aquelas situações em que o dado fenomenológico não está alocado na forma de um SN, mas sim de um SAdv que poderia ser desdobrado em uma oração fenomenológica. Exemplifiquemos com o item 10 de nossa segunda sequência de exemplos. Temos:

*Tinha medo às trovoadas*. Poderíamos obter uma paráfrase desta, por exemplo, com *Tinha medo de que trovejasse*; embora tenhamos que admitir que, estilisticamente, dado, inclusive, certo sentido cristalizado presente na primeira versão, ambas são bastante distintas. A segunda apresenta-se num eixo de sentido mais literal que, sem dúvida, altera o propósito mesmo da expressão em questão. No entanto, nesse ponto, só nos interessam as possibilidades de equivalência entre as duas estruturas sintáticas.

Precisamos também abordar o ocorrido nos itens 3 e 4 da relação de construções bimembres. Nos dois casos, estamos diante de uma situação para a qual não há verbo fenomenológico correspondente em nossa língua. Notemos que o verbo *ventar* não corresponde à circulação ordinária de ar pela atmosfera. Portanto, para a veiculação dessa última ideia só resta, de fato, a estrutura baseada no SN sujeito. Em verdade, entendemos que aí não se trata de fenômeno, mas sim de processo da natureza. No caso específico do exemplo 3, consideramos que *receber um golpe de ar* poderia ser nivelado a, por exemplo, *pegar uma chuva*, em que a referência a fenômeno da natureza, expresso por um SN objeto poderia redundar em desdobramento de oração fenomenológica, com grau de complexidade destacadamente mais acentuado.

Em 8 e 13, temos na verdade, uma oração impessoal introduzida por *haver* em aceção existencial e regendo um SN não sujeito, mas objeto. Como, ainda assim, poderíamos transmutar tal estrutura em uma equivalente, formada por um verbo fenomenológico, embora em construção de grau de complexidade que poderia embaçar a própria clareza do trecho, optamos por categorizar ambas as ocorrências nesse ponto em que estão classificadas.

No item 9, temos, obviamente, um enunciado que só pode ser interpretado metaforicamente. Uma construção fenomenológica correlata, não necessariamente, manteria a força metafórica aí evidenciada. No entanto, dada a própria possibilidade da equivalência no plano da sintaxe, listamos tal exemplo.

Na ocorrência 14, estamos diante de constatação de dado relativo à natureza e compreendemos que temos aí um verbo predicativo subentendido, como *estar*, por exemplo. De todo modo, para não recorrermos a falsos suportes semânticos de análise, poderíamos apresentar, sem dificuldades, como equivalente dessa construção não oracional, uma correlata fenomenológica.

Não podemos deixar de discutir o trecho 1, que aparece em ambas as relações. Exploreemos o que aí ocorre.

*Acrece que chovia — peneirava — uma chuvinha miúda, triste e constante...*

Parece-nos que há duas linhas de interpretação factíveis para análise da passagem. A primeira é considerarmos que a forma *peneirava* corresponde tão somente a um sinônimo especificador de *chovia* e que o SN *uma chuvinha miúda* funcionaria apositivamente em relação a ambas as formas verbais. Uma construção, de fato, atípica, daí também rara e rica do ponto de vista sintático e também do estilístico. A segunda seria admitirmos uma construção em que o SN *uma chuvinha miúda* seria sujeito dos verbos *chovia* e *peneirava*, o que, claro, justificar-se-ia no plano estilístico. Do ponto de vista estritamente sintático, a segunda hipótese de interpretação nos soa esdrúxula. Mas, é claro, que, em nossa análise, precisamos reconhecer o mencionado corte estilístico. Mesmo corte que permitiu a Tom Jobim, em suas *Águas de Março*, mostrar-nos *a chuva chovendo* ou o *vento ventando*, o que corrobora o fato de que a admissibilidade de tais construções é tributária direta do contexto profundamente literário em que estão inseridas. Até porque, teremos processo similar verificado em *uma chuvinha miúda chovia/ peneirava*, em que a plausibilidade repousa, decerto, no meio literário ao qual a construção está circunscrita.

Ainda temos um conjunto de menções que aqui reproduzimos, por simples preocupação de conferência. Em todas elas não temos situações efetivas que descrevam fenômenos da natureza, mas antes uma extensão de sentido figurado. Reproduzimo-las abaixo:

Talvez, a espaços, me aparecia uma ou outra planta, enorme, brutesca, **meneando ao vento** as suas largas folhas. (capítulo 7- O delírio)

Quando esta palavra ecoou, como um **trovão**, naquele imenso vale, afigurou-me que era o último som que chegava a meus ouvidos; pareceu-me sentir a decomposição súbita do mim mesmo. (idem)

A história do homem e da terra tinha assim uma intensidade que lhe não podiam dar nem a imaginação nem a ciência, porque a ciência é mais lenta e a imaginação mais



vaga, enquanto que o que eu ali via era a condensação viva de todos os tempos. Para descrevê-la seria preciso fixar o **relâmpago**. (ibidem)

Redobrei de atenção; fitei a vista; ia enfim ver o último, — o último!; mas então já a rapidez da marcha era tal, que escapava a toda a compreensão; ao pé dela o **relâmpago** seria um século. (ibidem)

Sim, meu pai adorava-me. Minha mãe era uma senhora fraca, de pouco cérebro e muito coração, assaz crédula, sinceramente piedosa, — caseira, apesar de bonita, e modesta, apesar de abastada; temente às **trovoadas** e ao marido. (capítulo 11- O menino é o pai do homem)

Que, em verdade, há dois meios de granjear a vontade das mulheres: o violento, como o touro de Europa, e o insinuativo, como o cisne de Leda e a **chuva** de ouro de Dânae, três inventos do padre Zeus, que, por estarem fora da moda, aí ficam trocados no cavalo e no asno. (capítulo 15- Marcela)

Uma noite, logo no fim de uma semana, achei ensejo propício para morrer. Subi cauteloso, mas encontrei o capitão, que, junto à amurada, tinha os olhos fitos no horizonte.

— Algum **temporal**? disse eu. (capítulo 19- A bordo)

*Queres ser melhor do que eu? Não sei donde te vem essas fidúcias de pessoa rica. Minha camarada, a vida não se arranja à toa; não se come **vento**.* (capítulo 74- História de Dona Plácida)

*Tive comichões de o rasgar, em trinta mil pedaços, e atirá-los ao **vento**, como o último despojo da minha aventura; mas recuei a tempo; o amor-próprio, o vexame da fuga, a idéia do medo...* (capítulo 111- O muro)

*Minto: **amanheceu** morta; saiu da vida às escondidas, tal qual entrara. Outra vez perguntei, a mim mesmo, como no capítulo 75, se era para isto que o sacristão da Sé e a doceira trouxeram Dona Plácida à luz, num momento de simpatia específica.* (capítulo 144- unidade relativa)

*No dia em que o jornal **amanheceu** morto, respirei como um homem que vem de longo caminho.* (capítulo 150- Rotação e translação)

Destaquemos que no trecho *temente às trovoadas e ao marido* (capítulo 11), diferente de nosso exemplo 11, não há mais contexto para interpretação fenomenológica.

Importante registrar que, em relação a tal aproveitamento de fenômenos da natureza, em qualquer dos dois modelos de construções possíveis, encontramos alto

indício de uso figurado construído a partir desses, em Machado, o que valoriza ainda mais a riqueza de linguagem simbólica encontrada na obra.

Enfim, registramos na obra de Machado, dezoito ocorrências tomadas como prototípicas oracionais em contraposição a sete fenomenológicas. Isso equivale a uma proporção 66,6% para o primeiro tipo de realização na língua e 33,3 % para o segundo. A desproporção, em que pese ser imensamente favorável à estrutura dual, já não apresenta os dados da mesma monta da linguagem jornalística.

Agora, defrontemo-nos com os dados do romance *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, a partir da mesma proposição de divisão para análise. Portanto, enumeremos as ocorrências de verbos fenomenológicos:

	Capítulo	Título	Trecho (grifo nas ocorrências impessoais)
1	I	<i>Mudança</i>	Talvez a seca não viesse, talvez <b>chovesse</b> .
2	I	<i>Mudança</i>	Certamente <b>ia chover</b> .
3	I	<i>Mudança</i>	A lua estava cercada de um halo cor de leite. <b>la chover</b> .
4	I	<i>Mudança</i>	A tampa anilada baixava, <b>escurecia</b> ....
5	IV	<i>Sinhá Vitória</i>	Sinhá Vitoria respondera que isso era impossível, porque eles vestiam mal, as crianças andavam nuas, e recolhiam-se todos <b>ao anoitecer</b> .
6	VI	<i>O menino mais velho</i>	<b>Escurecera</b> de repente, os xiquexiques e os mandacarus haviam desaparecido.
7	VII	<i>Inverno</i>	<b>Estava um frio</b> medonho, as goteiras pingavam lá fora...
8	VII	<i>Inverno</i>	<b>Chovia o dia inteiro</b> , a noite inteira.
9	VII	<i>Inverno</i>	<b>Estava um frio</b> medonho, as goteiras pingavam lá fora...
10	VIII	<i>Festa</i>	A tarde foi comida facilmente e <b>ao cair da noite</b> estavam na beira do riacho, a entrada da rua.
11	VIII	<i>Festa</i>	Chegaram à igreja, entraram. Baleia ficou passeando na calçada, olhando a rua, inquieta. Na opinião dela, tudo devia estar no escuro, porque <b>era noite</b> , e a gente que andava no quadro precisava deitar-se.
12	XIII	<i>A fuga</i>	A manhã, sem pássaros, sem folhas e <b>sem vento</b> , progredia num silêncio de morte.

Quadro 11: Ocorrências fenomenológicas em *Vidas Secas*.

Eis as ocorrências de verbos fenomenológicos encontrados nessa narrativa de Graciliano Ramos. Chamamos a atenção aos exemplos 5 e 10 em que

encontramos orações reduzidas que se desdobrariam, por exemplo, respectivamente, em *quando anoitecia* e *quando caía a noite*.

Também é interessante destacar a insistência em torno do verbo *chover* no capítulo inaugural da obra, traduzindo a própria expectativa e o desejo da família de retirantes pela acolhedora chuva. Tal desejo é, do ponto de vista formal, reforçado pela gradação estabelecida pelo uso primeiro de um verbo no subjuntivo, valor este reforçado pelo advérbio *talvez*; quando então se cogita a hipótese da chuva; seguida de ocorrências no indicativo, por meio de locuções verbais no pretérito imperfeito, com valor de futuro do pretérito. E o fato de o tempo verbal escolhido ser este último, o de valor mais tênue no indicativo português, ainda nos coloca diante de uma situação de expectativa, torcida.

Na última ocorrência, fosse a preposição utilizada *com*, teríamos toda a evidência de um fenômeno da natureza efetivamente. Pelo contrário estamos diante da privação de dado fenômeno da natureza. A questão é, de fato, de natureza semântica impressa aí pela preposição *sem*. Notemos que, inclusive, é compatível a alternância para o verbo fenomenológico, resultando em *sem que ventasse*. Dada a compatibilidade de alternância na composição sintática, trazemos, então, tal trecho à baila, como exemplificação plenamente válida e pertinente.

Listemos, então, a segunda ordem de ocorrências sintáticas relacionadas aos fenômenos da natureza.

	Capítulo	Título	Trecho (grifo nas ocorrências impessoais)
1	I	<i>Mudança</i>	<b>Entrava dia</b> e saía dia.
2	I	<i>Mudança</i>	Entrava dia e <b>saía dia</b> .
3	I	<i>Mudança</i>	<b>As noites cobriam a terra</b> de chofre.
4	I	<i>Mudança</i>	<b>A tampa anilada baixava</b> , escurecia....
5	I	<i>Mudança</i>	... quebrada apenas pelas <b>vermelhidões do poente</b> .
6	III	<i>Cadeia</i>	... seu vigário saiu de casa e abriu o guarda-chuva por causa do <b>sereno</b> ; Sinhá Rita louceira retirou-se.
7	IV	<i>Sinhá Vitória</i>	A panela chiava; <b>um vento morno e empoeirado sacudia as teias de aranha</b> e as cortinas de pucumã do teto; Baleia, sob o jirau, coçava-se com os dentes e pegava moscas.
8	IV	<i>Sinhá Vitória</i>	<b>Sentindo a deslocação do ar</b> e a crepitação dos gravetos, Baleia despertou,

			retirou-se prudentemente, receosa de sapear o pelo, e ficou observando maravilhada as estrelinhas vermelhas que se apagavam antes de tocar o chão.
9	V	<i>O menino mais novo</i>	<b>Um pé-de-vento cobria de poeira a folhagem das imburanas</b> , Sinhá Vitoria catava piolhos no filho mais velho.
10	VI	<i>O menino mais velho</i>	<b>O vento morno que soprava da lagoa</b> fixou-lhe a resolução: esgueirou-se ao longo da parede, transpôs a janela baixa da cozinha, atravessou o terreno...
11	VII	<i>Inverno</i>	... <b>o vento</b> sacudia os ramos das catingueiras...
12	VII	<i>Inverno</i>	Mas a <b>trovoada roncara</b> ...
13	VII	<i>Inverno</i>	... <b>viera a cheia</b> , e agora as goteiras pingavam...
14	VII	<i>Inverno</i>	...o <b>vento</b> entrava pelos buracos das paredes.
15	VII	<i>Inverno</i>	De repente <b>um traço ligeiro rasgara o céu</b> para os lados da cabeceira do rio, outros surgiram mais claros...
16	VII	<i>Inverno</i>	...o <b>trovão roncara</b> perto, na escuridão da meia-noite rolaram nuvens cor de sangue.
17	VII	<i>Inverno</i>	A <b>ventania arrancara</b> sucupiras e imburanas...
18	VII	<i>Inverno</i>	... <b>houvera relâmpagos</b> em demasia...
19	VII	<i>Inverno</i>	... a <b>chuva caíra</b> ...
20	VII	<i>Inverno</i>	... a <b>cabeça da cheia</b> aparecera <b>arrastando</b> troncos e animais mortos.
21	VII	<i>Inverno</i>	As vacas vinham abrigar-se junto a parede da casa, pegada ao curral, a <b>chuva</b> fustigava-as...
22	VII	<i>Inverno</i>	<b>O ar</b> que entrava pelas rachas das paredes <b>esfriava-lhe uma perna, um braço, todo o lado direito</b> . Virou-se, os pedaços de Fabiano sumiram-se.
23	VII	<i>Inverno</i>	Fabiano estava contente e esfregava as mãos. Como <b>o frio era grande</b> , aproximou-as das labaredas
24	VIII	<i>Festa</i>	<b>A tarde foi comida</b> facilmente...
25	IX	<i>Baleia</i>	O <b>calor afugentava</b> as pulgas, a terra se amaciava.
26	XIII	<i>A fuga</i>	<b>Um friozinho agudo arrepiou-o</b> .
27	XIII	<i>A fuga</i>	<b>Chegariam lá antes da noite</b> , beberiam, descansariam, continuariam a viagem com o luar.

Quadro 12: Ocorrências prototípicas em *Vidas Secas*.

Mais uma vez, constatamos um volume de construções prototípicas consideravelmente superior a de orações fenomenológicas. Aqui cabem as mesmas constatações já exaradas na análise do romance de Machado.

Algumas ocorrências precisam ser comentadas à parte. No exemplo 3, eis que encontramos uma belíssima construção metafórica para a descrição do fim do dia. O mesmo trecho já fora mencionado quando das construções fenomenológicas, em relação ao verbo *escurerecer*. Em 5, poderíamos considerar a construção aí presente como equivalente a uma subordinada adverbial causal— *porque serenava*.<sup>171</sup> Em 13 e 20, há casos de fenômenos da natureza da natureza para os quais sequer há possibilidade que não a dual. Verificamos a mesma situação em 22, só que aí a respeito, novamente, como já observáramos nos exemplos em Machado, da movimentação atmosférica do ar, que é processo da natureza. Vemos em 24, uma rica construção para descrever o entardecer. Em 15, encontramos um SN de alto poder descritivo, o que não seria possível seja com seu sinônimo contextual, *relâmpago*, ou muito menos com o verbo *relampejar*. No exemplo 18, deparamos com uma construção impessoal, introduzida pelo verbo *haver* em acepção existencial, seguido de um SN objeto. Na verdade, a exemplo do que já verificáramos em Machado, nessa construção não possuímos, portanto, SN sujeito. De todo modo, preferimos listá-la aqui por se tratar de um caso em que se optou pelo SN objeto representativo de fenômeno natural em lugar de seu correlato verbal, que redundaria na construção *relampejara*. Salvaguarde-se que tal exemplo, está aqui listado em caráter excepcional, portanto. E, por fim, em 27, verificamos que a opção pelo SN ao invés do SV, para além da equivalência mais geral, possibilita a leitura de, pelo menos, mais um sentido, em que consideraríamos elipse do verbo chegar, antes do substantivo *noite*.

Encontramos, então, em *Vidas Secas*, uma desproporção da seguinte ordem (considerando-se a exceção do exemplo 18, listado intencionalmente junto às construções duais): vinte e sete exemplos duais em contraste a doze fenomenológicos, o que perfaz 69,2% para o primeiro tipo e 30,7% para o segundo. Mais uma vez verificamos a supremacia das estruturas oracionais com SN sujeito e SV, em proporção bastante próxima da encontrada em Machado. Aqui se reforça a

<sup>171</sup> O verbo *serenar* é correntemente registrado nos dicionários com o sentido de *acalmar-se*, *tranquilizar-se* e congêneres. Embora latente, não há propriamente acepção fenomenológica do mesmo. O mais próximo encontrado, no dicionário *Aurélio*, é com o sentido de *ficar*, *estar no sereno*, e é nesta acepção que o registramos em nosso exemplo, considerando que, de qualquer modo, o “cair do sereno” é, certamente, fenômeno da natureza. Para tal situação, resta, em português, o verbo *orvalhar*.

ideia de que, em meio à linguagem poética, a necessidade de evidenciação do causador, importante fator detonador da estrutura dual, ameniza-se, em comparação à linguagem jornalística.

É ainda bastante perceptível que os registros indicativos de fenômenos da natureza em *Vidas secas* sobrepujam largamente os encontrados em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, em números absolutos. Precisamos nos posicionar a respeito de tal questão. A nós, fica evidente de forma bastante categórica que, no romance de Graciliano, o homem, abandonado à própria sorte, é posto em contato muito mais direto com a natureza e suas forças e intempéries. Na ressequida existência em que se encontram, a natureza é mais do que o pano de fundo das ações da narrativa, é ela mesma coprotagonista e testemunha do viver da família. Em *Vidas secas*, a natureza projeta-se tanto para o primeiro plano que, no capítulo *Inverno*, em que nossos personagens se deparam com a tão esperada chuva, encontramos um volume vasto de citações de fenômenos da natureza. Todo esse capítulo versa de forma muitíssimo direta sobre movimentos da natureza, alusão, aliás, já feita no próprio título do capítulo.

A força da interação entre homem e natureza aqui apontada parece coadunar-se com muitas análises já feitas sobre o romance que o apontam como uma obra, quiçá neorrealista,<sup>172</sup> em que o homem é “desantropomorfizado”, restando à cativante e inesquecível cadela Baleia a caracterização mais propriamente humanizável. Assim, a família, inserida na citada condição, necessariamente, estabelece relação mais direta, nua e crua com o meio. A força dessa relação é ainda maximizada se pensamos que *Vidas Secas* compromete-se totalmente com o mergulho nas agruras sociais a que nos apresenta, a respeito de uma família, já caracterizada como de retirantes, em um contexto como o do sertão nordestino na primeira metade do séc. XX, mas também, em grande medida, atemporal. Em tais circunstâncias o poder de intromissão da natureza na própria sorte cotidiana das personagens é, de fato, gigantesco.

Pensamos que, no segundo, romance cuja narrativa circunscreve-se às camadas médias da sociedade, a natureza é, realmente, no máximo, um pano de fundo, um detalhe de somenos relevância. Aí, estamos a lidar com um homem urbano, beneficiário de todas comodidades, facilidades e luxos que o salvaguardam

---

<sup>172</sup> Não desejamos aqui nos imiscuir em qualquer polêmica da área de Crítica Literária. Tão somente tomamos um referencial que, sem ofuscar sua especificidade ligada às tendências da literatura modernista brasileira, dá alguma indicação sobre o caráter da obra em questão.

das intempéries que a família de Fabiano e Sinhá Vitória tinha que enfrentar, simplesmente por não lhes restar qualquer outra opção, para a própria condição de sobrevivência. Além disso, lembremo-nos de que no cotejamento entre os próprios estilos de Machado e Graciliano, aquele vai privilegiar, como já se disse incontáveis vezes, a sondagem interior como palco privilegiado de sua narrativa. Assim, o meio circundante de Machado é de caráter menos físico do que o de Graciliano. Se para o primeiro, a natureza e suas vicissitudes são uma esquelética borda apagada marginal aos fatos; para o segundo, são tais elementos o próprio assentamento a partir do qual derivam os “comos”, “porquês”, “quandos” do próprio relato. Não há, portanto, na comparação de cenários, em *Vidas Secas*, cortinas, janelas, pisos acolhedores ou quaisquer outros elementos que permitam o distanciamento do homem de contato direto com a natureza e seus humores. Resta, então, pisar o chão duro e divisar o horizonte de expectativas e angústias, torcendo-se visceralmente pelo acolhimento desta mesma natureza. Eis o porquê do maior volume de construções em referência a fenômenos da natureza, seja por meio da estrutura dual, seja pelo uso de um verbo fenomenológico, no segundo romance.

Por fim, mencionamos exemplos recolhidos em *Vidas secas* que, a exemplo do ocorrido em *Memórias póstumas de Brás Cubas*, trazem menções que não podem ser tomadas como de fenômenos da natureza.

Uma **chuva** de faíscas mergulhou num banho luminoso a cachorra Baleia, que se enroscava no calor e cochilava embalada pelas emanções da comida. (capítulo IV- Sinhá Vitória)

Saltaria no lombo de um cavalo brabo e voaria na catanga como **pé-de-vento**, levantando poeira. (capítulo V- O menino mais novo)

Boiaria no **ar**, como um periquito. (capítulo V- O menino mais novo)

... e o barulho do rio era como um **trovão** distante. (capítulo VII- Inverno)

No que se refere diretamente à alternância verificada entre as duas possíveis estruturas para a descrição dos fenômenos naturais, reiteramos a predominância da estrutura dual prototípica da língua sobre as construções baseadas somente nos verbos fenomenológicos. Também consideramos importante retomar o princípio de que, fossem tais ocorrências advindas de textos de caráter

mais referencial, a desproporção em favor do primeiro tipo de estrutura poderia, facilmente, ser ainda mais evidente, conforme dados, a respeito da linguagem jornalística, informados neste mesmo capítulo. Do mesmo modo, já consideramos que a primeira estruturação contém mais abrangência para detalhamento, enriquecimento, enfim, caracterização do fenômeno em questão. Contudo, insistamos um pouco mais no detalhamento desta última ideia.

Vimos que, pela construção bimembre da oração, o escopo de possibilidades de abordagem do acontecimento é consideravelmente maior e o mesmo pode ser alvo de especificações de várias ordens, por mais de um fator. Poderíamos, então, dizer que há aí inclusive uma possibilidade maior de colocação da subjetividade do enunciador, fato muito mais restrito nas construções que partem do SV puro. Claro que não descartamos que juízos de valor possam se estabelecer junto a verbos fenomenológicos. A própria opção de adjunção de um modificador circunstancializador de natureza adverbial já assegura isso. *Chove muito* expressa, incontestemente, a voz de seu enunciador numa clara avaliação sobre o fenômeno descrito. No entanto, ao deparamos com a oração binária, vemos que as alternativas podem, então, dar-se também por meio de rica anexação de elementos adjetivos no SN sujeito, afora possibilidades de sinonímias que também demonstram gradações na percepção do fenômeno observado. Pensemos no exemplo: *Essa chuvarada danada tá desabando sem parar*. A diferença de acesso que temos ao nível de apreensão subjetiva da realidade é notória. Óbvio que Machado ao utilizar o verbo *peneirar*, em acepção metafórica, para nos informar acerca do nível da chuva, demonstra que não se trata, de modo algum, de impossibilidade de variação estilística quando do uso de verbos fenomenológicos. Mas, tampouco, Graciliano nos deixa com a menor dúvida de que há informações, nesse mesmo rol de ordem, que só podem ser expressas na presença concreta do sujeito e do predicado, como vimos em: *...um vento morno e empoeirado sacudia as teias de aranha...*

Enfim, as duas estruturas exploradas, ao longo deste capítulo, são equivalentes, concorrentes e atestam a não presença de sinonímias perfeitas em uma dada língua.

Enfim, propusemo-nos aqui a aprofundar nosso olhar sobre a frequência de utilização, estrutura, uso e, sobretudo, distinções estilísticas entre duas construções que se equivalem, em termos pragmáticos, em língua portuguesa. Para tanto, escolhemos, como *corpora*, duas obras bastante representativas de nossa literatura,



mas muito distintas quanto ao estilo, cronologia e caracterização do contato entre homem e natureza. Ao fim de nossa análise, concluímos que as diferenças entre ambas as estruturas podem ser inseridas no espectro morfossintático, obviamente, mas também, no semântico, no enunciativo, no de tipologia textual<sup>173</sup> e, também, no estilístico.

---

<sup>173</sup> Como vimos, isso está ligado mesmo a função da linguagem predominante no texto. Em nossa exemplificação, textos mais referenciais, por exemplo, favorecem o predomínio de construções prototípicas para as orações da língua portuguesa.

## 6 ORAÇÕES SEM SUJEITO IMPESSOAIS ACIDENTAIS: AS CONSTRUÇÕES IMPESSOALIZADAS

### 6.1 História e gramaticalização

Neste capítulo, trataremos das construções impessoais que o são pela ação da própria história da língua. Diferentemente das fenomenológicas, que abordamos no capítulo anterior, deparamos aqui com construções que não trazem em sua gênese um valor intrínseco de não seleção de sujeito. Para tais verbos, esse foi um comportamento criado no curso da sua própria evolução linguística— entendida obviamente sem sentidos valorativos. Assim, dentre as construções impessoais, temos, de um lado os fenomenológicos, para os quais a condição impessoal é dada, de *per se*, inerente ao sistema linguístico, essencial; já por outro turno, os verbos que denominamos impessoalizados que se torna(ra)m impessoais de forma acidental, construída no percurso da língua, logo, historicizável. Portanto, o momento e o nível de impessoalização destas formas divergem. Em nossa exposição, buscaremos situar essas distinções. O conjunto que aqui analisaremos é composto pelos verbos que, nas mais variadas fontes, são tomados por impessoais ou então, sobre os quais, aventa-se a possibilidade de impessoalização. Tal grupo corresponde a:

- *haver* e *ter*, em acepção existencial;
- *ser* e *estar*, em construções perifrásticas fenomenológicas e na indicação de datas e horas;
- *fazer*, em perífrases fenomenológicas;
- *ter*, *haver* e *fazer*, em acepção temporal;
- *ir*, em construção temporal;
- *dar*, em acepção resultativa;
- *faltar*, em sentido existencial;
- *basta de* e *chega de*;
- *tratar-se de*;
- construções verbais em rota interjetiva.

De antemão, propomos um olhar mais cuidadoso sobre tais formas O que possuem em comum tais verbos que os teria habilitado à manifestação de comportamento impessoal? Cremos que a resposta pode estar no fato de que eles, em diferentes graus, encontram-se em franco processo de gramaticalização na língua. Em alguns casos, tal processo já está bastante adiantado, como no caso dos verbos que compõem locuções verbais em português: *ter*, *haver*, *ser*, *estar*. Em outros casos, tal processo está em grau ainda não tão avançado, como ocorre com *dar* e *fazer*, quando funcionam como verbos suporte. Ainda, podemos considerar a gramaticalização de *ser* e *fazer* em uso vicário. Ora, o esvaziamento lexical desses verbos no curso da língua parece manter relação com a possibilidade dos mesmos formarem construções impessoais. Ou seja, a deslexicalização desses verbos, segundo nosso ponto de vista, pode ser um fator que favoreça a perda de suporte em um SN sujeito. Como exemplificação, lembremo-nos de que prolifera no PB atual o uso de *dar* impessoal (verbo ainda em estágios intermediários de gramaticalização) em construções como *Dá muito mamão nesse sítio*.

Antes de prosseguirmos, como, especialmente neste capítulo, lidaremos de modo muitíssimo íntimo com o conceito de gramaticalização, cabe uma definição para tal processo. Para tanto, apoiamo-nos em Gonçalves *et al*:

[...] a gramaticalização poderia, então, ser definida como um processo por meio do qual alguns elementos de conteúdo lexical se desenvolvem, no decorrer do tempo, e se tornam elementos gramaticais e, se gramaticais, passam a mais gramaticais ainda, apresentando-se mais previsíveis no que diz respeito a seu uso. (GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 22)

Tratemos com mais vagar dos níveis de gramaticalização de tais formas. Mas, antes, lembremo-nos de que a própria possibilidade de formação de construções impessoais é, por nós, considerada uma função típica de verbo gramaticalizado na língua. A expressão da impessoalidade, por si só, já atestaria o comportamento funcional destes verbos. Por verbos funcionais, expomos o entendimento de Franchi *et al*:

Trata-se de verbos que, esvaziados historicamente de seus sentidos específicos (como *haver*) ou mantendo em determinados contextos um sentido lexical (como *ter*), “gramaticalizam”, em outros contextos, categorias funcionais, incluindo-se entre estas, sobretudo, as que expressam modalização, quantificação e dêixis, como ocorre com os chamados verbos auxiliares. (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 14)

Feito tal esclarecimento, passemos a análises dos casos de gramaticalização verificados com os verbos impessoalizados.

1. **Ter e haver.** Temos aí duas formas profundamente gramaticalizadas em português. Ambos compõem morfossintaticamente a estrutura dos tempos compostos em nossa língua. No caso de *haver* especificamente, tal processo de gramaticalização é ainda mais acentuado, uma vez que, diferente de *ter*, não há hoje no português uma forma plena e lexical para *haver*. Tal verbo não mais faz parte do processo de aquisição dos falantes da língua. O contato com ele se dá por meio da escola, em que continuamos a apresentar “*haver* no sentido de existir”, como se houvesse algum outro sentido válido para esse verbo na língua corrente. De fato, afóra seu valor funcional, *haver* encontra-se fossilizado em língua portuguesa. A gramaticalização desse verbo é tão acentuada que Azeredo diz-nos:

Há uma clara tendência para que, nesta acepção, o verbo *haver* se cristalice na forma *há*, superando *havia* nos contextos em que o tempo do fato relatado é um passado: *Há* muitos meses que não tínhamos uma conversa tão franca. (AZEREDO, 2008, p. 235)

Ainda sobre *haver*, tão forte é sua gramaticalização que esse verbo não é sequer, muitas vezes, identificado como verbo em inúmeros exemplos de textos escolares ou em textos escritos em geral de caráter informal, recebendo a grafia *a*, coincidente com a da preposição, do artigo e do pronome, especialmente quando em construções indicadoras de tempo decorrido.

2. **Ser e estar.** Dois verbos também profundamente gramaticalizados em português. Descendentes de duas formas plenas latinas,<sup>174</sup> respectivamente, *sedere*<sup>175</sup> (estar sentado) e *stare* (estar de pé), hoje funcionam frequentemente como verbos auxiliares junto às formas nominais da língua; são prototípicos das construções predicativas, cujo operador verbal é, em si, esvaziado lexicalmente, em prol de se perfazer a relação atributiva junto ao predicativo, em um papel claramente funcional;<sup>176</sup> compõem ainda as estruturas passivas analíticas da língua. *Ser* ainda sustenta, como amplo uso funcional, o papel de verbo vicário, em construções como *Se não chegou é porque está atrasado*. E, além disso, também é verbo típico de estruturas clivadas (*Aonde é que vocês pensam que vão?*). Retornando ao corte

<sup>174</sup> No item referente a tais verbos, elucidaremos com maior grau de detalhamento a trajetória histórica de ambos.

<sup>175</sup> O nosso verbo *ser* acumula em sua formação o verbo *sedere* e o verbo *esse* (“existir”, “ser”), como até hoje é perceptível em sua conjugação.

<sup>176</sup> Tais construções são, na Gramática de Casos, denominadas miniorações. Ver KATO & NASCIMENTO: 2009, p. 31.

gramaticalizado dos verbos predicativos, o que aqui expomos sobre *ser* e *estar* é naturalmente extensivo aos demais verbos predicativos, que, inclusive, são, em seu conjunto, responsáveis por construções fenomenológicas de base predicativa em que observamos cortes aspectuais, entre a escolha de um ou outro desses verbos (*Ficou escuro/ Está escuro/ Continua escuro*).

3. **Fazer e dar.** Ambos têm em comum o fato de, correntemente, serem utilizados em construções-suporte na língua: *fazer* um passeio, *dar* uma relaxada. Além desse uso, no caso de *fazer*, temos ainda as construções-suporte fenomenológicas, que abordamos no capítulo anterior (*Fazer frio, fazer sol, fazer calor, fazer um tempo ruim, etc.*) e o uso vicário desse verbo, em exemplos como: *Ele já não sorri mais como fazia antes.*

4. **Ir.** Além da sua presença nas construções que, neste capítulo, abordaremos, tal verbo ainda tem se gramaticalizado em locuções verbais, destacando-se aquelas com valor de futuridade (tanto do futuro do presente quanto do pretérito, ambos do indicativo), com ampla produtividade, suplantando no PB a forma de futuro não perifrástico. Além disso, tal locução tem vitalidade também em outros tempos verbais.

5. **Chega de, basta de e demais construções verbais em rota interjetiva.** Partilham em si do valor interjetivo cada vez mais evidenciado de seu próprio uso, tendo se perdido nesses usos, a própria possibilidade de flexão verbal. A cristalização aí verificada varia quanto ao tempo verbal, mas, de modo geral, referencia-se no presente ou pretérito perfeito, ambos do indicativo.

6. **Faltar.** Eis um exemplo que foge de nossa previsão de gramaticalização. Não observamos, além de seu uso impessoal, a que faremos menção no item devido, outros usos em que se possa atestar gramaticalização deste verbo. De todo modo, como não temos a pretensão de, em meio aos estudos linguísticos do séc. XXI, enunciar nenhuma lei e como trabalhamos alicerçados em uma visão da língua como objeto escalar, não verificamos aí quaisquer prejuízos para nossa descrição.

7. **Tratar-se de.** Apresentamos esse verbo em tal formato pelo fato de, diferentemente das construções com *Chega de ou Basta de*, encontrarmos aí flexão de tempo plena. Temos dúvidas que exporemos no item reservado a tal verbo sobre seu comportamento impessoal. De qualquer forma, ele assim vem sendo apresentado tanto pela descrição gramatical tradicional quanto por descrições de pesquisa linguística. Sua gramaticalização revela-se evidente no aporte da preposição *de*, sem a qual a própria aceção da forma em questão muda bruscamente e se retira de qualquer perspectiva impessoal.

Acima, temos expostas as principais marcas de gramaticalização das formas verbais impessoalizadas em português. É verdade que há vários outros exemplos de verbos comuns em locuções verbais (como *vir*) ou em construções-suporte (como *tomar*)<sup>177</sup> que não participam da constituição impessoal portuguesa. Portanto, não temos aqui uma via de mão dupla. Consideramos que possuir algum recorte gramaticalizado na língua é condição prototípica para a impessoalidade portuguesa. Mas não há uma relação forçosa de causa e efeito que, da primeira condição, guie dada forma verbal à segunda.

Além de se encontrarem em processo de gramaticalização, os verbos responsáveis pelas construções impessoais parecem manter mais um traço em comum. Eles estão inseridos no quadro de verbos irregulares ou mesmo anômalos. E, pensando nas construções impessoais em sentido amplo, tal quadro de irregularidade é muitas vezes atestado também em outros idiomas. É o caso ímpar de muitos verbos correlatos, por exemplo, ao português *ser* em construções impessoais em variadas línguas. Haveria relação entre irregularidade/anomalia mórfica, gramaticalização verbal e impessoalidade?

Nossa hipótese a esse respeito é que a própria conformação mórfica irregular/anômala contribui para a perda de transparência semântica da forma verbal em questão. Nesse contexto, a aderência entre significado e significante se tornaria mais frágil. Essa debilidade de dado signo verbal predisporia tal forma a papéis mais gramaticalizados na língua. Dentre esses, a própria construção impessoal, instanciada em estrato linguístico funcional que é. Em outras palavras, **um maior nível de opacidade da forma verbal habilita-a a se tornar um possível instanciador gramatical de construção impessoal**. Caso exemplar desse processo de gramaticalização observamos no verbo *haver*, que se enquadra em todos os prerequisites por nós apresentados: esvaziou-se lexicalmente, desempenhando funções gramaticais na língua; no PB fossilizou-se, é apreensível ao falante da língua<sup>178</sup> tão somente em sua esfera existencial, portanto, impessoal.

<sup>177</sup> Sobre a comparação de nível de gramaticalização entre locuções verbais e verbos-suporte, consideramos estes menos gramaticalizados do que aquelas. Vemos nos verbos-suporte uma densidade lexical que não identificamos nos verbos auxiliares.

<sup>178</sup> No caso do PB, o contato do falante com tal verbo se dá claramente por meio da ação escolar. Sua produtividade na vertente brasileira do português em discurso espontâneo é bastante baixa, sendo tal espaço preenchido por *ter* existencial, descrição de que nos ocuparemos adiante.

Precisam ser excetuadas do acima exposto as construções que, em qualquer grau, indicam processo de gramaticalização do polo verbal ao interjetivo (*Chega de*, *basta de* e demais construções aí categorizáveis de que trataremos). Nos itens devidos apresentaremos todas as exposições que se fizerem necessárias, mas, por ora, tenhamos em mente que essa impessoalidade aí verificada é circunstancial e decorrente do próprio processo de gramaticalização em curso. No caso de *tratar-se de*, também não o incluímos no rol supracitado, o que se compatibiliza desde já com as problematizações que reservamos ao seu *status* impessoal. Mais uma vez foge ao perfil o caso do verbo *faltar*, plenamente regular em sua composição morfológica. Esse sim, de fato, destoa do conjunto de nossa propositura analítica.

Enfim, as formas impessoalizadas carregam consigo o prisma da gramaticalização como fator prototípico distintivo. Construções impessoais, dessa forma, enquadram-se em um plano mais gramatical do que as orações duais da língua. Tal fato é plenamente coerente com as últimas corresponderem às formas não marcadas da língua, uma vez que serão justamente instrumentos gramaticais que operarão os níveis de marcação que se fizerem necessários. No caso da impessoalidade, a própria requisição de um verbo com algum indício de gramaticalização já indica tal marca.

## 6.2 Impessoalidade factual na língua

Antes de nos dedicarmos a um olhar mais detido em cada uma das possibilidades de construções impessoalizadas a que fizemos menção, precisamos lidar com a questão acerca da própria natureza impessoal dessas construções.

Fundamentalmente pomos em discussão, neste item, é se o SN que acompanha tais verbos corresponde a um sujeito ou a um objeto. Em primeiro lugar, percebamos que o grupo de verbos impessoalizados é, em si, heterogêneo. Como já informamos, sua entrada na esfera funcional impessoal deu-se em momentos distintos da história da língua. À exceção de *haver*, todos os demais verbos impessoalizados possuem outra versão na língua plenamente pessoal. Assim, temos como correlatos pessoais de nossas formas impessoalizadas:

- *ter*, em acepção possessiva;
- *ser*, em construções plenamente copulativas, indicadoras de estados e atributos;
- *estar*, além das mesmas possíveis construções que *ser*, com variação no componente aspectual, ainda pode ser encontrado em construções locativas;
- *fazer*, possuidor de ampla gama de acepções pessoais;
- *ir*, como verbo plenamente pessoal com valor de movimento;
- dar*, em construções transferenciais.

Além de todas essas possibilidades pessoais acima apresentadas, em síntese, ainda é preciso lembrarmos de que tais verbos, quando em locuções verbais ou na condição de verbos-suporte também estão aí em configuração pessoal. Lógico que se excetuam disso os casos de locuções verbais impessoais (*Tem feito muito frio*).

Para a qualificação sintática dos SNs que acompanham nossos verbos impessoalizados, propomos uma investigação a partir da dupla existencial *ter* e *haver*. Esclareçamos o porquê de tal opção. Primeiramente, ambos se incluem dentre o que consideramos exemplar no quadro dos verbos de que aqui tratamos. Em segundo lugar, na literatura específica do assunto, há posicionamentos claros de respeitáveis autores que interpretam o SN que acompanha tais verbos como sujeito. Portanto, trata-se de um acúmulo de discussão que merece largamente ser levado em consideração. Temos no rol de autores que já se manifestaram a favor de entendimento de tal SN como sujeito Eunice Pontes<sup>179</sup> e Mary Kato & Milton do Nascimento.<sup>180</sup>

Iniciemos pela análise das seis sentenças abaixo:

- Vai haver uma festa na sexta.
- Vai existir uma festa na sexta.
- Vai ter uma festa na sexta.
- Vai acontecer uma festa na sexta.
- Vai rolar uma festa na sexta.
- Vai ocorrer<sup>181</sup> uma festa na sexta.

<sup>179</sup> Ver PONTES, Eunice. *Sobre o conceito de sujeito*. Tese de professor titular. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1994.

<sup>180</sup> Ver NASCIMENTO, Milton do & KATO, Mary. *O estatuto dos nominais pós-verbais dos verbos inacusativos*. Revista de Estudos da Linguagem 4, 31-74.

<sup>181</sup> Tanto para *ocorrer* quanto para *existir* as orações podem soar artificiais ou pouco esperáveis. Atribuímos isto à contaminação semântica causada pelo vocábulo 'festa', que insinua contexto mais informal. Fosse, em seu lugar, a palavra 'congresso', decerto, a sentença teria não desprezível incremento em sua aceitabilidade.



A nós, a partir da supracitada relação de sentenças, cabe agora debater se há, de fato, distinção sintática entre construções com *ter* e *haver* existenciais e os demais verbos que lhes são semanticamente equivalentes. No campo estilístico, é claro que há diferenças quanto ao uso e ao contexto, atestadas inclusive na formalidade ou informalidade com que este ou aquele verbo manifesta-se mais claramente. Em um *continuum* de variações de registro, identificamos *rolar* como marcadamente mais informal e *ocorrer* no extremo exposto.

Sobre as sentenças consideradas em nossa pesquisa e expostas no subitem anterior, a Gramática Tradicional consideraria que, no primeiro e terceiro casos, estamos diante de construção impessoal, embora tal uso de *ter* seja de aceitabilidade discutível para essa. Já nas demais ocorrências, ela classificaria todas as demais orações como detentoras de sujeito, sendo esse simples e representado pelo sintagma *uma festa*. É importante ressaltar que a quinta oração, com o verbo *rolar* em conotação totalmente informal e produtiva na oralidade do PB, seria descartada como realização lícita de língua portuguesa por diversos autores que se circunscrevem nessa tradição gramatical.

A Gramática Tradicional consagrou *haver* como impessoal no lastro das construções latinas com *habere*, que traziam SN no caso acusativo, caracterizador da função sintática de objeto direto. Nas palavras de Pontes:<sup>182</sup> “Voltando ao caso de *haver*, parece que a razão para os gramáticos considerarem o SN a ele posposto como objeto é histórica: em latim esse SN vinha no acusativo.”.

Claro que o critério aí adotado é diacrônico e não fornece elementos para análise sincrônica de SVs formados pelo verbo *haver* na supracitada acepção. Parece que tão somente, em analogia, também a mesma Gramática Tradicional passou a considerar *ter*<sup>183</sup> impessoal, embora não recomende seu uso.

Parece-nos que, no outro extremo da visão de descrição gramatical, uma parte da literatura linguística partilha da visão de que *ter* e *haver* corresponderiam a estruturas de SN sujeito posposto.

Passemos então à exploração sintática dessa distinção e de sua procedência descritiva ou não. Consideraremos que o sentido básico presente nas seis sentenças arroladas é de acontecimento; existência transitória, momentânea. Daí a

---

<sup>182</sup> PONTES: 1986, p. 66.

<sup>183</sup> As relações de parentesco semântico e histórico entre *ter*, *haver* e o latino *habere*, já aqui tratadas, podem ter sido fator de motivação para tanto.

possibilidade de *ocorrer*, *acontecer*, *rolar*. Contudo não é o plano semântico que nos assegura sólida distinção entre as construções arroladas. Salvo diferenças básicas que só podem ser atribuídas à polarização permanente, identificada com *existir* e a momentânea, associada a *ocorrer*, não restarão outros traços semânticos singulares úteis à nossa análise. Assim, exploremos então o plano sintático.

A primeira experimentação que propomos, neste intercurso sintático, é da inversão de seus constituintes. Tomemos como exemplos para isso:

- \* Na sexta uma festa vai haver.
- ?Na sexta uma festa vai existir.
- \*Na sexta uma festa vai ter.
- Na sexta uma festa vai acontecer.
- Na sexta uma festa vai rolar.
- Na sexta uma festa vai ocorrer.

É verdade que teríamos outras possibilidades de ordenamento, mas o que queremos é destacar a possibilidade ou não de realização da forma verbal posposta ao verbo. O verbo *existir* recebeu indicação dubitativa talvez pelo grau acentuado de artificialismo que a exemplificação possa sugerir pela afetação do já aludido traço [+permanente] que traz consigo, talvez conflitando, assim, com a semântica mais imediata das demais sentenças. Chamam a atenção os comportamentos dos verbos em estudo, *ter* e *haver*. No caso do segundo, a dúvida quanto à sua gramaticalidade parece antes advinda do seu próprio uso cada vez mais restrito. Segundo Avelar & Callou (2007), o mesmo já não mais faz parte da gramática do falante do PB, em seu processo de aquisição linguística. De todo modo, o comportamento dos dois verbos se destaca. Tomemos outro exemplo: *\*Um hospital na minha rua tem*, para nos atermos somente à exemplificação com *ter* que não traz a sobreposição da descrição da Gramática Tradicional tão marcadamente. Claro que há aqueles autores que alegam haver, nesse caso, inversão estilística que gera SN sujeito posposto. No entanto, tal construção recai em artificialismo tamanho que, a nosso ver, impossibilita qualquer viabilidade de aceitação da construção. Essa só seria plausível em linguagem estritamente literária. Essa, ao se autorrecriar, pode, inclusive, esgarçar a malha gramatical com que lida, como exemplificam múltiplos textos. Só a título de citação, relembremos dos versos *Eu fica assim/ Eu fica fora de mim*, de Arnaldo Antunes, na música *Fora de si*, que, embora plenamente

justificáveis estilisticamente, compõem claro exemplo de agramaticalidade. A linguagem da literatura sempre carrega consigo tal possibilidade de romper e ir além. Por isso, não podemos tomar o critério de aceitabilidade desta ou daquela construção literária como modelo para análise linguística de modo contínuo e pleno. Os artificialismos de linguagem que a literatura pode criar, em que pese todo seu potencial em termos de manuseio e recriação linguística, não têm o compromisso com atestar a língua efetivamente em uso. Essa ruptura com a linguagem pode atingir aí escalas altíssimas. Em verdade, tais considerações vão ao encontro daquelas exaradas por nós no capítulo V, quando da análise de ocorrências fenomenológicas em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Vidas Secas*.

É verdade que nos demais exemplos com *acontecer*, *ocorrer* e *rolar*, a anteposição do SN ao verbo não parece corresponder à estruturação mais esperável na língua. Isso se justifica facilmente pela convergência que tais verbos mantêm com os ditos apresentativos que pressupõe, em geral, o SN, mesmo que sujeito, posposto (*Chegaram os convidados*). Tal configuração da sentença também é devida ao ordenamento pressuposto: fato dado precedendo fato novo.<sup>184</sup> Portanto, mantemos nossa visão de que *ter* e *haver*, em uso existencial, constroem-se com SN objeto, ao passo que nos demais verbos em questão o SN é sujeito.

Consideremos ainda que verbos existenciais e apresentativos partilham de traços. Segundo Franchi *et al* (1998), tanto estes quanto aqueles possuem função apresentativa. Esta corresponderia “À motivação discursiva da estruturação sintática”. É por meio dela que encaramos como mais constante e esperável, nesses casos, a ordem V + SN. Os autores também nos oferecem uma abordagem em que os apresentativos (*aparecer*, *chegar*, *surgir*, *vir* e outros) são aproximados dos ergativos “em que o sujeito vem posposto ao verbo, cuja estrutura, no PB, vários autores assimilam à das CE’s” [construções existenciais]. Contudo, destacam que apresentativas e existenciais possuem uma distinção nítida. Nas existenciais com *ter* e *haver*, a interpretação dada ao SN “é estritamente apresentativa, sem atribuição de qualquer papel temático”.<sup>185</sup> Afinal de contas, afirmar que o SN aí presente corresponde ao “existente”, a “aquilo que existe”, em se tratando de estruturas existenciais, é mero exercício tautológico.

<sup>184</sup> Cf. GARCIA (1977).

<sup>185</sup> Consideramos que aqui talvez se possa intuir, ao contrário do que os autores afirmam, ao menos, a função semântica de tema que, reconhecemos, é de considerável vaguidão em face de outros papéis temáticos.

No decorrer de seu texto, Franchi *et al* (1998) lançam a hipótese que será, então, o divisor de águas para a análise de *ter* e *haver* existenciais:

[...] as CE's do PB devem ser analisadas como estruturas específicas, sem parentesco sintático com as CE's com o verbo existir e das CE's com verbos copulativos comuns em outras línguas e presente no português arcaico. (FRANCHI *et al.*, 1998, p. 20)

Mas o que justificaria o comportamento sintático impessoal desses dois verbos? Como podemos conceber um SN sujeito que não admite anteposição? Isso não é o que se dá com as estruturas apresentativas típicas. Para exemplificar, tomemos o verbo *existir*, que apresenta grande identidade semântica com os que aqui investigamos. Utilizemo-nos de Descartes, em português, “Penso, logo existo”. Seria impossível parafrasear a sentença com *\*Penso, logo heil\**/*Penso, logo há\**/*Penso, logo tenho\**/*Penso, logo tem*. Tal fato já fora observado por Bechara, Eli (2006). A visão do autor é que há sinonímia entre os dois verbos quando construídos com SN posposto, na típica estrutura apresentativa (ordem V-SN). Mas com SN anteposto, ou seja, na posição prototípica de sujeito, tal identidade estaria desfeita. Seguem-se exemplificações de Bechara, Eli (2006):<sup>186</sup>

*\* Na África, os leões há,hão/tem,têm.*

*\* Os leões há,hão/tem, têm, na África.*

*\*Os leões, na África, há, háo/tem, têm.*

Por outro lado, com o SN posposto teríamos então, como perfeitamente exequíveis em português:

*Na África, há/tem leões.*

*Há/tem leões na África.*

*Há/tem, na África, leões.*

O autor, motivado por tais constatações e analogias feitas com estruturas existenciais e locativas no inglês, holandês e espanhol, afirma que há dois verbos *existir*<sup>187</sup> em português. Julgamos que não é tal verbo que apresenta algum traço de

<sup>186</sup> BECHARA, Eli: 2006, p. 674.

<sup>187</sup> Adiante, problematizaremos de forma mais aguda a similitude e a contraposição entre *existir*, de um lado e *ter* e *haver*, de outro.

especificidade ou anomalia funcional, sintática. Os verbos *ter* e *haver* é que se manifestam configurados fora do protótipo da língua portuguesa, ou seja, não admitindo SN anteposto. Lembremos que, nas estruturas apresentativas, a produtividade da ordem V-SN está ligada ao fato de o SN corresponder frequentemente à informação nova. No entanto, não há nada que torne agramatical a construção SN-V nesses casos.

Outro motivo para sustentar que com *ter* e *haver* existenciais lidamos com SN objeto direto assenta-se na possibilidade de substituição por pronomes oblíquos átonos como abaixo:

*Há tubarões no litoral de Recife.*

*Há-os no litoral de Recife.*

Claro que se pode obstar a esse argumento que tal construção não sobrevive mais no PB e quando existiu foi, em grande parte, por força da norma padrão, de modo talvez artificializado. De todo modo, estamos a lidar com um dado lícito da língua portuguesa e que, até tempos bastante recentes, era atestável, ainda o sendo para o PE. Ainda assim, se considerarmos que o oblíquo *o* vem perdendo terreno para *ele* no PB, teríamos então *Há eles no litoral de Recife*. É preciso considerar que esse último pronome aqui se apresenta, como em tantos outros casos atestáveis em PB, em sua roupagem acusativa, de forma coincidente com a nominativa. Em outras palavras, a utilização da forma *ele(s)* aí não seria resultante de uma interpretação do pronome como sujeito, mas da regularização de um processo cada vez mais abrangente e atestável no que se constata com o pronome de terceira pessoa objeto direto em PB.<sup>188</sup>

Sobre a ordem V-SN, cabe nos remetermos primeiramente a Coelho *et al* (2008), em um estudo contrastivo, sobre ordem dos constituintes da oração em português nos séculos XIX e XX, que aponta como verbos mais propensos a esse ordenamento os inacusativos, os quais, segundo Franchi *et al* (1998) têm grande participação nas construções apresentativas. Mais do que isso, dizem que a ordem V-SN, no português atual, pode ser entendida como inacusativa. A respeito do que dissemos no parágrafo anterior, Coelho *et al* endossam-nos: “Sentenças existenciais e apresentativas manifestam, em geral, foco identificacional, uma vez que

<sup>188</sup> Cf. CAMARA JR.: 1975, pp. 47-54.

transmitem exclusivamente informação nova, isto é, apresentam uma situação.”. Duarte & Santos (s.d.) nos confirmam tal característica, destacando que esses verbos trazem regularmente consigo um argumento que tem o traço semântico [-agentivo/ + tema]. Voltando a Coelho *et al*, ainda argumentam:

[...] quando a sentença inteira é focalizada, o português prefere a ordem VSO, tanto no século XIX como no século XX; quando o foco recai no sujeito, o português atual, diferentemente do português do século XIX, prefere a ordem SVO. (COELHO et al., 2008, p. 145)

Além de verificarmos, nos últimos autores convocados à nossa argumentação, mais dados que reforçam a similitude entre estruturas existenciais e apresentativas, ainda estamos de posse da citação acima que nos leva a intuir, no caso dos verbos existenciais, situação diferente da verificada com os apresentativos. Não temos no ordenamento V + SN, para os existenciais, uma forte tendência tão somente, mas sim uma cristalização que, desfeita redundante em agramaticalidade. Tal cristalização é por nós considerada decorrente do *status* sintático de objeto desse SN.

Poder-se-ia obstar a tal linha de raciocínio a questão da concordância, por vezes, observada com o verbo *haver*, especialmente nos pretéritos— já que no presente, a saliência fônica distintiva entre *há* e *hão* seria fator limitador à concordância por si só. Já nas formas do verbo *ter*, tal concordância se manifestaria plenamente em língua oral também fora do presente do indicativo, pois que, em PB, não há qualquer diferença de pronúncia entre a 3ª pessoa do singular e a do plural desse verbo. Consideramos que os casos de concordância verificáveis nessa situação correspondem a exemplos de hipercorreção. Concordes conosco, Franchi *et al*, partindo de um *corpus* de 490 ocorrências coligidas junto ao Projeto Nurc (Norma Urbana Culta), encontraram tão somente dois exemplos de concordância em tal contexto. Portanto, é o caso de se pensar se essa concordância é concretizada de forma tão categórica— afinal, sabemos que SNs pospostos não são prototipicamente disparadores de concordância— ou se a verificação de cada ocorrência de concordância aí nos chama tão marcantemente a atenção que nubla a visagem do todo.

Por todo o exposto, cremos que o SN posposto aos verbos tomados por nós como exemplares dos impessoalizados— *ter* e *haver*— é, de fato, um objeto direto.

Isso, lógico, leva-nos a reafirmar a sua impessoalidade, bem como de todo o conjunto que denominamos impessoalizados.

### **6.3 Verbos apresentativos e existenciais: convergências e divergências**

No item anterior, ao discutirmos a impessoalidade das formas verbais aqui em análise e com a conseqüente identidade objetiva direta de seu SN posposto, lidamos com verbos apresentativos e existenciais, reconhecendo-lhes semelhanças e destacando discrepâncias. Inclusive, nossa argumentação de impessoalidade baseou-se, em parte, nos aspectos discrepantes entre os dois grupos de verbos em questão. Aqui ainda cabe, em proveito da melhor contextualização de nossa descrição, estender nosso olhar sobre aquilo que os aproxima e os afasta.

Já mencionamos verbos que são exemplares dos apresentativos. Há diversos autores que incluem *ter* e *haver* existenciais nesse rol. Tal visão, segundo alguns pontos de vista, ancora-se, além de todas as óbvias convergências sintáticas já discutidas, na assunção do SN posposto como sujeito das formas verbais. Lógico que aí se instaura um problema para uma análise coerente segundo os posicionamentos que aqui defendemos. Como reconhecemos em *ter* e *haver* existenciais comportamento impessoal, continuamos a ter que considerá-los à parte dos apresentativos. Franchi *et al* (1998), já detectamos este fato, apontam para as denominações *construções existenciais* (CE's) e *verbos apresentativos*, os quais consideram de comportamento basicamente ergativo. Ao mesmo tempo, os citados autores postulam que formas como *ocorrer* e *acontecer* podem ser consideradas apresentativas.

Mas e no plano semântico? Sem dúvida, encontramos proximidade e mesmo identidade entre *ter* e *haver* e *existir* por um lado, e com *acontecer*, *ocorrer* e similares, por outro. Talvez possamos postular que estamos diante de realizações sintáticas díspares para o mesmo dado semântico. Claro que, ao dizer isso, não estamos a considerar as variações de nível de registro que, efetivamente, tornariam parte dessas formas mais afeitas a contextos informais e outras a formais, por exemplo.

No entanto, Franchi *et al* alertam-nos para sutilezas semânticas de *ter* e *haver* que aqui reproduzimos:

[...]o verbo *ter* expressa uma relação muito abstrata e inespecífica. Como no caso de *haver*, isto favorece o seu emprego como núcleo das orações existenciais. De fato, nesse contexto, ambos os verbos seriam mais apropriadamente tratados não como predicadores, mas como instanciação de operadores funcionais: entram em uma classe fechada de “verbos funcionais”. (FRANCHI et al., 1998, p. 14)

Quanto aos presentativos *stricto sensu*, não se pode encarar os mesmos como verbos funcionais. O que parece estar em jogo, nessa reflexão é, mais uma vez, o próprio nível de gramaticalização das formas verbais em questão. Isso, de antemão, afastaria nossos verbos existenciais e, frisamos, impessoais de formas como *existir*, *acontecer*, etc.

Além desse dado, os autores também frisam que as orações existenciais impessoais, semanticamente, extravasam a mera informação da existência, o que, em si, seria tautológico. O que ganha relevo, no trato semântico, dos SNs que são introduzidos por tais verbos é que se constituem como elementos novos, relevantes. Nesse ponto, precisamos considerar que estamos diante de um papel discursivo por detrás da utilização de tais construções.

Em sentido lato, podemos compreender as orações existenciais da seguinte forma:

**Impessoais:** com *ter* e *haver* e SN objeto posposto

**Pessoais:** com *existir* e SN sujeito anteposto ou posposto

**Quadro 13: Verbos existenciais impessoais e pessoais.**

Poderíamos ainda considerar o verbo *constar* como formador de existenciais pessoais, mas é importante frisar que é de ocorrência bem mais restrita e muito marcada estilisticamente, não sendo tão corrente e produtivo na língua quanto os supracitados.

Precisamos ser mais taxativos quanto à composição do que denominamos verbos existenciais em sentido lato, sejam impessoais ou pessoais. O verbo existencial por excelência do português não é *existir*. Tal verbo é de entrada tardia na língua. Em consulta à fonte etimológica de Cunha (1998),<sup>189</sup> somos informados de

<sup>189</sup> *Op. cit.* p. 342.



que *existir* data somente do séc. XVIII, descendendo da forma latina *existere*. Formas cognatas de *existir* são, segundo tal fonte, ainda mais recentes na língua. *Existência*, segundo tais dados é atestável a partir de 1813; o adjetivo *existente*, só a partir de 1844; já o também adjetivo *existencial* tem seus primeiros registros no séc. XX. Segundo Benveniste (2005),<sup>190</sup> o próprio *existere* latino é de constituição de uso tardia, uma vez que o verbo prototípico para existência, nessa língua, era *esse*. O verbo básico para existência em língua portuguesa já foi *seer/ser*, depois por muitos séculos *haver*— ainda mais se levarmos em conta que outras acepções para tal verbo foram se obliterando historicamente e a existencial tornou-se sua acepção por excelência. Hoje, uma correta identificação de papel existencial obriga-nos a atribuí-la a *ter* no PB e a *haver* no PE. Além de podermos afirmar que o verbo básico para existência em português não é *existir*, ainda podemos afirmar que a acepção existencial concretiza-se, sintaticamente, em termos impessoais de forma majoritária. Verbos análogos a *existir* em outras línguas também não se comportam como os mais usuais nas indicações de existência. Em inglês, temos *exist*, ao lado de *be*; em alemão, *existieren*, convive com os verbos *sein* e *geben*; em francês, *exister*, junto a *y avoir*; dentre outros exemplos. Em todos os casos, a forma cognata de *existir* não corresponde ao verbo básico selecionado correntemente para existência, sendo em alguns casos, inclusive, de tom muito formal, mesmo rebuscado, fato que não verificamos no português.

Ainda sobre *existir*, citemos Silva:

O verbo 'existir', que é corrente hoje como predicado existencial não está documentado nos DSG; observamos também que não está no glossário da "Crônica de d. Pedro de Fernão Lopes", nem na versão galega da "Crônica Geral de Espanha" e da "Crônica de Castela". Esse conjunto de textos representa bem o português do século XIV para o século XV e seus dados são um indicador significativo sobre o verbo 'existir' nesse período. (SILVA, 2002, p. 73)

Ao mesmo tempo, temos parentesco semântico evidente entre os existenciais *lato sensu* e aqueles que denominaremos ocorrenciais, desdobrando-os do elenco de apresentativos em que Franchi *et al* listam-nos. Assim, consideraríamos ocorrenciais *acontecer*, *ocorrer*, *rolar* (na mencionada acepção). O que efetivamente separa existenciais de ocorrenciais é o aspecto durativo encerrado semanticamente

<sup>190</sup> *Op. cit.* p. 210.

nas respectivas formas verbais. As primeiras têm acentuado o traço [+ permanente], ainda que nem sempre indiquem uma permanência factual, ao passo que os segundos trazem um recorte [+ momentâneo]. Em outras palavras, poderíamos dizer que ambos, sobretudo em situações de SN posposto— marcação que já vimos ser tendencial, mas não obrigatória para todas as formas aqui incluídas— introduzem uma nova entidade no discurso, “trazem-na à existência”, seja momentânea ou perene.

Aprofundemo-nos na questão. *Haver* e *ter* existenciais são compatíveis com a aceção verificada em *acontecer*, *ocorrer*, *rolar* (esse último em língua informal). Temos então dois caminhos a percorrer. Podemos considerar que a aceção de existência inclui acontecimento, ocorrência, realização, o que não traz consigo nenhum absurdo, uma vez que a ocorrência de certo fato corresponde a uma existência transitória, pontual. Por outro lado, é possível imaginar que *haver* e *ter* partilhem semanticamente da possibilidade de coocorrência com os verbos mencionados, mas não *existir*, o que reforçaria nossa ponderação no item anterior em relação à sinonímia entre as sentenças lá em jogo. Assim, ficamos com duas interpretações possíveis:

- em sentido amplo, *ter*, *haver*, *existir*, *acontecer*, *ocorrer* e correlatos compõem um grande grupo de verbos existenciais, com distinção sintática que marca os dois primeiros como impessoais e os demais como pessoais;

- *ter* e *haver* compartilham tanto da natureza existencial propriamente, em que se compatibilizam com *existir* semanticamente, mas destoando deste quanto ao critério sintático de serem impessoais, quanto da natureza ocorrencial, em que poderão se identificar, em termos semânticos, com outros verbos, também mantida a distinção entre construções pessoais e impessoais.

Dialogando com a maior parte da literatura que denomina tais verbos existenciais, optaremos por uma sistematização que ponha mais em evidência a primeira compreensão. Além disso, ela salvaguarda mais adequadamente a elasticidade de *ter* e *haver* que vai da existência até o acontecimento. No entanto, não percamos de vista que dar maior relevo ao primeiro ponto de vista não se incompatibiliza com reconhecer os fatos arrolados no segundo. Assim, podemos

agora refinar a visualização acerca desses conjuntos de verbos e propô-la, então, desta maneira:

VERBOS EXISTENCIAIS E APRESENTATIVOS (categoricamente com SN posposto)			
Com SN objeto		Com SN sujeito	
EXISTENCIAIS		OCORRENCIAIS	APRESENTATIVOS
Impessoais	Pessoais	<i>Acontecer,</i> <i>ocorrer, rolar...</i>	<i>Surgir, aparecer,</i> <i>chegar, vir...</i>
<i>Haver, ter</i>	<i>Existir,</i> <i>constar</i>		

Quadro 14: Verbos existenciais e apresentativos.

Recordemos que Franchi *et al* (1998) destacam ainda que os apresentativos— em sua compreensão, correspondentes àqueles assim por nós nomeados e também pelos que agora denominamos ocorrenciais— ainda apresentam o comportamento marcadamente ergativo, o qual seria extensivo, inclusive, a *existir*. Não demos destaque a tal traço por julgarmos que o processo de constituição ergativa no PB deve ser analisado nos diferentes graus em que se manifesta, o que faremos no capítulo VIII. Para nós, a motivação básica à posposição do SN verificado nesses casos é, de fato, discursiva, por conta do mesmo carrear dado novo.

No mais, a tabela acima permite também uma fácil leitura escalar da esquerda para a direita, orientada dessa forma da estruturação impessoal para a configuração pessoal, do SN sujeito não selecionado para o SN sujeito que pode vir a se antepor ao verbo.

Agora, pensemos no exemplo *A pior época p(a)ra administrar o dinheiro é no início do ano*. Encontramos aí um uso ocorrencial do verbo *ser* que é claramente produtivo em PB. Poderíamos facilmente parafrasear o verbo *ser* nessa acepção por *acontecer, ocorrer, dar-se, realizar-se*. Chamemos a atenção para o fato de que *ser* ocorrencial tem maior tolerância a SNs antepostos do que outros do mesmo agrupamento. Pensamos que estruturas similares com o verbo *ser* ocorrencial podem ser interpretadas como uma derivação de seu sentido ancestral existencial na língua e assim vigente até o séc. XVI na língua.<sup>191</sup> Se tal interpretação estiver correta, ela se compatibiliza com as relações de parentesco semântico que apontamos haver entre construções existenciais e ocorrenciais.

<sup>191</sup> Cf. SILVA & MACHADO FILHO (2002).

Retornando às apresentativas, é ainda fator de destaque que admitem, além da construção ergativa, comum aos verbos apresentativos, outras possibilidades de ocultação do papel temático— interpretável de distintas maneiras conforme o ponto de vista, mas, segundo nosso juízo, basicamente, tema— por meio de processos já analisados no item anterior. Nas existenciais com *ter* e *haver*, ainda que considerássemos que as mesmas fossem pessoais, tal possibilidade não se daria o que reforça nossos argumentos a favor da interpretação desses verbos como impessoais.

Enfim, os verbos aqui analisados guardam proximidades sintáticas e semânticas inegáveis, mas, ao mesmo tempo, há discrepâncias que mereciam ser registradas e que parecem confirmar diferentes grupos sintáticos em interface semântica.

Retornemos agora à pesquisa feita com alunos do ensino médio e que já foi objeto de nossa exposição no capítulo IV, baseada nas sentenças a que novamente neste capítulo já recorreremos argumentativamente.

- Vai haver uma festa na sexta.
- Vai existir uma festa na sexta.
- Vai ter uma festa na sexta.
- Vai acontecer uma festa na sexta.
- Vai rolar uma festa na sexta.

Além da observação sobre a identificação/categorização de sujeito a que já fizemos alusão, também buscamos investigar a percepção de sinonímia verbal nessas estruturas. Relembremos o perfil do público pesquisado:

- a) responderam ao questionamento alunos do ensino médio de uma escola pública estadual do Rio de Janeiro;
- b) todos cursando o segundo ano, no ano letivo de 2009;
- c) a idade dos mesmos variava entre 16 e 18 anos;
- d) o universo de alunos pesquisados foi de 58.

A metodologia para a investigação desta segunda questão é ainda mais simples do que a empreendida no primeiro caso. Se os alunos interpretavam os verbos como rigorosamente sinônimos, esperava-se que indicassem a mesma interpretação para o sujeito das cinco orações. Nesse ponto, pensamos

objetivamente na utilização das fragilidades e inconsistências do ensino majoritário de português, possivelmente vivenciado e repercutido por muitos dos pesquisandos, como um dado que nos permitisse interpretar suas respostas. Partimos da premissa que a descrição gramatical tradicional, ao interpenetrar de forma não criteriosa semântica e sintaxe, deixa frestas sobre o que se deve então considerar sinônimo. Ora, se os verbos são sinônimos, teremos a mesma indicação para os sujeitos? A resposta positiva confirma tão somente o já conhecido primado da semântica sobre a sintaxe e o seu acionamento mais imediato e intuitivo em uma análise superficial de dados linguísticos. Em caso de resposta negativa, a mesma só poderia ter sido disparada por algum nível de reflexão sintática, ainda que motivada por hipercorreção, ainda mais se relevarmos que a pesquisa se deu em ambiente escolar, espaço pressupostamente monitorado do ponto de vista do uso linguístico.

O questionamento feito aos alunos foi se identificavam um sujeito na oração e qual seria esse sujeito. Aos que não o identificassem, solicitou-se que registrassem tal informação. Nesse registro, a maioria preferiu recorrer à nomenclatura gramatical, ainda que precariamente dominada, do que simplesmente escrever “não há sujeito” ou algo que o fosse equivalente

A partir daí, analisamos os dados em busca de quantos estudantes identificariam diferença na classificação/identificação do sujeito nos cinco exemplos a eles apresentados. Buscávamos enfim discrepâncias. O resultado foi o seguinte: apenas treze dos alunos pesquisados, ou 22,4%, identificaram diferenças entre as estruturas sintáticas a eles apresentadas. Podemos então concluir que quase 80%, mais exatamente 77,6%, consideraram as orações sinônimas e possuidoras de rigorosamente a mesma estruturação. Ou seja, a maioria ou identificou as cinco orações como possuidoras de sujeito ou as mesmas cinco como construções impessoais. Nosso objetivo era justamente verificar se ocorreria ou não tal identidade. Dentre os que consideraram um sujeito para as orações, apesar de a maioria ter indicado *festa/uma festa*, houve também quem indicasse *na sexta*, ou mesmo incluísse o verbo no sujeito, mas tais respostas também mantiveram o mesmo padrão de identificação para todas as cinco orações.

Aqui nosso foco de interesse em função das respostas dadas é o de frisar o resultado como interessante, pois retoma algo que Pontes (1986) já afirmara: que o falante frequentemente não distingue intuitivamente o sujeito posposto do objeto. O que aqui nos interessa é que esses falantes pesquisados não estabeleceram,

majoritariamente, essa distinção entre sujeitos pospostos e objetos. Retornemos então à interpretação dos dados da pesquisa. Em face da pergunta feita, nossa intenção era tão somente investigar se a intuição de falante dos pesquisandos apontava alguma distinção entre o *status* pessoal ou não de cada uma das construções. Como já dissemos alhures, o próprio ambiente escolar traz à cena o peso da correção “gramatical” como elemento de interferência no processo intuitivo. Por outro lado, também é verdade que tal peso paira no cotidiano dos falantes em geral.

Quando induzidos a buscar um sujeito ou apontar sua não existência, a maioria (quase 80%) considerou que não há diferença nas construções apresentadas. Ora, tal dado é verificado cotidianamente por qualquer professor que já tenha apresentado o tema *oração sem sujeito* a seus alunos e tenha se deparado com a necessária distinção, segundo os apontamentos descritivos tradicionais, entre construções impessoais com *haver* e suas equivalentes com *existir*. Nesse ponto, consideramos que a intuição do falante pode estar tão impregnada e confusa pela forma como a descrição da língua lhe tiver sido apresentada que os dados acabam por se ater basicamente ao nível superficial da sentença. E nos lembremos de que o que se verifica na intuição motivada pelo nível superficial não necessariamente guarda qualquer relação de compatibilidade concreta com o patamar de observação descritiva que se possa pretender linguisticamente. Basta relembrarmos como o dado de posição inicial na sentença foi determinante, como já discutimos no capítulo IV, para as respostas obtidas então.

Os alunos que categorizaram as construções como *sem sujeito*, de acordo com o corte metodológico aqui já explicitado, relegaram a todos os SNs restantes o papel de objeto. Ou seja, de fato, os mesmos não perceberam eventuais distinções entre sujeito posposto e objeto. Portanto, temos aí suporte teórico para, considerando essa não distinção como previamente esperável, indagarmos acerca da percepção do SN sujeito em função da detecção ou não de seus traços. Notemos que o sintagma *uma festa* por ser de natureza substantiva estaria apto ao papel de sujeito. Por outro lado, temos de admitir que corresponde a um sujeito que se afasta dos critérios de animacidade e concretude prototipicamente esperáveis.

Dos 77,6% que forneceram a mesma identificação aos cinco itens, temos vinte e duas respostas identificando *uma festa/festa* como sujeito das orações, ou 37,9% do total. Outras onze respostas atribuíram, segundo nomenclaturas diversas,

impessoalidade às cinco sentenças, ou aproximadamente 19% das respostas. Por fim, houve um pequeno grupo, que, para efeitos de dados, incluímos dentre os que ofereceram a mesma identificação aos cinco exemplos, indicando o sujeito como formado por SV + SN, correspondendo a apenas dois pesquisandos, ou quase 3,5%.

O fato de a maioria ter atribuído configuração pessoal às cinco orações parece confirmar a percepção já constatada, por descrições das mais distintas orientações possíveis, de que as orações impessoais configuram um quadro não prototípico das construções factíveis em nossa língua.

Insistamos ainda na análise da sinonímia largamente verificada em nossa pesquisa. No nível semântico (plano em que de fato é possível se falar de sinonímias de forma plena), as cinco orações apresentadas informam nuclearmente a mesma coisa: sobre *uma festa a ser realizada na sexta*; ou seja, de um ponto de vista meramente instrumental, utilitário e comunicativo a sinonímia aí apresentada faz todo sentido. Há ainda outros planos em que a sinonímia poderia ser indagada (entendida aqui em sentido estendido).<sup>192</sup> Se considerarmos que possa ter havido motivação sintática para as respostas, somos levados a concluir que ou o SN das orações foi tomado como tema das sentenças em estruturas típicas de apresentatividade verbal, ou seja, com SN sujeito posposto ou se considerou, em certo nível de hipercorreção, os ensinamentos relativos às construções sem sujeito. A motivação sintática seria aí originária do próprio contexto da pesquisa: na escola e na aula de Português.

Sobre os 22,4% que analisaram as cinco orações com identificações distintas de sujeito e impessoalidade, a proporção dos que identificaram as construções com *ter* e/ou *haver* como impessoais, o que corresponde a apenas cinco respostas, ou 8,6% do total de respostas. Em tempo, nesse grupo de respostas, também foi atribuída identificação impessoal aos verbos *acontecer* e/ou *existir* e/ou *rolar* por seis destes entrevistados, perfazendo 10,3%. Ainda chamamos a atenção para o fato de que, nesse grupo que compõe os 22,4% da pesquisa, houve uma única resposta indicando *rolar* como único verbo impessoal, ou 1,7%.

Ainda versaremos sobre essa pesquisa mais uma vez no capítulo X, quando abordaremos a interface entre nosso estudo e o ensino de língua portuguesa, mas aí

---

<sup>192</sup> Em termos de registro ou estilo, as construções se prestariam a contextos diferenciados, mas também não era nosso objetivo a exploração dessas dimensões de análise.

já não nos interessarão tanto os números e sim o que eles explicitam sobre o ensino da língua materna e o manejo de conceitos gramaticais.

#### 6.4 Relações de posse, existência, estado permanente e estado transitório

*Cogito, ergo sum.* A célebre frase de René Descartes, parafraseada e popularizada para o português na versão “Penso, logo existo.”, traz a nós a demonstração da extensão semântica que o verbo *sum* latino assumia, significando *ser*, *estar* (em acepção predicativa), *existir*, dentre outros significados menos corriqueiros, mas também atestados, como *morar*, *residir*. Essa polissemia possivelmente parte de traços comuns na conceptualização de tais ideias agregados, no caso da língua latina, nessa forma. Não é à toa que, em línguas como o francês e o inglês, o verbo correlato continue a designar *ser*, *estar* e *existir*, simultaneamente, sendo particularmente produtivo na última acepção, em língua inglesa, na forma acompanhada por expletivo: *there to be*. Sobre a questão da conceptualização dessas formas verbais, interessantes são alguns pareceres e dados sobre os quais nos debruçaremos, principalmente os trazidos por Avelar & Callou (2007).

Quando mencionamos a conceptualização do verbo, seja *sum* latino, seja *be* inglês, precisamos ter em mente que; fosse aos falantes nativos<sup>193</sup> de latim (L1), seja aos que fazem uso do inglês como língua materna;<sup>194</sup> tal verbo se apresenta como uma forma uma ao recorte de mundo que as mesmas realizam.

Quanto à expressão da existência em língua portuguesa por meio da forma verbal, é importante resgatar que o próprio verbo *ser*, em cortes diacrônicos que remontam até, pelo menos, o século XVI, prestava-se à expressão da existência em si, do estado permanente, bem como do transitório, amalgamados na forma infinitiva *seer*. Hoje tal acepção parece invariavelmente perdida, só subsistindo em

<sup>193</sup> Falante nativo de latim está longe de ser uma categoria a ser considerada de maneira homogênea, seja no tempo ou no espaço, dada toda a peculiaridade do expansionismo romano e de imposição da respectiva língua a povos que a adotaram como língua não nativa (L2) e, posteriormente, L1 para seus descendentes.

<sup>194</sup> Destacamos a situação de uso como L1, pois é bastante comum, aos falantes de L2, a adaptação das estruturas do idioma de partida para seu próprio. Assim, não é incomum que um falante de português, diante do verbo citado em inglês, automaticamente processe-o como ‘ser’, ‘estar’ ou ‘existir’, distintamente.



expressões cristalizadas de uso muitíssimo restrito e, portanto, um tanto artificiais, como na expressão “Deus é”.

Ainda no que concerne ao percurso histórico das construções existenciais em língua portuguesa, convém trazer à baila considerações Silva (2001) sobre tais estruturas e os verbos que dela participam. A autora oferece-nos exemplos de predicados existenciais impessoais do português arcaico, a partir de textos datados do séc. XIII ao XV.

- *Na cidade d’Aconha **foi** huu bispo de gram santidade*
- *E diz que naquela provincia de Valeria **foi** huu bispo que avia nome Sabino.*
- *Podemos creer que ora no mundo **aja** taes homees como ele.*
- *Non **avia** padres santos*<sup>195</sup> [grifos da autora]

A respeito das estruturas acima, diz Silva:<sup>196</sup> “Na possibilidade de seleccionar tanto *haver* como *seer* reside uma diferença entre o período arcaico e o atual que excluiu *ser* dessas estruturas” [grifos da autora]. Não obtivemos fontes que nos indicassem quais contextos eram mais propícios a *seer* e quais o eram a *aver*, uma vez que, ainda no período arcaico, ambos chegam a coexistir em acepção existencial. Já no final desse período, *seer* é claramente arcaizante e *aver* corresponde à forma inovadora. De todo modo, há de se destacar que, no início do séc. XVI, *ser* era encontrável em oito diferentes estruturações sintático-semânticas na língua: como verbo pleno, significando *estar sentado*, como verbo existencial, presente em estruturas clivadas (de uso raro em todo o período arcaico), como verbo equativo de ligação, como verbo auxiliar formador de tempos compostos de verbos não transitivos (... *muito valera mais que non fossemos nados* [=nascidos]), como auxiliar formador de voz passiva (com ou sem agente expreso), como verbo de posse seguido pela preposição *de*, como verbo locativo.<sup>197</sup> Se alguns desses usos são ainda vigentes, outros se obliteraram. O caso da acepção existencial é um desses exemplos.

Apesar do que aqui, tanto nós quanto Silva, afirmamos sobre *ser* em construções existenciais, Bechara, Eli (2006) defende a categorização de *ser* como

<sup>195</sup> Todos estes exemplos foram retirados do texto intitulado *Diálogos de S. Gregório*, em uma versão do séc. XIV, referidos pela autora como DSG 1989

<sup>196</sup> *Op. cit.* p.72

<sup>197</sup> Cf. SILVA & MACHADO FILHO: 2002, p. 106.

existencial, a partir do exemplo seguinte do espanhol, que poderíamos também, perfeitamente, considerar para o português, como já o fizemos no item anterior:

*Las mejores fiestas/celebraciones familiares son en el club.*

*(As melhores festas familiares são no clube.)*

O exemplo acima não nos parece de uso propriamente existencial. Consideramos o uso de *ser* aí verificado equivale ao observado em *ocorrer*, *acontecer* e outros que já abordamos. Contudo, a pertinência do exemplo apresentado por Bechara, Eli (2006) repousará nas similaridades que podem ser estabelecidas entre apresentativos/ocorrenciais e existenciais. *Ser* para nós, nessa sentença, é, como já nos pronunciamos, claramente ocorrencial.

Retornando aos exemplos de Silva, é interessante ainda notar o uso da forma *avia*, no segundo exemplo, em clara acepção possessiva. Hoje sequer tal uso se verifica, a respeito de *haver*, seja no PB ou no PE. O que encontramos hoje, segundo Avelar & Callou (2007) é a seguinte situação:

- no PE, a expressão existencial fica a cargo do verbo *haver* e a de posse com o verbo *ter*;
- no PB, tanto a existencialidade quanto a possessividade ficam a cargo do verbo *ter*.

Notemos que também em espanhol o verbo *haber* assume conotação existencial.

Os autores supracitados oferecem-nos um interessante quadro<sup>198</sup> que sintetiza o percurso histórico dos verbos existenciais, possessivos, de estado transitório e permanente em língua portuguesa, ao longo da história, e a forma como esses verbos e acepções se interpenetram. Para efeito ilustrativo, reproduzimos aqui tal quadro:<sup>199</sup>

	EXISTENCIAL	TRANSITÓRIO	PERMANENTE	POSSESSIVO
... – SÉC. XIII	<i>seer</i>	<i>seer</i>	<i>seer</i>	<i>aver</i>
SÉC XIII-XVI	<i>seer/aver</i>	<i>seer/estar</i>	<i>seer</i>	<i>aver/teer</i>
PE XVI- XX	<i>haver</i>	<i>estar</i>	<i>ser</i>	<i>ter</i>

<sup>198</sup> *Idem* p. 382

<sup>199</sup> Destacamos no quadro os estágios atuais das variedades da língua portuguesa.

PB SÉC. XIX-XX	<i>haver/ter</i>	<i>estar</i>	<i>ser</i>	<i>ter</i>
PB SÉC XX	<i>ter</i>	<i>estar</i>	<i>ser</i>	<i>ter</i>

Quadro 15: Verbo existencial/ transitório/ permanente/ possessivo em português.

Tanto o quadro acima quanto considerações outras já aqui apresentadas nos demonstram a convergência que há entre verbos de existência, estado transitório, estado permanente e posse também em outras línguas. A esse respeito, apresentamos outro quadro dos mesmos autores supracitados que sistematiza tais relações em diferentes línguas.

LÍNGUA	EXISTENCIAL	ESTADO TRANSITÓRIO	ESTADO PERMANENTE	POSSE
PB	ter	estar	ser	ter
PE	haver	estar	ser	ter
ESPAÑHOL	haber	estar	ser	tener
FRANCÊS	avoir	être	être	avoir
INGLÊS	be	be	be	have
ALEMÃO	sein/geben	sein	sein	haben
FINLANDÊS	olla	olla	olla	olla
HINDI	hona	hona	hona	hona
HÚNGARO	van	van	van	van

Quadro 16: Verbo existencial/ transitório/ permanente/ possessivo em comparação com outras línguas.

Percebamos que, em inglês, por exemplo, o verbo *be* dá conta das três primeiras dimensões, coincidindo, portanto com o estado da língua portuguesa no século XIII. Já em finlandês, hindi e húngaro, todas as quatro acepções repousam numa única forma verbal, respectivamente, *olla*, *hona* e *van*, segundo os autores. É interessante notar que o finlandês e o húngaro sequer são línguas indo-europeias, o que daria suporte ainda maior às teses que sustentam similaridade nas matrizes conceituais de todas essas macrossignificações verbais, como defendem os próprios Avelar & Callou (2007), ao afirmarem:

Autores [...] propõem que o verbo possessivo seja resultado da incorporação de uma categoria abstrata ao verbo copulativo, itens a partir dos quais seria construída a significação de posse. (AVELAR ; CALLOU, 2007, p. 376)

Mais à frente, ainda afirmam:

[...] o paralelismo temático entre construções com *ter*, *ser* e *estar* resulta do fato de os três itens serem realizações morfológicas possíveis para uma mesma categoria verbal. Paralelismos [...] seriam determinados pela existência de **uma mesma base derivacional para as expressões de existência, cópula e posse**, construídas em torno de um mesmo predicador abstrato. (AVELAR ; CALLOU, 2007, p. 377. Grifo nosso.)

Outros autores fazem considerações acerca da convergência de traços dentre esses verbos. Aqui destacamos uma observação de Franchi *et alli* (1998): “...as construções existenciais têm a particularidade de se ancorarem “de um modo generalíssimo em um campo espaço-temporal”...”

Tais reflexões apontam no sentido de confirmar a proximidade entre tais campos em um plano linguístico mais amplo que, como já observamos, ultrapassa os limites do indo-europeu,<sup>200</sup> remetendo, portanto ao próprio mecanismo de cognição humana. Tal fato obviamente se aplicaria à própria história da língua portuguesa.

Clark (1978) analisa as similaridades na manifestação verbal entre as ideias de existência, valor locativo e dois diferentes tipos de relação de posse. Consideramos uma a relação primária, representada, em português, pelo verbo *ter* e, em inglês, por *have*. Já a segunda relação de posse é a que denominamos genitiva e é representada em português por *ser* seguido da preposição de (*Aquele livro ali é do Pedro*).

Com base nos dados de Clark (1978), apresentamos o quadro abaixo:

LÍNGUA	EXISTÊNCIA	LOCATIVO	POSSE I	POSSE II <sup>201</sup>
Alemão	sein	sein	haben	sein
Bengali	ac	ac	ac	ac
Espanhol	hay	estar	tener	ser [-alienável] estar [+alienável]
Estoniano	olema	olema	olema	olema

<sup>200</sup> Estamos, portanto, a lidar com um plano que diz respeito à própria cognição humana. No entanto, não pretendemos aqui nos aprofundar em tal sentido.

<sup>201</sup> Construção “genitiva”, nos moldes de *Esse livro é do Oscar. / That is Fred's house.*

Francês	avoir	être	avoir	être
Finlandês	olla	olla	olla	olla
Hindi	hona	hona	hona	hona
Húngaro	van	van	van	van
Inglês	be	be	have	be
Japonês	iru [+animado] aru [- animado]	iru	aru	aru
Mandarim	you	Ø/shi	you	shi
Turco	var	Ø/var	var	var

**Quadro 17: Verbo existencial/ locativo/ de posse (a partir de Clark, 1978).**

Como se pode depreender da última tabela apresentada, as relações de existência, localização, e posse em duas constituições distintas também apresentam similaridades notáveis em sua representação verbal em diferentes línguas. Cruzando os dados fornecidos por Avelar & Callou (2007) com os de Clark (1978), chegamos a:

LÍNGUA	EXISTÊNCIA	ESTADO PERMANENTE	ESTADO TRANSITÓRIO	POSSE I	POSSE II	LOCATIVO
PB	ter	ser	estar	ter	ser <sup>202</sup>	estar
PE	haver	ser	estar	ter	ser <sup>203</sup>	estar
INGLÊS	be	be	be	have	be	be
FRANCÊS	avoir	être	être	avoir	être	être
ESPAÑHOL	hay	ser	ser	tener	ser [-alienável] estar [+alienável]	estar
ALEMÃO	sein/geben	sein	sein	geben	sein	sein
FINLANDÊS	olla	olla	olla	olla	olla	olla
HÚNGARO	van	van	van	van	van	van

**Quadro 18: Verbo existencial/ transitório/ permanente/ possessivo/ locativo/ de posse.**

Agora, temos nossa relação entre posse, existência, estados permanente e transitório expandida também para localização e para uma segunda concretização de posse. Continuam a chamar a atenção casos como do finlandês e do húngaro que apontam para uma total identidade entre todas as relações apontadas por meio da forma verbal utilizada para concretizá-las. Insistimos que as duas línguas em

<sup>202</sup> Se a posse é transitória, construímo-la pela fórmula *X está com Y*. Diferente de uma posse inerente, permanente que se faz com *X é de Y*. É em tal sentido que entendemos a observação de Clark (1978) sobre a língua espanhola. Em tempo, tal autora não tratou do português em suas exemplificações.

<sup>203</sup> *Idem* nota anterior.

questão não são indo-europeias. Dentre as indo-europeias listadas, o inglês e o alemão valem-se de apenas dois verbos para todas as relações que estão em jogo. Registramos aqui a coincidência em questão, possivelmente, indicadora de algum grau de proximidade na conceptualização dessas ideias. No entanto, para o rastreamento mais profundo das mesmas, precisaríamos empreender investigação muito mais aprofundada sob sólidos balizamentos cognitivistas.

No que concerne à língua francesa, vemos que *avoir* associa-se às relações de existência e à que denominamos posse I, ao passo que *être* está vinculado às demais, ou seja, estados permanente e transitório, localização e posse “genitiva”. Sobre esses dois verbos, Benveniste (2005) fornece-nos informações relevantes sobre traços em comum que podem ser observados entre ambos:

1. Être e avoir apresentam ambos o status formal de auxiliares temporais.
2. Nem être nem avoir são susceptíveis de forma passiva.
3. Être e avoir são ambos admitidos como auxiliares temporais dos mesmos verbos, segundo esses verbos sejam ou não reflexivos, isto é, segundo o sujeito e o objeto designem ou não a mesma pessoa: être quando sujeito e objeto coincidem (Il s'est blessé, “ele se feriu”), avoir quando não coincidem (Il m'a blessé, “ele me feriu”).
4. Afora isso, os auxiliares être e avoir estão em distribuição complementar; todos os verbos têm necessariamente ou um ou outro [...] (BENVENISTE, 2005, p. 212)

Adiante, alertar-nos-á de que, fora do contexto de auxiliaridade, a construção de *être* é predicativa, já de *avoir*, transitiva. Aliás, segundo o próprio autor “pseudo-transitiva”, uma vez que aí “... não pode existir uma relação de transitividade tal que suponha passar a noção sobre o objeto e modificá-lo.” (*idem*) e também devido à constatação de que “... não enuncia nenhum processo.” (*idem*). Lembremo-nos de que o verbo correlato em português, *ter*, não permite apassivação, portanto fora do protótipo da transitividade. Importa trazer à tona o verbo que, em sentido de posse, apresenta-se como sinônimo de *ter* em português: *possuir*. Semanticamente equivalente na citada acepção ao primeiro, o último, ao contrário daquele, apresenta nível baixo de gramaticalização na língua, sendo muito mais regular (apesar de integrar o paradigma da 3ª conjugação portuguesa) e não apresentando papel funcional na língua. Pois que *possuir*, admite apassivação em outra acepção: *Ela ficou possuída/possessa de raiva, Otelo estava possuído pelo ciúme; mas não \*A terra está possuída de manifestantes.*

Sobre o verbo *avoir*, o autor ora em questão faz uma observação muito oportuna:

No próprio seio das línguas indo-européias, é uma aquisição tardia, que levou muito tempo para impor-se e que permanece parcial. A expressão mais corrente da relação indicada nas nossas línguas por *avoir* enuncia-se ao inverso— por *être-à*, “ser de”— constituindo em sujeito o que é objeto gramatical de um verbo *avoir*. (BENVENISTE, 2005, pp. 212-213)

Menciona ainda que muitas línguas desconhecem um verbo como *avoir* (podemos fazer paralelo aí também com *ter-* português, *tener-* espanhol, *have-* inglês e *haben-* alemão). Como exemplificação, aponta-nos o árabe, o turco, o mongol clássico, o curdo, o persa, o georgiano clássico, o ewe (língua togolesa), o vai (na Libéria), dentre outras. Afirma também, categoricamente, que as construções do tipo *mihi est* predominam sobre aquelas do tipo *habeo* do ponto de vista numérico das línguas e também do histórico em que a primeira precede a segunda. Para ele, a expressão primitiva de posse é a representada em *mihi est aliquid*, ao passo que a verificada em *habeo aliquid* “é apenas uma variante secundária e de extensão limitada, por mais importante que seja, em si mesma, a aquisição de *ter* como verbo autônomo.”<sup>204</sup> Eis que Benveniste atribui à relação de posse que categorizamos por II o *status* de básica nas línguas. De todo modo, aqui seguimos o mesmo caminho indicado por Clark (1978) que considera a relação de posse construída pelo verbo *have* a mais básica e direta e aquela com o verbo *be*, secundária.

Ainda poderíamos anexar à nossa investigação a relação de cópula. Apesar da ressalva que Benveniste (2005)<sup>205</sup> faz-nos sobre as relações entre existência e cópula, dizendo que “não há nenhuma relação de natureza nem de necessidade entre uma noção verbal “existir, estar realmente aí” e a função de cópula”. Ainda adverte que a “criação de ser para predicar a identidade entre dois termos não estava inscrita numa fatalidade linguística.” (*idem*). Como comprovação cita vários idiomas que adotaram ou adotam meios outros para a realização da cópula: cita a pausa (em russo e húngaro), utilização de pronomes para a indicação da cópula (em aramaico), redobro pronominal (em turco antigo), sufixação (em sogdiano e em yagnabi). Contudo, reconhece que, em muitas línguas indo-europeias, recorrentemente se criaram formas verbais para cópula. Solução essa encontrada

<sup>204</sup> BENVENISTE: 2005, p. 214.

<sup>205</sup> *Op. cit.* p. 206.

também fora da mencionada família, de acordo com exemplificação, fornecida pelo mesmo autor, do siamês (*khu-* para cópula e *pen-* para existência) e do cambodiano (*gi-* para cópula e *ja-* para existência). Outra fórmula também muito disseminada nos idiomas indo-europeus foi a generalização de *\*es-* (raiz indo-europeia para o verbo existencial) tanto para existência quanto para cópula, como bem sabemos e como dados presentes nas tabelas apresentadas confirmam-nos.

É verdade ainda que há línguas que dispensam formas verbais copulativas como *ser* ou *estar*, em determinados tempos, mas isso se dá tão somente em nível superficial. A língua árabe, por exemplo, não possui o verbo equivalente a *ser* no presente, mas todo o escopo de significação de que os falantes de árabe necessitam, dentro do recorte de mundo que a língua os oferta, é, certamente, possibilitado aos mesmos por recursos outros específicos, sejam sintáticos, discursivos ou ainda de outras ordens dentro de seu sistema linguístico. Em latim mesmo, esse verbo era tantas vezes dispensável à estruturação superficial dos enunciados, mantendo-se, assim, subentendido, como nos informa Said Ali (1966a):<sup>206</sup> “... o omitem o latim e outros idiomas em proposições como *uita breuis, ars longa...*”. Na própria língua portuguesa, não são raras as ocasiões em que tais verbos; já em avançado processo de gramaticalização e, portanto, esvaziados semanticamente; são perfeitamente dispensáveis na realização da estrutura superficial de orações, como bem atesta a linguagem jornalística, em sua busca por síntese e pretensa objetividade. Contra tal ponto de vista, temos a opinião de Benveniste (2005).<sup>207</sup> Aí deparamos com reflexões interessantíssimas sobre a própria natureza verbal de *ser*, seu papel existencial e copulativo em perspectiva comparativa, partindo do próprio indo-europeu, passando por várias línguas dessa família e extravasando para outros idiomas fora de tal grupo.<sup>208</sup> Em meio a tais considerações, alerta-nos para a necessidade de se considerar, além da evidente diferença sintática entre enunciados copulativos e nominais (em que muitos apreciam tomar a cópula como aí subentendida— visão de que Benveniste discorda e com ele somos concordes nesse ponto), a distinção semântica entre ambas as construções, como decorrência do fato de que a frase nominal e a com verbo *ser* são expressões formais distintas. Argumenta o autor em questão:

<sup>206</sup> *Op. cit.* p. 166.

<sup>207</sup> *Op. cit.* pp. 163- 182 e 204- 227.

<sup>208</sup> Gostaríamos de oferecer uma maior gama de dados de tal leitura posto que é muito elucidativa e satisfatória à apreciação pesquisadora linguística, mas isso implicaria uma gigantesca digressão de nosso ponto aqui de interesse. Por isso, recomendamos fortemente sua leitura.



Na frase nominal, o elemento assertivo, sendo nominal, não é susceptível das determinações que a forma verbal tem em si: modalidades temporais, pessoais, etc. a asserção terá esse caráter próprio de ser intemporal, impessoal, não modal, em suma, de ter por objeto um termo reduzido apenas ao seu conteúdo semântico. [...] essa asserção nominal também não pode participar da propriedade essencial de uma asserção verbal, que consiste em pôr o tempo do acontecimento em relação com o tempo do discurso sobre o acontecimento. A frase nominal em indo-europeu afirma uma certa “qualidade” (no sentido mais geral) como própria do sujeito do enunciado, mas fora de qualquer determinação temporal, ou outra, e fora de qualquer relação com o locutor. (BENVENISTE, 2005, pp. 171- 172)

Como dissemos, em que pesem as instigantes informações dadas por Benveniste (2005), sem a intenção de perfazer um estudo de viés marcadamente cognitivista, não nos serão possíveis apontamentos mais concretos no que tange às matrizes cognitivas aí presentes. E julgamos que para os nossos objetivos— a descrição pormenorizada dos contextos de oração sem sujeito e questões correlatas— a identificação de pontos de contato nessas matrizes já cumpre significativo papel.

Centremo-nos agora na relação mais direta entre posse e existência. Sabemos que em português os verbos indicadores de existência tanto para o PE quanto para o PB são (*ter* para o Brasil) ou foram (*haver* para Portugal e, em sentido histórico, para toda língua portuguesa) oriundos de formas possessivas.

Cabe aqui dialogar com as constatações já exaradas por alguns autores sobre tal processo.

Começemos por Pontes (1986), sobre o verbo latino *abere* e o português *ter*:

Repete-se, na língua de hoje, o que aconteceu no latim vulgar: coexiste o verbo *ter* significando possuir, usado numa construção SVO que também não é prototípica, pois o sujeito não é agente, o verbo não é de ação e não se pode apassivar, como se vê em: João tem um livro. \* Um livro é tido por João. (PONTES, 1986, p. 66)

Said Ali (1966a) pondera, sobre o verbo *haver*:

[...] o verbo tem exata e rigorosamente a acepção de “existir”, estando completamente apagado da memória o pensamento primitivo que deu lugar a empregar-se o verbo *haver* com sentido existencial. Nem à lingüística histórica nem à lingüística comparada é possível reconstituir esse pensamento e fixar o termo que serviria de sujeito à respectiva proposição. (SAID ALI, 1966a, p. 170)

Ao se referir “ao pensamento primitivo que deu lugar a empregar-se o verbo *haver* com sentido existencial”, é possível remetermo-nos imediatamente às reflexões de Camara Jr. (1974) sobre o mesmo tema:

[...] se acompanha no uso de ‘habere’ nas frases existenciais em latim vulgar, quando inicialmente figurava como sujeito um nome de lugar, exatamente como em port. — ‘a África tem leões’. A passagem a uma construção impessoal consistiu em visualizar o lugar como “cenário” em vez de partir-se dele como de um “possuidor”. [...] se trata de uma tendência de formulação mental, prova-o o vulgarismo brasileiro, que repetiu a mudança como verbo ‘ter’ nas mesmas condições (na África tem leões). Podemos dizer que o nome de lugar, a princípio o TEMA ou sujeito do fato expresso, foi integrado nesse fato, ou PREDICADO, como o quadro em que ele se verifica. (CAMARA JR.,: 1974, p. 178)

Como podemos observar, os três autores fazem referência à passagem dos domínios semânticos de posse aos existenciais, seja com relação a *abere*, *haver* ou *ter* e dos paralelos que podem ser daí traçados. Da análise de Camara Jr., é possível depreender um esquema que inicialmente poderia ser compreendido da seguinte maneira:

[LOCATIVO- SN ou SAdv] + [verbo de POSSE ou EXISTÊNCIA] + [SN que se relaciona com o verbo na forma de argumento interno].

Quadro 19: Relação entre posse e existência I.

A oscilação entre a construção possessiva e a existencial, portanto, ocorreria, além, é claro, da variação verbal, também pela forma como o locativo se apresenta: ou como SN sujeito (“possuidor”, nas palavras de Camara Jr.) ou como SAdv (“cenário”, segundo o mesmo autor). Este esquema pode nos ajudar a entender hoje flutuações como:

*Minha rua tem um hospital.* [LOCATIVO- SN sujeito] + [verbo DE POSSE] + [SN objeto]  
*Tem um hospital na minha rua.* [verbo de EXISTÊNCIA] + [SN objeto] + [LOCATIVO- SAdv]

Quadro 20: Relação entre posse e existência II.

Notemos que a dissecação da relação entre posse e existência permite-nos explicar uma grande série de oscilações de construções que no PB são tomadas por sinônimas. É verdade que a questão do ordenamento dos constituintes também

exerce interferência importante na análise da própria possibilidade da flutuação acima apontada. A respeito disso, já reservamos reflexões neste trabalho.

Sobre o termo que aqui denominamos *locativo*, pensando em termos estritos de papel temático, tomando por referências Gasser (s.d.) e Perini (2006), apontaríamos, então, as classificações de *locação* ou mesmo *recipiente*, para o primeiro autor; e *local* para o segundo.

Quanto às razões que levaram, no PB, *ter* a ocupar o lugar de *haver*, detemos-nos a elas no próximo item, quando da análise específica de *ter* e *haver* existenciais.

## 6.5 Análise dos verbos impessoalizados

### 6.5.1 *Ter* e *haver* existenciais

Tomando por premissa todas as considerações que já fizemos no item anterior sobre os verbos aqui em discussão, atenhamo-nos à relação histórica entre ambos em língua portuguesa. Para tanto, precisamos considerar dados importantes para um cenário diacrônico desses verbos. Como estamos a tratar de dois verbos que compartilham de um vasto histórico de construções possessivas na história da língua, recuamos, então, nosso enfoque para tal ponto ancestral ao valor existencial que mais tarde passariam a desempenhar na língua.

No séc. XIV, o verbo *aver* é plenamente possessivo. No *corpus* com que Silva (1989) trabalha este é o verbo mais registrado para posse e o segundo para existência, sendo suplantado por *seer*. *Teer* também ocorre nesse período com valor possessivo, mas, em frequência, muito abaixo da encontrada com *aver* (há 803 casos para *aver* e apenas 119 para *teer*). Nesse cenário, *teer* ocorre basicamente para indicar a posse de bens materiais, de objetos exteriores ao possuidor. Já *aver* sempre aponta a posse de qualidades inerentes, não adquiríveis (características ou estados físicos). Há ainda um terceiro tipo de relação de posse que de forma esmagadoramente majoritária circunscreve-se nos domínios de *aver*: posse como aquisição de qualidade/bens imateriais, intrínsecos ao possuidor (traços morais, espirituais, intelectuais, etc.). A autora aponta que não se deve deduzir de tais dados

uma distribuição complementar entre os dois verbos. Isso pode ser observado na última relação citada de posse em que, apesar de majoritário, *aver* aí convive livremente com *teer*, o que pode ser lido como contexto de mudança em curso— que, de fato o foi, tanto que o último recobriu o espectro possessivo português.<sup>209</sup>

Já no português quinhentista, segundo Silva & Machado Filho (2002), verificamos o seguinte quadro sobre *haver* e *ter*: variação nas construções possessivas, nos tempos compostos e nas construções existenciais.

Exploremos primeiro as relações de posse. No séc. XVI, a ocorrência de *ter* em relações de posse de bens/características adquiríveis imateriais avoluma-se, fazendo desse o verbo prototípico para tais construções. E mesmo no contexto de propriedades inerentes, em que no séc. XIV *teer* não registrava uma única ocorrência, agora já é *ter* o verbo majoritário. Adaptamos abaixo o quadro comparativo a partir de Silva & Machado Filho (2002)<sup>210</sup> de comparação das ocorrências de *ter* e *haver* possessivos, considerando apenas as relações de posse de bens adquiríveis materiais (PAM) e adquiríveis imateriais (PAI).

TER E HAVER EM RELAÇÕES DE POSSE- SÉC XIII AO XVI					
Séculos/contextos		XIII	XIV	1500	1540
PAM	<i>haver</i>	70%	20%	11%	14%
	<i>ter</i>	30%	80%	89%	86%
PAI	<i>haver</i>	85%	80%	45%	5%
	<i>ter</i>	15%	20%	55%	95%

Quadro 21: *Ter* e *haver* em relações de posse- séc. XIII ao XVI.

Verifica-se nitidamente uma inversão entre *ter* e *haver*, do ponto de vista do uso, nessas duas ordens de relações possessivas entre o séc. XIII e meados do XVI. O contexto de mudança a que havíamos nos referido, verificado mormente no contexto dos bens adquiríveis imateriais, encontra-se no séc. XVI alastrado de forma categórica. Perceba-se que a tabela acima ainda nos fornece informações adicionais sobre o séc. XIII, quando então *ter* era minoritário, em ambos os contextos observados. Sem fornecer os dados estatísticos, dizem os autores que o contexto

<sup>209</sup> Afora, claro, o verbo *possuir*, de produtividade muitíssimo mais baixa na língua. No *corpus* de Silva (1989) sobre o português trecentista, em mais de mil ocorrências para verbo de posse, *possuir* (*possoir*) é registrado uma única vez.

<sup>210</sup> *Op. cit.* p. 126.

referente às características inerentes “é categoricamente preenchido por *haver* na documentação dos séculos XIII e XIV e categoricamente por *ter* em 1500 e 1540. Como se pode depreender, no séc. XVI, *ter* já pode ser considerado o verbo prototípico para posse, ao passo que *haver* vai sendo daí desalojado.

Agora, vejamos a relação entre os dois verbos em estudo no que concerne aos tempos compostos. No período arcaico da língua, o tempo composto era formado por *ser* mais o particípio de verbos não transitivos, conforme já vimos. No português moderno, surge a possibilidade de *ter* e *haver* seguidos de particípio. Em verdade, já no séc. XV, conviviam ambas as estruturas, em distribuição complementar, quando encontramos flutuação na língua envolvendo *ter* e *haver* formando tempos compostos com nível de gramaticalização menor do que o atualmente verificado, uma vez que tínhamos aí o que hoje seria o verbo principal sob a forma de um particípio de traços mais nominais do que verbais— diferente da atualidade— em concordância com o complemento direto do verbo, demonstrando “aptidão” adjetiva desse particípio (*Tinha feitas grandes loucuras*).<sup>211</sup> Em termos de descrição gramatical, baseando-se em João de Barros fundamentalmente, os autores reconhecem as locuções de tempo composto com *haver* como de futuridade e a com *ter*, associada ao pretérito. Aí o grande fenômeno de mudança não diz tanto respeito a contraposições entre *ter* e *haver*, mas ao fato de que no séc. XVI as construções com os dois verbos já correspondiam a 23% dos usos verificados com verbos não transitivos, terreno preteritamente exclusivo de *ser* para essas construções compostas.

Em variação desde pelo menos o séc. XV, em construções-suporte, já no séc. XVI, o uso de *haver* aí se torna raro (*haver medo, haver vergonha, etc.*).

Vejamos, então, o contexto existencial, nosso maior ponto de interesse. Já sabemos que o verbo básico para existência no séc. XIV é *seer*, mas também se dá em tal acepção *aver*. Informam-nos Silva & Machado Filho (2002) que, já nos séculos IV e V, encontra-se documentado o uso de *habere* como existencial em latim vulgar.

Já no séc. XVI, a hegemonia existencial cabe claramente a *haver*, não mais se verificando *ser* em tal uso, exceção feita a construções que são interpretáveis

<sup>211</sup> É bastante plausível a discussão se, em face dessa estruturação tão pouco gramaticalizada, procede se falar em tempo composto. Possivelmente, o mais prudente e analiticamente acertado seja se considerar o tempo composto como tal só a partir do momento em que a citada concordância deixa de existir (*tinha apresentadas as questões x tinha apresentado as questões*). Para efeitos de simplificação, falamos então de tempo composto tomando essa sua forma ancestral com *ter* e *haver*.

como arcaísmos/rebuscamentos. É interessante notar que nas diferentes fontes consultadas pelos autores— textos de João de Barros, a carta de Caminha, cartas dos escrivães do Rei— o que se constata é um uso categórico de *haver* como existencial e usos residuais tanto de *ser* quanto de *ter* em igual acepção, o primeiro com valor de arcaísmo, o segundo, de inovação.

A variação entre *ter* e *haver* existenciais se mantém na língua ao longo dos séculos seguintes. Para Avelar & Callou (2007), o marco da superação de *haver* em terreno existencial no PB (já que em PE tal fato não se verifica) pode ser situada no séc. XIX. Já a motivação para tal mudança repousaria na erosão da malha flexional verbal do PB, como observam:

[...] a causa da substituição de ‘haver’ por ‘ter’ pode estar num conjunto amplo de mudanças, originadas pelo enfraquecimento da concordância, observadas no português brasileiro a partir do século XIX. (AVELAR ; CALLOU, 2007, p. 383)

Os autores ilustram a diferença de percepção entre a acepção possessiva do PE para *ter* e a existencial do PB, a partir de um exemplo recolhido da autora Mary Kato que aqui também reproduzimos.

- a. João: Tem uma tesourinha?  
 b. Mary: Tem.  
 c. João: ‘Tem’, não. ‘Tenho’.  
 d. Mary: Não, é ‘tem’ mesmo.

Quadro 22: KATO, 2004 *apud* AVELAR, Juanito & CALLOU, Dinah. *Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro*. In: CASTILHO, Ataliba et alii (org.) *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. São Paulo: Pontes, 2007.

Para tais autores, a formação de contextos que denominam opacos foi o que possibilitou a leitura de *ter* como existencial. Em seguida destacam esses contextos de ocorrência do verbo *ter* em língua portuguesa, em documentos do século XVII, entre valores de possessividade e existencialidade. Se correta a ideia da opacidade agora exposta, pode residir aí a transição para o que, na gramática do PB, passou a vigorar exclusivamente com a ideia de existência. Dentre os exemplos listados, trazemos estes para ilustrar tal opacidade:

e assim ia que não pode tratar-se do pasado deuia a **Sancta Caza da Mizericordia**  
 [...] ver as desconuencias que **tinha**. — texto notarial/1691

pello dito Capitam Sebastião Mendes da Silveira me foi dito em prezença delle testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, que **elle** esta de posse paçifica do Emgenho e terras que **tinha** na guaratiba. [grifos dos autores] – texto notarial/1660 [grifos dos autores] (AVELAR ; CALLOU, 2007, p. 385. Grifos dos autores.).

Defendem que construções como as anteriores passaram a ser interpretadas de forma distinta para falantes de PB e PE.

Retornando ao nosso exemplo de opacidade entre contexto existencial e possessivo, em Avelar & Callou (2007), um falante de PE interpretaria o verbo *ter* como regido pelos (possíveis) SNs sujeitos, pelos autores, grifados. Já um falante de PB, interpretaria o mesmo exemplo como existencial, uma vez que, devido à redução flexional, a variedade americana do português estaria em pleno processo de constante explicitação do pronome pré-verbal, pois a flexão sintética pode indicar mais de uma pessoa em nosso quadro de enxugamento flexional progressivo. Quint (2008) chama a atenção para o fato de esse fenômeno ser atestado em várias outras línguas latinas, como occitano, francês, espanhol argentino, romeno. Tal processo estaria, portanto, a afastar o PB do chamado *parâmetro de sujeito nulo*.<sup>212</sup> Assim, diante de uma forma verbal *tem*, não precedida por pronome e, em função das matrizes conceptuais que aproximariam existencialidade de possessividade, ou ainda, segundo a explicação de Camara Jr., ou mesmo diante de nossa sistematização proposta para dar conta da simbiose entre estes dois contextos, o que se verifica é uma inequívoca prevalência de *ter* existencial que se encontra em estágio já bastante consolidado em nosso português.

O raciocínio desenvolvido por Avelar e Callou (2007) parece-nos bastante pertinente. A grade flexional do PB sofreu e sofre ainda uma redução a olhos vistos que preserva, em alguns contextos de uso, tão somente a oposição 1ª pessoa *versus* demais pessoas, conjugadas pela forma da 3ª. Para utilizarmos uma forma verbal regular e distinta das que vêm sendo analisadas:

CONTEXTOS MAIS INFORMAIS E, FUNDAMENTALMENTE, ORAIS E ESPONTÂNEOS DE USO		
PESSOA	SINGULAR	PLURAL

<sup>212</sup> O *parâmetro de sujeito nulo* é uma nomenclatura consagrada, sobretudo, em estudos gerativistas e faz referência à propriedade que línguas de grade flexional ampla possuem de não precisar explicitar o sujeito pré-verbal, quando o mesmo vem expresso pela flexão sintética verbal. É língua prototípica de parâmetro de sujeito nulo, por exemplo, o PE. O PB estaria, portanto, a se afastar de tal parâmetro. A respeito do tema em PE, remetemos o leitor a LOBO, Maria. *Fenômenos relacionados com o parâmetro do sujeito nulo em português*. XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza. Palermo: 1995.

1ª	Eu <b>chego</b>	Nós <b>chega</b>
2ª	Tu <b>chega</b> / Você <b>chega</b>	Vós (forma pronominal e flexão efetivamente fossilizadas em PB <sup>213</sup> )/Vocês <b>chega</b>
3ª	Ele <b>chega</b>	Eles <b>chega</b>

Quadro 23: Flexão verbal em PB em contextos mais informais.

Claro que aqui partimos para um contexto extremo que apresenta grande grau de enjugamento da escala flexional que já se configurou em língua portuguesa. Precisamos considerar o quadro acima em termos tendenciais dentro do PB. Aí está a erosão flexional que se pode verificar mais facilmente em contextos plenamente informais e fundamentalmente orais. Em outras variações de uso, encontramos duas flexões funcionalmente distintivas para singular e outras duas para plural. Poderíamos, então, ter<sup>214</sup>:

CONTEXTOS MAIS FORMAIS E MONITORADOS DE USO		
PESSOA	SINGULAR	PLURAL
1ª	Eu <b>chego</b>	Nós <b>chegamos</b>
2ª	Tu <b>chega</b> / Você <b>chega</b>	–/Vocês <b>chegam</b>
3ª	Ele <b>chega</b>	Eles <b>chegam</b>

Quadro 24: Flexão verbal em PB em contextos mais formais.

Mesmo nesta última possibilidade, teríamos então um sistema marcadamente em redução no PB. Corroboram tal visão vários autores, dentre os quais, destacamos: Quint (2008) e Duarte (2003).

Como Camara Jr. já destacara e já mencionamos, a redução da teia flexional em língua portuguesa se inicia no elo mais fraco da corrente: os pronomes de 3ª pessoa que mantêm vivas características nominais, como flexões de gênero e número, sendo, assim, os pronomes menos pronominais dentre aqueles que compõem o caso reto. Tal fato é verdade para o PB ou para o PE, como nos informa Lobo (1995) ao atestar a oposição *Estou doente/ Estás doente x \*Está doente*. Também não é à toa que, por meio da flexão de 3ª pessoa outros pronomes/expressões vêm ocupando funcionalmente o *status* de retos, como ocorre com as formas *você* e *a gente*. Nesse caso, a fragilização do paradigma flexional é

<sup>213</sup> O referido desuso também é verificado em PE, como atestam dados presentes em QUINT (2008).

<sup>214</sup> Claro que entre os dois quadros há flutuações intermediárias na efetivação das flexões influenciadas por diversos fatores de variação linguística.



ainda fragilizado por mais um fator. Esses novos pronomes retos são flexionáveis em 3ª pessoa, mas ocupam a posição paradigmática, respectivamente, da 2ª pessoa do singular e da 1ª do plural.

Eis as razões que trouxeram *ter* decididamente para o plano existencial. Agora tratemos da hegemonização desse terreno por tal verbo. Sobre a supremacia de *ter* sobre *haver*, Duarte (2003), registra a seguinte hipótese: “de que a preferência por *ter* em detrimento de *haver* seria explicada justamente pela possibilidade da construção pessoal, com o alçamento do locativo para a posição de sujeito.”<sup>215</sup> Tal colocação confirma a visão exarada por Azeredo (2008) de que a forma *há* encontra-se cristalizada em PB. Ainda segundo Duarte (2003), *ter* supera *haver* mesmo em contextos formais. Segundo a mesma autora, sobre o uso de *haver* “seu contexto de resistência está particularmente ligado a “extensões predicadas mais abstratas””, o que contribuiria para algum nível de distribuição complementar entre os dois verbos. Sobre tal complementaridade, cabe ressaltar dados históricos que Franchi *et al* (1998) trazem-nos sobre as formas *haver* e *ter*, a partir da acepção possessiva dos mesmos:

[...] este [haver] é o que se prefere quando a relação de posse se estende à expressão de estados inerentes ao sujeito e de qualidades intrínsecas ao “possuidor”; aquele [ter] se especializa na expressão da posse de objetos exteriores ao possuidor, sobretudo quando esta implica traços de agentividade ou causa. (FRANCHI et al., 1998, p. 14)

Retornando a Duarte (2003), também somos informados de que o verbo *haver* persiste com dados de ocorrência um pouco mais expressivos em falantes acima de cinquenta anos de idade, atestando assim, uma mudança linguística marcadamente geracional. E é taxativa, em total concordância com o que nos informam Avelar & Callou,<sup>216</sup> ao afirmarem “o fato de *haver* já não fazer parte do processo natural de aquisição da linguagem”, o que já foi por nós apontado. Além desses fatores, a coincidência fonológica com as formas do artigo feminino singular e da preposição ‘a’ que redundam em dificuldades também na escrita, pode em menor grau também *haver* contribuído para que essa forma tenha sido preterida em favor de *ter*.

<sup>215</sup> VIOTTI, Evani. *A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil*. Tese de doutorado, USP, 1999 *apud* DUARTE (2003).

<sup>216</sup> AVELAR & CALLOU: 2007, p. 387.

### 6.5.2 *ser e estar*

Agora, voltemos a *ser* e *estar*. Recordemos que já tecemos considerações sobre os papéis existencial, historicamente ocupado pelo primeiro verbo, e locativo desempenhado por ambos, primeiro por *seer* e depois por *estar*. Também já tratamos de ambos como verbos de estados permanente e transitório, mais uma vez registrando primeiro *seer* e depois, *ser* para a primeira acepção e *estar* para a segunda. Já destacamos também a ampla gama de utilizações do verbo *ser*, em diversas construções sintático-semânticas no séc. XVI, demonstrando, assim, o elevado nível de gramaticalização dessa forma verbal. Para novamente ilustrarmos:

- verbo pleno, significando *estar sentado*;
- como verbo existencial;<sup>217</sup>
- em estruturas clivadas (mais comuns hoje do que no português arcaico);
- como verbo de cópula, indicando tanto estado permanente quanto transitório;
- como auxiliar de tempos compostos de verbos não transitivos (*E, seendo el falando comigo e com outros, saiu-lhi a alma do corpo*<sup>218</sup>)
- como auxiliar da voz passiva;
- como verbo de construções locativas;
- como indicador de posse, junto da preposição *de*.

Faz-se agora oportuno cotejar tais usos com os atuais, pois que verificamos para *ser* hoje estas possibilidades:

- como verbo funcional de papel predicativo, em construções impessoais acidentais;
- em estruturas clivadas;
- como verbo de cópula, indicando tão somente estado permanente;
- como verbo vicário;
- como auxiliar da voz passiva;
- como indicador de posse, junto da preposição *de*.

Há pelo menos mais uma possibilidade de construção para *seer* que não registramos, aquela em que o mesmo forma locuções verbais com gerúndio, verificadas já no desde o século XIII (... *ante aqueles que hi siiam comendo/ Seu*

<sup>217</sup> Encontramos hoje resquício de *ser* existencial na fórmula cristalizada *Era uma vez...*

<sup>218</sup> SILVA: 1989, p. 452.

*irmão Gregório seendo hũũ dia comendo, viu a alma de seu irmao*<sup>219</sup>). Construções similares são registradas também com os verbos *andar*, *estar*, *jazer* e *ir*. Em grande parte dos exemplos coligidos, Silva (1989) põe em dúvida se tais casos correspondem a uma efetiva locução verbal ou, se antes, são uma sequência de verbos. Daí a razão para não termos citado tal caso como acepção sintático-semântica categórica para *ser*, em termos históricos. A respeito do conjunto de verbos que aí alternam com *seer*, é possível supor variação aspectual, desde que se considere a hipótese de locução. Em caso contrário, há de se admitir seus sentidos plenos, quais sejam: *andar*, deslocar-se com os pés; *estar*, estar parado de pé; *ir*, deslocar-se em oposição a um determinado ponto; *jazer*, estar parado deitado e o próprio *seer*, estar parado sentado. Se tais formas compunham locuções ou não talvez não seja resposta fácil de se dar sem o auxílio da intuição do falante. Sobre especificamente a forma *seer*, a autora demonstra propensão a considerar aí uma sequência verbal não formadora de locução, devido ao fato de as formas de tal verbo que são encontradas em seu *corpus* serem originárias de *sedere* (*siam* e *seendo*) e não de *esse*. É curioso notar como *jazer* perdeu-se totalmente na língua, restando como resquício apenas no eufemismo para *morrer*, gramaticalizado no presente do indicativo.

Voltando a *ser*, como seu grau de gramaticalização é profundo e muito ancestral na língua, ele se encontra hoje bastante deslexicalizado. Sua acepção básica parece-nos a de cópula, papel que prototipicamente divide com *estar*, em divergência aspectual, em que se ressaltam justamente os traços de permanência cabendo àquele e de transitoriedade, a este. É a relação de cópula que se manifesta no aporte para construção fenomenológica. Já explicitamos que, nesse caso específico, preferimos falar de papel predicativo, já que estaria estruturalmente ausente o primeiro termo da cópula, o sujeito. Mas, em que pese esse cuidado terminológico, temos aqui que reconhecer que a base sintática em que se assentam tais construções é a de cópula, por meio de um processo de profunda abstratização, demandada semanticamente. No mais, guardemos todas as observações já feitas por Benveniste (2005) acerca da relação de cópula, bem como por Avelar e Callou (2007) que a relacionam às ideias de posse e existência, em termos de cognição.

Não percamos agora de vista a mudança histórica que, dentro da relação de cópula, restringiu *ser* ao campo do estado permanente. Como sabemos, em

<sup>219</sup> SILVA: 1989, pp. 450-451.

português arcaico, *ser* é o verbo denotador de estado por excelência. Além desse, nesse período, podemos também encontrar *semelhar* e *parecer*. Silva (1989) também aí lista o verbo *representar*, com uma única ocorrência em todo o *corpus*. Entretanto, esse único exemplo não nos convenceu suficientemente da natureza copulativa da relação aí estabelecida (*Representa a igreja a resurreiçon.*). Em tal período, o verbo *estar* só apresenta acepção de verbo pleno, tal qual seu ancestral latino *stare*.

É em meados do séc. XVI apenas que *ser* deixará de ser o verbo de estado transitório. Analisemos então a situação de sua atual contraparte, *estar*. Nesse mesmo séc. XVI, *estar* é verificável nos seguintes usos:

- inovador como verbo de cópula atribuindo ao SN sujeito a ideia de estado transitório;
- como verbo nocional pleno, conforme já foi aqui mencionado;
- como auxiliar, seguido de participípio, expressando o aspecto concluído;
- também como auxiliar, seguido de gerúndio, com valor de processo em curso.

Sabemos que seu uso como verbo pleno se perdeu e que, a exemplo do que ocorrera com *ser*, estendeu seu papel predicativo às perífrases fenomenológicas e demais usos impessoais acidentais. As restantes aplicações do verbo encontram-se preservadas no português atual. A essas se soma, o valor locativo do qual destituiu *ser* em grande parte.<sup>220</sup>

Segundo Silva (1989)<sup>221</sup>, a mudança, nas construções de estado transitório, de *ser* para *estar* inicia-se nos contextos locativos. Já no século XIII, é possível constatar a presença de *estar* em um número não desprezível de registros (de acordo com os dados da autora, cerca de um quarto dos exemplos obtidos para relações locativas, ou mais precisamente, 24%). Já no século XVI, *estar* corresponderia à quase totalidade do verificado em tais construções, comportando-se *ser* como arcaísmo, como demonstram dados recolhidos nas fontes já aqui mencionadas do século XVI (*ser* corresponde a apenas 7% de tais construções)<sup>222</sup>.

Para a autora, a razão que leva *estar* a suplantar *ser* na expressão do valor transitório reside no próprio étimo dos dois verbos. O primeiro, proveniente de *stare*

<sup>220</sup> Não esqueçamos que ainda possuímos *ser* locativo (*Essa feira é em Ipanema*). Segundo Castilho (2010, p. 398), a diferença de sentido entre os enunciados *O telefone está na sala* e *O telefone é na sala* é que no primeiro se trata de um telefone móvel, ao passo que no segundo, de um fixo.

<sup>221</sup> *Op. cit.* p. 109.

<sup>222</sup> *Idem: ibidem.*

traz agregado consigo tão somente o traço da transitoriedade, em sentido histórico. Já o segundo é a confluência de um verbo de corte transitório, *sedere* e de um de traço permanente, *esse*. Assim, segundo ela, em um corte diacrônico, este se especializa em atributos permanentes, ao passo que aquele, em transitórios.

Não podemos deixar de comentar, nem que seja a título de curiosidade, o fato de a distinção entre *ser* e *estar* ter se iniciado nos contextos locativos. Tais contextos, segundo ajuizamos, exercem papel destacado na inter-relação também entre posse e existência.

Retornando às relações de estado expressas por *ser* e por *estar*, em meados do séc. XVI, o que se verifica é a presença de *estar* em aproximadamente três quartos das construções de estado transitório levantadas pela autora. Ela considera tão importante para a língua portuguesa esse marco sintático-semântico que propõe que aí, a partir de um dado da história interna da língua, fique demarcada a separação do período arcaico para o moderno.

Destaquemos, enfim, que *ser* e *estar*, de formas outrora plenas e hoje intensamente gramaticalizadas, contribuem com o quadro da impessoalidade no que concerne às já apontadas perífrases fenomenológicas. Não esqueçamos que, esses dois verbos, prototípicos das relações de estado, estendem a possibilidade da perífrase gramatical ao conjunto de verbos predicativos, uma vez que aí passa a estar em jogo a relação abstrata de cópula, aspectualizada por cada um desses verbos.

Além desse papel, também constatamos impessoalidade acidental em construções fora do escopo fenomenológico em construções como *Era a oportunidade de mudanças/ Era a hora do tão aguardado descanso/ Está no momento de repensar essas atitudes*.

No caso específico de *ser*, temos também as relações de indicação de tempo cronológico (horas, datações). Em tais situações, como já dissemos, a Gramática Tradicional indica que o verbo, tomado aí como equativo, em que pese a ausência de SN sujeito, concorde com o numeral indicado em seu predicado. Parece-nos que a simples insistência da Gramática Tradicional nesse aviso é denotativo do curso natural e real da língua, que, em situações espontâneas de uso, mostra-nos reiteradamente *É dezessete de novembro* ou *Agora é duas horas*. Com certeza, há nos contra-exemplos a tais realizações níveis crescentes de monitoramento linguístico que levam à pluralização da forma verbal aí presente, ainda mais se

considerarmos que estamos diante de um caso em que a saliência fônica entre singular e plural é gigantesca.

Sobre *estar*, vale ainda a pena destacar que em sua forma reduzida vastamente produtiva em PB, *tá/tava/tou ou tô*, etc. estamos, provavelmente, a constatar mais um exemplo de gramaticalização desse verbo. Afinal, hoje verificamos inclusive ambiguidade em enunciados como: *Se tivesse desse jeito mesmo, eu te falava*. Lógico que, além de um contexto para a sentença, o maior de todos os desambiguadores que há, não podemos ignorar a dupla possibilidade de leitura, como *estar* ou como *ter*.

### 6.5.3 *ter, haver e fazer* temporais

Há ainda mais uma acepção impessoal de *ter* e *haver* que é aquela verificada quando da expressão de tempo decorrido, assim tratada tanto pela Gramática Tradicional quanto por estudos linguísticos *stricto sensu*. Nessa acepção, os dois verbos concorrem com *fazer* também aí utilizado e produtivo. Reconhecemos em tal uso também uma afinidade semântica em nível conceptual com a expressão existencial. Subsidiemo-nos para o estudo dessa questão em Vieira (2008). Segundo a autora, a estrutura básica correspondente à expressão da temporalidade para os três verbos é a seguinte:

<b><i>Haver/Ter/Fazer + SN<sub>temporal</sub> + (que)</i></b>
---

Quadro 25: *Haver/Ter/ Fazer* temporais (Vieira, 2008).

Em que o SN temporal pode corresponder à expressão designatória de tempo contável ou não, como:

***Faz um tempão que não te vejo.***

***Há quatro anos não vou a Belo Horizonte.***

As divergências entre a construção existencial e temporal de *ter* e *haver* começam pelo contraste *locativo x expressão temporal*. No entanto, não podemos perder de vista que a direção de gramaticalização da língua, em termos conceptuais, parte do espacial, passa pelo temporal e atinge o nocional.<sup>223</sup> Portanto, ao aparente

<sup>223</sup> Cf. PONTES (1992).

contraste deve-se atribuir o valor de *continuum* conceptual. Por outro lado, a facultatividade do uso de *que* integrante é outro dado que afasta construções espaciais e temporais. Além disso, a própria equivalência com *fazer*, nessa acepção, é impossível naquela; apesar do alerta que a autora faz de que tal equivalência entre os três verbos é muito mais característica do PB do que do PE o qual, inclusive, não atesta o uso de *ter* nas construções temporais.

A norma culta orienta a utilização tão somente da 3ª pessoa do singular para tais formas. Ainda assim, encontramos realizações como: *Já fazem três dias que te mandei o texto*. Mas que tal flexão só ocorra com o verbo *fazer* é compreensível. Notemos que prevalece, para os três verbos, a utilização do tempo presente. Como já frisou Said Ali, a forma *hãõ* tende ao ostracismo em nossa língua e, quanto ao verbo *ter*, ocorre, ao menos na fala do PB, coincidência fonológica entre as formas de singular e plural do verbo. Contudo, a ocorrência de plural, por si só, não é indicativa de sujeito, uma vez que a mesma se dá nas formas, principalmente, dos pretéritos do verbo *haver* existencial, não sendo fator decisivo para atestar, em tal situação, a existência ou não de sujeito, uma vez que se pode detectar aí hipercorreção. Fatores mais sólidos para pôr em xeque a impessoalidade dessa utilização temporal de *fazer*, *ter* e *haver* são que:

- o SN, diferente do que ocorre na acepção existencial, não admite substituição por pronome átono. Para tal exemplificação, utilizamos o mesmo exemplo dado por Vieira:<sup>224</sup> *Fará quarenta dias que não chove e que não venta. \*Só não os fará se acontecer um milagre!* Nesse caso, atentemos que a substituição por pronome átono implicaria a ocultação da expressão de tempo, determinante para a própria existência da construção e que atribui semanticamente ao verbo o corte temporal.
- Pode haver anteposição do SN (que expressa ideia temporal): *Muito tempo faz/há que estou nesse emprego*. No entanto: *?Muito tempo tem que estou nesse emprego*. A construção com *ter* e SN anteposto nos gera dúvida quanto à sua aceitabilidade.

O fato de nenhuma das três formas se apresentar procedente fora da 3ª pessoa também é mais um fator que suscita dúvidas. Embora tenhamos uma série

---

<sup>224</sup> *Op. cit.* p. 193.

de construções que se comportam de igual forma e não são impessoais, aceitando sujeito pronominal ou oracional: *Convém/ É bom, preciso, necessário, etc.*

Nesse ponto, repousa uma importante reflexão que precisamos fazer. Parece-nos que o mais lúcido com relação a essas construções temporais é admitir-lhes um processo de impessoalização em curso na língua. Em uma escala de impessoalidade, são formas menos marcadas do que aquelas verificadas em construções existenciais. Afinal, tal qual se dá com as construções do parágrafo supracitado, podemos encontrar nas construções temporais, conforme os exemplos apreciados, sujeito oracional representado na subordinada posposta que os acompanha e que pode ou não ser introduzida pela conjunção integrante *que* (logicamente se a subordinada estiver anteposta, já não cabe a presença do conectivo: *Não te vejo faz um tempão.*). De todo modo, temos aí construções que já não aceitam sujeito prototípico e, mais do que isso, frequentemente o constroem posposto, o que pode soar como reforço a um curso de impessoalização, ainda mais se considerarmos que tal processo se verifica com verbos já bastante gramaticalizados e dois deles em processo talvez analógico ao verificado nas construções existenciais. Lembremos que *fazer* também é amplamente atestável em orações sem sujeito, em perífrases fenomenológicas, em que se comporta tal qual um autêntico verbo-suporte (papel que desempenha vastamente na língua), em construções como *Parece que vai fazer tempo bom/ Fez um frio medonho na Serra no último fim de semana, etc.*

Vieira parece confirmar nossa reflexão acerca de um estágio intermediário de impessoalização ao dizer:

Entende-se que, neste tipo de estrutura, **tais verbos funcionam como elementos semigramaticais que pertencem a uma categoria funcional híbrida** [...] que reúne propriedades que os relacionam às categorias de verbo predicador (em uma de suas extensões de sentido) e constituinte gramatical de expressão adverbial. [...]se situam no continuum de gramaticalização [...]. (VIEIRA, 2008, p. 194. Grifo nosso.)

Há outro traço levantado pela autora que mais uma vez instaura necessária reflexão sobre essas estruturas:

Outro processo de sua gramaticalização está no processo de especialização semântico-funcional que revelam, ao assumirem com o **SN temporal** (que **não tem**



**comportamento de “objeto afetado”**, característico de estruturas transitivas) uma unidade sintático-semântica com um significado específico (de “ter passado um determinado lapso de tempo, desde certo fato”). (VIERA, 2008, p. 195. Grifos da autora.)

Relembremos, no entanto, que, em relação a *ter* e *haver*, *de per si*, também não lidamos com objetos diretos típicos, sequer em sua acepção pessoal.

Há entre a utilização de *fazer* e *ter/haver*, nas construções temporais, diferenças semânticas que valem ser registradas. *Fazer* nos traz a ideia de completar-se um determinado intervalo de tempo: *Faz um mês que encontrei com Helena*. Já *ter* e *haver* enfatizam a existência de dado intervalo de tempo. E aqui, mais uma vez, há aproximação muito grande entre a acepção existencial e a temporal.

Por fim, chama a atenção, na investigação da autora, o fato de que, em construções temporais, *haver* corresponde, segundo dados da mesma, ao uso mais frequente. Intuímos que aí está a se dar processo de profunda gramaticalização, em que, como já dissemos, o verbo *haver* gramaticaliza-se no presente e, assim, vai perdendo, na percepção falante, o *status* de forma verbal e passa, devido também à realização fonológica coincidente, a ser tratado como a preposição *a*. Ainda podemos supor um quadro em que a forma *há*, em tais construções, esteja tão somente assumindo o valor de marcador temporal, destituída de maiores especificações morfossintáticas, corroborando então a gramaticalização daquele que é, indubitavelmente, um dos verbos mais deslexicalizados do português.

Há ainda mais uma questão em que desejamos nos aprofundar. Não realizamos levantamentos que deem conta da produtividade das construções em discussão se antepostas ou pospostas à outra oração com a qual dividem o período, mas, afirmando intuitivamente, indicaríamos, no mínimo, uma produtividade bastante alta das estruturas com oração temporal posposta. Inclusive é dentro de tais termos que Vieira (2008) trata toda a questão. Bem, reportemo-nos à célebre frase do compositor baiano e suas possíveis paráfrases:

- *Eu nasci há dez mil anos atrás.*
- *Eu nasci tem dez mil anos atrás.*
- *Eu nasci faz dez mil anos atrás.*
- *Há dez mil anos atrás (que) eu nasci.*
- *Tem dez mil anos atrás (que) eu nasci.*

- *Faz dez mil anos atrás (que) eu nasci.*

Eis-nos diante de um problema analítico. Nas construções em que a subordinada vem anteposta, já não conseguimos aí identificar um sujeito oracional. Pelo contrário, o que nos soa, principalmente, nessas sentenças com a temporal posposta é que estamos agora diante de uma oração principal seguida por uma subordinada adverbial temporal, sem sujeito em sua composição interna. Claro que podemos estar sendo seduzidos fortemente pelo próprio sentido dessas construções temporais. Mas analisemos mais detidamente a situação. O que percebemos no caso da oração temporal posposta é que aí a leitura existencial se faz pertinente e fica mais evidenciada do que na outra possibilidade de constituição frasal. Mesmo na hipótese de termos a temporal anteposta, a leitura de *haver* possibilitando um possível sujeito oracional é a mais frágil para sustentação das três versões de temporais antepostas. É provável que esteja em jogo nesse processo o marcadíssimo grau de gramaticalização de *haver* em contraposição a *ter* e *fazer*, de opacidades menores na língua. Assim, reformulamos então a nossa leitura, após a visagem de tais exemplos para uma que considere tais estruturas em um nível de “instabilidade” no percurso entre construções pessoais e impessoais que lhes submete a oscilações quanto ao comportamento, em si não prototípico, de combinação com a oração que lhes acompanha para a necessária formação do período composto— exigência estrutural da língua para que se expresse o valor temporal de tais formas.

Em face, dos supracitados dados e conclusões, reformulemos e ampliemos nosso ponto de vista sobre as **construções temporais com *haver*, *ter* e *fazer*. São construções em estágio híbrido na língua, só ocorrendo hoje em períodos compostos**. Sua análise varia em função da anteposição ou posposição à oração com a qual se combinam, o que, para nós, é confirmador da instabilidade sintática em que se inserem, da seguinte maneira:

- em construções com a oração temporal anteposta, a que consideramos mais comum, identificamos um sujeito oracional, na segunda oração, introduzido ou não pela conjunção integrante *que*, sobretudo para *ter* e *fazer*, pois ainda é possível aí resgatar, mesmo que parcialmente, algum sentido lexical para tais verbos. Já com *haver* em situações similares, verificamos um grande nó analítico, pois que não nos é possível relexicalizá-lo e as análises correntes que também lhe atribuem um

sujeito oracional em tal contexto, parecem-nos partir de uma premissa exclusivamente semântica para tanto. Talvez por conta disso, verifiquem-se, simultaneamente, dois processos na língua com relação aos temporais formados por *haver* e antepostos à outra oração do período composto. Em primeiro lugar, a intensificação de gramaticalização de *haver* que aí verificamos e sobre a qual já tecemos comentários. Além disso, também vemos aí uma marcada tendência a não nos valermos do conectivo quando da anteposição da temporal com *haver* (*Há quatro anos não vou a Minas* predominante em detrimento de *Há quatro que não vou a Minas*). Essa nossa última indicação, claramente, é de ordem intuitiva e, além disso, como registro de provável mudança linguística está sujeita a oscilações de várias ordens. Como temos destacado, o objetivo descritivo geral de nosso estudo tolhe, em parte, várias possibilidades de verificação que tornariam inviável tal descrição nos termos em que precisa se dar. Temos aí um caso de ambiguidade sintática, marcadamente para o verbo *haver*, a nosso ver, fruto da própria instabilidade denotadora de mudança em curso em tais estruturas.

- Em contrapartida, quando as temporais estão pospostas, só vemos como efetivamente possível a leitura dessas como destituídas de um sujeito em sua composição sintática interna. Dissemos que poderíamos estar nos deixando guiar por certo impressionismo semântico, mas, por outro lado, não podemos ser ingênuos a ponto de perder de vista que o próprio sistema linguístico se guia por tal caminho. Afinal, é pela demanda semântica, que os demais níveis da língua, incluída a sintaxe, operam. É pelos falantes que as mudanças viabilizam-se ao longo da história. E, por isso, sua intuição, mesmo quando falha do ponto de vista analítico mais estrito, pode ser indicadora de rumos a serem trilhados pela língua em seu percurso histórico. O que ocorre, nesse caso, é que o peso semântico temporal é, de fato, muito grande e pode estar a conduzir de forma resoluta tal modificação na língua, rumando a uma nova estrutura plenamente impessoal no português, agora afetando decididamente o plano do tempo.

Recorramos ainda a um interessante dado de comparativismo gramatical. Em português, em uma sentença como *Parece que ela está cansada*, procederíamos, pelo menos em termos de análise gramatical tradicional à seguinte descrição: a oração introduzida pelo integrante *que* corresponderia ao sujeito oracional do verbo *parecer*, constante na oração principal. Mas, há um problema em tal análise. Se *parecer* é copulativo, não lhe pode faltar o segundo termo da cópula. Admitamos que o primeiro lhe possa faltar, em uma estrutura predicativa sem sujeito. Estaríamos então diante de mais um caso sem sujeito? Na verdade, julgamos que esse *parecer* que aí se faz presente pode ser encarado como

modalizador e, nesse sentido, pleno. Mas, perfaçamos nossa exemplificação de comparativismo gramatical. Em inglês, em que não há verbos sem SN sujeito, ainda que expletivo, tal construção encontraria como equivalente *It seems that she's tired*. Ora, em língua inglesa, parece-nos que a subordinada corresponde claramente a um predicativo oracional e temos uma estruturação completa em sujeito e predicado para o período composto em análise. Mas, de todo modo, a considerar que o pronome *it* inglês está aí sendo usado em óbvio papel expletivo, é perturbador e indicador de necessidades de maiores análises das subordinadas portuguesas a descrição que hoje lhes atribuímos.

Ainda sobre o inglês, e ampliando tal reflexão ao alemão, é notável o nível de gramaticalização dos verbos equivalentes ao nosso *fazer*, respectivamente, *do* e *geben*. Aliás, na verdade, tais verbos são em parte correlatos ao nosso *fazer*, uma vez que em ambas as línguas essa nossa noção se desdobra nelas em dois verbos, estes sim, muitíssimo menos gramaticalizados, respectivamente, *make* e *machen*. Mas, esses dados sobre o inglês e o alemão revestem-se de mais sentido se pensamos na questão em termo cognitivos e se levamos em conta que nosso verbo *fazer* ainda se encontra em estágios intermediários de gramaticalização, como constatamos na abertura deste capítulo.

É também merecedora de destaque outra comparação, agora com o espanhol. Nessa língua, o verbo *hacer* encontra-se em variação com *haber* em construções temporais, pelo menos desde o Renascimento, quando se tem os primeiros registros de *hacer* temporal<sup>225</sup>. Para Toral (1992), *hacer* passa a ser usado, em detrimento de *haber*, primeiro nos contextos em que o tempo em questão correspondia a um número preciso, tal qual tivesse sido resultado, por exemplo, de um somatório (*Mi hijo hace dos años mañana*.<sup>226</sup>). A título de se trazer mais um dado para nossa reflexão, registre-se que, de acordo com a mesma fonte, a *Academia Española* considera que em orações como *Hoy hace tres años* a forma *hoy* corresponde ao sujeito de tal construção. Essa solução analítica, mesmo para língua espanhola, se considerarmos que, nesse caso, há contexto de grande transparência com o português, não nos parece nada pacífica. Por ora, basta informar que a própria autora apresenta problematizações em torno de considerar válido tal ponto de vista. Aliás, voltaremos à exemplificação similar, para a língua portuguesa, no

<sup>225</sup> Cf. TORAL (1992).

<sup>226</sup> LORENZO: 1992, p. 483.

capítulo VIII. Por ora, contentar-nos-emos em deixar esses três dados de cotejamento gramatical para reflexão de estruturas que no próprio português encontram-se, segundo nosso julgamento, em plena flutuação sintática.

No mais, entendemos que *haver* e *ter* temporais guardam similitudes com suas versões existenciais que carecem ainda de maior investigação. A própria questão da impessoalidade, tradicionalmente atribuída a tais formas é por nós aqui problematizada, mas, ao mesmo tempo, há motivos para nos assegurar que se trata de outro caso a ser analisado, também motivado pelas mesmas semântica e sintaxe dos verbos envolvidos.

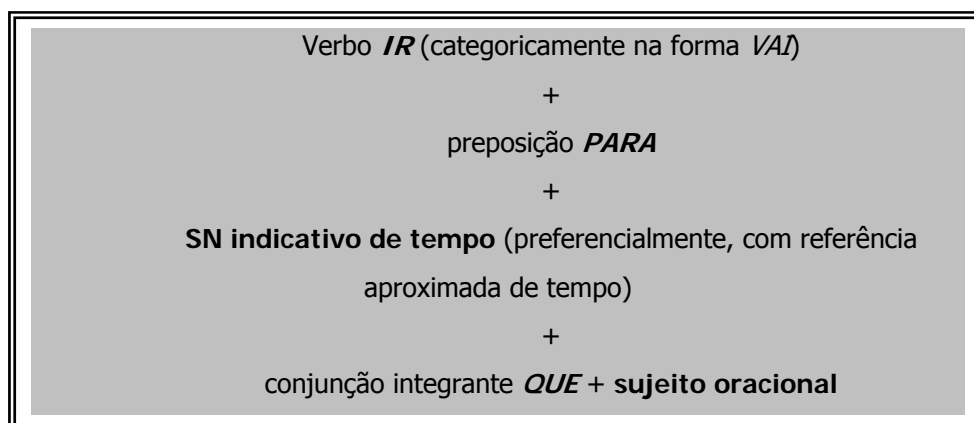
#### 6.5.4 *ir*

O verbo *ir* também é apontado como impessoal em construções temporais (*Vai para três meses que estou fazendo esse tratamento*). Mantivemo-lo em descrição à parte por acreditar que apresenta especificidades em relação aos três últimos vistos que fazem jus a um olhar em separado.

Antes, registremos que esse verbo em si contém como traço digno de nota o fato de se encontrar produtivo em seu sentido pleno, o qual é o mesmo desde o século XIII, como já observamos alhures. No usufruto desse mesmo sentido pleno, passa a se gramaticalizar, de forma também muito produtiva, na expressão da futuridade das duas formas correntes do indicativo, a do presente e a do pretérito. É assim que identificamos em um enunciado como *Vou dormir*, leitura ambígua entre as possibilidades de se deslocar para dormir e o sentido pleno de futuridade *dormirei*. Como dissemos, a gramaticalização de tal expressão de futuridade se dá no lastro do próprio sentido pleno do verbo, tanto que enunciados como *Vou ir*, em que pese serem de produtividade crescente, ainda são vistos, muitas vezes, como fontes de estranhamento— há de se considerar para tanto também o profundo monitoramento gramatical. Por outro lado, *Vou vir* não é digno do mesmo grau de estranhamento, o que, a se considerar o sentido pleno do verbo seria, em si, um paradoxo de toda ordem. Enfim, eis uma mudança linguística a plenos pulmões.

O verbo *ir* como referência temporal nas construções que aqui mais destacadamente nos interessam também transmite ideia de futuridade. Acrescente-se que tal verbo apresenta duas especificações muito fortes dentro de tais construções: não se constrói sem o acompanhamento posposto da preposição *para*

e, é categoricamente anteposto à oração com a qual forma período composto. A exemplo dos outros três verbos de referência temporal estudados, também só pode ser flagrado em períodos compostos. Aqui a leitura do sujeito oracional posposto soa-nos mais forte, uma vez que a anteposição da oração não se faz de forma marcada na língua, pelo contrário. Há pelo menos mais um fator que reforça a hipótese do sujeito oracional posposto nessas construções: a presença da conjunção integrante *que* é aqui taxativa. Note-se que as construções temporais com *ir* são de uso menos fluente na língua, o que pode contribuir facilmente com um curso mais lento em sua evolução. Também é de se notar a forma de presente do indicativo *vai* bastante cristalizada em tais construções, no mesmo roteiro de criação de ideia de futuridade que se verifica correntemente na língua. Pode-se detectar aí flexão, mas a mesma talvez não seja fruto de hipercorreção, mas facilitada pela própria condição híbrida que essas estruturas apresentam de conjunto a qual já falamos. Por fim, chama a nossa atenção o fato de o SN que se segue à preposição *para* trazer consigo, categoricamente, quantias mais ou menos precisas de tempo (*Vai p(a)ra três meses que não vou ao cinema/ Vai p(a)ra uns três meses que não vou ao cinema/ ?Vai pra um tempão que não vou ao cinema*). Assim, temos para as orações temporais aqui tratadas a seguinte sistematização:



Quadro 26: *Ir* temporal.

Bechara, Evanildo (2006a) registra, como também possível, a presença da preposição *em* ao invés de *para*. Não percebemos aí uso minimamente produtivo. Portanto não consideramos tal possibilidade.

### 6.5.5 *dar*

O verbo *dar* em português não se configura como de alto nível de gramaticalização. Por outro lado, de acordo com os critérios por nós postulados no início deste capítulo, ele é um verbo irregular, mais que isso, é um raro verbo irregular de 1ª conjugação. Em uso corrente, sua polissemia crescente chama a atenção:

- *Não deu pra chegar na hora.*
- *Deu no rádio que vai chover.*
- *Pra variar, deu Flamengo.*
- *Dá muita manga nesses pés.*
- *Você me deu o troco errado.*

Esses, dentre outros sentidos possíveis. Tal diversidade de uso, o que implica dado item linguístico tornar-se mais frequente na língua, é, em si, fator que pode ser indicativo de gramaticalização.<sup>227</sup> A nosso ver, é por esse processo que *dar* hoje passa no português. Notemos que nas quatro primeiras sentenças supracitadas, encontramos como traço em comum, além de algum nível de deslexicalização já perceptível, orações em que a forma mencionada não se relaciona a um SN sujeito. Logo, em todas essas acepções podemos apontar casos de oração sem sujeito construídos com verbo impessoalizado. Destacamos, como outro ponto coincidente, o sentido resultativo que pode ser daí depreendido. Já na última sentença, verificamos o sentido transferencial de origem de *dar*.

Ampliemos nosso olhar sobre o verbo. Comparemos, por exemplo, as orações *Aqui dá pé* e *Aqui dá peixe*. Qual é o papel sintático desempenhado pelos SNs *pé* e *peixe* em cada caso? No cotejamento das duas sentenças, percebamos que estamos diante de acepções distintas do verbo *dar*. A esse propósito, nenhuma das duas corresponde à acepção transferencial que rotula esse verbo no mesmo acervo de *entregar*, *distribuir*, *devolver* e congêneres, sua acepção de entrada na língua, em termos históricos. Na primeira, estamos a lidar com um corte semântico que familiariza o verbo em análise a *alcançar*, *conseguir*, *sustentar*. No segundo caso, lidamos com o *dar* resultativo cada vez mais profícuo no PB. Ocorre que, em *Aqui dá peixe*, vemos, com clareza, que o SN está circunscrito ao verbo *dar*, sendo seu argumento interno. *Peixe* é consequência do verbo *dar*. Já na primeira sentença, *pé* não se subordina ao verbo. Antes o rege. Em outras palavras, em *Aqui dá peixe*,

<sup>227</sup> Cf. GONÇALVES (2007).

*dar* tem o SN posposto como parte de sua malha argumental interna, ao passo que, na outra sentença, dá-se o contrário, sendo o SN argumento externo do verbo.

É a primeira acepção que vem se especializando impessoalmente no PB. Ainda é possível flagrar construções oscilantes entre a configuração pessoal e a impessoal (*Essa fazenda dá de tudo/ Nessa fazenda dá de tudo*), mas nesses casos identificamos que estamos mais diante de processo de alternância locativa que leva a, em nível superficial, uma oscilação dessa ordem do que propriamente diante de acepção pessoal e impessoal para o verbo *dar*.

### 6.5.6 *faltar*

Não podemos deixar de mencionar um caso que nos intriga: *faltar*. Há, em português, claramente, dois verbos *faltar*. Tomemos, como exemplo, as sentenças: *Falta professor na rede pública* e *Professor falta na rede pública*.<sup>228</sup> No primeiro caso, o verbo entremeia-se no campo semântico de ausência, de não existência; já no segundo exemplo, temos a acepção de ausentar-se, não se fazer presente (embora no último exemplo, sobretudo em linguagem oral e com a devida pausa que possa constituir o SN *professor*, como tópico, é admissível a outra interpretação também). Obviamente, existe uma grande proximidade conceptual entre os dois sentidos. Mas, de todo modo, o verbo a que aqui nos referimos é o da primeira acepção, em geral, com SN sujeito posposto. Em uma oração como *Falta sal nessa comida* parece-nos patente que o SN aí presente é um objeto. O problema de análise instaura-se ainda mais pelo fato de que a sustentação à impessoalidade encontra facilmente equivalência semântica, por meio da paráfrase *Não tem sal (suficiente) nessa comida*. Mas, nesse caso, passamos a operar fora do campo sintático, não tendo sequer como aplicar o princípio da opacidade como meio propiciador à impessoalização verbal, uma vez que, morfologicamente, *faltar* é, sem dúvida, regular. Há pouca reflexão sobre a possível natureza impessoal do verbo<sup>229</sup> em análise que, sem dúvida, precisa ser alvo de um olhar mais aprofundado. Mas, reiteramos que, no último exemplo dado, o SN em questão só pode se tratar de argumento interno do verbo.

<sup>228</sup> Mais complexa ainda é a análise desse caso se consideramos que na segunda construção há, de forma totalmente plausível, a possibilidade de leitura ambígua.

<sup>229</sup> Cf. BAGNO: 2009, pp. 167-170.



Bagno (2009) situa-nos na historicidade da construção com *falta*, por meio do exemplo *Falta ao senhor assinar a última página do contrato*, em que *ao senhor* corresponderia ao objeto indireto, o verbo *assinar*, ao sujeito, em formato oracional, aqui sintetizado no infinitivo e o restante da sentença, ao objeto direto. Segundo o autor, em posição com que nos identificamos, houve uma reanálise de construções desse tipo, resultando em: *Falta o senhor assinar a última página do contrato*, em que o verbo *faltar* passa a se apresentar em formato impessoal, já o restante da sentença seria analisada como *o senhor* sendo o sujeito, o verbo *assinar*, transitivo direto e *a última página do contrato* manter-se-ia como objeto direto, mas agora de uma estrutura em menor grau de complexidade sintática.

No entanto, precisamos estar abertos a outra interpretação sintática para tal construção a de que *falta* corresponde a um verbo pleno e que tem por sujeito o restante da oração, nesse caso, suprimindo o SN sujeito, em nível de complexidade estrutural maior. Mas por que supor que tal verbo possua SN sujeito ou equivalente se defendemos que para *ter* e *haver* existenciais, o SN era um objeto? Mais uma vez insistimos que não podemos desprezar a carga semântica de *faltar*, correlata a uma autêntica existencial *não ter/haver (em nível suficiente), não ter acontecido*. Mas, simultaneamente, enfatizamos que estamos a analisar *faltar* e não suas paráfrases semânticas e que é preciso investigar que possibilidades descritivas, em campo sintático, *faltar* oferece-nos. Antes de tudo, reconhecemos que, mesmo em nível semântico, é possível identificar em *faltar* uma relação também de posse, a qual pode ser inclusive parafrazeada por *possuir (Essa comida não possui sal suficiente—o estranhamento eventualmente propiciado por tal construção pensamos que decorre mais da baixa utilização do verbo *possuir* do que da construção em si)*. Além disso, percebemos uma diferença, em nível sintático, na comparação com os verbos existenciais impessoais que é o fato de *faltar* não admitir que o SN posposto assumira forma oblíqua. Claro que tal restrição, em um contexto de mudança efetiva, pode se modificar bastante. Mas essa é a situação que hoje vemos e que faculta, em que pesem os indícios de impessoalização em curso, outra interpretação. É nosso dever investigativo e científico estarmos abertos e observantes quanto a isso.

Para corroborar sua visão, Bagno (2009) cita exemplos diversos colhidos na imprensa brasileira e portuguesa que atestam tais construções, inclusive, com verbo categoricamente no singular, tal qual se verifica no caso da impessoalidade. Também indica que é a percepção de tal verbo como impessoal que faz dos

pronomes retos a tendência a acompanhá-los em posição posposta *Falta eu preencher a rifa*, em vez de *Falta-me preencher a rifa* (só aceitável em contexto de grande monitoramento linguístico). Notemos que, ao lado dessa acepção que, ao que tudo indica, de fato, está referenciada em padrão impessoal, também temos construções em que *faltar* é tomado pessoalmente e plenamente conjugável nas várias pessoas, dentro das possibilidades ora plausíveis no PB: *Eu só faltei gritar pra ele me ouvir*. De todo modo, como já observáramos, há de fato, mais de uma acepção de *faltar*, certamente uma pessoal e outra impessoal, em jogo no português, talvez não só no brasileiro, e ambas ainda se mantêm semanticamente muito próximas. É possível que daí decorra algum grau de enturvamento de nosso olhar analítico.

Por último, tragamos à baila mais um traço de *faltar* que parece se encaminhar para um viés impessoal que é a sua possibilidade de construção temporal, em moldes similares a outros que detectamos como de trajeto impessoalizador: *Falta um mês para que eu vá visitar vocês*. Notemos que, a exemplo do que ocorre com *ir*, aqui também constatamos a preposição *para* perfazendo ideia de futuridade, ideia essa que se verifica mesmo que o verbo *faltar* esteja no pretérito (*Faltava um mês para eu visitar vocês*).

### 6.5.7 *basta de/ chega de*

Arrolamos como exemplos a serem aqui discutidos as formas *Basta de* e *Chega de*. Em nossa opinião, essas são as duas realizações vinculadas aos verbos *bastar* e *chegar* que se apresentam, inegavelmente, sem sujeito. Ao mesmo tempo, essas também são duas formas em curso interjetivo na língua, ambas expressando valor cessativo similar ao que depreendemos em formas já estabelecidas no campo interjetivo, como *Fora!*, *Sai!*, *Chispa!*, *Basta!*, *Chega!* e outras de valor equivalente que propõem a suspensão de dada situação, seja pela saída/retirada de seu fator gerador ou não. Acrescentamos à nossa listagem exemplificativa os próprios *Basta!* e *Chega!*, aqui, para nós, indiscutivelmente, interjeições. Então, o que difere as últimas formas de *Basta de* e *Chega de*? Pensamos que, de fato, muito pouca coisa. Em verdade, conforme esclarecemos na abertura do capítulo, preocupamo-nos em relacionar aqui o conjunto de possibilidades verbais que já foram ou são supostas pelos mais variados autores como constituidoras de oração sem sujeito acidentais.

Vemos nas formas aqui citadas um efeito de gramaticalização pela adjunção da preposição *de* que se cristalizou com as formas verbais para transmitir tal efeito. Nessas mesmas concretizações verbais, a flexão é hoje rara. É isso que aponta mais evidentemente para um rumo interjetivo.

Bechara, Evanildo (2006a) considera que a ideia presente em *Basta de* e *Chega de* é de suficiência. Consideramos que o valor cessativo descreve melhor o aí presente. É preciso acrescentar que, assim caracterizados, correspondem a atos de fala injuntivos.

As duas formas verbais em análise demonstram-se sem sujeito enquanto não completam sua gramaticalização para formas interjetivas, o que estará factualmente dado quando não houver sequer mais rastro flexional. Portanto, a impessoalidade aí verificada é provisória, como consequência secundária do processo de gramaticalização em curso. Trata-se, portanto, de uma impessoalidade ainda mais accidental do que as demais aqui analisadas.

#### **6.5.8 *tratar-se de***

Descrever *tratar-se de* não é tarefa simples. As construções que contêm a forma *tratar-se de* estão em uma esfera distinta de todas anteriormente analisadas. Primeiro registremos que a forma verbal aí é plena do ponto de vista da flexão modo-temporal. Quanto à número-pessoal, dá-se tão somente na 3ª pessoa, em uso corrente no singular ou no plural, embora a pluralização vá de encontro aos preceitos gramaticais.

*Tratar-se de* conta com um aparato morfossintático agregado que não vemos em outras formas verbais do grupo impessoalizado: a presença necessária do clítico e a regência da preposição *de*. Notemos que não há qualquer opção quanto ao não uso de tal preposição. Há ainda que se refletir se uma construção como *Tratam-se de problemas sérios* sugere tão somente hipercorreção do falante. É óbvio que a pluralização do verbo ocorre aí por influência do SN pluralizado, o qual, ao mesmo tempo, não pode ocupar a função de sujeito da oração, dada a presença da preposição que, repetimos, acopla-se por exigência do verbo.

*Tratar-se de* é habitualmente caracterizado como formador de oração sem sujeito, o que implica que seja apontado como de flexão necessariamente no

singular. Vejamos, a esse respeito, exemplos que dialogam com o uso efetivo da língua.

1. Começou a reunião. Trata-se agora de uma questão muito delicada.
2. A China tem taxas de crescimento astronômicas. Trata-se de uma exitosa debutante do capitalismo.
3. Os dois se conhecem há muitíssimos anos. Tratam-se de amigos de infância.

Apesar das contraindicações gramaticais, o que enxergamos no uso é bem distinto disso. Em 1, enxergamos facilmente um processo de omissão de agente por meio da deslexicalização do SN sujeito. Notemos que ainda em 1, a semântica do verbo parece situar-se, de fato, na acepção primeira de *tratar*, tanto é que a preposição *de* não lhe está agregada. Comparemos com *\*Trata-se de agora uma questão muito delicada*. Fica patente que aí estamos a lidar com *tratar* e não com *tratar-se de*. Já *Agora trata-se de uma questão muito delicada* soaria-nos, com base em tais reflexões, ambíguo. Fica então claro que a semântica das duas formas é distinta e também sua sintaxe. *Tratar-se* não carrega qualquer indício de impessoalidade: *X tratou-se com um médico homeopata/ X tratou-se de uma dor de dente*.<sup>230</sup> Já em 2, vemos possibilidade de leitura elíptica. Para tanto, temos que admitir que a semântica do verbo de fato altere-se e ele passe a estabelecer uma relação identitária em que retoma sua referência em SN anteriormente mencionado, no caso *a China*. E em 3, percebemos um processo de flexão da forma verbal que pode ser interpretada de duas maneiras. Se admitirmos a impessoalidade de *tratar-se de*, teremos que apontar processo de hipercorreção. No entanto, precisamos encarar tal concordância como forte tendência hoje sempre que há um SN anterior que possa ser retomado como referente. Aí então teríamos a repetição do que verificamos em 2 e repetimos que tal leitura só é factível se enxergarmos uma efetiva mudança na semântica do verbo que o identifique, nesse nível com um verbo equativo ou com *representar*.

Enfim, *tratar-se de* talvez merecesse uma categorização à parte em nossa descrição, uma vez que se singulariza por demais do restante dos impessoais acidentais. Mais que isso, as próprias condições e motivações em que se assenta sua impessoalidade precisam de maior problematização. Por ora, constatamos que,

---

<sup>230</sup> Notemos que a preposição *de* aqui não se relaciona com o verbo da mesma maneira da que apresentamos anteriormente.

muitas vezes, *tratar-se de* vem recebendo por parte dos falantes um tratamento tal qual verbo equativo que retoma sua referência no contexto oracional mais próximo.

### 6.5.9 construções em rota interjetiva

Aqui temos casos que a rigor enquadram-se na mesma análise feita para *Basta de* e *Chega de*. Categorizamos-los à parte mais devido ao fato de os referidos verbos receberem citação individualizada em descrições gramaticais e já os que aqui mencionaremos sequer são tratados por tais descrições. Falamos de exemplos como *Ferrou!*, *Danou-se!* *Já era!*. Todos esses a rigor têm perfil na língua atual muito mais interjetivo. Cristalizaram-se em dado tempo verbal, assim perdendo suas propriedades verbais mais evidentes. O que ainda subsiste de não interjetivo em tais formas é a possibilidade de posposição de um SN em algumas dessas (*Ferrou tudo!*), em construção que pode ser interpretada como ergativizada, o que nos obrigaria a reconhecer-lhe um sujeito nesse SN. Ainda apresentam a possibilidade de adjunção de circunstancializador como traço ainda verbal (*Agora já era!*). De todo modo, são construções em rota de interjetivização. Quando destituídas de qualquer SN, podem estar instavelmente situadas em contexto efetivamente sem sujeito e, claramente, acidental.

Aproveitamos para listar uma construção outra que não nos parece estar em rota necessariamente interjetiva, mas que corresponde à situação de estrutura provisoriamente, frisamos, sem sujeito. Referimo-nos à construção que hoje assume valor modalizador configurada pelo verbo *ir* na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo e pelo conectivo *que* (*Vai que você encontra com ela.*). Trata-se de estrutura cristalizada em que o verbo *ir* já não conta com suas propriedades mais prototípicas de verbo: não varia em tempo ou modo nem em número ou pessoa. Além disso, nesse caso, o verbo cabalmente não tem ou requer qualquer referente, funcionando, agregado ao conectivo, tão somente como expressão modalizadora.

### 6.5.10 outros possíveis casos de impessoalização

Analisemos ainda outros casos levantados por certos autores como de impessoalização.

Iniciemos com *passar de*, exprimindo tempo, indicado, por exemplo, em Bechara, Evanildo (2006a e 2006b). Aqui a pluralização se dá muito frequentemente em linguagem espontânea: *Já passavam das duas da tarde*. Talvez tal situação encontre paralelo em construções com o verbo *ser* indicando horas, em termos de justificativa para sua concordância. Trazendo mais um dado para a discussão, *passar* é verbo de movimento e, portanto, compatibiliza-se muito comumente com ideias que pressuponham deslocamento/afastamento/atravessamento em espaço e depois, em termos de decodificação cognitiva, em tempo. O percurso de gramaticalização do verbo *ir*, que identificamos como intermediária, tanto como auxiliar de locuções para futuramente verbal quanto em construções temporais que se vão impessoalizando, já denota isso. Não sabemos se as possíveis construções aqui em análise com *passar* demonstram-se tão categóricas quanto a um trajeto que aponte para a impessoalização. É possível que sim, mas não contamos com elementos suficientes para uma afirmação taxativa quanto a isso.

Bagno (2009) analisa o verbo *bastar* segundo outro prisma diferenciado da análise a que nos dedicamos em sua construção interjetivizada. Atribui ao verbo uma reanálise similar àquela que relatamos com o verbo *faltar*. Teria passado assim de uma construção do tipo *Basta-me chegar em casa para o cachorro começar a fazer festa para Basta eu chegar em casa para o cachorro começar a fazer festa*.<sup>231</sup> Em outras palavras, passou-se de *Basta a Y X*— sendo *X* um sujeito oracional posposto e *Y* um SN, no caso, complemento verbal indireto— para *Basta Y X*— em que o SN representado em *Y* passa a sujeito que agora rege a oração *X*. No exemplo dado, para melhor compreensão, *X* corresponderia a *chegar em casa*, *Y* seria o pronome pessoal (oblíquo *me* na primeira frase); já o restante da frase corresponde a um circunstancializador. No segundo exemplo, *Y* mantém-se pronome pessoal, (mas reto) e *X* continua designando o mesmo trecho (agora subordinado ao SN sujeito). Assim, Bagno (2009) considera que *bastar* passou a verbo impessoal. Mas o que se dá é que em um exemplo como *Basta eu dormir pouco para ficar mal humorado o dia inteiro*, interpretamos que o sujeito do verbo está representado na oração *eu dormir mal*. Tanto é assim que a mesma poderia ser introduzida por uma conjunção integrante (*Basta que eu durma mal para ficar mal humorado o dia inteiro*). É claro— e temos insistido nisso— que um sujeito oracional

<sup>231</sup> Acerca e em paralelo a esse exemplo, lembremo-nos da possibilidade de impessoalização por curso interjetivo também da forma *É só* (*É só eu chegar em casa...*)

posposto não é prototípico. Lembremo-nos de que as construções que julgamos mais próximas de um perfil impessoalizado, sem ainda o serem ao todo, foram aquelas que se podiam compor sem o conectivo na junção com a oração desenvolvida.

Bagno ainda propõe para o verbo *custar* uma leitura que aponta para a seguinte mudança: *Custa-me crer nisso* passa a *Eu custo a crer nisso*. Curiosamente, não registra a possibilidade similar a *bastar*: *Custa eu crer nisso*, para a qual fazemos a mesma leitura que apontamos acima. *Custar* então apresentaria duas construções concorrentes na língua uma mais marcadamente pessoal (*Eu custo...*) e outra com indícios impessoais (*Custa eu...*). Já *Custa-me* só atestamos em contextos de grande grau de monitoramento.

Franchi *et al* mencionam a possível impessoalidade de *chegar* em construções tais quais *Chega na hora do almoço e todo mundo aparece*. Temos paralela a essa na língua a construção *Chega a hora do almoço...* em que julgamos que o SN posposto ao verbo é claramente seu sujeito, o qual talvez por contaminação semântica de motivação lexical receba a preposição na primeira possibilidade de construção. Todos os exemplos dados pelos autores são similares ao citado, o que limita nosso julgamento sobre a possível impessoalidade do verbo em questão. De qualquer forma, destaquemos que, mais uma vez, trata-se de verbo de movimento sob suspeição de impessoalidade. E reiteramos que isso pode não ser por acaso. Afinal, tais verbos lidam intimamente, na cognição, com espaço e tempo e a impessoalização que verificamos na língua dialoga com tais referenciais, vide a importância dos contextos locativos para a gramaticalização de *ter*, *haver*, *ser* e *estar* e os processos de impessoalização por ora inconclusos ancorados em referências de tempo.

Eis quatro casos que não são corriqueiramente apontados como impessoais pela maior parte dos autores e que nos suscitam dúvidas quanto a sua possível impessoalidade em língua portuguesa pelas razões acima arroladas.

#### **6.5.11 Considerações gerais sobre os verbos impessoalizados**

Como disséramos desde o início, o grupo de formas impessoalizadas é de grande heterogeneidade e sua impessoalização dá-se no curso histórico da língua.

Por isso, temos formas já mais claramente impessoais do que outras. Reconhecemos como formas plenamente impessoais aquelas com *ter* e *haver* existenciais, com *ser* e *estar* em construções predicativas impessoais (extensível aos demais verbos predicativos) e com *fazer* em construções-suporte fenomenológicas. Há aquelas que consideramos processos de impessoalização em curso em distintos estágios: *dar* resultativo e impessoal, *ter*, *haver*, *fazer* e *ir* temporais. Temos formas que provisoriamente se apresentam como impessoais até que tenham se gramaticalizado por completo interjetivamente, dentre as quais destacamos *basta de* e *chega de*. Por fim, temos formas verbais sobre as quais temos algumas ou mesmo grandes dúvidas quanto ao seu estatuto impessoal: *tratar-se de*, *faltar*, *bastar*, *custar*, *chegar* e *passar de* nas respectivas acepções em que tais dúvidas nos são postas.

Não pretendemos aqui, de forma alguma, estabelecer rótulos precisos para esta ou aquela construção, até porque isso seria dogmático, portanto anticientífico. Além disso, seria incoerente com a visão que temos, ao longo de todo este trabalho, defendido acerca da língua como objeto escalar e, por isso, com exemplos mais e menos prototípicos de dado processo. Assim também se dá com os verbos que, acidentalmente, vão se impessoalizando dentro da língua.



## 7 ORAÇÕES SEM SUJEITO PESSOAIS DE AGENTE INDETERMINADO

### 7.1 “Sujeito” indeterminado x agente indeterminado

Aqui trataremos das construções que denominamos *sem sujeito pessoais de agente indeterminado*. Para efeitos de simplificação, referir-nos-emos a essas, por vezes, tão somente como *construções/orações sem sujeito pessoais*. Julgamos pertinente reiterar que consideramos *orações sem sujeito pessoais* tanto as *de agente indeterminado* quanto as *ergativizadas* ou *ergativas*. Ocorre que estas serão, mais correntemente, denominadas pela forma a que aqui as aludimos. Então, sentimo-nos à vontade para, em uma compreensão de que as *orações sem sujeito pessoais*, em sentido lato, incluiriam ambos os grupos, alcunhar as de que trataremos neste capítulo como *orações sem sujeito pessoais stricto sensu* ou, simplesmente, *orações sem sujeito pessoais*, além, é lógico, da denominação completa indicada no período de abertura deste parágrafo. Recordemos que tais orações sem sujeito são postuladas como pessoais, dada sua propriedade de ser possível a seleção de SN sujeito, a qual não se dá nos casos em estudo por uma série de fatores sejam estilísticos, discursivos, pragmáticos, etc. É justamente tal traço característico que estabelece a distinção que temos adotado para as orações sem sujeito, desde o capítulo IV, entre, de um lado, pessoais e de outro impessoais. As últimas contêm verbos que sistematicamente não podem selecionar sujeito, a não ser, obviamente, na mudança de acepção semântica desses.

Na descrição gramatical tradicional, um dos itens que compõe a tipologia do sujeito é o do sujeito indeterminado, correspondente a duas construções em língua portuguesa, assim apresentadas:

- verbos na 3ª pessoa do plural sem sujeito explícito ou implícito e
- verbo na 3ª pessoa do singular, seguido do clítico *se*, chamado tradicionalmente *índice de indeterminação do sujeito*.

Essa apresentação resume o que, de forma esmagadoramente majoritária, é a abordagem descritiva tradicional sobre o assunto. A essa, soma-se a postura

prescritiva que aponta a distinção entre construções de sujeito indeterminado com o “índice” se e a denominada voz passiva sintética com o “pronome apassivador” se.

Pretendemos aqui discutir, descritiva e teoricamente, as bases de tal distinção e sua validade. Ao mesmo tempo, propomos uma análise da oração com “sujeito” indeterminado em bases distintas das tradicionalmente consideradas, identificando tais construções como casos, sintaticamente, claros de oração sem sujeito. Ainda assim, é preciso analisarmos também em que termos efetivos é possível estabelecer a vinculação entre os dois modelos apresentados de oração de sujeito dito indeterminado, que se encontram supracitadas.

A respeito desse grupo de interesse, nosso enfoque visa à descrição das estruturas que, efetivamente, são desprovidas de sujeito. No entanto, não ignoramos outros processos de indeterminação, em sentido lato, que ocorrem na língua. Para isso, elucidaremos também aqui a natureza e qualidade da indeterminação ocorrida no caso do “sujeito” indeterminado.

No referente às orações comumente designadas, na descrição gramatical tradicional, como de sujeito indeterminado, o que ocorre é um exemplo claro de confusão entre critérios sintáticos e semânticos.<sup>232</sup> Temos, em tal caso, uma indeterminação do agente, como papel propriamente semântico. O SN sujeito, efetivamente, encontra-se ausente de tal estrutura, não sendo recuperável por quaisquer mecanismos coesivos.<sup>233</sup> Talvez pudéssemos considerar a sua possibilidade de identificação pragmática em certos contextos discursivos, mas, ainda assim, isso se daria com o auxílio de uma série de elementos do mundo extralinguístico. Não podemos, pois, incluir tais construções como exemplo de um “tipo de sujeito”. Obviamente, ao fazermos tal afirmação, não consideramos que a oração sem sujeito, ou ainda pior, a de “sujeito inexistente” corresponda a um “tipo de sujeito”, mas sim a um tipo de oração, como já elucidamos no capítulo IV.

Curiosa, em uma perspectiva de ensino, seria a tira abaixo exemplificada, que nos apresenta à situação efetiva em que constatamos um sujeito indeterminado, mas, pragmaticamente, determinado, e é justamente dessa sobreposição, somada à dupla referência tomada para o verbo em questão, que se instaura o humor no texto:

---

<sup>232</sup> Insistimos que não há sintaxe pura. O problema aqui é de se situar no mesmo patamar esses dois planos distintos.

<sup>233</sup> Cf. ABREU: 2006, pp. 84-85.



Quino. *Toda Mafalda*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Ilustração 1: *Mafalda*.

## 7.2 Um breve levantamento de casos de indeterminação de agente na língua

Conforme temos esclarecido, o classicamente dito sujeito indeterminado corresponde em verdade a um caso de indeterminação de agente e que, de modo algum é único em língua portuguesa. Em verdade, precisamos ampliar nossa visão nesse ponto. A indeterminação que aí verificamos não pode ser tomada como tão somente do agente, uma vez que abrange uma gama tal de verbos que não requisitam tão somente argumento externo de agente. O mais adequado é dizermos que a indeterminação aí verificada é de agente e/ou de causador e/ou de experienciador.<sup>234</sup>

Santos Jr. (2010) oferece-nos uma gama de possibilidades de construções tomadas por indeterminadas. Tomamos tal referência pelo fato de ser a mais abrangente com que tivemos contato no que concerne à língua portuguesa. Óbvio que tomamos todos estes casos como de indeterminação dos possíveis papéis de agente, de causador ou de experienciador. Da relação que passamos a apresentar, interessam-nos, sobremaneira, as duas primeiras, uma vez que se apresentam como construções, efetivamente, sem sujeito pessoais. De todo modo, reproduzimos o rol de possibilidades levantados pelo autor, dada sua completude. Seguimos à citação dos casos de forma sintética.

a) **Indeterminação com se:** ocorrida, consensualmente, entre todos os autores, com verbos intransitivos, transitivos indiretos

<sup>234</sup> Cf. GASSER (s.d.) e PERINI (2006).

e predicativos.<sup>235</sup> Resulta da adjunção de um verbo sem SN regente em 3ª pessoa do singular ao clítico *se*.

*Reclama-se de tudo nessa reunião.*

*Ainda se enriquece muito rapidamente no Brasil.*

*Hoje em dia, apesar de todo avanço na comunicação, parece mais comum se estar solitário.*

À parte, precisam ser analisados os dados fornecidos, acerca do uso do *se* pelos verbos transitivos diretos, esse sim foco de divergências, desde a virada do século XIX para o XX, em nosso cenário gramatical. Por tal motivo, reservaremos a tal análise um espaço próprio.

**b) Indeterminação com a terceira pessoa do plural:** correspondente ao uso mais difundido, dentre as duas construções apontadas como indeterminadas pela tradição gramatical. Dentre ambas, em meio oral, é, indubitavelmente, a forma mais utilizada, estando a equivalente, com *se*, em ritmo decrescente de uso nesse meio. Sua construção abrange verbos de qualquer transitividade, em 3ª pessoa do plural, desde que não possuam explícita, ou mesmo implicitamente um SN sujeito.

*Picharam o muro todo.*

*Vivem deixando essa porta aberta.*

**c) Indeterminação com infinitivo:** ocorrida com a vertente impessoal do infinitivo com verbos que contenham os traços [+humano] e [+genérico].<sup>236</sup>

<sup>235</sup> Por julgarmos que não há prejuízo para a análise desse ponto teórico, mantivemos as denominações e recortes tradicionais que caracterizam as transitividades verbais, optando pelo termo *predicativo*, em detrimento de *de ligação* ou *copulativo*, como já procedêramos no capítulo V desta dissertação, relativo aos verbos fenomenológicos, por considerarmos mais abrangente e mais clara tal terminologia quando se trata de oração sem sujeito. Daí também não termos utilizado a terminologia *relacional*. Quanto aos demais, não ignoramos os *intransitivos inergativos* ou os *inacusativos*. Cf. KATO & NASCIMENTO (2009). Da mesma maneira, tomamos por *transitivo indireto* tanto os *transitivos indiretos propriamente ditos* quanto os *transitivos relativos*. Cf. AZEREDO (2008). No capítulo VIII desta dissertação, relativo aos processos de ergativização, detalharemos pertinentemente as questões relativas à valência verbal.

<sup>236</sup> SANTOS JR.: 2010, p. 46.

*Agora é inútil espernear.*

*Aqui é muito difícil de conseguir uma vaga.*

Aqui se faz necessário o levantamento de uma problematização acerca da indicação feita por Santos Jr. (2010) quanto à natureza do infinitivo em questão. É preciso perceber a possibilidade de efetivamente se flexionar tal infinitivo em outras pessoas: *Agora é inútil espernearem/ Aqui é muito difícil de conseguirmos uma vaga.* Depois, é oportuno registrar a oscilação com construções com infinitivo acompanhado de *se*: *Agora é inútil se espernear/ Aqui é muito difícil de se conseguir uma vaga.* Segundo Hawad (2006):

[...] o emprego de 'se' com o infinitivo [...] é uma possibilidade inerente ao potencial do sistema gramatical português, tendo em vista a existência do infinitivo pessoal. Isto é, se a oposição de pessoa existe no infinitivo, é possível também neutralizá-la nessa forma verbal, mediante a construção com o clítico 'se', exatamente como ocorre com as formas verbais finitas.<sup>237</sup>

Enfim, o processo que se dá no caso da indeterminação por infinitivo é de uma neutralização entre a forma pessoal e a impessoal, neutralização essa operada pelo clítico *se*, em favor do sentido indeterminado. Por outro lado, é possível também a interpretação de que estamos, em tal caso, diante de uma 3ª pessoa do singular do infinitivo flexionável, ficando, em tal leitura, preservada a relação entre uso de terceira pessoa e maior grau de indeterminação semântica. De todo modo, parece-nos mais importante a reflexão do que o apontamento por esta ou aquela análise, uma vez que tal processo, possivelmente, apresenta-se como uma mudança em estágio de convívio amplo de duas formas na língua, como atesta a grande disseminação de ambas. No mais, há casos, em que, de fato, a forma sem clítico soa mais impessoal e generalizante: *É só raspar e ganhar.* É interessante atentar para o fato de que o princípio da neutralização efetuada

<sup>237</sup> *Idem: ibidem*, p. 311.

pelo *se* relaciona-se com o conceito de *sujeito cancelado*, mencionado no capítulo IV. Retomemos o exemplo já analisado:

Diferentes grupos humanos sempre reconheceram a necessidade de celebrar de forma solene esses momentos... (AZEREDO, 2008, p. 225)

Poderíamos obter uma paráfrase com *se*: *Diferentes grupos humanos sempre reconheceram a necessidade de se celebrar de forma solene esses momentos*. A nosso ver, tal possibilidade se verifica justamente pelo fenômeno que suprime marcas morfológicas desinenciais dessa forma verbal, o que corresponderia ao cancelamento e que se torna neutralização, quando há uma forma, no caso o *se*, que supre todas as demais, ou seja, não há contradição entre cancelamento e neutralização, mas sim complementaridade. É um processo de neutralização que observamos na generalização do *se* em construções reflexivas ou recíprocas, invariavelmente estigmatizadas socialmente e execradas pela prescrição normativa, como: *Nós se preocupamos/ se abraçamos*, etc. Resiste fortemente a tal processo o átomo de 1ª pessoa do singular.

Outra questão que ainda cumpre abordar é a indicação encontrada principalmente em gramáticas normativas de não se utilizar o *se* junto ao infinitivo, de forma a se evitem redundâncias. Hawad (2006) demonstra-nos, por meio de exemplos coligidos de jornais de grande circulação no país, em distintas seções, que a presença ou não do *se* interfere na significação do enunciado. Vejamos de que exemplificações a autora se valeu:

É antiga e insistente a disposição da ONU de se ter um tribunal que respondesse àqueles princípios antes alinhados.

O Banco Central do Brasil examina submeter-se a liquidação das instituições financeiras ao processo falimentar [...]

Para mim ficou muito clara a razão de só agora estar se fazendo o esgotamento sanitário da Barra da Tijuca, do Recreio *dos Bandeirantes e de Jacarepaguá*. (HAWAD, 2006, p. 310)

Nos três casos supracitados, a ausência do *se* implicaria uma reinterpretação do sujeito das respectivas orações. No primeiro exemplo, o sujeito do verbo *ter* passaria a ser *a ONU*, ao passo que o clítico perfaz construção sem sujeito e indeterminadora de agente. Já no segundo caso, sem o clítico o sujeito seria *O Banco Central do Brasil*, ao passo que com o *se* oscilamos entre a possibilidade de o sujeito ser *a liquidação das instituições financeiras* ou também um caso de construção sem sujeito com agente indeterminado, sendo tal ambiguidade devida ao fato de o verbo ser transitivo direto. A esse respeito, ainda nos deteremos. Por fim, na última frase, o clítico mais uma vez imprime o mesmo sentido ambíguo entre indeterminação e passividade, pela mesma razão da anterior e, sem ele, o sujeito seria obrigatoriamente o pronome pessoal de 1ª pessoa do caso reto, em elipse. Note-se que falamos de sujeitos, pois a mudança causada pela ausência ou não do clítico é, em primeiro lugar, sintática, embora com óbvias repercussões semânticas.

Ainda para Hawad, as condições sintáticas que envolvem a combinação do *se* com o infinitivo, no que concerne à análise do sujeito *se* resumem em “a supressão do clítico não acarreta mudança de interpretação quando não há, nos limites do período, um SN que possa ser co-referencial com o Sujeito do infinitivo [...]”<sup>238</sup>.

Por fim, identificamos que, no caso do infinitivo em papel indeterminador de agente, há de se considerar dois aspectos. Quando ocorre junto ao clítico *se*, temos a simples indeterminação de agente, que resulta em oração sem sujeito pessoal, não constituindo, portanto, caso à parte em nossa descrição. Sem tal clítico, aí sim, temos indeterminação,

---

<sup>238</sup> HAWAD: 2006, p. 310.

circunscrita a períodos compostos, portanto de alcance menos generalizado na língua. Ainda sobre isso, notemos que tal indeterminação só se verificará em subordinadas substantivas, quando na principal, não houver qualquer elemento que possa ser tomado como referente ao verbo da subordinada — no infinitivo. Consideremos estes exemplos:

*Gosto de ficar sozinho.*

*É preciso comer também frutas e verduras.*

Temos construção indeterminadora de agente e sem SN sujeito no último exemplo. No primeiro, o sujeito é, evidentemente, o mesmo da oração principal, ou seja, a 1ª pessoa do singular do caso reto, em elipse. Ou ainda, podemos, licitamente, recorrer à análise de sujeito cancelado para tal configuração.

Pelo fato de corresponder a uma construção sem sujeito em tais circunstâncias específicas, o infinitivo impessoal, quando em oração subordinada substantiva sem referencial para o verbo presente na oração principal não constituirá o cerne de nossas preocupações descritivas acerca dos verbos pessoais sem sujeito, uma vez que objetivamos voltar nossas atenções, decididamente àquelas construções mais marcadas na literatura gramatical e que constituem os dois primeiros itens desta listagem.

d) **Indeterminação por meio de nominalização:** o que percebemos, nesse processo, pela análise dos exemplos selecionados por Santos Jr.<sup>239</sup> é a utilização de SNs, nucleados por substantivos abstratos.

Nesses casos, o núcleo assim representado motiva a indeterminação em nível semântico pela própria não prototipicidade verificada no núcleo de tal SN sujeito.

---

<sup>239</sup> SANTOS JR.: 2010, p. 50.



*A fiscalização das obras é muito ruim.*

e) **Indeterminação com o uso de você:** processo que pode ser entendido como de utilização do referido pronome, em um uso expletivo<sup>240</sup>, o que implica que o mesmo não tem qualquer referência definida em seu contexto.

*Hoje você não vê mais o futebol-arte de antigamente.*

f) **Indeterminação com a gente:**<sup>241</sup> de modo semelhante ao anterior, há aqui um uso pronominal expletivo, que deixa como rastro uma referência generalizada. O uso de *a gente* parece indicar um grau menos vago de generalização do que o ocorrido com *você*, uma vez que, através do primeiro, o enunciador se inclui na colocação apresentada, afinal tal pronome funciona hoje no PB como forma concorrente da 1ª pessoa do plural.

*Nessa firma, se a gente não abre o olho, dança.*

g) **Indeterminação com pronome indefinido:** exemplar da indeterminação do agente/causador/experienciador, dado o próprio conteúdo semântico desse grupo pronominal. Esse processo ocorre tanto com os pronomes de natureza substantiva quanto adjetiva. No último caso, logicamente, a indeterminação conferida pelo adjunto expande-se ao núcleo nominal.

*Alguém passou correndo aqui por trás.*

*Certas pessoas nunca aprendem.*

*Todo mundo percebeu sua mancada.*

<sup>240</sup> Cf. DUARTE (2003).

<sup>241</sup> É merecedor de nota o percurso de gramaticalização das formas hoje pronominais *você* e *a gente* no PB. Sendo ambas de origem histórica nominal, aquela primeiro se especializa como pronome de tratamento e, assim como esta, contribui para a reconfiguração do quadro pronominal, reto e oblíquo, de nossa variedade de português. Para maiores detalhes, cf. LOPES & RUMEU (2007). Já para o estudo da evolução fonética e da historicização do uso como pronome de tratamento, cf. NASCENTES (2003). Para além de tal processo, ainda avançam no sentido de assumir comportamento expletivo, em função indeterminadora de agente.

Note-se ainda que os pronomes indefinidos tanto podem atribuir sentido vago quanto de generalização (ou ainda de negação dessa, no caso dos indefinidos de sentido negativo).

h) **Indeterminação com gerúndio**: tal qual ocorre com o caso do infinitivo, também é possível a construção de sentido indeterminado com o gerúndio.

*Comendo assim, não dá p(a)ra se manter a forma.*

E ainda a exemplo do infinitivo, é plenamente passível de realização a construção com *se*, também modificadora de significados em dadas situações. Para a exemplificação, novamente, valemo-nos de Hawad:

*[...] se os recursos disponíveis não forem suficientes para a quitação dos créditos trabalhistas... o juiz poderá prorrogar o prazo acima previsto” (parágrafo único), abrindo-se, na verdade, prazo indeterminado, e enterrando-se, dessa forma, direitos trabalhistas indiscutíveis e intocáveis. (HAWAD: 2006, p. 312)*

Acima fica patente que, retirado o *se*, o sujeito das orações só poderia ser o SN *o juiz*, acarretando brusca mudança da significação pretendida. No caso seguinte, extraído da exemplificação da mesma autora, teríamos um caso de agramaticalidade, não estivesse presente o clítico:

*As mudanças climáticas poderão trazer, dentro de poucas décadas, conseqüências graves para a população, incluindo a elevação do nível do mar, perdendo-se faixas litorâneas em alguns lugares. (Idem: ibidem)*

No mais, é de Caminha a frase que remonta a 1500, elevada à categoria de clichê no Brasil e construída com gerúndio que diz, sobre a terra então recém-descoberta “[...] em se plantando, tudo dá”. Tal construção é, portanto, atestada no PE do início do séc. XVI. Talvez, hoje, em que

pese a concorrência com a forma sem clítico, estejamos a ver uma especialização sintática de tal uso, que, então transporia os campos da mera escolha estilística para a construção de novas significações, dada a especificidade sintática com que o *se* atua hoje para a seleção do SN sujeito em certos contextos, junto tanto ao gerúndio quanto ao infinitivo.

i) **Indeterminação com a 1ª pessoa do plural:** assemelha-se ao que ocorre com o uso de *a gente*, em que se dá a inclusão do enunciador. Percebemos aqui um grau de indeterminação semântica menor do que em outros exemplos vistos, uma vez que é possível a interpretação também elíptica de tais construções.

*Vamos ver o que o governo vai fazer agora.*

É interessante notar que, pragmaticamente, o uso da 1ª pessoa do plural pode, inclusive se prestar à exclusão do enunciador, como em *Vamos papar tudo?!<sup>242</sup>* dito, por exemplo, a um filho por uma mãe.

j) **Indeterminação com a 3ª pessoa do singular:** é a que se dá pela utilização da 3ª pessoa, sem o clítico *se*.

*Tem que limpar esse chão aqui.*

*Diz que era assim que acontecia antigamente.*

"[...] *Continuamos a pensar, pensar, acho que nós precisamos do trabalho, e eu acho que, sem ideias, não vai a lugar nenhum.*" (último texto de José Saramago, em seu *blog*)<sup>243</sup>

Os dois primeiros exemplos correspondem, respectivamente, a *Têm* e a *Dizem*. Said Ali (1966a) destaca tal forma como indeterminadora, com a seguinte ressalva: "[...] como equivalente

<sup>242</sup> Cf. HAWAD : 2006, p. 304.

<sup>243</sup> <http://josesaramago.blogspot.com>. Endereço visitado em 20/06/10.

de *diz-se que* (caso não tenha resultado de eliminação de outro vocábulo ou não seja redução de *dizem que*).”<sup>244</sup>

Já o último, é um registro de PE, que aos ouvidos brasileiros soa agramatical. Em PB, os verbos intransitivos não permitem, pelo menos não hoje, tal construção.

Essa nos parece um caso de indeterminação clara do agente e de oração efetivamente sem sujeito e pessoal. No entanto, precisamos tecer considerações a seu respeito que justificarão não nos debruçarmos sobre ela. Em primeiro lugar, a forma *tem que*, tal qual *precisa*, *carece*, *necessita* (e variações de tempo e modo com a manutenção da 3ª pessoa) funcionam, claramente, como modalizadores de obrigatoriedade. A configuração sintática aí apresentada é diferente daquela que encontramos em outras estruturas modalizadoras como *é preciso*, *é necessário* e correlatas que; embora *lato sensu*, sinônimas daquelas; são contempladas com um sujeito oracional. Já naquelas a oração subordinada que aí surge corresponde, à primeira vista, a um objeto oracional. Compare-se:

*Precisa pagar essas contas todas.*  
*É preciso pagar essas contas todas.*

A análise tradicional nos indicaria a já mencionada existência de sujeito oracional no segundo período. Já o primeiro seria mais problemático em termos de análise. Ou se assume a subordinada como sujeito ou como objeto oracional. Em termos de análise convencional, há problemas nos dois caminhos a seguir: ou se admite que tal verbo seria impessoal, o que soaria insustentável nos parâmetros da análise tradicional; ou se recorreria à inexistência do complemento verbal, igualmente insustentável dentro da ótica citada. Em termos de indeterminação de agente, a citação desse caso apresentada por Santos Jr.<sup>245</sup> é pertinente. Já no que se refere à presença do sujeito é preciso aprofundarmos

<sup>244</sup> SAID ALI: 1966a, pp. 269-270.

<sup>245</sup> SANTOS JR.: 2010, p. 61.

nossa análise. Na verdade, o que sustentamos que se dá aí é uma interferência ergativa na configuração sintática do primeiro período e em construções congêneres. E é interessante notar como a ergativização anda a galopes velozes em PB, alcançando, em sua versão não prototípica,<sup>246</sup> mesmo verbos transitivos indiretos.<sup>247</sup> Na comparação com uma estrutura tipicamente ergativa tal similitude fica evidenciada:

*Precisa pagar essas contas todas.*

*Quebrou o relógio da parede.*

Em ambos os casos, o SN após o verbo se gramaticaliza ou vem se gramaticalizando como sujeito. Nos casos mais prototípicos tal gramaticalização está já completada em PB: *O relógio da parede quebrou*. Eis o verbo transitivo direto causativo sofrendo redução de argumentos e se aproximando de um intransitivo, salvo pelo fato de que seu sujeito é sempre paciente. Ou em uma descrição mais rigorosa, o verbo passa a manifestar-se tal qual os demais inacusativos de nossa língua, embora seja proveniente de um percurso transitivo direto. Na verdade, a grade temática do verbo muda nesse processo e, como consequência, há perda de argumento. O verbo, então, passaria a apresentar comportamento anômalo para sua transitividade “mais usual”. Essa percepção de anomalia, segundo nosso juízo, é tão somente transitória e se reduz na medida em que a mudança em questão se generaliza, curso esse muitíssimo projetável para a ergativização em nossa variedade de português. Perceba-se que o fato de tal configuração chegar aos verbos transitivos indiretos/relativos é fato ainda mais exótico, se considerado o juízo que se faz do complemento desses verbos, como nos dizem Kato & Nascimento: “Existem, ainda, verbos que têm apenas um complemento e, mesmo assim, regem **idiossincraticamente** uma

<sup>246</sup> No capítulo VIII deste trabalho, caracterizaremos o processo de ergativização, em sua faceta no PB, como prototípica de verbos causativos.

<sup>247</sup> Há autores que consideram tal verbo transitivo relativo, como é o caso de Azeredo (2008). Já mencionamos que, por ora e para os objetivos propostos, neste trabalho, tal especificidade de distinção não se faz necessária.

preposição, como 'gostar' [...]."<sup>248</sup> Enfim, a 3ª pessoa do singular constrói sim oração sem sujeito, mas ergativa. Por isso, não será objeto de nossa análise mais dedicada neste momento.

K) **Indeterminação por referência genérica:** feito por meio de SNs que expressam referências genéricas, como: *o pessoal, o povo*, por exemplo.

*O povo que depende daquele ônibus tem que aguentar cada coisa!*

Essa forma de indeterminação é hoje, sobretudo, produtiva, embora com recortes de escopo semântico que vão da enorme vaguides de referência à generalização, em contextos informais de uso da língua, em que encontramos formas como: *nequinho, os cara(s), maluco, geral, (a) galera (toda)*, etc. Essas formas são marcada, mas não exclusivamente, identificadas com um corte geracional, associado a faixas etárias tomadas socialmente como jovens.

Ainda cabe tecer uma observação sobre o SN *todo mundo* que se encaixa, nesse caso, sem traços identitários geracionais, mas também poderia ser elencado no item g, dado seu estágio atual, a nosso ver, gramaticalizado como locução pronominal indefinida. Perceba-se quão adiantado é o grau dessa gramaticalização que sequer cabe, diante de tal SN, a distinção entre *todo mundo* e *todo o mundo*, em que pesem as bases para o estabelecimento e manutenção de tal distinção serem cada dia mais frágeis, posto que mantidas, muitas vezes, tão somente pela prescrição gramatical.

l) **Indeterminação com a 1ª pessoa do singular:** é o caso que se dá quando a 1ª pessoa do singular é utilizada de modo genérico, fazendo alusão a um grupo que inclui o enunciador, em falas exemplificativas e/ou hipotéticas. Para ilustrar, recorreremos

<sup>248</sup> KATO & NASCIMENTO: 2009, pp. 33-34. Grifo nosso.

ao exemplo citado, a partir da seção de *Cartas dos leitores* por Santos Jr.:<sup>249</sup>

*A maioria dos moradores de comunidade tem ar condicionado, e eu não posso ligar o meu, pois a conta vai para o espaço.*

Percebamos que nessa situação, tão somente o contexto nos guia à interpretação genérica que aí fazemos.

m) **Indeterminação com pronome demonstrativo**: tipificada em Santos Jr.<sup>250</sup> como a ocorrida por meio de *aquela(s) que* e *o(s) que*. Isso leva ao necessário desdobramento de uma oração adjetiva, subordinada aos pronomes *aquela(s)* ou *o(s)*.<sup>251</sup>

*Aqueles que discordam devem se pronunciar agora.*

Atente-se para o fato de que a indeterminação aí pode ser feita também pelas respectivas formas femininas, apesar de o masculino levar a um maior grau de indefinição de referência, porque não cria qualquer especificação de gênero, na condição de gênero base da língua portuguesa. Também destacamos que a forma de singular apresenta, claramente, possibilidade de indeterminação, mas é, dada a própria especificação de número, mais restrita em seu potencial de generalização.

Em suma, apresentados os processos de *indeterminação de agente*,<sup>252</sup> precisamos reiterar o fato de que há diferentes níveis de indeterminação envolvidos aí. No topo da escala de indeterminação encontram-se aqueles que não fazem referência específica a nenhuma das pessoas do discurso e podemos citar o caso da 3ª pessoa com o clítico *se*, o da 3ª pessoa do plural, o da 3ª pessoa do singular

<sup>249</sup> SANTOS JR.: 2010, p. 56.

<sup>250</sup> SANTOS JR.: 2010, p. 61.

<sup>251</sup> Sabemos que a classificação desse vocábulo como pronome demonstrativo não é consensual, mas, como tal discussão está longe de estar nos focos de nossos objetivos propostos, optamos aqui, para fins de simplificação, pela nomenclatura mais comum.

<sup>252</sup> Relembramos que aqui nos referimos à denominação de *agente* de forma genérica e consideramos que o mesmo processo pode afetar os papéis semânticos de experienciador e causador também.

sem clítico, o do uso de infinitivo e o de gerúndio. Sustentamos, conforme aprofundaremos adiante que o *se* que surge com a 3ª pessoa e pode *se* fazer presente junto também ao infinitivo e ao gerúndio cumpre papel efetivo de neutralização dentre as pessoas do discurso. Já as formas atreladas a alguma das pessoas do discurso constituiriam menores graus de indeterminação, sendo a menos indeterminada a 1ª pessoa, seguida pela 2ª e por fim pela 3ª. Cabe aí uma observação sobre as formas *você* e *a gente*. Embora, ambas, do ponto de vista flexional, comportem-se como uma 3ª pessoa, no discurso, ocupam, respectivamente, o espaço de 2ª pessoa (neste caso, a distinção singular e plural não cabe ao processo de indeterminação em análise) e de 1ª do plural; sendo, inclusive, concorrentes no quadro dos pronomes retos com *tu* e *nós*, respectivamente. Assim, uma construção com *você* é mais indeterminada semanticamente do que com *a gente*. As demais formas ocupariam posições intermediárias nessa gradação.

Não pretendemos esmiuçar mais tal sistematização, pois a indeterminação de agente/causador/experienciador, ainda que contenha dados instigantes à observação, não é nosso fim, mas sim as construções com agente indeterminado efetivamente sem sujeito e pessoais<sup>253</sup>, retomando aí as construções de 3ª do singular com clítico *se* e de 3ª do plural.

### 7.3 Construções em 3ª pessoa do plural *versus* construções com *se*

A partir deste item, forneceremos tanto a descrição das construções de oração sem sujeito pessoais em língua portuguesa quanto enveredaremos na questão acerca do *se* como marca de indeterminação, tema hoje bastante recorrente em estudos linguísticos e que recebe na descrição gramatical tradicional tratamento diverso do verificado nesses estudos quando se trata da análise dos verbos transitivos diretos.

As orações aqui referidas são precisamente as correspondentes ao que as gramáticas tradicionais consagraram como *sujeito indeterminado*. Já apontamos que

<sup>253</sup> Nessa acepção, não estão incorporadas, conforme já foi esclarecido, as construções ergativas que também se manifestam como sem sujeito em PB.



essa denominação reflete um erro de avaliação do que aí ocorre. Reiteramos que não se trata de indeterminação do sujeito, mas do agente ou do causador ou ainda do experienciador. O sujeito simplesmente não se faz presente em tais situações. A não presença do agente/causador/experienciador leva a uma deslexicalização do SN sujeito.

Vejam os quatro descrições gramaticais tradicionais de referência, acerca do tema:

•Almeida:<sup>254</sup>

O sujeito é **indeterminado** quando de impossível identificação. Tal acontece em orações com verbos:

- a) ativos, acidentalmente impessoalizados na 3ª do plural [...]: “Dizem que ele vem.”
- b) acidentalmente impessoalizados na passiva [...]: “Precisa-se de um datilógrafo” — “Assim se vai aos céus.”

•Bechara:<sup>255</sup>

Sujeito determinado é o que não se nomeia ou por não se querer ou por não se saber fazê-lo.

A língua portuguesa moderna indetermina o sujeito de duas maneiras diferentes:

- a) pondo o verbo da oração (ou o auxiliar, se houver locução verbal, na 3ª pessoa do singular ou, mais freqüentemente, do plural, sem referência a pessoa determinada:

*Diz que eles vão bem (diz = dizem)*

*Dizem que eles vão bem*

*Estão chamando o vizinho*

- b) empregando o pronome ‘se’ junto a verbo de modo que a oração passe a equivaler a outra que tem por sujeito ‘alguém’, ‘a gente’ ou expressão sinônima:

*Vive-se bem aqui*

*Precisa-se de bons empregados*

O pronome ‘se’ nesta aplicação sintática recebe o nome de ‘índice de indeterminação do sujeito’.

•Cunha & Cintra:<sup>256</sup>

Algumas vezes o verbo não se refere a uma pessoa determinada, ou por se desconhecer quem executa a ação, ou por não haver interesse no seu conhecimento. Dizemos, então, que o SUJEITO é INDETERMINADO.

Nestes casos em que o sujeito não vem expresso na oração nem pode ser identificado, põe-se o verbo:

- a) ou na 3ª pessoa do plural [...]

<sup>254</sup> ALMEIDA: 1962, p. 348. Grifo do autor.

<sup>255</sup> BECHARA: 1976, p. 200.

<sup>256</sup> CUNHA & CINTRA: 1985, p. 125. Grifo do autor.

b) ou na 3ª pessoa do singular, com o pronome 'se' [...]

•Rocha Lima.<sup>257</sup>

*Para indeterminar o sujeito, vale-se a língua de um dos dois expedientes:*

1) *Empregar o verbo na 3ª pessoa do plural, sem referência anterior ao pronome 'eles' ou 'elas', e a substantivo no plural;*

2) *Usá-lo na 3ª pessoa do singular acompanhado da partícula 'se' desde que o verbo seja intransitivo, ou traga complemento preposicional. [...]*

Em primeiro lugar, feita a ressalva de que se trata por indeterminação de sujeito o que na verdade é indeterminação de agente/causador/experienciador, como já esclarecemos, as conceituações são bastante similares e, de fato, parecem identificar os mecanismos que, em português, constroem nossas orações pessoais sem sujeito. No entanto, precisamos fazer alguns destaques. Em Almeida (1962), deparamos com uma interessante formulação “Verbos impessoalizados na passiva”, o que dá uma indicação de que, na visão desse autor, há proximidade entre passividade e indeterminação, afinidade essa que exploraremos adiante. Bechara (1976) retorna à questão da indeterminação por meio da 3ª pessoa do singular. No item anterior, já nos posicionamos acerca de tal possibilidade. A hipótese de que uma construção como *Precisa consertar essa maçaneta* advenha de uma redução de *Precisam consertar essa maçaneta* ou de *Precisa-se consertar essa maçaneta* não nos parece mais plausível do que a posição que já expomos por dois motivos: a passagem de plural a singular em formas em que se acentua a saliência fônica não nos parece percurso provável e, além disso, no caso da possível queda do clítico que justificaria a forma de 3ª pessoa do singular indeterminadora esbarramos no fato de que tal forma de indeterminação, segundo sabemos, é muito mais afeita à língua escrita do que à falada, não havendo, portanto, sustentação sólida o suficiente para que tal processo se desse na língua corrente. Por outro lado, temos que reconhecer a impossibilidade de descarte de tal hipótese, porquanto concorde com o movimento de queda dos clíticos no PB. Além disso, é fato que o uso desse clítico já se deu em volume mais expressivo em linguagem oral do que hoje. Mesmo assim, consideramos nossa posição apresentada no item anterior mais viável como leitura de tal processo que redundou na 3ª pessoa do singular, sem se, como forma indeterminadora. Retornando à análise das conceituações, notamos que nenhum

<sup>257</sup> ROCHA LIMA: 2003, p. 235.

dos três primeiros autores menciona a questão da transitividade verbal no caso do aporte com clítico *se*, embora nenhum deles, nas exemplificações, utilize-se de verbo transitivo direto. De todo modo, a restrição explícita vem nas palavras de Rocha Lima (2003). A respeito de tal questão, posicionar-nos-emos a seguir.

É preciso destacar que, das duas estruturas apontadas como passíveis de expressar morfossintaticamente orações deste tipo, a mais produtiva é, claramente, a que apresenta o SV nucleado por verbo na terceira pessoa do plural. A forma constituída por verbo na terceira do singular seguido por *se* é muito mais afeita ao registro escrito e, mesmo assim, em situações de maior formalidade, em atenção às recomendações advindas das lições gramaticais.

É fator distintivo das orações pessoais sem sujeito a utilização de verbos que contenham o traço [+humano],<sup>258</sup> característica já indicada anteriormente, a respeito desse tipo de oração: “Refere-se sempre a ente humano.”<sup>259</sup> Aqui acrescentamos que o referido traço [+humano] é característico das construções em 3ª pessoa do plural, como elucidaremos adiante. A possibilidade de construções como *\*Desabrocharam inesperadamente* ou *\*Rugiram de forma assustadora*, pressupondo-se, claro, impossibilidade de remissão elíptica, só fica salvaguardada da agramaticalidade na esfera literária. Esse traço reforça a faceta marcada e prototipicamente pessoal dessas construções. Perini alerta-nos de que, em uma oração como *Quebraram a janela*, “fica subentendido que foi uma pessoa; a janela não poderia ter sido quebrada pelo vento, nem por um terremoto, nem por um passarinho que se chocou contra o vidro”.<sup>260</sup> Ainda, em nota de pé de página, o mesmo autor afirma que uma construção como *Quebrou-se a janela* expressa maior consciência por detrás da ação.

A questão, para nós, em jogo na caracterização da distinção entre a 3ª do plural e a 3ª do singular com o *se* não repousa apenas no grau de intencionalidade por detrás da ação, mas, sobretudo, na própria questão da indeterminação. Hawad defende a posição de que as construções com *se* correspondem ao grau máximo de referenciação genérica, ao dizer que “o que caracteriza a construção com *se* como distinta dos demais recursos léxico-gramaticais para a não identificação do Ator é a máxima indefinição quanto à categoria de pessoa”.<sup>261</sup> Ainda nos informa que “a

<sup>258</sup> Cf. AZEREDO: 2008, pp. 226- 227.

<sup>259</sup> SAID ALI: 1966a, p. 268.

<sup>260</sup> PERINI: 2010, p. 84.

<sup>261</sup> HAWAD: 2006, pp. 303-305.

construção com *se* é a única que não encerra qualquer marcação de pessoa do discurso. [...] A configuração léxico-gramatical com clítico *se* equivale a uma neutralização da oposição de pessoa”. Neves dá respaldo a tal visão ao afirmar que as construções com *se* são “tipicamente genéricas, isto é, de **sujeito** maximamente **indeterminado**, já que todas as **pessoas** do discurso ficam abrangidas [...]”.<sup>262</sup> Para Hawad, é por tal razão que, em textos escritos, a utilização do *se*, em construções indeterminadoras, “é um recurso para conferir mais peso ao ponto de vista do autor, correspondendo assim a uma alternativa de maior peso argumentativo”.<sup>263</sup> Dentre outros exemplos, apresenta-nos esta sentença, extraída de editoriais/artigos de jornais: “*Visto ser impossível eliminar de imediato todas as formas de poluição, pergunta-se: qual delas é prioritária?*” Considerando que o *se*, além do traço [+humano] inclui também o traço [+grupo], Hawad (2006)<sup>264</sup> conclui que, com o uso desse pronome, fica a sugestão de que tal pergunta seria de toda uma coletividade, embora formulada pelo autor do texto em questão. Azeredo concorda com tal visão, ao nos relatar que

Em qualquer variedade da língua, o uso do pronome *se* como recurso de indeterminação permite que o enunciador *se* inclua, não como indivíduo, mas como parte do grupo social, na referência genérica e indeterminada do sujeito.<sup>265</sup> (AZEREDO, 2008, p. 226)

Retornando agora à questão da intencionalidade por detrás das duas construções (3ª do plural ou 3ª do singular, seguida de *se*), pensamos que a questão de traço [+humano] precisa ser problematizada. No exemplo dado, *Quebrou-se a janela*, se admitirmos que sua leitura indeterminada ainda apresenta alguma flutuação com uma leitura passiva (*A janela foi quebrada.*), teríamos que aceitar a possibilidade de que um passarinho ou o vento tivesse quebrado a janela. Tal leitura implicaria que a indeterminação de agente com *se*, em comparação à indeterminação com a 3ª do plural, na formação das orações sem sujeito pessoais, possibilitaria, então, um recorte [-humano], o que seria absolutamente compatível com essa ser a forma maximamente indeterminada. Se tal hipótese estiver correta, teremos que admitir que, então, obviamente, o traço [+intencional] é mais

<sup>262</sup> NEVES: 2000, p. 464. Grifos da autora.

<sup>263</sup> HAWAD: 2006, p. 306.

<sup>264</sup> *Idem*: *ibidem*, p. 306.

<sup>265</sup> Lemos aqui a “indeterminação do sujeito” como indeterminação do agente/ experimentador/ causador.

evidenciado justamente na construção com 3ª pessoa do plural e que também o traço [+humano] é privativo dessa mesma construção.

Por outro lado, é preciso reconhecer que há, na exemplificação oferecida por Perini,<sup>266</sup> a própria questão da semântica do verbo. Se tomássemos um verbo como *vender*, a exemplo de tantos outros, ele necessariamente requereria agente e traria o traço [+humano]. O mesmo não é válido para o verbo *quebrar* e outros. Precisamos, neste ponto, explicitar a posição a que temos aderido ao longo deste trabalho, mas sem ainda trazê-la à baila. Para Perini (2006)<sup>267</sup>, o papel semântico de agente não necessariamente inclui o traço [+animado], já para Gasser (s.d.), sim. Para este autor, quando da prevalência do traço [-animado], tem-se, então, o causador e é de tal visão que temos compartilhado ao longo de nosso trabalho. Pensemos no caso de *amassar*: *Aqueles moleques amassaram o capô do carro./O peso das caixas amassou o capô do carro*. No primeiro caso, para Gasser (s.d.) teríamos um agente e, no segundo, um causador. Não nos parece lícito que o segundo possa corresponder à indeterminação *Amassaram o capô do carro*, mas talvez o possa quanto à construção *Amassou-se o capô do carro*. Insistamos nessa ordem de argumentos com outros exemplos: *Os funcionários carregaram a mercadoria./ Os caminhões carregaram a mercadoria*. Notemos que aqui, na segunda oração, sequer se trata mais de um causador, mas sim de um continente ou meio. A sentença *Carregaram a mercadoria* só é opção, a nosso ver, para o primeiro caso. No segundo, como, em termos semânticos, situamo-nos bastante afastados de relações envolvendo agente/causador, temos dúvidas sobre a possibilidade de *?Carregou-se as mercadorias*, com manutenção de sentido indeterminador. Voltando a *Quebrou-se a janela*, insistimos que, em primeiro lugar, o agente não precisa ser humano e, em segundo lugar, tratando-se de um causador, sequer precisa ser animado. Para Perini (2006)<sup>268</sup>, como isso não o desabilita da condição de agente, não há qualquer problema em se falar de indeterminação de agente. Já para Gasser (s.d.), o vento, por exemplo, seria, necessariamente, um causador. Dessa forma, entendemos que a restrição de traço [+humano] às orações sem sujeito pessoais aplica-se àquelas construídas com verbo na 3ª pessoa do plural. Aliás, à exceção de Perini (2010), os demais autores em que encontramos menção a esse traço, sempre a sustentaram com exemplificação por meio de frases

<sup>266</sup> PERINI: 2010, p. 84.

<sup>267</sup> *Idem*: 2006, p. 123.

<sup>268</sup> PERINI: 2006, p. 123.

com essa construção. Em *Amassou-se o capô do carro*, temos que levar em consideração, pelo menos, estes fatores: há aí o grau máximo de indeterminação, a possibilidade de agente com traço [-humano] (enfatizamos que se trata de uma possibilidade e não de uma seleção obrigatória), a plausibilidade de fato implicado por um causador, a motivação semântica do verbo que não exige agente humano, a constatação de que há contextos ainda “em disputa” entre indeterminação e passividade.<sup>269</sup> Tanto é verdadeira a última afirmação que temos que admitir que tal sentença pode receber como paráfrases intuitivas tanto *Amassaram o capô do carro* quanto *O capô do carro ficou amassado*. A combinação de todas essas características leva-nos à conclusão de que podemos estabelecer a diferença entre construções de 3ª do plural e 3ª do singular com se dentro dos parâmetros propostos no quadro abaixo:

ORAÇÕES SEM SUJEITO PESSOAIS		
	3ª PESSOA DO PLURAL	3ª PESSOA DO SINGULAR + SE
<b>Nível de indeterminação</b>	Elevada	Máxima
<b>Traços</b>	[+humano]	[+ou -humano] e [+grupo]
<b>Papéis semânticos envolvidos</b>	Agente e experienciador	Agente, Causador e experienciador
<b>Carga de intencionalidade</b>	Maior	Menor
<b>Registro predominante</b>	Oral e informal	Escrito e formal
<b>Caracterização estilística</b>	Menor força argumentativa	Maior força argumentativa

Quadro 27: Orações sem sujeito pessoais.

Três comentários adicionais precisam ser feitos a respeito do quadro acima. Primeiro que a distinção entre agente e experienciador é sutil. Este é o ser que é sede das sensações que lhe são involuntárias, como *ver* ou *ouvir*. Já agente pressupõe controle/ inclinação prévia às ações, como *olhar* ou *escutar*. Dessa maneira, identificamos agente em *Olham para qualquer um que seja famoso/Olha-se para qualquer um que seja famoso* e experienciador em *Não veem que está tudo bagunçado aqui/Não se vê que está tudo bagunçado aqui*. Nesses exemplos a distinção já é de certa sutileza, como destacamos. Fossem verbos como *amar*, *gostar*, *adorar* essa fronteira tornar-se-ia, a nosso ver, ainda mais frágil. Qual é a

<sup>269</sup> Tal situação será próxima e devidamente abordada.

demarcação para estabelecimento de um agente ou experienciador no caso de tais verbos?

Também é necessário observar que, ao afirmarmos que as construções com clítico são mais afeitas ao registro formal, precisamos relativizar que essas, no mínimo se dão em contextos com algum grau de monitoramento linguístico, mesmo que não seja propriamente formal. Como última observação ao quadro acima, cabe atentarmos para o fato de que construções sem sujeito pessoais clíticas admitem, segundo nossa visão, tanto a presença do traço [+humano] quanto [-humano]. No entanto, o traço [+grupo] só é perceptível, quando se dá em conjunto com o [+humano].

Ainda é preciso atentar para com quais grupos verbais as construções em 3ª pessoa do plural fazem-se mais perceptíveis. Na verdade, parece-nos que tal descrição ainda não se encontra claramente caracterizada nos estudos linguísticos. Tal processo não é, por exemplo, produtivo com verbos predicativos. Segundo Azeredo, a indeterminação com 3ª do plural dá-se “amiúde com verbos de ação como *roubar* (***Roubaram*** *minha carteira e eu não percebi*), de comunicação verbal (***Dizem*** *que ele ficou louco*) e de cognição (*Aqui* ***acham*** *que ela é viúva*)”<sup>270</sup> [grifos do autor]. Acrescentamos aí os verbos prototípicos de ação (causativos), os judicativos (*pensar, julgar, ajuizar, etc.*), os transferenciais (*entregar, dar, enviar, etc.*), os volitivos (*desejar, querer, pedir, etc.*) e modalizadores mais gerais (*poder, dever, etc.*). Mas, como afirmamos, tais grupos de verbos ainda não foram devidamente caracterizados nos estudos de língua portuguesa.

#### 7.4 Construções em se e a questão indeterminação versus apassivação

Há, claramente, na análise específica da construção sem sujeito pessoal com se um debate candente que não pode ser aqui negligenciado e ao qual nos dedicaremos, a partir de agora, na sequência deste trabalho.

Citamos na abertura deste item trecho do artigo de José Jorge Paranhos da Silva de 1881 que exemplifica transparentemente o quanto tal discussão tem mobilizado as discussões gramaticais há mais de um século:

<sup>270</sup> AZEREDO: 2008, p. 226.

Tem-se dito em Portugal que se, junto de um verbo activo, o torna passivo, devendo ser considerado como seu sujeito o que seria paciente, si não houvesse a partícula se; isto é, dizem elles, si o verbo continuasse a ser activo. Assim, dizem querem-se cousas, sentem-se dores, como equivalendo a cousas são queridas, dores são sentidas. (BECHARA, 2005, p. 349)

Após lançar mão de argumentos, como “seria torcer de mais as palavras da língua, que **se quer alatinar**, o dizer que isto [*se aprenderem a fazer versos*] equivale a *versos são aprendidos a fazer*” [grifo nosso], Silva (1881),<sup>271</sup> coloca-nos diante desta reflexão:

Muito pouco razoável parecerá o dar a se o poder de apassivar os verbos, si algum dos enumerados disser: <Para se adquirir instrução é preciso comprarem-se ou tomarem-se emprestados livros, e lerem-se elles (sendo sujeito, não póde dizer sinão elles); para isto é preciso ter-se dinheiro, ou terem-se amigos possuidores de livros> (não se póde empregar o primeiro verbo só, tendo por pacientes os substantivos dinheiro e amigos). (BECHARA, 2005, p. 351)

Sobre as posições em si do autor, não as vemos como reivindicáveis em seu conjunto, até porque reconhecemos a propriedade apassivadora do *se*, como uma das possibilidades de ação morfossintática do clítico em questão, inclusive apreensível historicamente na língua como detalharemos. Contudo, os depoimentos de José Jorge Paranhos da Silva, defensor da adoção de uma ortografia que marcasse as distinções entre a pronúncia brasileira e a europeia— o que nos esclarece a intensidade de sua oposição a uma norma, segundo o próprio, exarada de Portugal—, servem, antes de tudo, para exemplificar o quanto a percepção de uso linguístico, já em fins do séc. XIX, chocava-se com a norma pretendida universal para a interpretação do clítico *se*. Além disso, também nos oferecem a oportunidade de contemplar a datação pretérita de tal debate e a permanência de parte de suas argumentações.

Ao destacar o trecho da última citação de Silva (1881), pusemos em destaque a ideia de *se* “alatinar” o português. Ora, todos sabemos que a história do próprio processo de gramatização lusófona é eivado de latinismos,<sup>272</sup> isto é, há inúmeros

<sup>271</sup> BECHARA: 2005, p. 349.

<sup>272</sup> Justiça seja feita à constatação de que a visão de que as línguas românicas correspondem a uma degradação do latim estão inseridas em processo histórico bastante complexo. De modo geral, a sombra do latim sempre perseguiu suas descendentes linguísticas. Possivelmente, o único momento histórico em que é factível



exemplos de análise em que se transpõe dada estrutura ou sua nomenclatura do latim à língua portuguesa de forma artificial, segundo a justificativa explícita ou não de que, se de certo modo era em latim, assim também haveria de ser em português. Frequentemente, essa transposição é feita a partir do latim clássico diretamente para o português, como se o latim vulgar não houvesse existido e, pior, como se não fosse dele nossa real genealogia linguística. Não pretendemos aqui discutir o quanto há de prescritivo em tal análise, até porque isso constituiria uma ilação inoportuna e, no mais, é preciso reconhecer com o devido equilíbrio que os instrumentos teóricos de análise linguística de que se dispunha em grande parte da história do estudo gramatical eram muitíssimo limitados. De todo modo, assistimos até hoje, no alvorecer do século XXI, à insistência em análises que parecem partir tão somente da premissa mencionada.

Vejamos o caso da chamada voz passiva sintética nas gramáticas normativas de língua portuguesa. Em latim, o parâmetro morfológico verbal era, em grande medida, regulado por uma simetria muito grande entre tempos do *inflectum* e tempos do *perfectum*, conforme sistematizados por Varrão e que assim nos chegaram. Já em grego, a sistematização que estabelecia padrões morfológicos era entre tempos primários e secundários. Ambas as línguas apresentavam forma verbal passiva morfológicamente marcada, constituindo uma verdadeira passiva sintética. No caso do latim, a constituição passiva se dava de forma diferente, conforme a divisão a que fizemos alusão: nos tempos do *perfectum*, se dava a passiva analítica, construída em nível sintático; já para o *inflectum*, só havia a possibilidade da construção sintética por meio de “flexão” morfológica que marcava a passividade do verbo e implicava a alternância de papéis temáticos, sem modificar os casos dos demais constituintes oracionais. Assim, um sujeito passivo continuava a ser expresso pelo nominativo. A “desinência” de voz do *inflectum* acabou por se generalizar a todas as formas verbais latinas.<sup>273</sup>

Como demonstrativo, tínhamos, por exemplo, para o verbo *amare*, no presente do indicativo a conjugação:

*Amo*  
*Amas*

---

perceber as línguas neolatinas com maior desvinculação da Gramática Latina é no Renascimento, justamente no nascedouro do processo de gramatização dessas línguas. Cf. AUROUX (1992).

<sup>273</sup> SILVA: 2001, p. 85.

*Amat*  
*Amamus*  
*Amatis*  
*Amant*

Os morfemas em destaque correspondem às desinências cumulativas número-pessoais latinas. Ocorre que há mais uma noção gramatical incorporada por tais morfemas, além das categorias de número e pessoa, a noção de agentividade. Aqui, mais uma vez, inclusive por conta do verbo escolhido (protótipo de conjugação regular latina), precisamos destacar que o SN sujeito de tal verbo estaria, em nível semântico, factível da interpretação como experienciador. No entanto, para efeitos de simplificação, faremos a referência a *agente/agentividade* em um sentido mais abrangente que incorpora aí também o já citado experienciador. Retomando a questão desinencial das formas verbais latinas, é preciso considerar que os referidos morfemas são cumulativos de três categorias: pessoa, número e voz. Da mesma forma, temos em latim, também no presente do indicativo, uma conjugação passiva:

*Amor*  
*Amaris*  
*Amatur*  
*Amamur*  
*Amamini*  
*Amantur*

Os morfemas em destaque na conjugação de “ser amado” equivalem às desinências cumulativas de pessoa, número e voz, nesse caso, passiva. Constate-se que, não por acaso, na organização de boa parte das gramáticas de língua latina, o item voz vem enquadrado no estudo morfológico e não no sintático.

Quanto ao chamado *agente da passiva*, em latim, correspondia ao caso ablativo, quando se referindo a ser animado, antecedido pelas preposições *a* ou *ab*. Note-se que tal caso é o mesmo que expressa variada ordem de adjuntos adverbiais latinos. Ao que tudo indica, esse comportamento sintático de circunstancializador, no caso de causa, se mantém no português atual no que se refere ao tradicionalmente denominado *agente da passiva*.

Oportuno é tomarmos contato com um dado de diacronia da língua latina que nos é ofertado por Silva Jr. (1881), acerca da formação progressa da passiva morfológica sintática do latim clássico:

O processo, pois, de apassivar os verbos, juntando-lhes se [acusativo latino] às 3<sup>as</sup> pessoas e ao infinitivo impessoal dos verbos, já era conhecido dos romanos. A forma passiva primitiva era amo-SE, amarem- SE, etc., que, pelo rhotacismo, mudança característica no latim e nos dialetos escandinavicos, converteu-se em amoRe, donde amoR. (BECHARA, 2005, p. 370. Grifos do autor.)

Feita tal incursão diacrônica na língua latina que nos permitiu tomar contato com um dado, para além de evolução fonomorfológica, que demonstra já em latim algum grau de afinidade entre reflexividade e passividade, constatemos que, no caso da língua latina, de fato, estávamos diante de uma forma sintética, morfológica marcada e decomponível em termos de constituintes imediatos do vocábulo. O que se dá quanto à chamada passiva sintética em português é de ordem claramente diversa. Sequer cabe se falar em categoria de voz em nossa língua, uma vez que a mesma se dá em nível sintático. E, ainda para a compreensão do lastro histórico de tal questão, historicizemo-la um pouco mais, uma vez que até agora só falamos sobre o latim clássico. A passiva sintética perdeu-se cedo no latim vulgar. A esse respeito, trazemos à discussão esta constatação:

Com a perda da passiva antiga, não há propriamente categoria de voz no latim vulgar, mas não faltam por isto recursos para a expressão da passiva, como já na língua clássica estes não faltavam para a expressão da voz reflexa.

A noção de passividade se exprimia de dois modos:

a) pela perífrase se 'sum' + participio passado, que representa apenas a extensão de um processo antigo— em lugar de 'sum' admitiam-se às vezes outros verbos auxiliares, e.g., 'venio' e 'fio';

b) freqüentemente com o pronome reflexivo de 3<sup>a</sup> pessoa. (MAURER JR.: 1959, p. 177)

Percebemos claramente já no latim vulgar as formas de construção que seriam consagradas como casos de passividade portuguesa. Chamamos ainda a atenção para um dado que também nos soa relevante. Segundo o mesmo autor, e tal fato parece-nos bastante consensual dentre os estudiosos, o latim vulgar é uma língua analítica. Isso põe em xeque uma série de construções sintéticas do latim clássico,

como os próprios casos nominais. Assim, poderíamos entender que a universalização da chamada passiva analítica em língua portuguesa, especialmente na vertente brasileira — ao menos para a oralidade, tal dado parece inconteste — segue uma deriva já iniciada no latim vulgar. Pode-se também supor que a expansão da passiva analítica do latim vulgar esteja ligada a um enfraquecimento da tão simétrica oposição aspectual entre *infectum* e *perfectum* na língua clássica. E quanto a isso, há fatos confirmadores no próprio latim vulgar: no indicativo, o futuro imperfeito desaparece, sendo suprido pelo presente; o futuro perfeito fica restrito a algumas construções subordinadas, especialmente temporais e condicionais; o pretérito perfeito enfraquece-se em sua perfectividade.<sup>274</sup> O enfraquecimento da oposição de aspecto então deve ter permitido a tempos do *infectum* associarem-se a uma construção que continha um particípio passado, de caráter claramente perfectivo.

É oportuno lembrarmos aqui dos verbos depoentes do latim clássico, formas que só conheciam a desinência de voz passiva, como *nascor* (“nascer”), *patior* (“sofrer”), *reor* (“julgar”). Os mesmos não chegaram até nós, mas podemos no PB flagrar construções que mantêm claro parentesco com o comportamento depoente, como: *Já vim de casa almoçado/ Todos os obstáculos já foram passados/ Ele é um sujeito muito viajado*. Nessas construções o que encontramos é um processo de construção plenamente analítica, dado no próprio curso sintático da oração. A título de curiosidade é essa a mesma estrutura básica que vemos hoje no inglês em alguns verbos que também manifestam essa “depoência” em nível analítico, por exemplo, em *I was born in 1975*.

Quanto à origem histórica do clítico se português, retornemos ao latim por meio do paradigma de pronomes pessoais na língua clássica:

Pronomes Pessoais							
PESSOA e NÚMERO		NOMINATIVO	VOCATIVO	ACUSATIVO	DATIVO	GENITIVO	ABLATIVO
SINGULAR	1 <sup>a</sup>	Ego	----	Me	Mihi	Mei	Me
	2 <sup>a</sup>	Tu	Tu	Te	Tibi	Tui	Te

<sup>274</sup> Cf. MAURER JR. (1959).

	3 <sup>a</sup>	----	----	Se/Sese	Sibi	Sui	Se
PLURAL	1 <sup>a</sup>	Nos	----	Nos	Nobis	Nostrum/Nostri	Nobis
	2 <sup>a</sup>	Vos	Vos	Vos	Vobis	Vestrum/ Vestri	Vobis
	3 <sup>a</sup>	----	----	Se/Sese	Sibi	Sui	Se

Quadro 28: Pronomes pessoais latinos.

Destacamos, no quadro acima, as formas de singular e plural da 3<sup>a</sup> pessoa, neutralizadas que eram em latim e inexistentes nos dois casos ditos retos<sup>275</sup>. Como é de conhecimento notório, a terceira pessoa do português, origina-se do demonstrativo latino já no período vulgar, carregando consigo forte marca nominal, de variação de gênero e número, característica não prototípica dos pronomes portugueses, ao menos não dos pessoais, como considerados por nós.<sup>276</sup> Já nos casos ditos oblíquos vemos a forma de 3<sup>a</sup> pessoa. Como sabemos que a formação lexical portuguesa é tributária do acusativo latino, eis o nosso *se*. Tomado nesse sentido, de fato a tese, por muitos defendida, da atribuição primordial reflexiva para tal pronome recobre-se de sentido.

Aprofundemos, então, a análise do *se* reflexivo. Said Ali (1966a) alerta-nos para o fato de que tal pronome corresponde, em nossa língua, à forma coincidente entre reflexividade e reciprocidade. Ainda destaca o fato de que verbos pronominais como *arranhar-se*, *molhar-se*, *sujar-se*, *machucar-se*, *afogar-se*, *ferir-se* e outros podem indicar reflexividade (*Em um momento de desespero e desgosto com a vida, ele se feriu irracionalmente*), donde concluímos que, em tal acepção, seus SNs sujeitos expressam papel simultâneo de agente e de paciente; como também podem expressar acontecimento involuntário, situação em que o SN sujeito corresponderia a um experienciador (*Utilizando erradamente aquele aparelho, ele se feriu*).

<sup>275</sup> É curioso que, dentro de uma ótica de deriva linguística, por um lado o latim não apresente a 3<sup>a</sup> pessoa das formas retas e que hoje no português, em vertente brasileira especialmente, a 3<sup>a</sup> pessoa seja uma importante “porta de entrada” para a reformulação da malha flexional de nossa língua. A esse mesmo respeito, é pertinente ainda comentar que também em grego não há forma de pronome pessoal para a 3<sup>a</sup> pessoa no singular nominativo. A especificidade da 3<sup>a</sup> pessoa parece realmente se confirmar, como nos diz Benveniste (2005, pp. 248-259), em termos discursivos, por meio da marca reiterada da “não pessoa”, uma vez que a mesma se encontra fora do turno discursivo que engloba necessariamente as duas primeiras pessoas, hipótese confirmada por levantamento feito por esse autor em várias línguas: semítico, turco, ugro-fínico, húngaro, georgiano, caucásico, dravídico, esquimó, a maior parte das línguas nativas ameríndias, lituano. Em todas essas línguas, a 3<sup>a</sup> pessoa corresponde a algum nível de especificidade que a distingue claramente, em termos morfológicos, das outras duas. Acrescentamos aí o inglês contemporâneo que distingue a 3<sup>a</sup> pessoa, em termos flexionais, por ser a única marcada quando da flexão verbal no presente do indicativo.

<sup>276</sup> Fato já exposto no capítulo IV deste trabalho.

Podemos situar em tal ponto a distinção entre as vozes reflexiva e média portuguesas, ambas partilhando do mesmo *se*: em construções denotadoras de intencionalidade, trata-se de um reflexivo; já quando prevalece o accidental/involuntário, temos a voz média. Portanto, *Ele se cortou*, em função do contexto, pode conter *se* reflexivo ou médio.<sup>277</sup> Ainda consideramos que nos ditos verbos pronominais estamos diante de exemplificação de voz média. Importa-nos, para nossos propósitos, ter bem estabelecido o fato de que o clítico *se* português acumula distintas interpretações, dentre as quais, estas de que agora nos ocupamos. Tal coincidência de formas, de modo algum, é exclusivo do português. Em grego clássico, por exemplo, a voz média e reflexiva compartilhavam de um mesmo morfema adjunto às formas verbais. À exceção dos tempos aoristo e futuro, dava-se, nos demais tempos do indicativo grego, a coincidência de um mesmo morfema cumulativo para voz passiva, voz média e voz reflexiva.<sup>278</sup> Segundo Silva Jr. (1881),<sup>279</sup> nosso *se*, em suas múltiplas acepções, provém da forma indo-europeia *\*sva* (pronome pessoal sem gêneros). Exemplos outros, sem distinção de categorias gramaticais de gênero ou número, são-nos fornecidas pelo mesmo autor pela atestação das formas *sè* em pracrítico ou *á-sja* em indiano antigo. Quanto à amplitude de valores e reiteração dos mesmos em uma única forma, há vigoroso lastro em outras línguas indo-europeias de processos similares:

Em sanscrito a voz média também servia de passiva; o médio latino, que era idêntico ao passivo ou depoente [...] também podia ser expresso pelo activo seguido do pronome reflexo (*se delectare, se abstinere...*), e esta última forma foi a preferida pelas línguas modernas. (BECHARA, 2005, p. 369)

O mesmo autor ainda relata-nos que, frequentemente, a voz passiva não corresponde à forma primitiva no tronco indo-europeu. Já sobre a voz média, faz a ressalva de que, no sânscrito, esta é tão primitiva quanto a ativa.

No curso de seu artigo, conta-nos que em valáquio utiliza-se “para substituir a perífrase da passiva, o acusativo como forma reflexa”<sup>280</sup> e ainda diz que no eslavo a sequência *f'alê su* é ambígua, podendo ser entendida como *eu me louvo* ou *sou*

<sup>277</sup> Sobre distinções mais aprofundadas entre voz reflexiva e média, indicamos CAMARA JR. (1974) e também CAMACHO (2006).

<sup>278</sup> Apesar disso, destaque-se que, segundo Horta (1983, p. 136), a língua grega apresentava poucos exemplos de reflexividade, prevalecendo a interpretação de voz média. Por isso, muitas gramáticas gregas nem mesmo categorizam a voz reflexiva em suas descrições.

<sup>279</sup> BECHARA: 2005, pp. 368-376.

<sup>280</sup> BECHARA: 2005, p. 370.

*louvado*. Já nos, assim referidos, dialetos escandinavos, o pronome reflexivo *sik* passou a se comportar como sufixo de valor reflexivo, mais tarde contraindo-se para *sk* e passando a *st* que, no curso evolutivo dessas línguas, também passou a servir como sufixo apassivador de verbos.<sup>281</sup>

De posse de todos esses dados, não nos cause estranheza de qualquer ordem a proliferação de valores que a forma *se* expressa hoje em português, indicando reciprocidade, voz média, passividade e indeterminação. O valor de reciprocidade, avaliamos, é um valor derivado da própria reflexividade em dados contextos que exigem participação mútua: *abraçar-se*, *cumprimentar-se*, *despedir-se*, etc. Já a voz média, que urge ser mais aprofundadamente estudada em português sincrônica e diacronicamente, é o que está na base dos chamados verbos pronominais, ao menos em sua maioria. Sobre os valores de passividade e indeterminação, historicamente sucessivos e, da forma como analisamos, concorrentes em português hoje, ainda receberão um debruçar mais enfático. Ainda resta um valor, lembrado a nós por Said Ali, que é o de mero realce, como no caso de *ir-se*.

Por ocasião da nova menção a esse autor, ele chama a atenção para formas outras verbais que não evidenciam quaisquer indícios de reflexividade, como *espantar-se*, *enganar-se*, *convencer-se*, *enfadar-se*, *aborrecer-se*, *zangar-se*, *enfurecer-se*, *apaixonar-se* e muitíssimos outros de comportamento similar. Detectamos em todos esses verbos um traço comum: a necessidade de um SN que desempenhe o papel temático de experienciador. Ainda acerca de tais verbos, há mais uma interessante observação a se fazer, de que os mesmos corresponderiam em termos de significado (obviamente que tomado em nível superficial) a formas como *ficar espantado*, *ficar/estar apaixonado* e assim por diante. Seria essa uma possível porta de entrada, na história da língua, para que os falantes tenham reanalisado o até então pronome medial como índice de passividade? Expandindo tal reflexão, pensemos em um enunciado simples como *X apaixonou-se por Y*, em que X corresponde a qualquer SN sujeito e Y a qualquer SN “agente da passiva”.<sup>282</sup> Uma possibilidade de análise semântica dessa construção é que X seja o experienciador e Y a fonte. Tais verbos, descritores de sentimentos/sensações, estando inseridos no plano em que estão, possivelmente, tornam-se mais

<sup>281</sup> BECHARA: 2005, pp. 370- 371.

<sup>282</sup> Insistimos que o “agente da passiva” se trata de um adjunto adverbial. Pereira (1942, p. 333) denomina tal termo *complemento terminativo de causa eficiente*, a título de ilustração de como não é pacífica a postulação e a análise de terminologia nesse caso.

suscetíveis a expansões metafóricas. Em outra leitura, perfeitamente plausível, Y pode ser lido como fonte ou mesmo agente, dada a possibilidade da referida extensão de nível de linguagem e X como alvo/meta. Como sabemos, o papel temático de alvo ou meta tem pontos de contato com o de paciente. Em uma construção prototipicamente ativa, com sujeito agente, o objeto expressará um desses papéis. Portanto, parece-nos bastante razoável imaginar que os falantes de uma língua passem a atribuir a percepção de paciente a um outrora alvo. Essa é tão somente uma possibilidade aludida a partir dos levantamentos aqui apresentados.

A respeito das formas, apontadas por Said Ali, como tipicamente reflexivas, *gabar-se, lamentar-se, vangloriar-se, despir-se, encaminhar-se, levantar-se, vestir-se, abaixar-se, formar-se, ajoelhar-se, calar-se, mudar-se* e muitíssimas outras, ele destaca que, sobretudo nas formas indicadoras de movimento, o pronome é muitas vezes omitido: *mudar/mudar-se, ajoelhar/ajoelhar-se, abaixar/abaixar-se, calar/calar-se*, etc. Aqui nos interessa destacar que tal processo hoje se encontra mais avançado no conjunto do PB. Exemplos temos em *Vou te ensinar como é que planta feijão./Eu formei em Biologia./Zangaram com ele*. Esse nível de queda de clíticos é muito bem exemplificado em dialetos como o mineiro ou o goiano e é indicador de um caminho possível e aberto em nossa variedade de português.

Da relação apresentada no parágrafo anterior, não estamos concordes que todas as formas apontadas sejam “tipicamente reflexivas”. Comparemos *gabar-se* com *despir-se*. Este possui no *se* um autêntico complemento verbal que poderia ceder lugar a qualquer SN que fosse aí semanticamente compatível. Já aquele, embora encontremo-lo registrado não pronominalmente no dicionário *Aurélio*, em seu uso diuturno na língua só se verifica em formato pronominal. Desse modo não incorremos em qualquer sombra de receio em afirmar que *\*A mãe gabou o diretor pela correta condução da escola* não demonstra qualquer curso minimamente válido como realização linguística plausível no português hoje realizado.

Ainda sobre essa questão da cliticização em língua portuguesa é interessante notar que entre o século XV e meados do XVI havia um vasto número de verbos pronominais, em geral, tomados como intransitivos e que, no uso atestado, alternavam-se com suas versões não reflexivas: *decer/decer-se, temer/temer-se, tornar/tornar-se, trabalhar/trabalhar-se, recear/recear-se, soar/soar-se, sair/sair-se*.



Além dessas alternâncias, havia ainda os verbos que, efetivamente, perderam seu clítico no curso da língua, como: *acontecer-se, ir-se, partir-se, vir-se*.<sup>283</sup>

Como forma de ainda corroborar a relação entre reflexividade e passividade, atentamos para quando o SN sujeito, em construções mediais, traz o traço [-animado]. Nesse caso, tal SN representará o paciente: *O apartamento (se) incendiou todo/ O céu recobriu-se de cinzas/ A mesa se partiu ao meio*. Estendendo tal raciocínio, chegaremos a casos interessantes como *A estátua se ergue no centro da praça*, em que o verbo, de caráter estativo, parece desempenhar a mesma função da que verificamos nos ditos copulativos, quando deslocados de seu ambiente de cópula para construções em que se faz necessário um complemento adverbial. Uma situação como essa última mencionada ainda carece de maiores investigações linguísticas: qual é o papel do *se* reflexivo aí? Como tal construção se instituiu na língua? Que relação sintática válida há na correlação semântica possível de estabelecer com os verbos copulativos de primeira ordem? O que emana do referido verbo não é um sentido de “estado” (em contraposição à ideia de noção, nos termos definidos pela descrição gramatical tradicional)? O verbo copulativo prototípico da língua portuguesa, *estar*, ao lado de *ser*, não advém de forma intransitiva latina, *stare* (estar de pé)?<sup>284</sup> Essa herança deixou legados em português? Intransitividade e copulatividade não têm em comum a marca não agentiva de seus SNs sujeitos? Não temos, por ora, respostas satisfatórias a todas essas perguntas.

Bagno<sup>285</sup> apresenta uma proposta de tratamento para a questão que denomina *pseudorreflexividade*. O autor calca sua argumentação em dois enunciados: *O gato se lambe para se manter sempre limpo* e *O livro se rasgou todo*. Para ele, o primeiro enunciado constitui a verdadeira expressão da reflexividade, porque sem o *se* teríamos aí duas orações agramaticais em português. Já o segundo caso corresponderia à *pseudorreflexiva*, já que é perfeitamente gramatical em português *O livro rasgou todo*. Concordando que só há expressão reflexiva no primeiro exemplo, damos ao segundo caso o entendimento expresso no parágrafo supracitado, acrescentando a visão de que tal processo se encaixa amplamente naquilo que identificamos como roteiro ergativizante em PB.

<sup>283</sup> Cf. SPINA: 2008, pp. 217-218.

<sup>284</sup> Curioso é que tal sentido modificou-se em português e outras línguas latinas, mas manteve-se inalterado nos verbos *stand* e *stay*, da língua inglesa, corroborando a tão propalada grande lexicalização latina nessa língua, consequência da colonização romana naquelas terras.

<sup>285</sup> BAGNO: 2009, p. 279.

Retomando os verbos “sensitivos” pronominais, essa série, em construções mediais, denotando acontecimentos “espontâneos”, “naturais” remete-nos à seguinte afirmação que transcrevemos:

A linguagem, aproveitando-se desta facilidade [construções mediais sem agente], torna o mesmo processo extensivo a casos de outra espécie e trata como se espontâneos fossem atos emanados de agente que não se quer ou não se sabe mencionar. Tal é a origem de ‘vendem-se casas’, ‘alugam-se quartos’, ‘alarga-se a rua’, ‘desbarata-se a fortuna’, etc. Mas aqui, sendo latente a noção do agente humano, costuma-se colocar o substantivo no lugar que compete ao objeto direto, isto é, depois do verbo. Algumas vezes basta trocar a ordem das palavras para alterar o sentido, como em ‘estragar-se a roupa’ e ‘a roupa estragar-se’. Como se tem em mente o conceito de alguém como agente, como sujeito psicológico, não se põe dúvida em dar ao substantivo caracteres próprios de objeto e se usa o pronome ‘se’ até com verbos intransitivos. (SAID ALI, 1966a, p. 179)

Percebemos nessa formulação o recurso a aspectos absolutamente subjetivos como “ter-se em mente”, contudo compreensíveis posto que formulados em um período muito anterior a importantes avanços dos estudos semânticos e cognitivos na investigação linguística. O argumento aí exposto, feita tal consideração, apresenta-se como habilidosa formulação em prol de uma leitura agora indeterminada para o pronome se. Em outra seção, adverte-nos o referido autor de que, a seu ver, o sentido passivo precede o indeterminado:

*[...] nas proposições do tipo ‘Vendem-se casas’ é latente a noção de um agente humano [...]. A circunstância de em ‘Vendem-se casas’ se dizer, como realmente se diz em linguagem culta, o verbo no plural, fazendo-o concordar com o substantivo que se segue, é um dos ilogismos gramaticais, em que se continua a manter a forma demandada pelo sentido originário sem atender a que este sentido se acha alterado. (SAID ALI, 1966a, p. 270)*

Sobre o “ilogismo gramatical”, é importante lembrar que a concordância que aí se faz com verbo no plural é apontada, por muitos estudos, como por força coerciva da norma, não compondo mais o acervo vernáculo da língua, ao menos não em PB. Esse autor nos apresenta também dados do latim vulgar que atestam usos das “passivas impessoais” com acusativo que, portanto, corroborariam sua última afirmação. Faz-nos ainda advertência de que com alguns verbos intransitivos o

formato medial imprime, obviamente no plano semântico, a ideia de ênfase: *X foi-se embora*.

Quanto ao recurso, até hoje produtivo em descrições gramaticais e aulas de português, de justificar a passividade de, por exemplo, *Alugam-se vagas para moças solteiras* pela suposta paráfrase *Vagas são alugadas para moças solteiras*, recorremos, mais uma vez, ao mestre Said Ali:

*O processo sophistico da substituição não é admissivel em uma analyze scientifica. Tomemos um exemplo da chimica. Si apresentarmos a um preparador de chimica um sal para analizar, e si elle não puder dar conta da tarefa por não possuir no seu laboratorio os reactivos necessarios ou por outra causa qualquer, não irá com certeza substituir o sal por outro e analizar o corpo B em vez do corpo A. Isto parece intuitivo; em grammatica, porém [...] queremos sempre ou por fas ou por nefas dar explicação de tudo e, o que é mais, sujeitar essa explicação a certos e determinados moldes fixos.*

[...]

*Assim, em vez de analizar directamete a frase vende-se uma casa, costumam autopsiar est'outra: uma casa é vendida [...]* (BECHARA, 2005, pp. 397- 398)

Adentrando tal seara, Hawad<sup>286</sup> propõe-nos a reflexão, em termos de descrição gramatical tradicional de três sentenças, às quais atribui estas interpretações, quanto ao sentido do se:

*Amam-se poucas pessoas neste mundo:* PASSIVA

*Ama-se a poucas pessoas neste mundo:* INDETERMINADO

*Poucas pessoas amam-se neste mundo:* REFLEXIVA

Aqui retornamos à questão proposta por Said Ali de que a mera inversão gera necessária diferença na análise linguística, segundo os postulados de descrição tradicional, o que pode perfeitamente ser sinalizador de problemas quanto a tal análise, uma vez que a língua portuguesa apresenta relativa flexibilidade para a inversão do SN sujeito de sua posição “canônica”, à esquerda da oração. Lembremo-nos de que, a partir do sujeito à margem esquerda, a oração canônica portuguesa perfaz uma sequência de subordinação sucessiva, respectivamente com o verbo e o complemento (quando existe) no SV.

---

<sup>286</sup> HAWAD: 2002, p. 26.

A autora ainda levanta duas ordens relevantes de ponderações. Por um lado, apresenta-nos a reflexão de que “o clítico se elimina um dos espaços sintático-semânticos do verbo, impossibilitando seu preenchimento, mas conservando implícito o valor semântico do espaço assim marcado, exatamente como ocorre no caso do sujeito indeterminado”.<sup>287</sup> O clítico se levaria a uma redução da potencial malha argumental do verbo “subtraindo efetivamente um de seus argumentos” (*idem*). Já em outro trecho, somos alertados para o fato de que até o séc. XVI o português admitia uma construção como *Alugam-se casas por mim*, em que o clítico não levou à eliminação do argumento de agente. Nesse ponto, a autora indaga concretamente quanto à aceitabilidade da eliminação de valências.

Mais adiante, apresenta-nos a uma reflexão bastante oportuna e que coloca a questão passividade *versus* indeterminação em outro patamar. Construções passivas e indeterminadas comungam de atribuições semântico-pragmáticas: ambas apresentam um “movimento” de “desfocamento” do agente. A partir daí, é possível pensar-se em um *continuum* de apagamento do agente que parte das construções passivas com agente explicitado e ruma para as indeterminadas. Essa visão compatibiliza-se com vários dados e informações que se fazem presentes em nosso trabalho. Em primeiro lugar, isso redimensiona o lugar ocupado pelos vários processos de indeterminação do agente, em termos de grau dessa mesma indeterminação, como visto no item anterior. Também encontramos, em tal ponto de vista, coerência para justificar os dados que temos apresentado que justificariam o percurso histórico *reflexivo-passivo-indeterminado*. Tal visão ainda daria conta de que caso se tenha partido de uma estrutura passiva para uma indeterminada e ainda haja aí uma mudança em curso na língua, teremos exemplos mais prototípicos de uma ou de outra construção como atestação da própria mudança. A esse respeito, Santos (s.d.) informa-nos de que tal mudança é mais acelerada no PB. Em PE, verificar-se-ia preferência pela construção apassivadora, ao passo que em nossa variedade dá-se o contrário, pela eleição do sentido e uso indeterminado como de maior proeminência. Essa percepção de mudança em curso deveria servir como norteador para o debate científico acerca da questão: nem o prescritivismo<sup>288</sup> por um lado, nem a categorização da inexistência de qualquer traço de sentido passivo em quaisquer construções com o clítico *se* em verbos transitivos diretos, afinal na

<sup>287</sup> HAWAD: 2002, p. 25.

<sup>288</sup> Esse é mais um dos tantos exemplos em que a força da prescrição é diretamente proporcional à intensidade da mudança.

sentença prototípica *Aluga-se esta casa*, mediante qualquer interpretação sintática para o SN não resta dúvida de que o mesmo é semanticamente paciente.<sup>289</sup> O traço [-animado] e seu posicionamento à margem direita afastam tal SN do *status* prototípico de sujeito, segundo a intuição do falante. Parece-nos que o primeiro desses atributos detém, nessa situação, peso mais distintivo do que o segundo. A esse respeito interessante seria comparar construções como: *Aluga(m)-se casas para férias* e *Aluga(m)-se pessoas para correrem riscos*, em que propomos que a questão da norma linguística seja posta de lado (daí a oscilação de concordância), em prol da análise linguística. A diferença que fundamentalmente nos interessa entre as duas construções reside no fato de a primeira trazer um SN [-animado] e a segunda, um [+animado]. Claro que o segundo exemplo, em função de toda uma sorte de contexto pragmático, poderia ser analisado de diferentes maneiras. Mas, afóra isso, há um inequívoco potencial para leitura múltipla, reflexiva, passiva ou indeterminada da segunda sentença, dada a presença de um SN que preenche condições semânticas para agentividade. Camacho relata-nos, quanto a isso, que “a preferência pela construção passiva é motivada pela determinação pragmática de constituir um tópico, o que não se aplica à impessoal, em que o processo é apresentado em si mesmo, independentemente de uma entidade que lhe sirva de referência [...]”.<sup>290</sup> Notemos que o autor corrobora o *status* sem sujeito com que temos lidado com o processo de indeterminação semântica, desprovida de SN sujeito, ao destacar nessas construções a proeminência do processo em detrimento de quaisquer referências.

Atentemos ainda para o *continuum* de apagamento de agentividade, em perspectiva mais ampla. Este pode perfeitamente incluir as construções ativas, com os verbos transitivos diretos causativos ocupando o ápice da agentividade e todo o conjunto de orações sem sujeito, com os verbos fenomenológicos correspondendo ao ponto mais extremo de não agentividade. Versaremos de maneira mais alentada sobre tal constatação em nosso capítulo IX.

Camacho<sup>291</sup> confirma as ideias supracitadas que apontam proximidade entre passivas e impessoais ao nos apontar que impessoais e passivas compartilham das mesmas condições semânticas: “Ambas são fortemente motivadas pela presença de

<sup>289</sup> Fique claro que, neste ponto, não mais falamos tão somente de “voz passiva”, mas sim de percepção de passividade, a qual é inerente à própria presença do paciente na oração, sobretudo se o mesmo for tematizado à margem direita da sentença.

<sup>290</sup> CAMACHO: 2006, pp. 178-179.

<sup>291</sup> *Idem: ibidem*, p. 172.

um verbo de ação [+dinâmico, +controlado] em detrimento de predicados de processo [...].”

As razões que teriam levado à passagem do *se* de apassivador para indeterminador, além das aqui levantadas, são ainda objeto de várias reflexões cabíveis e ora em curso. Outro debate que identificamos como mais avançado é o que estabelece o papel sintático do *se* indeterminador de agente. Bagno<sup>292</sup>, por exemplo, advoga pela categorização desse pronome como sujeito. Analisemos mais detidamente tal questão.

Em primeiro lugar, há de se falar da esdrúxula terminologia amplamente difundida de *índice de indeterminação do sujeito*. Tal apresentação começa já obscura no possível e, segundo nosso juízo, inevitável questionamento sobre o que seria um “índice” em termos de categorização morfológica? Julgamos acertado supor e apontar um processo de gramaticalização cada vez maior do pronome no trajeto reflexivo-passivo-indeterminado. Assim, o *se* de papel indeterminador seria, sem dúvida, o mais afastado do protótipo de pronome, até por se afastar enormemente do que identificamos como protótipo pronominal: não retomar qualquer nome em nível sintático, semântico ou discursivo, não compor uma grade que o nivele como correlato de outras formas relativas a outras pessoas do discurso, não ter atuação em termos de papel sintático isolado— sua repercussão sintática diz respeito ao nível oracional como um todo, não desempenhando de *per se* um dado papel que lhe seja atribuído especificamente. A transformação na especificação das funções de dado vocábulo faz, pois, parte de seu processo de gramaticalização. Ainda que consideremos que a exótica nomenclatura em análise, “índice”, considera, intuitivamente, esse deslocamento, isso não dá conta de que nada nos é dito sobre a categorização do que, enfim, seria um *índice*.

Vencida essa pequena nota terminológica, partamos para a exposição do que aqui está em jogo a respeito do *se* indeterminador de agente. De um lado, afirma-se que, sendo oriundo dos latinos *se*, *sibi*, *sui*, todos oblíquos, não poderia corresponder ao sujeito das formas verbais nas orações em que ocorre. Já outra visão afirma que tal clítico constitui-se no verdadeiro sujeito das orações em que aparece. Essa última argumentação, usualmente, identifica o *se* português ao *one* inglês, ao *on* francês e ao *man* alemão. Todos esses são considerados em suas

---

<sup>292</sup> BAGNO: 2009, p. 278.

respectivas línguas pronomes indefinidos ou de papel indeterminador, como é o caso do *on*, pronome do caso reto da língua francesa, utilizado somente no singular e correlato de 3ª pessoa de *il* e *elle*, respectivamente masculino e feminino, assumindo, na forma *on*, uma referência genérica quanto ao gênero e passível de interpretação coletiva. Por isso não é possível estabelecer paralelo fiel entre *he/she/it* do inglês e *il/elle/on* do francês, pois o *it* inglês é majoritariamente utilizado para se referenciar a substantivos que contenham o traço [-humano].

Sobre a primeira argumentação, cremos que sequer precisamos nos estender a respeito da não sustentação do argumento da origem histórica como fundamento de uma análise sincrônica. E, por óbvio que seja, não podemos deixar de comentar que o recorte histórico aí é arbitrário, uma vez que não considera estágios anteriores do próprio latim ou de sua língua predecessora para a análise do idioma dos romanos. Lógico que tal argumento só ecoa ainda pelo estupendo peso da tradição, não possuindo qualquer fundamentação científica a ser considerada, ao menos não nos moldes apresentados.

Por outro lado, embora concordemos que, as construções com *se*, em PB, quando não claramente reflexivas, são percebidas, de maneira geral e de forma cada vez mais abrangente, como de agente indeterminado, não vemos elementos para concordância com a visão de que o clítico aí presente desempenhe papel de sujeito; tese essa que, a bem da verdade, não é novidadeira, pois que remonta há mais de um século de debates linguísticos e gramaticais no Brasil.

A esse respeito, Bagno<sup>293</sup> nos apresenta o exemplo *Nesse governo se investiu pouco dinheiro em educação* para afirmar que os itens destacados correspondem, respectivamente, ao sujeito, verbo transitivo direto e objeto direto, portanto na ordem canônica de organização oracional da língua portuguesa. O autor também nos afirma que não há impedimento de que um clítico desempenhe o papel de sujeito em português, utilizando como principal exemplificação para isso a comparação com a forma *cê*, redução de *você*, que, claramente, funciona na língua informal como SN sujeito. Para sustentar tal posição, ele destaca que o *cê* só surge quando vem “colado” ao verbo, como clítico e sujeito<sup>294</sup> e reforça tal argumentação com a constatação de que não existe a possibilidade de *\*Eu vi cê ontem na rua*. Retornando ao *se*, afirma: “O caráter átono, clítico, do pronome ‘se’ é que nos obriga

<sup>293</sup> BAGNO: 2009, p. 275.

<sup>294</sup> *Idem*: *ibidem*, p. 278.

a usar o advérbio ‘não’ sempre antes dele — “Não se faz filmes como antigamente” —, ao contrário do que ocorre com os demais pronomes sujeito — “Eu não conheço você.”<sup>295</sup> Discordamos bastante de tal análise que admite um clítico em posição de sujeito na cadeia sintática, até por não termos precedentes de comparação a isso em língua portuguesa. E sobre o *cê*, exemplificado como grande aval à possibilidade de o clítico se poder se comportar como sujeito, não é verdade que o mesmo só possa aparecer “colado” ao verbo. Vemos contraexemplos em *Cê, por um acaso, tá achando que sou bobo?/ Cê ontem à noite tava esquisito*. Outra questão é que esse seria um exemplo de “clítico tônico”? Afinal de contas, não há possibilidade de neutralização vocálica no vocábulo *cê*, tal qual vemos no próprio *se* que corresponderia fonologicamente a /s/, donde o arquifonema vocálico aí presente confirma a atonicidade do vocábulo. Ainda mais, se considerarmos o *cê* como clítico, teríamos que admitir que em *Cê se acha muito esperto* estamos diante de uma sequência clítica. Na verdade, a língua apresenta sequências clíticas, desde que não se forme um grupo fonético que extravase a realização proparoxítona, mas a língua parece estar em um rumo de diminuição dessas sequências. Uma construção como *(O livro) Não lho entreguei* só é atestável historicamente, sendo efetivamente agramatical hoje. Também é preciso não perder de vista que o PB tem banido os clíticos, fenômeno já aqui comentado. No entanto, temos que concordar que o *cê* só se realiza como SN sujeito e apenas pré-verbal, como podemos constatar em *Você já chegou aí?/ Cê já chegou aí? em contraposição a Já chegou aí você?/ \*Já chegou aí cê?*. Também comparemos as possibilidades como objeto: *Isso é pra você./ Isso é pr’ocê./ \*Isso é pra cê. Você e ocê*, esse último ainda muito marcado dialetalmente, apresentam posição livre na oração. Já *cê* sofre restrições à posição pós-verbal. Não sabemos o porquê de tal dado, carecendo o fato de maior investigação, mas, de todo modo, isso em nada contribui para a caracterização de *cê* como clítico, já que não há tal restrição à movimentação desses vocábulos na oração. Por fim, precisamos refletir sobre o que significaria admitirmos um “clítico sujeito”. Isso redundaria em não observarmos a língua de forma escalar, ou seja, organizada em unidades que formam vários *continua*, em que encontraremos formas mais prototípicas ou outras menos de tal manifestação semântica, sintática, morfológica, fonológica, etc. Um “clítico sujeito” seria uma idiosincrasia sem qualquer parâmetro

<sup>295</sup> *Idem: ibidem.*



de gradações no sistema linguístico. Não cremos que, espontaneamente, a língua produza aberrações.

Sobre a comparação com os indefinidos/indeterminadores do inglês, francês e alemão, cabe-nos levantar ressalvas. A forma *on* francesa, como já exposto, não é um pronome indefinido, mas reto, de papel indeterminador de agente, de forma talvez similar ao papel hoje cumprido no PB pelos novos pronomes hoje retos *you* e *a gente*, quando expletivos. Em sentido histórico, o português já contou com um vocábulo equivalente ao *on* francês, também indeterminador de agente e com papel nominativo: *home* ou *homem*, do período considerado arcaico da língua, entre os séculos XII e XIV.<sup>296</sup> Já a forma alemã (nominativo *man*, acusativo *einen*, dativo *einem*), insere-se em uma larga grade de formas indefinidas, não tendo maiores precedências sobre as demais seu papel indeterminador dentro da referida língua. Mesmo a forma *one* do inglês, distancia-se do *se* português, uma vez que àquele sempre cabe o papel nominativo e, a este, a nosso ver, não. Talvez fosse plausível estabelecer similitude entre *one* do inglês e *home(m)* do português arcaico.

Enfim, consideramos que mais uma vez, nesse ponto, a descrição gramatical tradicional parece ter escrito certo por linhas tortas, ao não corroborar papel de sujeito ao clítico *se*. E aí estamos diante de um problema efetivo de descrição: qual seria então o papel sintático desse pronome? Quando reflexivo, não há dúvida de que *se* comporta como SN objeto. Já quando passivo, assume, pensamos, morfossintaticamente, a faceta de um afixo, nos moldes que se dava em latim para a expressão da voz passiva morfologicamente marcada. Na indeterminação, soa-nos também plausível a sua leitura como afixo, o que então corroboraria uma trajetória de gramaticalização na língua.<sup>297</sup> Nesse cenário, teríamos então, de fato, uma passividade sintética, só que marcada em nível morfológico em português. Quanto ao processo de indeterminação de agente, dar-se-ia por mecanismos morfológicos e sintáticos. Na sintaxe, pela ausência do SN sujeito da oração prototípica portuguesa. Na morfologia pela adjunção do afixo *se*. O fato de *se* registrar, graficamente, *se pensa* em lugar de *sepensa* ou *pensa-se* em vez de *pensasse* é ortograficamente circunstancial e, a rigor, em nada interfere em nossa análise sobre a categorização morfológica do *se* para exemplos de apassivação e indeterminação.

---

<sup>296</sup> Cf. SPINA (2008).

<sup>297</sup> Cf. VITRAL (2006).

Mesmo que tal hipótese esteja correta, ainda permanecemos diante de um problema: nas construções mencionadas, o *se*, então, deixou de ser um pronome? A nosso ver, sim. Mas precisamos lidar com toda uma tradição e literatura que ainda assim se referem ao *se* como pronome. Como cremos estar observando um processo de mudança, mesmo sem sabermos precisar em que estágio exatamente, julgamos que podemos persistir na referência genérica do *se* como pronome devido a três motivos básicos: por simplificação tão somente; por identificarmos tal classificação como minimamente fiel, em corte histórico, inclusive, às muitas configurações sintático-semânticas que podem ser assumidas pelo *se* e por se tratar de uma categorização imensamente mais aceitável do que *índice* ou *partícula*. Portanto, ao aceitarmos a sua caracterização ainda pronominal, firmamos a observação de que esse outrora clítico está em um processo cada vez mais intenso de gramaticalização, rumando a um comportamento afixal.

No mais, reiteramos aqui a visão de que é possível detectar-se passividade ao lado de indeterminação quando do uso do *se*. No enunciado *Escrita se aprende com leitura* (registro de fala espontânea) é muito difícil não admitir a possibilidade de leitura passiva do mesmo, ainda que não seja a única. Portanto, se por um lado, a indeterminação está, indubitavelmente, “virando o jogo” sobre a passividade, reafirmamos que há exemplos mais e menos prototípicos desse processo. É preciso, portanto, sobriedade e vigilância reforçadas com o fato de que tal mudança está em curso. Até porque continuam existindo, ainda que mais produtivas na linguagem escrita, orações como *Vendem-se casas*, as quais terão que continuar, mesmo que se levando em conta o monitoramento gramatical, como exemplos de passividade ou, então, como um caso de indeterminação com hipercorreção. De todo modo, tivemos uma reanálise operada aí em que se passou a interpretar o SN sujeito paciente posposto como objeto, já que essa é a posição canônica de objetos em língua portuguesa e os falantes tendem a atribuir tal leitura a SNs pospostos.<sup>298</sup> A questão é se tal reanálise está em todo conclusa. Reconhecer tal quadro é encarar a língua como ela deve ser encarada, um objeto de recorte não discreto, organizado por meio de várias gradações.

Por fim, apresentamos uma proposta de sistematização para as múltiplas acepções do *se* português:

<sup>298</sup> Cf., dentre outros, PONTES (1986).

VALORES DO SE				
	REFLEXIVO	MEDIAL	APASSIVADO R	INDETERMINADO R
Status mórfico	pronome	pronome	afixo	afixo
Papel sintático	objeto direto	integra-se ao verbo	alça o paciente a sujeito	constitui oração sem sujeito
Valências verbais	transitivos diretos	intransitivos	transitivos diretos e bitransitivos	qualquer valência
Agente/causador/experienciador	claramente identificado	não necessariamente identificado	omitido	omitido

Quadro 29: Valores do se.

Alguns esclarecimentos sobre essa última sistematização precisam ser acrescidos. Os ditos valores do se estão dispostos da esquerda para a direita segundo critério de ancestralidade na língua, conforme desenvolvemos em nosso texto. Sobre o valor reflexivo é importante lembrar que está, latentemente, aí incluso o recíproco que encaramos como subespecificação do reflexivo. Não elencamos nesse rol de valores possíveis o de ênfase, a nosso ver de baixa produtividade na língua, restringindo-se a um rol cada vez menor de verbos. A esse respeito, tomemos o cuidado de não confundirmos duas situações absolutamente diferentes. Temos ênfase em *Foi-se embora imediatamente*, todavia não a temos na oração *Em 2011, ela se forma*, pela mera possibilidade de descartamos o pronome. O que verificamos no segundo caso é a marcha da queda de clíticos do PB. Ainda atentamos para um dado de relevo que contrapõe reflexivas e mediais de um lado e passivas e indeterminadas de outro, pois aquelas possuem uma malha pronominal completa à disposição com todas as pessoas do discurso; já a estas resta tão somente o se, o que, aliás, corrobora nossa visão de perda de características pronominais nessas duas últimas construções.

## **8 O FENÔMENO DA ERGATIVIDADE EM LÍNGUA PORTUGUESA E A ORAÇÃO SEM SUJEITO**

### **8.1 Conceito de ergatividade e sua caracterização em língua portuguesa**

Neste capítulo, alcançamos o último caso de ocorrência de oração sem SN sujeito que precisamos contemplar em nossa descrição. Trata-se das orações sem sujeito construídas em meio a contexto ergativo. Tais orações, a exemplo das que vimos no capítulo anterior, também estão circunscritas à esfera pessoal verbal. Por simplificação terminológica, chamá-las-emos ergativizadas ou ergativas.

Para seu estudo, neste primeiro item, elucidaremos o que vem a ser ergatividade, quais os efeitos de tal processo em português, quais são suas motivações e consequências.

Em tempo, consideramos oportuno já frisar que essa é uma dimensão de oração sem sujeito normalmente negligenciada como tal na esmagadora maioria das descrições sobre língua, sejam de um viés mais vinculado à tradição gramatical tradicional, sejam da área de pesquisa linguística. Ao observarmos atentamente o PB atual não há como negar a produtividade crescente de tais construções. É, sobretudo, nesta seara que mais se tem explicitado a permissividade do PB com relação às orações sem sujeito.

Partamos então para o entendimento do que seria a ergatividade. Em primeiro lugar, há de se demarcar o que sejam línguas ergativas. Línguas ergativas apresentam dois casos para distinguir se o sujeito da oração é ou não agente. O sujeito agente que se constrói com verbos claramente transitivos corresponde ao caso ergativo, sendo o SN objeto do verbo declinado em caso absoluto. O mesmo absoluto é o caso do sujeito não agente junto a verbos intransitivos, ou seja, há uma identidade semântica entre o sujeito não agente e o objeto direto tipificada na sintaxe destas línguas pelo uso do mesmo caso. São exemplos de línguas ergativas: o basco, o georgiano, tibetano, híndi, curdo, sumério, groenlandês, muitas línguas indígenas brasileiras, como yanomami, maxacali, tembé e outras, principalmente nos ramos macrotupi e macrojê, além de línguas ameríndias na América do Norte e no centro-oeste da América do Sul.

Há autores que consideram o termo ergatividade sinônimo de inacusatividade. Pensamos que se faz necessário esclarecer nossa posição e que ponto de vista aplicaremos neste trabalho sobre tal questão. Ao abordar o tema da transitividade verbal, tradicionalmente, identifica-se uma classe de verbos como intransitivos. Estes seriam aqueles que, prototipicamente, poderiam constituir o SV por si sós<sup>299</sup>. Qualquer elemento circunstancializador que lhes for adjacente em princípio não lhes afeta em termos sintáticos, embora no plano discursivo possa fazê-lo de forma destacada. Ocorre que se atentamos— e é salutar que assim procedamos— para o fato de que ao verbo cabe a função estruturante de distribuição de papéis temáticos e esses podem corresponder a argumentos internos ou externos, é possível intuir dois perfis de verbos intransitivos. Tais perfis podem ser sistematizados da maneira demonstrada abaixo<sup>300</sup>:

- **Inergativos:** selecionam argumento externo apenas. Tais verbos não admitem transmutação para estruturas frasais passivas estativas nem construções em participio absoluto.<sup>301</sup>

Ex.: A Simone sorriu belamente para nós.

\* A Simone está sorrída... (passiva de estado)

\* Sorrída a Simone... (participio absoluto)

- **Inacusativos:** selecionadores de argumento interno. Os verbos desse grupo são compatíveis com a estruturação tanto em passivas de estado quanto em participios absolutos.

• Ex.: A Simone desapareceu da festa ontem.

A Simone está desaparecida... (passiva de estado)

Desaparecida a Simone... (participio absoluto)

Então, na verdade, os verbos intransitivos equivalem a duas manifestações distintas amalgamadas na maior parte das descrições unitariamente, dada sua natureza monoargumental. Aqui nos serão de interesse, sobretudo, os verbos inacusativos. Há autores que lhes atribuem a sinonímia de verbos ergativos. A justificativa para isso é muito compreensível. Afinal, estamos a falar de estruturas ambas que não geram complemento direto— expressão do caso acusativo— e cujo

<sup>299</sup> Cf. AZEREDO: 2008, p. 213.

<sup>300</sup> Para aprofundamento neste tema, recomendamos KATO & NASCIMENTO (2009).

<sup>301</sup> Correspondentes a subordinadas adverbiais temporais reduzidas de participio. Tais construções são nossas correlatas às construções latinas em ablativo absoluto.

sujeito não é agente. No entanto, para nossa exposição será mais produtivo não estabelecer tal sinonímia. O motivo central para isso se assenta no fato de que, por meio de identificações distintas, será possível distinguir aqueles verbos que são, em sua origem, monoargumentais estruturados com SN não agentivo, os inacusativos, dos que são, em princípio, transitivos e passam a admitir, em língua portuguesa, oscilação com estrutura assemelhada à inacusativa<sup>302</sup>.

São, portanto, exemplos de construções, aqui denominadas ergativas em nossa língua: *A porta bateu forte*, *O chão da casa sujou muito*, *A roupa tá lavando*, dentre tantos outros correntes em PB.

Quanto à circunscrição desse fenômeno em PB, também é preciso elucidar o que se passa. Construções ergativas também se fazem presentes em PE. Negrão & Viotti (2008) apontam que, no entanto, em PB o grau de generalização destas é muito mais facilmente atestável. Por conta disso e por outros autores corroborarem que a ergativização, como processo sistemático, é marca hoje do PB, referir-nos-emos ao mesmo como fenômeno linguístico de nossa variedade de português.

É possível fazermos um questionamento de antemão: por que o PB abriu espaço para as construções ergativas? Vimos que muitas línguas brasileiras são ergativas, mas não temos conhecimento de qualquer registro na literatura especializada que dê base para sequer a suposição de resquícios de substratos sintáticos das línguas nativas brasileiras no português. Descartando então quaisquer possíveis especulações nesse sentido, voltemos nossa reflexão à questão da erosão da malha flexional verificada no PB e já discutida, alentadamente, no capítulo VI, em seu item 5, subitem *a*. Ali, por ocasião do exame de *ter* e *haver existenciais*, postulamos, em endosso a Avelar & Callou (2007), a formação de contextos opacos propiciadores de uma reanálise quanto à referência de *ter* possessivo que, a partir daí, impregnou-se de valor existencial em PB. Avelar & Callou (2007) apontam a reestruturação da malha flexional do PB como responsável por três claras consequências ora em curso pleno, que assim encaramos:

<sup>302</sup> Frisamos que tal distinção e circunscrições terminológicas estabelecidas valem segundo nosso ponto de vista e para este trabalho. Mateus estabelece por exemplo que verbo inacusativo corresponde a toda a situação em que “o verbo não atribui Caso acusativo ao seu argumento interno directo e não atribui papel temático externo à posição de sujeito”. (MATEUS *et al*: 2003, p. 509). A partir de tal premissa incluem em seu estudo das construções inacusativas portuguesas construções passivas, estruturas mediais, sentenças copulativas, dentre outras possibilidades por elas levantadas e analisadas. Outro exemplo de vulto é o da *Gramática Descritiva de La Lengua Española*, publicada pela *Real Academia Española* que considera inacusativas as construções com verbos existenciais. Tal visão não se compatibiliza com nosso ponto de vista, dado o fato de que os SNs que se pospõem a esses verbos existenciais impessoais são, segundo discussão já feita no capítulo VI desta dissertação, complementos verbais.

1. A dissipação do chamado parâmetro de sujeito nulo, ou seja, o PB, cada vez mais, precisa recorrer à pronominalização na posição de SN sujeito para identificação do referente da forma verbal. Assim, aproxima-se do padrão verificado, por exemplo, em inglês ou em francês, idiomas em que a presença do pronome reto antecedendo o verbo é obrigatória. Nesse sentido, tal processo não se verifica em PE.

2. O surgimento de expletividade na posição de SN sujeito,<sup>303</sup> marcada principalmente no pronome *você*<sup>304</sup> (e também por *a gente*), de uso crescente e difundido em PB. Por isso, chegamos hoje a construções concorrentes, como: *O Nordeste tem lindas praias/No Nordeste, tem lindas praias/Você tem lindas praias no Nordeste*<sup>305</sup>

3. Aumento das construções ergativas, ainda que em diferentes estágios na língua.

Dessas três consequências mais visíveis, a primeira relaciona-se a tudo o que apontamos sobre a própria formação de contextos opacos. A contrapartida da necessidade cada vez mais sentida pelo falante de uma referência obrigatoriamente explicitada para a forma verbal é que, quando da não concretização de tal prerequisite, formam-se justamente os contextos de opacidade à busca de tal referência. A segunda, a qual não conseguimos dimensionar quão avançada possa estar, também implica importante dado de reconfiguração do PB. Dialoguemos com as informações, obtidas em Carrilho (2000) e comentadas no capítulo IV deste trabalho, que dão conta de expletividade no PE em dialetos de corte mais marcadamente popular, no sentido de um contexto de aviltamento social mais expressivo. Teríamos exemplificação disso em *Ele relampejou a noite inteira*. Interessante paralelo surge então com o PB em que o sentido da expletividade passa a se dar mais destacadamente por meio dos “neopronomes” retos *você* e *a gente*. Nesses usos, tais pronomes surgem totalmente destituídos de papel de referenciação, a menos que consideremos, claro, uma referência por demais genérica e, então, utilizada como estratégia de indeterminação de agente já discutida no capítulo anterior. Duarte (2003) apresenta-nos a interessantes correlações entre a

<sup>303</sup> Cf. DUARTE (2003).

<sup>304</sup> Por coerência, precisamos considerar que, correlatamente, o que indicamos para *você* é plenamente compatível com *a gente* também.

<sup>305</sup> Recordamos o papel de indeterminação de agente que essas formas podem também cumprir.

utilização de tais sujeitos expletivos e as construções existenciais. Indica, por exemplo, como estratégia muito recorrente a adoção de estruturas com *você* expletivo junto aos verbos *ter* e *ver*, como formas — segundo a autora — variantes àquelas composições com *ter* e *haver* existenciais: *Hoje em dia não tem mais aquele futebol de antigamente/ Hoje em dia você não tem mais aquele futebol de antigamente/ Hoje em dia você não vê mais aquele futebol de antigamente*. Claro que só podemos concordar com a afirmação de que tais estruturas são variantes em termos semânticos/ pragmáticos, uma vez que sintaticamente suas distinções são evidentes. No mais, mesmo em nível intuitivo, a produtividade das construções com expletivo assinaladas por Duarte (2003) parece-nos bastante categórica no PB atual.

Contudo, é na terceira consequência que a remodelação flexional do PB vai mais nos interessar aqui. Vimos, nos dois primeiros efeitos analisados dessa remodelação, que há aí implicações sérias para a referenciação. Pensamos que tal reconfiguração levou à elasticidade na percepção semântica dos possíveis referentes, assim permitindo o êxito das sentenças ergativas em PB. Afinal, por meio da ergativização o ser afetado passa a ser o próprio referente da forma verbal de que fora objeto. Não há modificação no *status* semântico do novo SN gramaticalizado por tal processo como sujeito. Continuamos a ter aí um paciente. Então o processo de ergativização em PB assume também uma faceta discursivamente relevante de grande grau de apagamento do agente. Tais construções apresentam uma obliteração tamanha desta função semântica que em uma sentença como *Esse vidro rachou*, se utilizada como estratégia de omissão intencional do agente, pode-se pensar em um processo dotado de algum grau de “espontaneidade” não relacionado a nenhum agente ou causador (o que sabemos que não é factível com a realidade).

Agora podemos visualizar bem o porquê de manter a terminologia *ergatividade* diferenciada de *inacusatividade*. Verbos ergativos estão submetidos a uma alternância na língua nos seguintes moldes:

I. Esse menino já bagunçou o quarto todo de novo.

X

II. O quarto já bagunçou todo de novo.

Na oscilação acima, verificamos que o agente de I (sublinhado) ausenta-se por completo em II. Já o paciente (destacado retangularmente), passa de objeto



direto em I para sujeito em II. Essa mudança, logicamente, dá-se no sentido inverso ao da prototipicidade da língua. O SN correspondente ao paciente desloca-se da posição sintática de objeto direto, que *lhe* é prototípica e, após a total deslexicalização do SN sujeito *que*, também prototipicamente, representava no plano semântico o agente, ocupa-*lhe* o lugar sintático em movimentação de teor gramatical, cada vez mais suportada pelo PB. A essa alternância, a literatura específica tem reservado o nome de alternância causativo-ergativa ou simplesmente alternância ergativa.

Para Negrão & Viotti, “o português brasileiro está expandindo a classe de verbos que aceitam essa alternância”.<sup>306</sup> E sobre a mesma, refletem sobre um *continuum* que termina, segundo elas, em impessoalização para muitos verbos do PB. O raciocínio adotado e proposto pelas autoras poderia ser exemplificado a partir desta sequência:

*Serafim quebrou o vaso.*

∅ *Quebrou o vaso.*

*O vaso quebrou.*

Teríamos, portanto, uma escala que busca a ocultação do agente, mas que não anula o lugar sintático do sujeito. Por isso, discordando em parte das autoras não nos referimos a tais verbos como impessoais. Remetendo-nos a toda a nossa discussão acerca da factualidade da impessoalidade das formas abordadas no capítulo VI, fica patente nossa divergência. Compreendemos que as autoras tomam a denominação impessoal para darem conta de um processo claro na esfera semântica. Ocorre que, para nós, tal nomenclatura tem tamanhas repercussões e envoltórios sintáticos— como temos observado em todo este trabalho e ainda continuaremos a observar atentamente no próximo capítulo— que não nos parece plausível a adoção da mesma terminologia das autoras. Portanto, para nós, tais formas estão bem caracterizadas pela alcunha de ergativas que traz como pressuposto o apagamento do agente. É a ergatividade em PB processo também produtivo quando se põe em evidência tão somente o resultado de dada ação e o seu agente é tomado como dado secundário, por isso omitido: *A bola acertou em cheio a trave.*

<sup>306</sup> NEGRÃO & VIOTTI: 2008, p. 179.

A perda do agente pode ainda ser compreendida por uma característica que tal fenômeno assume em PB, segundo as mesmas autoras: “[...] a alternância causativa, em português brasileiro, elimina completamente a camada da ação da estrutura conceitual do verbo.”<sup>307</sup> Enfim, este agente, nas construções ergativas, encontra-se não disponível para quaisquer inferências e/ou operações semânticas, reforçando-se aí a percepção de tal processo como possível estratégia discursiva.

Outro enfoque sobre a questão oferece-nos Abraçado (1999) ao tratar da ergatividade quando da aquisição da linguagem. Para ela, mesmo na fase de elaboração de sentenças simples, formadas em geral por verbo e objeto, já se verifica, na fala infantil, a ocorrência de verbo e sujeito posposto. Relacionemos tal observação à análise de Negrão & Viotti (2008) de que, em um estágio do processo de ergativização, teríamos a forma *Ø Quebrou o vaso*. Segundo ela, “as ocorrências de VS estão preferencialmente ligadas a verbos como *cair, acabar*, etc., e a SNs geralmente não-humanos e inanimados”.<sup>308</sup> Destacamos que os verbos aí apontados estão justamente no grupo que admite alternância causativa/construção ergativa e o sujeito cumpre o protocolo de perda de traços agentivos.

Acerca disso, Abraçado oferece-nos um dado, no mínimo, interessante sobre a aquisição da língua samoá, que é ergativa:

[...]crianças de 2 a 4 anos raramente utilizam a marcação de caso ergativo em sua fala espontânea. [...] as crianças reservam a constituição imediatamente após o verbo para constituintes absolutivos (pacientes transitivos e sujeitos intransitivos), e excluem constituintes ergativos (agentes) de tal posição. [...] **parecem tratar pacientes e sujeitos intransitivos como uma categoria única, distinta da categoria de agente.** (ABRAÇADO, 1999, p. 28. Grifo nosso.)

É verdade que a colocação supracitada não diz respeito ao português, mas também é verdade que a ergativização do PB é fato. Detecta-se hoje no PB um comportamento sintático, de motivação semântica, aliás, possivelmente cognitiva, que o aproxima dessas línguas: a identidade entre o sujeito das construções monoargumentais e o objeto direto daquelas com mais de um argumento.<sup>309</sup> No mais, tanto as observações de Pontes (1986) quanto de Abraçado (2003) compatibilizam-se com a supracitada informação desta última autora.

<sup>307</sup> NEGRÃO & VIOTTI: 2008, p. 194.

<sup>308</sup> *Idem: ibidem*, p. 22.

<sup>309</sup> Cf. ABRAÇADO: 2003, p. 21.

A hipótese de Abraçado é de que o PB vem “revelando uma aproximação de um padrão próprio das línguas ergativas”.<sup>310</sup> Isso porque, desde os estágios iniciais de aquisição da linguagem, o falante passaria, então, a não distinguir significativamente complementos verbais de sujeitos pospostos.<sup>311</sup> Isso obviamente propiciaria a expansão de verbos sujeitos à alternância causativa, bem como, poderia ampliar a porta à impessoalidade, como escala final do *continuum* que iria de sujeito agente e controlador à oração impessoal. A isso, some-se o redimensionamento flexional do PB já comentado como fator de favorecimento ao contexto ergativo.

Segundo a mesma autora, é preciso considerar que historicamente a língua portuguesa, como inúmeras outras línguas oriundas de um sistema de casos de base nominativo-acusativo, construiu uma identidade entre sujeito e agente que hoje se encontra menos demarcada do que já fora.

Vemos que Abraçado (1999) e Negrão & Viotti (2008) enfocam pontos diferentes para a compreensão da forma e dimensão que a ergatividade vem tomando em língua portuguesa. Estas duas visões não são contrapostas, antes são, a nosso ver, perfeitamente, complementares e demonstrativas do quanto há a se levantar a respeito do fenômeno.

Acerca dos estágios que envolveriam a alternância ergativa, vimos a proposição de Negrão & Viotti (2008) em três momentos. Os autores consideram que o processo de perda de cliticização, apontado como em franca expansão no PB não pode ser considerado, como parte necessária do fenômeno ergativo, dado o fato de alguns verbos afetados simplesmente não se coadunarem com o aporte clítico. Ilustram, dentre outros exemplos: *O xerox fica se fazendo enquanto a gente vai almoçar*. Nesse caso, evidencia-se que a queda de clítico, de fato, não pode ter feito parte do processo de ergativização. Por outro lado, para tantos verbos outros pode ter sido um fator a mais para a caminhada ergativa desses. Assim, consideramos que o processo de ergativização pode sim incluir a perda de cliticização para aqueles verbos que comportem tal contexto. Óbvio que nos casos em que isso não se der, considerar-se-á apenas as etapas pertinentes. Destarte, compreendemos o processo

---

<sup>310</sup> ABRAÇADO: 1999, p. 23.

<sup>311</sup> Remetamo-nos à discussão de Pontes (1986) sobre o mesmo tema, levantada mais especificamente quando da análise de nossa pesquisa junto a alunos do ensino médio e a identidade lá estabelecida entre sujeitos pospostos e objetos.

de ergativização que identificaríamos como completo em PB desta maneira exemplificado:

*Pedro fechou a porta.*

*Fechou-se a porta.*

*Ø fechou a porta*

*Fechou a porta.*

*A porta fechou*

A primeira etapa, o ponto de partida para todo o percurso ergativizante, é a situação de agentividade plenamente evidenciada. No segundo estágio, deparamos com uma construção que, independentemente de leitura passivada ou indeterminada, acusa, pela presença do *se*, um grau de apagamento do agente. Aí repousa nosso interesse na apreciação desse estágio que, como observamos, não precisa se fazer necessário em todos processos de ergativização, mas cremos que, a efetiva queda de clíticos, pode ser mais um fator a impulsionar o processo ergativo, quando pertinente. Notemos que na terceira linha deparamos com um estágio que precisa ser entendido como teórico, o momento do apagamento completo do SN sujeito em que o SN objeto ainda não se gramaticalizou. Esse estágio para os verbos de ergativização prototípica, os causativos, não nos parece apreensível na língua; não hoje. Já em outros verbos, como discutiremos adiante, talvez tal estágio possa ser flagrado. De todo modo, há de ser reconhecido como estágio, em princípio instável. Todavia, reservemos esse debate mais aprofundado para adiante, pois que será convergente com nossos objetivos descritivos voltados à oração sem sujeito. Logo abaixo desse estágio medial teórico, percebemos um estágio em que o SN já passa a ser processado como sujeito, mas se mantém categoricamente posposto ao verbo, o que já não se verifica no último estágio, em que plenamente gramaticalizado como sujeito esse SN vai agora ocupar-lhe a posição prototípica na cadeia oracional portuguesa.

Sobre o penúltimo estágio, cabe retomarmos as reflexões feitas por Franchi *et al* (1998) a que fizemos alusão no capítulo VI, em seu item 3. Lá mencionamos que os referidos autores consideram construções existenciais e apresentativas de comportamento fundamentalmente ergativo. Ancoram sua posição no quarto estágio para tal conclusão, estágio esse que parece se fazer produtivo com tais verbos em face da motivação de ordenamento fato dado- fato novo. Entretanto é preciso

considerar também que aí não se valem da terminologia *ergativo* na mesma acepção que aqui fazemos. Afinal de contas, de acordo com a distinção terminológica que propusemos a minorar possível enturvamento de nosso olhar descritivo *inacusatividade* não se confunde com *ergatividade*. Contudo, essa convenção é válida para este nosso texto e, no máximo, para autores que, mergulhando com maior profundidade no assunto, julgam tal distinção proveitosa analiticamente. Retornando então a Franchi *et al*, feita essa ressalva, as construções por eles apontadas de fato mantêm identidade com o comportamento detectado no penúltimo estágio do percurso ergativizante.

Ciríaco & Cançado<sup>312</sup> alertam-nos para um dado sobremaneira importante no que se refere aos processos de alternância em estudo. Verbos que realmente exigem um agente como argumento externo não admitem a alternância causativo-ergativa que se daria sem restrições junto a verbos que aceitam agente ou causador como argumento externo. Ilustram tal reflexão com os exemplos *João escreveu a carta* x *\*A carta escreveu*, *Maria mexeu a sopa* x *\*A sopa mexeu*; porém *Uma forte ventania abriu a porta*,<sup>313</sup> em que o argumento externo é, segundo visão acerca dos papéis temáticos que temos adotado em todo este trabalho,<sup>314</sup> um causador, donde se deduz *A porta abriu*.

As autoras ainda estabelecem uma restrição importante que parece reforçar nosso percurso de cinco estágios para a ergativização. Advertem que verbos que não aceitam variante com *se* não são prontamente aceitas como ergativas. Exemplificam, com, dentre outras sentenças, *O carro (se) quebrou* em contraposição a *O cabelo (se) cortou*. Fazem a ressalva de que, com o auxílio de “algum artifício”<sup>315</sup>, é possível a aceitabilidade do processo de ergativização nesses casos: *\*A roupa (se) lavou*, mas *A roupa já lavou*. Na verdade, não estamos convencidos desse último argumento, uma vez que identificamos como plenamente aceitável *A roupa lavou*, sem necessidade de nenhum “artifício” (um circunstancializador, por exemplo). Da mesma forma, não detectamos construção anômala em *O sítio vendeu*, apesar de *\*O sítio se vendeu*.

No próximo item, teremos uma noção mais ampla do alastramento do processo de ergativização no PB. A própria extensão de que trataremos deve

<sup>312</sup> CIRÍACO & CANÇADO: 2009, pp. 217-218.

<sup>313</sup> CIRÍACO & CANÇADO: 2009, pp. 217-218.

<sup>314</sup> Como já informado, referenciada em GASSER (s.d.).

<sup>315</sup> CIRÍACO & CANÇADO: 2009, p. 225.

reforçar ainda mais as hipóteses de Abraçado (1999 e 2003) que situam a decodificação linguística ergativa (ou seja, passar a identificar sujeitos pospostos de verbos intransitivos a complementos diretos de transitivos) como presente já na aquisição linguística.

## 8.2 Ergatividade secundária em português e produtividade de orações sem sujeito

Vimos o que é a alternância causativo-ergativa no último item deste capítulo. Esse processo verifica-se exemplarmente justamente com os verbos transitivos diretos mais prototípicos que há: os causativos. As construções com tais verbos reúnem as condições mais proeminentes de agentividade: o agente é frequentemente [+humano], controlador da ação que recai sobre o paciente que aí representa um ser de fato afetado, sintaticamente o complemento verbal. Ao processo ergativo verificado em tal contexto denominaremos aqui ergativização básica ou primária. Esta corresponde modelarmente à ação ergativa no PB.

Sobrevém que há toda uma hierarquização que pode ser indicada para as formas transitivas em uma perspectiva de escala de causatividade que será um verdadeiro gradiente de transitividade prototípica. Em verdade, eis aí um princípio para uma grande escala de impessoalidade-agentividade. No próximo capítulo, enveredaremos pelo desdobramento natural de tal discussão que é a proposição de um *continuum* sistematizado para tais valores polares. No entanto, desde já, advertimos que quanto aos verbos transitivos, por exemplo, não nos será possível graduá-los, posto que esse debate carece ainda de pesquisas para permitir um olhar mais detalhado. Preocupada com tal questão, Abraçado (2003) propõe uma tabela de apreensão de traços de transitividade que reproduzimos abaixo.

TRAÇOS	ALTA TRANSITIVIDADE	BAIXA TRANSITIVIDADE
1. Número de participantes	dois ou mais	um
2. Cinese	ação	não-ação
3. Aspecto	télico	não-télico
4. Punctualidade	punctual	não-punctual

5. Validão	volitivo	não-volitivo
6. Afirmação	afirmativo	negativo
7. Modo	<i>realis</i>	<i>irrealis</i>
8. Agentividade	potência forte	potência fraca
9. Afetamento do objeto	total	nulo
10. Indivuaçãoção do objeto	absoluta	nula

**Quadro 30: Transitividade: traços sintáticos e semânticos. Fonte: ABRAÇADO (2003, p. 31)**

Sobre a apresentação da tabela, a autora expõe-nos estas reflexões:

[...] propriedade transitividade [...] é um universal linguístico determinado discursivamente, que se refere à transferência de uma ação de um agente para um paciente. Manifesta-se no discurso num contínuo que envolve um complexo de dez traços sintático-semânticos, o que revela sua natureza escalar. [...] O extremo oposto da escala, quando todos os traços são marcados negativamente, corresponde ao grau zero de transitividade. (ABRAÇADO, 2003, p. 31)

Alicerçados na compreensão de que há diferentes níveis de transitividade, os quais nem aqui nem no capítulo seguinte nos serão possíveis descrever, propomos uma reflexão de um fato em torno da ergatividade. Vimos o que vem a ser um processo claro e completo de ergativização que pode ser verificado com vários verbos causativos: o verbo passa a ter como sujeito o ser afetado, implicado no fato verbal e, ao mesmo tempo, assume “ares” inacusativos.<sup>316</sup> Tal decurso é hoje responsável pela crescente gramaticalização de SNs sujeitos em PB. É nesse ponto que as construções ergativas mais se demonstram exitosas em PB. Mas há também inúmeros exemplos correntes de ergativização ainda não conclusa ou instável. É em tal ponto que repousa especial interesse nosso, uma vez que esse segundo padrão de ergatividade é gerador de orações não possuidoras de SN sujeito, tais quais:

*Vende muito carro aqui.*

*No texto diz que o eu lírico deseja a morte.*

Por curiosidade, o último exemplo é oriundo de resposta dada por um(a) aluno(a) em exame de literatura no segundo ano do ensino médio. Esse aluno reproduz um padrão de construção absolutamente recorrente entre as possibilidades espontaneamente vislumbradas por outros estudantes ao redigir seus textos, sem

<sup>316</sup> Lembrando que estamos a manter a distinção entre inacusatividade e ergatividade.

que se crie, para muitos, qualquer indício de estranhamento que pudesse denotar suspeita de agramaticalidade na intuição dos mesmos.

Quando mencionamos uma ergativização não conclusa ou instável, pensamos no 3º estágio envolvido na alternância causativo- ergativa, aquele estágio que indicamos como teórico, em se tratando de verbos causativos, uma vez que não é, para esses verbos, efetivamente apreensível. Retomemos tal ponto com mais vagar. Teríamos aí *Ø fechou a porta*, de acordo com nossa exemplificação, ou seja, o SN sujeito foi obliterado e o verbo continua a se relacionar com seu SN posposto como objeto. A consequência mais imediata da concretização de tal estágio seria a necessária formação de orações sem sujeito. Tais orações, em princípio, corresponderiam a uma fase transitória de tais construções, posto que não houvesse ainda se completado a ergativização. Se não nos é mais visível tal momento em termos dos verbos causativos, no tocante a outros transitivos, é exatamente o que estamos a ver hoje. Os verbos transitivos *dicendi* (*falar, dizer, afirmar, relatar, contar, expor* e outros) exemplificam muito bem essa situação. Em *No texto diz que o eu lírico deseja a morte*, efetivamente, temos uma oração sem sujeito. Aliás, a intuição de muitos falantes aí vai identificar como sujeito o SAdv *No texto*. Tal intuição está intimamente relacionada à alternância locativa sobre a qual ainda nos debruçaremos. Ainda sobre a última frase exemplificada, como se trata de transformação em pleno curso é difícil e desaconselhável qualquer afirmação taxativa sobre seu rumo. A se seguirem os rumos de demais processos de ergativização na língua, teríamos então um objeto oracional gramaticalizado como sujeito. Em uma estrutura complexa, envolvendo subordinação de orações, tal hipótese talvez soe hoje esdrúxula, mas é isso que se tem verificado em exemplos mais simples de constituição frasal em inúmeros exemplos causativos. Se o trajeto aqui for o mesmo, é essa a direção.

Avelar & Callou (2007) também haviam detectado tal processo, correlacionando-o ao reequacionamento flexional do PB. Segundo tais autores, a redução de flexões sintéticas em língua portuguesa gerou contexto para desaparecimento de referencialidade para o sujeito, assim a língua passa a permitir construções como estas:

*Vende muita roupa boa ali.*

*Rouba muito carro nessa rua.*



*Limpa tudo com esse removedor.*

As orações acima podem também ser entendidas no mesmo sentido das que analisamos anteriormente, ilustrando casos não prototípicos de ergativização. A essa, ocorrida fora do contexto dos verbos causativos, denominamos ergativização secundária. Ajuizamos que em tal manifestação vê-se uma porta de entrada ampla para construções hoje efetivamente destituídas de sujeito em nossa língua. Mesmo que consideremos a mencionada instabilidade do fenômeno aqui tomado como secundário, o fato de ser uma situação, em princípio, momentânea na língua— afinal como tudo o mais que nela se constata— não pode nos impedir de analisar sua inegável ausência de SN sujeito. Eis o caminho pelo qual as orações sem sujeito vêm encontrando franca e exitosa expansão em língua portuguesa, especialmente no PB. Tamanha permissividade às estruturas sem sujeito estaria ainda ancorada, então, no lastro da reformulação do paradigma flexional. Lembremos, sobre tal permissividade, que verificamos no capítulo VI vários exemplos que nos levaram à dúvida quanto à aferição de sua impessoalidade.

Todo esse conjunto compõe o quarto e último caso de orações efetivamente sem sujeito em língua portuguesa. Tais quais as vistas no capítulo anterior, estão ligadas a estratégias de omissão do agente. Do ponto de vista da abrangência, as ergativas são mais limitadas do que aquelas, afinal se situam hoje em uma dada faixa que ainda identificamos como imprecisa de transitividade. Entretanto podemos afirmar convictamente que as construções tipicamente causativas, quando ergativizadas, não compõem essa faixa, pois que possuem, de fato, SN sujeito, consequência de gramaticalização.

### **8.3 Alternância locativa em língua portuguesa e gramaticalização de sujeitos**

Os casos vistos no item anterior, a prosseguir o atual nível e curso de produtividade das construções ergativas em PB, podem vir a se estabilizar, como especulamos, na condição de novos SNs sujeitos gramaticalizados (nos exemplos, *muito carro*, a oração objetiva direta *que o eu lírico deseja a morte, roupa boa, muito carro* e *tudo*). Tal nível de gramaticalização do sujeito já se encontra em estágio

avanzado em usos outros, envolvendo o alçamento de adjuntos adverbiais e adnominais, Sprep ou não recategorizados como SN, em função de sujeito, como atestam: *Cabem dez pessoas nesse elevador/ Esse elevador cabe dez pessoas* e *A fonte do meu computador queimou/ O meu computador queimou a fonte*. Tal ocorrência é também de grande produtividade em nossa variedade de português. Esse processo tem pontos claros de interferência e encontro com a ergativização secundária, geradora de orações pessoais sem sujeito.

Nas sentenças supracitadas, podemos também enxergar uma ação de topicalização, a qual tem o mesmo sentido final de que aqui tratamos: gramaticalizar adjuntos como SNs sujeitos.

Já no capítulo V deste trabalho, mencionáramos a ocorrência de adjuntos “despreposicionados” como sujeitos. Em *Essa semana tem a festa da Tânia*, podemos estabelecer pelo menos duas análises para a sentença. Vejamos:

*Esta semana tem a festa da Tânia*

1. Podemos considerar que o sintagma *Esta semana* funcione como um SN sujeito gramaticalizado como decorrência de alçamento do adjunto *Nesta semana*. Então a perda de preposição seria um ajuste necessário ao alçamento em posição sintática de sujeito.
2. O sintagma *Esta semana* continuaria a indicar um circunstancializador temporal, despreposicionado como variante recorrente em PB (*Vou visitar vocês este domingo sem falta*). Em tal interpretação, o verbo é lido em sua acepção existencial e a oração não possui sujeito.

Ainda teríamos a possibilidade, segundo pontos de vista destoantes do que aqui sustentamos, de se atribuir ao SN *a festa da Tânia* a leitura de sujeito, dentro da visão de que os SNs pospostos aos verbos existenciais são sujeitos. Sobre tal ponto de vista, já nos colocamos no capítulo VI, item 2. De tudo isso, avulta o quanto importa mirarmos um processo em curso que, inevitavelmente, gera multiplicidade de possibilidades analíticas.

Nesses exemplos, focamos o alçamento dos adjuntos a sujeitos. Uma parte dessa questão, considerada de produtividade muito marcada na língua tem sido estudada sob a denominação de alternância locativa. Pensemos em *Bate muito sol nessa varanda* e a variante *Essa varanda bate muito sol*. Avelar (2009) considera

que “o português brasileiro apresenta um padrão de inversão locativa em que constituintes preposicionados são realizados na posição sintática do sujeito”.<sup>317</sup> Levanta como hipótese a possível interpretação do argumento externo de certos verbos como locativos, exemplificando com:<sup>318</sup>

- (1) a. *Aquela loja vende livro*  
       b. *Naquela loja vende livro.*
- (2) a. *O meu DVD grava qualquer tipo de filme.*  
       b. *No meu DVD grava qualquer tipo de filme.*
- (3) a. *Esse restaurante serve todo tipo de salada.*  
       b. *Nesse restaurante serve todo tipo de salada.*

Atenta também para o contraste com o PE que produziria como equivalentes dessas *Naquela loja se vende(m)*<sup>319</sup> *livros* ou *Naquela loja vendem livros*.

Digno de nota é o destaque feito pelo autor a uma propriedade em evidência no PB<sup>320</sup> para o que denomina “pronomes adverbiais”<sup>321</sup> (*aqui, ali, lá e aí*): podem ser ou não antecidos por preposições. Utilizando alguns exemplos do próprio: *Liguei (pra) lá, mas ninguém atendeu/Os meninos precisam ir (até) aí*.

A ocorrência supracitada, efetiva e incontestada no PB, parece colidir com o “despreposicionamento” a que nos referimos ao falar genericamente de adjuntos adverbiais e adnominais alçados e gramaticalizados como SNs sujeitos. O que pensamos sobre tal aparente contradição é que podemos estar a assistir a uma reanálise dos advérbios pronominais. Em uma oração como *Aqui é quente*, interpretá-la-íamos, de antemão, como impessoal. Dá-se que, semanticamente, somos obrigados a reconhecer aí uma ambivalência entre “este lugar” e “neste lugar”, dubiedade essa reforçada pelas situações em que, mesmo diante de claro valor circunstancial, não apenas no caso dos locativos (demos um exemplo com *essa semana*, logo, temporal) esvazia-se a oposição entre construção preposicionada ou não como dado relevante ao processamento de valor semântico de determinado sintagma. A questão de que temos nos ocupado em toda esta

<sup>317</sup> AVELAR: 2009, p. 232.

<sup>318</sup> *Idem: ibidem*, pp. 232-233.

<sup>319</sup> Notemos aqui a hesitação entre interpretação passiva ou indeterminada também muito comum no PB.

<sup>320</sup> Aqui não temos clareza se o autor trata de propriedade específica do PB ou apenas mais destacada hoje no PB, mas extensível ao conjunto da língua portuguesa.

<sup>321</sup> Há interpretações, tanto na descrição gramatical tradicional quanto nas descrições referenciadas em pesquisa linguística, que apresentam esses mesmos vocábulos como *advérbios pronominais*. Não podemos aqui dissecar tal distinção de pontos de vista. Contudo, informamos que preferimos esta última análise e consequente terminologia às adotadas por Avelar (2009).

descrição é que as motivações semânticas interferem nas realizações sintáticas e, no longo prazo, propiciam mudança linguística. Admitir a possibilidade de uma mudança em curso talvez seja salutar para uma análise que não recaia em dogmatismos. Não se trata de o sujeito “estar se preposicionando” em PB, mas de estruturas que, em meio às ambivalências demarcadoras dos processos de mudança fogem aos protótipos de forma singular. Nessa hipótese, teríamos que reconhecer, portanto, que a faceta pronominal de tais advérbios está se avolumando e concorrendo com a propriamente adverbial. Lembremo-nos de que Avelar (2009) denomina-os pronomes adverbiais e não advérbios pronominais. Essa movimentação de hibridização entre pronome e advérbio passa então a não mais soar contraditória com o “despreposicionamento” de adjuntos, especialmente locativos, mas, talvez por contaminação, também aos demais. Mantemos a análise da oração aqui em jogo como de impessoal, por conta de, mesmo admitindo a possibilidade da atuação de tal processo, não nos ser ainda visível a extensão de sua real afetação em nível sintático. Notemos que há de se ter cuidado redobrado ao se considerar tal hipótese de mudança. Em *Aqui está calor*, só podemos aceitar a análise que considere *aqui* como um advérbio. Afinal de contas, estamos a lidar com um substantivo no predicativo. Só poderíamos ter um SN como eventual sujeito dessa construção se tivéssemos em seu predicado o verbo copulativo junto a um adjetivo (*Cuiabá é quente/ \*Cuiabá é calor*). O que contornaria essa situação seria a anexação de um artigo indefinido de forma a constituir, junto ao substantivo, valor atributivo (*Cuiabá é um calor/ Ela é um amor*).

Retornando a Avelar (2009), o autor atribui à alternância locativa a possibilidade de construções como *Essas cidades desse litoral chovem demais*. Em parte, concordamos com ele, mas lembramos que no capítulo V fizemos análise mais detalhada de tais ocorrências.

A razão levantada pelo autor para a permissividade com relação a um advérbio pronominal —ou nas suas palavras, um pronome adverbial— na posição de sujeito repousaria, mais uma vez, na simplificação flexional do PB. Como já vimos no capítulo VI, nosso português opõe categoricamente apenas a 1ª pessoa do singular às demais, o que indicaria enfraquecimento da oposição de número no paradigma flexional. Sucede que tais vocábulos trazem consigo, se entendidos em uma esfera nominal, apenas a categoria gramatical de 3ª pessoa. A flexão de número está ainda

totalmente impedida. Assim, seriam interpretados como uma 3ª pessoa do singular que pode funcionar como um SN sujeito.

Precisamos ainda retornar ao exemplo postulado da *Real Academia Española*, no capítulo VI, que aponta em *Hoy hace tres años*, como tendo sujeito, o qual seria *hoy*, um advérbio de tempo. A frase importa menos do que a premissa analítica. Por isso e por se tratar de um trabalho em língua portuguesa, pensemos em equivalência com *Hoje é domingo*. Que análise nos é possível fazer da malha sintática de tal sentença? De antemão, assumimos que temos um exemplo de oração impessoal em que *hoje* corresponde a um SAdv. Para a análise mais detalhada dessa sentença, registremos primeiramente que a oscilação com preposição anteposta não está colocada para os advérbios temporais como o está para os locativos. Uma argumentação em favor da mudança poderia levantar que é usual a mudança começar pelos elementos que decodificam espaço para depois migrar para os de tempo. Não discordamos disso, pelo contrário. Já nos valemos dessa argumentação como forma de apoio para a interpretação da gramaticalização dos verbos impessoalizados. Entretanto, estamos a analisar os fatos presentes e não suas possíveis, e talvez sejam muitas, derivas. Agora, pensemos em *Hoje é dia de praia*. Tivéssemos *Domingo é dia de praia*, em face de um substantivo no lugar reservado a um SN e, ainda mais, um sujeito como espaço sintático, não hesitaríamos em reconhecê-lo como tal. Qual seria então a diferença entre as duas? Podemos acrescentar determinantes à segunda: *Todo domingo é dia de praia/ Domingo ensolarado é dia de praia*. Claro que se pode obstar a isso a assertiva de que *hoje* na primeira oração assumiria o comportamento de qualquer outro pronome substantivo em papel de SN, como em *Isso é fácil*, em que não podemos proceder às modificações apontadas. Façamos então outra testagem que nos permita diferenciar ambas as estruturas em análise. Podemos modificar o SN da segunda por meio de advérbios:<sup>322</sup> *Só domingo é dia de praia/ Domingo sempre é dia de praia/ Domingo frequentemente é dia de praia*. Notemos que tais modificações são possíveis também com um pronome substantivo típico: *Só isso é fácil/ Isso sempre é fácil/ Isso frequentemente é fácil*. Contudo, diante de nosso primeiro exemplo, tais possibilidades se limitariam: *Só hoje é dia de praia/ \*Hoje sempre é dia de praia/\* Hoje frequentemente é dia de praia*. Poder-se-ia contra-argumentar que tal

<sup>322</sup> A descrição gramatical tradicional brasileira vai, majoritariamente, considerar estes vocábulos palavras denotativas. Já em Portugal, estes serão tomados por advérbios. Não há porque aprofundar essa discussão aqui, mas consideramo-los advérbios.

impossibilidade é verificada em função da sobreposição de valores temporais.<sup>323</sup> Entretanto o valor temporal também compõe o signo de *domingo*. Além disso, tal contra-argumentação em si seria um reconhecimento do valor ainda muito proeminente de circunstancializador temporal. Portanto, em *Hoje é domingo* ou *Hoje é dia de praia*, julgamos tratar-se de casos de impessoalidade circunstancializados temporalmente.

Enfim, o processo de alternância locativa contém ainda muitos pontos que precisam de maior investigação. Mas, desde já, é preciso reconhecer sua interface com o processo de ergativização, em que ambos podem atuar complementarmente. Voltando a uma das sentenças do item 2, *Rouba muito carro nessa rua*, é a interação com a alternância locativa que nos leva à possibilidade de *Essa rua rouba muito carro*, processo pelo qual vemos mais um SN sujeito gramaticalizado. Notemos quem, nesse percurso, não foi o objeto, contendo o paciente semântico, que se gramaticalizou, mas o adjunto adverbial de valor locativo.

Quando destacamos, dentre os casos de alçamento de adjuntos, a alternância locativa não foi apenas pela constatação de que o tema recebe um tratamento mais detalhado na literatura específica do que os demais casos de adjuntos adverbiais ou adnominais que passam a sujeitos. Na verdade, reconhecemos que a abrangência de interação desse processo com outros na língua é muito grande. Reportando-nos à relação estabelecida para valores possessivos e existenciais, no capítulo VI, explicamos a flutuação entre *Minha rua tem um hospital* e *Tem um hospital na minha rua*, por meio de vínculos cognitivos estabelecidos entre posse e existência por meio de elementos locativos. No entanto, há de se perceber que, ainda que em menor grau, concorre aí também alternância locativa. E recordemos que, para Avelar (2009), a exemplo do postulado para a atribuição de valores existenciais para *ter*, é também o redimensionamento flexional do PB responsável, ao menos em parte,<sup>324</sup> pela alternância locativa.

Por fim, o fenômeno da ergatividade ora em curso no PB tem, colateralmente, gerado estruturas sem sujeito com verbos de natureza e aceção pessoal. Por isso, a denominamos ergativização secundária. Podemos, em função de tais características, considerar que os casos de orações sem sujeito pessoais ergativas

<sup>323</sup> Percebamos que, em tal ordenamento, o escopo do advérbio recai, de fato, sobre o sintagma *Domingo/ Hoje/ Isso*, pois é dessa interação que irradia agramaticalidade para a oração.

<sup>324</sup> “Ao menos em parte” deve-se à nossa visão de que ainda haja muito por se investigar no processo. Na verdade, Avelar (2009) aponta a alternância locativa como a responsável pelo fenômeno.

configuram um caso talvez apenas provisório, mas é absolutamente cedo para se dizer isso. O que importa registrar, sobremaneira, é a expansão de contextos que tem admitido a não existência de um SN sujeito e tem se proliferado pelos dizeres de nossos falantes, a plenos pulmões.

Insistimos, enfim, que não é possível determinar os rumos da ergativização em PB, não havendo ainda explicação satisfatória para a sua eclosão tão acentuada em nossa variedade de português, mas é fato que tal fenômeno, ao migrar para verbos não prototipicamente causativos, amplia o acervo de possibilidades de construções sem SN sujeito em língua portuguesa.

## 9 O CONTINUUM DE IMPESSOALIDADE EM LÍNGUA PORTUGUESA

Tendo percorrido o roteiro descritivo que nos apontou os quatro casos aqui identificados de orações sem sujeito, é possível, em consonância com nossa visão da língua como objeto eminentemente escalar, propor a configuração do que seria o *continuum* de impessoalidade verbal em nosso idioma. Em tempo, frisamos que não se deve retroceder à não distinção entre orações impessoais e sem sujeito. Como alhures já esclarecemos, as construções impessoais correspondem a um subconjunto das orações sem sujeito, o qual por sua vez pode ainda ser dividido em essenciais e acidentais. No entanto, pela propriedade de não seleção sistemática de sujeito, é inegável que as construções impessoais sejam mais prototípicas da oração sem sujeito do que as pessoais, que podem facilmente se transmutarem em selecionadoras de SN sujeito.

Levemos ainda em conta que, quando da abordagem dos verbos impessoalizados ou impessoais acidentais, no capítulo VI, apontamos para fatores que habilitam tais verbos a cruzar o espectro pessoal rumo à impessoalidade verbal, aí categorizada como um *status* claramente mais funcional e, portanto, mais gramaticalizado no sistema linguístico. E não é à toa que tal processo ancora-se nas etapas prévias de opacidade da forma verbal e gradual redução de sua carga lexical.

Já no capítulo VIII, a própria adoção do conceito de ergatividade secundária, distinta da ergativização básica e primordial no PB, como ali demonstrado, baseia-se em traços mais prototípicos, ou não, da forma verbal, em função da distribuição de papéis semânticos feita pelo verbo. Tais verbos que, originariamente no idioma, requisitam agente parecem não perder o traço de exigência de um SN sujeito, mesmo que esse não corresponda ao agente. Relembremos aí da já mencionada identidade criada na família indo-europeia, no sistema de casos que parte do nominativo, entre sujeito e agente, de modo que o sujeito traz incorporado, como traço rastreado pela intuição do falante, [+ agente].

A partir daí, já nos soa indicada a possibilidade de desdobramento do que seria esse gradiente pessoal-impessoal das formas verbais. Seus polos seriam ocupados, por um lado, pelos verbos fenomenológicos e, por outro, pelos transitivos diretos causativos, em construção primária em língua portuguesa (portanto, não ergativizados, ou seja, com sujeito agente claro e com complemento verbal



correspondendo ao paciente/meta da ação verbal). Ainda sobre os fenomenológicos, o que os situa na extremidade impessoal, em detrimento dos impessoalizados, é a própria condição de não seleção de SN sujeito que é inerente àqueles e adquirida no percurso histórico da língua nestes.

É preciso esclarecer ainda que não nos é possível preencher todas as posições intermediárias da escala. Isso dependeria de uma confluência de estudos que fundamentalmente pudesse compatibilizar morfossintaxe, cognitivismo e processos de gramaticalização, no mínimo. Visamos tão somente a um início de sistematização que, de antemão, vislumbramos como necessariamente incompleta. Contudo, ela pretende esboçar alguns marcos que são importantes explicitarmos.

<b>ESCALA DE IMPESSOALIDADE VERBAL PORTUGUESA</b>	
<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;">[-AGENTE]</div> <div style="font-size: 2em; margin: 10px 0;">↑</div> <div style="font-size: 2em; margin: 10px 0;">↓</div> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; width: fit-content; margin: 0 auto;">[+AGENTE]</div>	<b>POLO IMPESSOAL</b>
	Construções fenomenológicas*
	Verbos impessoalizados
	Verbos transitivos diretos ergativizados
	Verbos de agente indeterminado com <i>se</i> **
	Verbos de agente indeterminado na 3ª pessoa do plural
	Verbos de agente indeterminado na 3ª pessoa do singular
	Construções apassivadas analiticamente
	Verbos predicativos em construções atributivas
	Verbos predicativos em construções locativas ***
	Verbos intransitivos****
	Verbos transitivos indiretos
	Verbos transitivos relativos
	Demais verbos transitivos *****
	Verbos transitivos em construção reflexiva
	Verbos transitivos diretos causativos

Quadro 31: Escala de impessoalidade verbal portuguesa.

\* Há de se considerar aqui os verbos fenomenológicos arquetípicos (*chover, ventar, trovejar, anoitecer*, etc.) bem como as perífrases fenomenológicas sejam estas construídas com verbos predicativos ou em estruturas-suporte com *fazer*. Ao longo de todo o trabalho, tratamo-las pela denominação genérica de construções fenomenológicas. Se quisermos aqui empreender algum nível de maior rebuscamento, podemos assinalar que, no interior delas, os verbos

arquetípicos ocupam a “ponta do *iceberg*” impessoal, dado o fato de as demais construções desse rol serem formadas por verbos impessoalizados. De todo modo, julgamos esse um refinamento não muito produtor para além do esforço classificatório em si, o qual, se visto como fim em si, torna-se inócuo.

\*\* Consideramos que aqui tanto se incluem as construções tradicionalmente vaticinadas como sujeito indeterminado quanto às ditas passivas sintéticas, em reconhecimento à própria situação de ambivalência em que muitas estruturas desse tipo ora se encontram na língua. No mais, em ambos os casos, temos o SN sujeito deslexicalizado com conseqüente omissão do agente e o aporte do afixo *se*— da forma como o encaramos prioritariamente— indeterminador/apassivador à forma verbal, com repercussões morfossintáticas e, por extensão, semânticas.

\*\*\* Aqui tomamos mais uma vez por *predicativo* o verbo também denominado *de cópula* ou *de ligação*. Só destacamos como fato notório a observação de que esse verbo, sob olhar de rigor analítico, é efetivamente locativo. Chamamo-lo *predicativo* por mera simplificação.

\*\*\*\* Dentre os intransitivos, consideramos aqui também os pronominais.

\*\*\*\*\* Ao apontarmos *demais verbos transitivos*, na verdade, estamos a lidar com uma situação em que nos faltam dados objetivos para categorização mesma e hierarquização dessas categorias em termos de agentividade. De início, vislumbramos os verbos cognoscitivos (*saber, conhecer, identificar, etc.*), verbos *dicendi* (*dizer, contar, afirmar, falar, relatar, etc.*), verbos transferenciais (*dar, receber, entregar, etc.*)— inclusive com notório potencial à bitransitividade, dentre outros subtipos de transitivos possíveis. Eis aí uma importante incompletude de nossa escala impessoal que, como disséramos, necessita de futuras complementações.

A própria necessidade desses esclarecimentos suplementares dá a noção de quão incipiente é o gradiente impessoal/agentivo por nós estabelecido. Aproveitando o ensejo, não podemos deixar de observar que a visualização desse gradiente seria mais precisa em orientação horizontal, uma vez que a verticalidade pode induzir mais facilmente a valorações ascendentes e/ou descendentes, as quais não estão, de modo algum, ajuizadas. A opção pelo formato em questão repousa tão somente no próprio gerenciamento ilustrativo, assim mais factível.

Alguns pontos merecem ainda detalhamento. Primeiro, ao arrolarmos as construções com agente indeterminado, operamos intencional simplificação, a qual se comprova na leitura do capítulo VII, em seu item 2. Ali já observáramos que é possível identificar níveis de apagamento do agente, mas com dificuldades de sermos mais taxativos em alguns exemplos. Reconhecendo essa dificuldade, partimos para os casos mais exemplares. Aliás, tal princípio é, obviamente, extensivo a toda a listagem configurada, uma vez que precisaríamos de algumas boas dezenas de linhas para perfazer uma descrição completa do *continuum* objetivado.

Na imediação do polo impessoal, vemos os verbos transitivos diretos ergativizados sem qualificação quanto à qualidade de tal processo. Consideramos que, logicamente, aqueles ergativizados primariamente correspondem a um maior apagamento de agente do que os também ergativizados secundariamente. Isso em função da própria situação prévia ao processo de ergativização que apaga totalmente a agentividade dos verbos causativos. Já nos que aí não se inserem, o apagamento seria menor por conta da agentividade inicial também o ser. Não consideramos necessário discriminar isso, por todas razões já expostas, em nossa visualização.

Também é digna de destaque, quase no polo pessoal/agentivo, a localização dos verbos reflexivos. Isso se explica pelo fato de a construção reflexiva portuguesa corresponder a rigor a uma construção plenamente ativa em que o SN equivalente semanticamente ao ser afetado é coincidente com o agente. A rigor, temos dúvida se há gradação de agentividade entre tal posição e a do efetivo polo pessoal.

Percebamos ainda que, além dos dados relacionados a níveis de agentividade e impessoalidade, há mais um que pode ser apontado aí: o de nível de gramaticalização. Predominam, quanto mais nos aproximamos do polo impessoal, a recorrência a mecanismos mais gramaticais dentro da língua para perfazer o apagamento do agente. É verdade que, nessa situação, não podemos perfazer uma escala tão rigorosa quanto para os outros dois níveis. Por isso, falamos de predomínio e nos preservamos de incluir o nível de gramaticalização aí como em avanço escalar. Mas, grosso modo, podemos dizer que prevalece, quanto mais próximo do polo pessoal, a lexicalização; já por outro turno, nas imediações do polo impessoal, faz-se sentir a presença ativa de distintos processos de gramaticalização.

Ao mencionarmos, ao longo de todo o nosso trabalho a expressão *impessoalidade*, estamos a lidar, em princípio, com terminologia mais afeita à

semântica do que à sintaxe. Esmiucemos tal questão. De fato, ao nos reportarmos à expressão em pauta, valemo-nos de um traço que se correlaciona à semântica, o de ser referente a alguma pessoa, algum ser, por extensão, alguma coisa (compreendendo-se aí a totalidade de tudo aquilo que pode ter existência linguística como substantivo). Antes de ser semântico, cremos que o padrão de impessoalidade é cognitivo, pensando nesta como estrato mais profundo que a própria semântica. Ora, é pela cognição que decodificamos tudo aquilo que é simbólico, com especial destaque para a língua, mais complexo sistema simbólico de que se tem notícia. Desde os primeiros capítulos já deixamos clara nossa posição de que a sintaxe opera com instrumentais próprios para atender a demandas de significação. Por isso, pudemos abordar as orações sem sujeito impessoais através de um recorte sintático, identificando-lhes todo um instrumental a serviço da concretização formal da impessoalidade. Portanto, essa terminologia importa também ao plano da organização oracional. A impessoalidade reserva profundas consequências à estruturação da língua em nível superficial, justamente o detectável pelo olhar (morfo)sintático. Não é à toa que, dentre as orações sem sujeito, as impessoais sejam mais prototípicas de tal condição do que as pessoais.

Assim, oferecemos a sistematização— como já frisamos, parcial, necessariamente— do gradiente de impessoalidade-agentividade por compreender que tal visagem está repleta de implicações sintáticas evidentes, parte apreciável das quais tratamos no decorrer de todo o nosso trabalho.

Por outro lado, não vemos sentido em uma escala de propensão ao SN sujeito. Aí não se trata de gradação. As construções impessoais o repudiam. É verdade que há estágios que elegemos como de impessoalização em curso, no caso dos verbos impessoais acidentais, e que, portanto, estariam mais afastados de tal propensão. Outrossim, alcunhamos a expressão SN fenomenológico excepcional justamente para a descrição de SNs que, idiossincriticamente, podem reger como sujeitos verbos impessoais essenciais. Afora tais casos já devidamente identificados e estudados, não há uma situação de maior pré-disponibilidade ou não para a não apreensão de SN sujeito pelo verbo. Trata-se aí de escolhas, forçosas ou não, por construções que basicamente deslexicalizam o SN sujeito com o objetivo semântico/pragmático de omissão do agente em uma gradação de apagamento sobre a qual já tecemos comentários no capítulo VII.

Por tudo isso, reportamo-nos aqui à impessoalidade que, afinal de contas, tem um destaque em se tratando de orações sem sujeito que não poderíamos simplesmente ignorar. Tamanho é esse destaque que, até hoje, em muitas descrições gramaticais, os fatos de o verbo ser impessoal e de não possuir sujeito são tratados como situações sinônimas em termos de análise, o que, por toda nossa exposição desde os primeiros capítulos, consideramos um equívoco decorrente de não se tratar a sintaxe com o devido rigor do olhar necessariamente sintático.

Como destacado em todo este capítulo, constituímos um *continuum* que não se propõe e não faz descrição minuciosa dos vários itens verbais que precisariam estar nele arrolados em perspectiva de completude. Apresentamos uma configuração que busca em casos exemplares estabelecidos em função da gradação relativa a seus polos—esses sim estabelecidos com rigor—um ponto de partida para a discussão agentividade x impessoalidade que é de interesse para tantos estudos distintos e, ao mesmo tempo, intercomunicantes, em Linguística e em Língua Portuguesa. Só a título de exemplificação, pensemos que no estudo da distribuição de papéis temáticos pelo verbo é salutar levar em conta os diferentes níveis de polarização que podem aí haver quanto à agentividade e impessoalidade e no quanto emana, a partir de tal estudo, de repercussão para abordagens sintáticas e semânticas. Eis o ponto de reflexão que pretendemos alcançar por meio da visualização que propusemos neste capítulo, destinado tão somente a tal finalidade, como forma mesma de lhe destacar apropriadamente no corpo desta dissertação.

Insistimos que, além de instrumental morfossintático, faz-se necessária aqui, com vistas ao aprofundamento da discussão proposta, uma abordagem que se articule solidamente com instrumental teórico linguístico mais vário, com especial destaque para os estudos cognitivistas que podem ofertar visagens mais voltadas ao âmago de questões que são aqui, a rigor, mais constatadas em sua superfície. De todo modo, foi isso a que nos propusemos ao apresentar a propositura de uma descrição: detectar funcionamentos, apresentar estruturas, avalizar seus usos e apontar perspectivas de aprofundamento que aqui não nos são possíveis perfazer.

## 10 CONCLUSÃO

### Orações sem sujeito e ensino de Português

Não temos neste item 1 uma finalidade da pesquisa. Nas páginas anteriores, analisamos nosso objeto para descrevê-lo nos termos apontados já no capítulo I. Desejamos contribuir em algo para o ensino, interface tão demarcada da pesquisa em língua portuguesa. Sem fórmulas ou receituários, visamos tão somente a reflexões gerais sobre o tema, que interessa à pesquisa e ao ensino.

Não pretendemos sabatinar a Gramática Tradicional. No capítulo IV, em seu item 5, já apontamos os pontos terminológicos/ descritivos que contribuem para embaçar a caracterização da oração sem sujeito:

- a sinonímia entre *oração sem sujeito* e *oração impessoal*— registrada também em descrições voltadas à perspectiva da pesquisa linguística;
- a indicação de um *predicativo do sujeito* em orações desprovidas de sujeito;
- a classificação de *sujeito indeterminado*, quando se trata, na verdade, de indeterminação do agente;
- o apontamento de um item morfológico obscuro, dito *índice de indeterminação do sujeito*;
- a denominação de *sujeito paciente*, a qual não é generalizada para o conjunto de casos de sujeito com tal traço semântico na língua;
- a identificação da confusa nomenclatura de *agente da passiva*;
- encarar-se a oração sem sujeito como “tipo de sujeito” e não de oração;
- conseqüentemente, encontramos a terminologia de *sujeito inexistente*, como concorrente de oração sem sujeito.

Tais incoerências afastam os aprendizes de língua portuguesa como língua materna da autoconfiança em sua intuição falante, reforçando uma cadeia de clichês como “Português é a língua mais difícil que há”, “Não sei falar português”, etc. É claro que a dimensão do “saber português” nesses dizeres é distinta da compreensão do “saber português” em uma perspectiva linguística. A contraprodução em termos de ensino fica atestada. Além disso, os pontos supracitados criam conturbação descritiva. Insistimos que a oração sem sujeito

corresponde a um conjunto de estruturas geralmente descrito de forma não aprofundada, mesmo em estudos mais voltados à pesquisa linguística – assim o peso da descrição gramatical tradicional ganha maior relevo.

Falamos de sentenças que não representam o protótipo oracional da língua, mas merecedoras de descrição por suas ocorrências não previstas pela descrição gramatical tradicional.

Relembremos a hesitação terminológica dos alunos de 2º ano do ensino médio ao responder à nossa pesquisa: muitas de suas dúvidas decorrem da própria impropriedade descritiva que lhes é/foi oferecida. Ao dizermos que o sujeito em *Bateram a porta* é indeterminado, valemo-nos de critério semântico; já em *Alguém bateu a porta*, lidamos com recorte sintático para classificar o sujeito como determinado simples. E temos como terminologia muito corrente o *sujeito oculto*, semanticamente próxima de *indeterminado* e do já criticado *inexistente*.

Precisamos ter em mente que qualquer proposição que vise a um enfoque produtivo do tema nas aulas de Língua Portuguesa— algo que passa por uma perspectiva de ensino linguístico reflexivo— precisa se iniciar por um ajuste da problemática terminológico-descritiva, o que implica determinar os limites entre sintaxe e semântica. Isso dialoga com o ensino de Língua Portuguesa de conjunto e não apenas com o ponto a que aqui nos dedicamos. Que domínio terminológico e descritivista em sintaxe um aluno ao fim do ensino básico precisa ter para se qualificar como usuário da língua? Não é o nível semântico o que mais se aproxima da intuição do falante e por isso o mais merecedor de enfoques voltados ao ensino do Português? Qual o nível efetivo de contribuição da decodificação estrutural em vários níveis de registros para o manuseio mais competente da língua? Essas e outras perguntas daí derivadas dizem respeito a questionamentos que fogem da alçada de nossas proposições, mas são colocações que dizem respeito ao conjunto do fazer pedagógico e linguístico e que trazem profundas consequências para os aprendizes de língua portuguesa em idade escolar.

A perspectiva prototípica que privilegiamos aqui contribuiria para a abordagem de inúmeros conceitos nas aulas, redimensionando a visão da língua portuguesa como área de conhecimento com definições precisas, acompanhadas de injustificadas exceções sem fim. Comprovamos que a oração sem sujeito, embora não prototípica em língua portuguesa, possui uma produtividade acima do que as descrições sobre a mesma podem fazer supor. Seu uso em linguagem informal é

ainda maior, pois nesse registro incorporam-se as construções ergativas secundárias— frequentemente verificadas em textos dos nossos alunos. Eis uma inadequação à língua padrão que pode ser de grande valia se tratada construtivamente se o estudante compreender o que a oração em questão tem que a torna irregular dentro do padrão culto de uso. É premissa a toda essa discussão uma clareza sobre a variabilidade linguística. Se ela for atendida, a reflexão comparativa entre usos correntes não padrão e a norma culta da língua pode se tornar instrumento profícuo para o aperfeiçoamento do domínio multidialetal do aluno.

Assim destacamos dois enfoques trabalhados nesta dissertação. Primeiro, a identificação e percepção das oscilações estilísticas entre construções fenomenológicas e duais, considerando a linguagem jornalística, literária, letras de música, etc. como meios para observação. A apreensão da diferença de efeitos de sentido causada pela escolha de uma ou outra construção implica algum amadurecimento da percepção linguística, o que ainda teria o mérito de unir reflexão linguística à atividade de leitura e, dependendo das escolhas, também ao olhar literário. Outra perspectiva seria a de se atentar para as múltiplas estratégias contidas no idioma para a omissão do agente.<sup>325</sup> Tal discussão não é saudável e produtora se não tratarmos adequadamente da distinção entre percepção semântica de indeterminação e efetividade sintática de eliminação do sujeito da oração.

Relembrando a pesquisa com os alunos de ensino médio, verificamos a não percepção de distinção entre os verbos *existir*, *ter*, *haver*, *rolar* e *acontecer*, que estão em um acervo que há tempos reserva especiais dificuldades do ponto de vista do ensino e aprendizado da língua portuguesa na educação básica brasileira. Professores e estudantes convivem com incompreensões e explicações não satisfatórias para a compreensão tanto do comportamento dessas formas quanto do seu uso. Há muito que se discutir sobre os temas e subtemas elencados, e tal discussão é útil para pesquisa e ensino de língua portuguesa.

A primeira resposta reside no próprio ensino tradicional de língua portuguesa. A apresentação da distinção, por exemplo, entre *haver*, formador de construções impersonais, e *existir*, pessoal, é tão arbitrária quanto possível.

---

<sup>325</sup> Relembramos aqui do experienciador e do causador, mas não julgamos oportuna e/ou necessária tal distinção em termos de ensino básico.



O reconhecimento desta suposta sinonímia pode ser entendido como reação à estranheza diante de ensinamentos como “*Haver* significando *existir* é impessoal, mas o próprio verbo *existir* é pessoal”, ou comprovação do não aprendido de tal distinção. Tais formulações contribuem para a introjeção de valores que passam a considerar a língua portuguesa, tal como aprendida na escola, uma segunda língua. O fato de muitos terem indicado as cinco orações como possuidoras de sujeito já indica que o aprendizado não é tão tranquilamente assimilado se pensarmos que houve preocupação com a “correção gramatical”. Também é preciso destacar que dentro do critério de intuição do falante o extrato da língua que primeiro salta a seus olhos é o semântico. E nesse nível as cinco orações apresentadas informam nuclearmente a mesma coisa: sobre *uma festa a ser realizada na sexta*; ou seja, de um ponto de vista instrumental, utilitário e comunicativo a sinonímia apresentada faz todo sentido. Há ainda outros planos em que a sinonímia poderia ser indagada.<sup>326</sup> Mas a pergunta que guiava a pesquisa induzia a uma motivação sintática, sem esquecermos que os ensinamentos escolares de língua portuguesa não elucidam suficientemente a seus aprendizes o que exatamente vem a ser o nível sintático de análise, muitas vezes proporcionando um confuso amálgama de critérios entre sintaxe e semântica. Considerando a motivação sintática aludida, concluímos que ou o SN das orações foi tomado como tema das sentenças em estruturas típicas de apresentatividade verbal— com SN sujeito posposto— ou se considerou, em certo nível de hipercorreção, os ensinamentos relativos às construções sem sujeito.

Ocorre que mesmo em nível morfossintático pode-se elucidar a distinção entre *existir* pessoal e *haver* e *ter* impessoais, pois o primeiro possui paradigma completo de sua conjugação verbal, ao passo que os outros não (*Penso, logo existo/ \*Penso, logo hei/ \*Penso logo tenho*). Decididamente, *ter* precisa comparecer enfaticamente às aulas de Português, tendo em vista seu uso no PB. Aliás, verifica-se em gramáticas escolares tolerância para o uso de *ter* existencial, com o alerta de que ele não compõe o quadro da língua-padrão. Verificamos tendência semelhante no capítulo III. Apesar disto, esse verbo efetivamente dá conta da expressão existencial no PB de forma sistemática. Acerca disso, a detecção de distinção entre o uso existencial e possessivo de *ter* é também convite muito oportuno à pauta das aulas.

<sup>326</sup> Em termos de registro ou estilo, as construções se prestariam a contextos diferenciados, mas também não era nosso objetivo a exploração dessas dimensões de análise. Contudo, na perspectiva de ensino que aqui objetivamos, faria todo o sentido a exploração de tal distinção.

Sobre uma proposição de conjunto para as orações sem sujeito, há de se identificar que a língua portuguesa possui dois tipos de orações: uma corresponde ao protótipo oracional da língua, formada por uma estrutura dual que pressupõe sujeito e predicado,<sup>327</sup> e outra formada apenas pelo predicado, evidentemente sem sujeito. Entre as últimas, seria útil distinguir as que se inserem em uma perspectiva pessoal das que se encontram no campo da impessoalidade. Mais uma vez, a preocupação é de ordem sintática, embora também possam ser levantadas considerações ligadas à semântica. A questão fundamental é que, entre as *orações sem sujeito pessoais*, que incluiriam as tradicionalmente classificadas como “sujeito” indeterminado, existe a possibilidade de o verbo aí presente ser regido por um SN sujeito em construção prototípica dual portuguesa. Ainda estariam abarcadas as construções ergativas secundárias<sup>328</sup> tão correntes no PB atual e que poderiam emergir para a identificação do próprio uso oral ou escrito dos alunos. Temos nas orações sem sujeito pessoais a oportunidade de discutir outras estratégias na linha de indeterminação, além de suas motivações e implicações discursivas, ampliando o repertório de estruturas ao alcance de uso do aluno. No segundo caso, dos verbos propriamente impessoais, isso não ocorre. Tal diferença coloca em campos sintáticos distintos verbos pessoais e impessoais, mesmo havendo estruturas sem sujeito em ambos.

Não poderíamos ignorar a discussão sobre o papel do *se* como apassivador ou marca e reflexo sintático da indeterminação do agente. Tal debate é necessário e precisa ser encarado como momento privilegiado de colocar a intuição falante do aluno em protagonismo. O material para isso é farto em meios escritos, desde cartazes até anúncios. Trata-se de ocasião para dar aos usuários que se sentem reles aprendizes erráticos de português o papel de avaliadores e determinadores da língua que está a serviço dos mesmos, e não o contrário.

Na discussão geral, tanto das orações sem sujeito pessoais quanto impessoais, tem-se ótima ocasião para contextualizar o que vem a ser a terceira pessoa do discurso, e analisar o próprio *locus* de cada uma dessas pessoas. Dentre as realizações impessoais, há de se apontar que impessoalidade pressupõe

---

<sup>327</sup> Não falamos aqui em sintagma dado o fato de tal explicitação de análise sintática não dizer respeito ao ensino básico de conjunto. Habitualmente, o que temos visto é que tal assunto, quando tratado, só o é, em nível médio. Ao mesmo tempo, deixamos claro que, concordando com Perini (2006), o sintagma corresponde a uma unidade bastante intuitiva.

<sup>328</sup> Óbvio que não se faz necessário lançar mão de tal terminologia.

construção sem sujeito e o que isso significa sintática e semanticamente, além de distinguir a impessoalidade essencial da accidental, algo fácil de se verificar.

Esses são apontamentos gerais, dentre outros que compõem um leque de possibilidades para a perspectiva de ensino. Temos em mente que a identificação em nível da estrutura e, posteriormente, de suas funções e papéis, em meio ao discurso, contribui para o objetivo maior que deve ter o ensino de português: o de ampliar a competência comunicativa dos alunos e a reflexão consciente sobre o estado da língua e seus usos, bem como de sua estrutura. A verificação de tais ocorrências está disponível em meios escritos e orais, em diversos graus de formalidade e as mais distintas finalidades. Tal proposição pode reunir alguns elementos para uma perspectiva realmente reflexiva e produtiva do ensino de Língua Portuguesa.

**Porque há de se concluir, ainda que provisoriamente ou Concluir, tal qual viver, não é preciso.**

Nossa conclusão é, necessariamente, provisória. Não há como pensarmos diferente. Por isso, tampouco buscamos apontar completudes taxativamente identificáveis. No capítulo I, reconhecemos a língua como objeto escalar. Assim, desenvolvemos uma abordagem de nosso objeto, a oração sem sujeito portuguesa, a partir de descrição prototípica. Isso apontava para a perspectiva de não privilegiar supostas precisões de descrição, em si artificiais dada a forma, em gradações, em que os exemplares da língua se apresentam à aferição. Buscamos sim uma descrição da língua coerente com seu uso que rastreasse primeiro os caos prototípicos, caracterizados e descritos em termos morfossintáticos, consideradas suas demandas e escopos semânticos. Sobre os exemplos não prototípicos, apresentamo-los nos limites do possível nesse contexto. Eis uma medida de rigor científico descritivo de que esperamos não ter nos desvencilhado comprometedoramente. Assumimos postura descritiva da língua, que pretendeu ter a sintaxe como *locus* privilegiado. Elucidamos a forma pela qual encaramos a interface desta com a semântica, mas sem semantizarmos artificialmente as tarefas

analíticas de sintaxe. Nos dizeres de Said Ali, não “sophismamos a analyse”,<sup>329</sup> buscando na equivalência semântica um forçoso paralelo sintático. Eis outro ponto nevrálgico que esperamos ter conseguido salvaguardar.

Dedicamos ao convívio com os preceitos e descrições gramaticais tradicionais o espaço que nos parece justo, reconhecendo-lhe méritos— sobretudo ligados a uma intuição linguística que há de se destacar para não incorrerem no simplismo da crítica maniqueísta — e apontando as limitações descritivas e conturbações expositivas — derivadas tanto da falta de critérios claros de análise quanto do prescritivismo apriorístico. Dois destaques precisam ser feitos. Primeiro, que sequer há propriamente uma uniformidade de postura quanto a todos esses pontos no conjunto dos autores enquadrados no rótulo *Gramática Tradicional*. Sobre o prescritivismo, quando não proscritivismo, não nos identificamos com os moldes históricos em que tal viés se estabeleceu no seio de gramáticas e compêndios de língua. No mais, a questão do prescritivismo é de alcance político e assim deve ser encarado. Nós que dedicamo-nos a lidar com a língua sob olhar científico precisamos ter claro que a língua de dada sociedade é seu dado cultural de maior relevo, eivada de ideologia. A língua profere sentidos políticos/ideológicos ininterruptamente. Se nossa sensibilidade requerer, podemos nos remeter ao sentido de política dos gregos para melhor enxergarmos a amplitude de tal processo. Por sinal, os mesmos gregos que nos legaram os estudos de linguagem do Ocidente em um percurso de afirmação da sintaxe em sentido logicista, no qual o sujeito é ponto de partida, de evidência lógica, visto aí como singularidade do próprio constructo linguageiro.

Após nos dedicarmos aos gregos e a uma síntese dos estudos que os sucederam, coligimos de algumas gramáticas, dicionários de Linguística e obras congêneres as conceituações de sujeito, oração sem sujeito e a extensão desta última em cada autor. Há forte tendência nas descrições mais antigas, do século XIX e da maior parte do XX, a se conceituar sujeito como ser do qual se diz algo. Aí há propensão à interpretação logicista da língua – que identifica sujeito a tópico. Já nas obras do final do século XX, percebemos preocupação de relevo com o estabelecimento de conceituações propriamente sintáticas. Sobre as orações sem sujeito, não detectamos linha de conceituações que, homogênea, apontasse o que

---

<sup>329</sup> Remete-se ao item 3 do capítulo I, em que tal citação consta na íntegra. Ver nota 8 e citação encontrada à página 28.

seriam tais estruturas. Sobre sua abrangência, de consenso, vimos as construções fenomenológicas e o verbo *haver* em acepção existencial.

Dáí conceituamos sujeito como termo correspondente ao SN prototipicamente regente do verbo e que carrega o *status* de SN principal da oração e responsável sobremaneira pela referenciação no interior desta. Já a oração sem sujeito, encaramo-la como toda e qualquer destituída de SN sujeito não recuperável, excluindo os casos de SN sujeito em elipse. Lidamos com duas grandes ordens de orações sem sujeito: as impessoais, que não selecionam SN sujeito e as pessoais, que não o fazem apenas contextualmente, pois seus verbos estão aptos a isto. No primeiro grupo, identificamos as construções essenciais, representadas por construções fenomenológicas e as acidentais, por verbos que denominamos impessoalizados. Estas apresentam movimento de impessoalização no curso histórico da língua devido a fatores ligados à opacidade que dada forma verbal assume dentro do sistema e que a habilita ao exercício de funções cada vez mais gramaticalizadas, como a expressão da impessoalidade. Aquelas já seriam de uma impessoalidade inerente, intrínseco ao próprio sistema linguístico em questão.

Descrevemos as formas fenomenológicas identificando propriedades específicas a subgrupos em que se faz possível percebê-las: meteorológicas, cronológicas, termológicas e cosmológicas. Abordamos a questão da estilística da língua em função da possível oscilação entre construções fenomenológicas e orações duais, prototípicas do português, em meio jornalístico e literário. Nos dois casos, há predomínio da estrutura prototípica, principalmente quando há necessidade ou opção pela evidenciação de um causador de dado fato.

Os verbos impessoalizados exigiram percurso de investigação que dialogasse com a história da língua, sobretudo para as formas mais produtivas—*haver, ter, estar* e *ser*. Investigamos as relações entre posse, existência e estados transitório e permanente do ponto de vista da expressão verbal diacronicamente e em perspectiva linguística de comparativismo linguístico sincronicamente. Estendemos tal visagem à comparação com as relações locativas e com mais uma construção de posse. Vislumbramos possíveis proximidades nas respectivas matrizes cognitivas e assinalamos que posse e existência são mediados pelo valor locativo. O dado espacial surge com relevo para explicitar sentido para a impessoalização em nossa língua, e que ela se dá em claro ritmo cronológico diverso para distintas formas. Destacamos formas de indicação temporal que

parecem ocupar espectro sugestivo de um encaminhamento para a impessoalização. Por fim, listamos as formas que podem ser abarcadas pelo rótulo impessoal em português, especialmente brasileiro. Tratamo-las exatamente do ponto de vista escalar a que nos propusemos: casos mais claros, intermediários e periféricos de observação menos nítida.

Eis que chegamos à descrição das orações sem sujeito pessoais. Antes de tudo desmistificamos que haja sujeito indeterminado. Indeterminado é o agente<sup>330</sup>; o sujeito não há. Elucidado isto, cotejamos as duas formas mais reputadas de indeterminação: — pela 3ª pessoa do plural e pela 3ª do singular com o aporte do *se*. Enveredamos por comentários e análises de outros processos de indeterminação semântica<sup>331</sup> e nos defrontamos com a polêmica já secular<sup>332</sup> sobre a categorização do *se* como apassivador ou como indeterminador. Historicizamos o inicialmente clítico *se* em seu tráfego diacrônico iniciado pela reflexividade, tendo passado pela voz medial, construções passivas e atingindo o plano da indeterminação. Identificamos, após investigação diacrônica e, a partir do uso efetivo sincrônico que o *se* passa hoje a um contexto de indeterminação, mas por ser processo de mudança linguística é possível arrolar exemplos de ambiguidades entre passividade e indeterminação. *Rasgou-se a sacola* afinal permite tanto a leitura de que *A sacola foi rasgada* quanto de que *Alguém rasgou a sacola*. Tanto no sentido apassivado quanto no indeterminado há movimento de apagamento do agente categórico. Por fim, ajuizamos que o *se* corresponde a um afixo em construções tanto passivas quanto indeterminadas.

Cuidamos do fenômeno da ergatividade que deixa largo lastro no PB. Nosso interesse ao abordar a ergatividade reside em suas manifestações que denominamos secundárias, com verbos não causativos, como em *Na placa avisa que aceita teu cartão*. Há aí porta aberta para a concretização de orações destituídas de SN sujeito. Consideramos tal contexto ampliação importante à consecução das orações aqui estudadas. Importam ainda os casos de alternância locativa que, em interação com os processos ergativos, tem gramaticalizado SNs sujeitos na língua.

<sup>330</sup> Insistamos ainda que tal indeterminação, na verdade, recai sobre o agente ou o causador ou o experienciador.

<sup>331</sup> A partir de dados obtidos em Santos Jr. (2010).

<sup>332</sup> A secularidade do debate é, inclusive atestável por trechos do capítulo VII, em que tomamos contato com reflexões de Said Ali em 1895, Silva em 1881 e Silva Junior também em 1881. Ver BECHARA (2005).

No capítulo IX, surge como desdobramento natural uma escala entre construções de máxima impessoalidade e máxima agentividade, tendo por polos as orações fenomenológicas e as estruturas em torno de verbos transitivos causativos. Em nosso *continuum* de impessoalidade/agentividade, buscamos estabelecer pontos nodais ao olhar, pois um detalhamento minucioso é ainda muito difícil em termos de descrição. Tecemos considerações correlacionando nosso objeto de estudo ao ensino de Língua Portuguesa. Interessou-nos apontar uma perspectiva de ensino que privilegie a reflexão linguística sobre a língua em uso, extraordinário ganho para incrementar a competência linguística dos estudantes.

Factualmente, há permissividade em língua portuguesa quanto à possibilidade de orações desprovidas de SN sujeito. Vemos isso no conjunto de verbos que vem se impessoalizando, nas estruturas de indeterminação de agente sem SN sujeito extensíveis ao conjunto dos verbos da língua e nos casos de ergativização secundária. A língua portuguesa suporta estruturas sem sujeito. Ainda assim, tais estruturas não correspondem ao protótipo oracional da língua e, sempre que há a opção, tendem a se secundarizar no uso em face da configuração dual.

Verificamos também que um fenômeno que vem contribuindo para processos de ausência do SN sujeito é a reorganização do paradigma flexional verbal do PB, que leva a uma reestruturação em cadeia de vários pontos do sistema linguístico com consequentes reanálises de estruturas.

Enfim, parafraseamos Fernando Pessoa, pois, de fato, tal qual viver, não há de se esperar precisões em um trabalho de tal natureza. É essa a dimensão de contribuição que pretendemos deixar para o estudo da oração sem sujeito portuguesa. A pesquisa científica é sempre um ponto de passagem para o adiante. São as respostas a porvir que dão o sentido do próprio se fazer ciência. Até então, vivemos em meio a provisoriiedades. Na área de pesquisa linguística não poderia mesmo se dar de maneira diferente, afinal a própria língua é esse objeto que vive dialogicamente em constantes porvires.

## REFERÊNCIAS

ABRAÇADO, Maria Jussara. Transitividade, ergatividade e a ordem verbo-sujeito no processo de aquisição do português. **Veredas**: revista de estudos lingüísticos, Juiz de Fora, v. 3, n. 2,, 1999.

ABRAÇADO, Maria Jussara. **Ordem das palavras**: da linguagem infantil ao português coloquial. Niterói: EDUFF, 2003.

ABREU, Antônio Suarez. **Gramática mínima para o domínio da língua padrão**. Cotia: Ateliê Editorial, 2006.

AGUILAR, Rafael Cano. **Estructuras sintácticas transitivas en el español actual**. Madrid: Gredos, 1981.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática metódica da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1962.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**. São Paulo: Saraiva, 1989.

ARNAULD, Antoine ; LANCELOT, Claude. **Gramática de Port-Royal**. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

ASSIS, Machado de. **Memórias póstumas de Brás Cubas/ Dom Casmurro**. São Paulo: Abril, 1971.

AUROUX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: UNICAMP, 1992.

AVELAR, Juanito Ornelas. Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro. **Matraga**: revista do programa de Pós-Graduação em letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan.- jun. 2009.



AVELAR, Juanito ; CALLOU, Dinah. Sobre a emergência do verbo possessivo em contextos existenciais no português brasileiro. In: CASTILHO, Ataliba et al. (Org.) **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. São Paulo: Pontes, 2007.

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2008.

BAGNO, Marcos. **Dramática da língua portuguesa**: tradição gramatical, mídia e exclusão social. São Paulo: Loyola, 2008.

BAGNO, Marcos. **Não é errado falar assim!** Em defesa do português brasileiro. São Paulo: Parábola, 2009.

BARBOSA, Jeronymo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza**. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.

BECHARA, Eli Nazareth. Estruturas funcionais de predicções com os verbos existir/haver/ter do português. **Revista de estudos lingüísticos XXXV**, São José do Rio, 2006.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BECHARA, Evanildo (dir.). **A língua portuguesa na Revista Brasileira**. Tomo I (edição fac-similar). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2005

BECHARA, Evanildo. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006a.

BECHARA, Evanildo. **Lições de Português pela análise sintática**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006b.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de lingüística geral I**. Campinas: Pontes, 2005.

BOSQUE, Ignacio ; DEMONTE, Violeta (Dir.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa, 1999.

CABANA, Laís Tiemi Horiye ; CARDOSO, Paula Fernanda Eick. **Construções com se apassivador e se indeterminador**: gramática tradicional x linguagem falada. XI Encontro de Pós-Graduação. Pelotas, UFPEL, 2009.

CAMACHO, Roberto Gomes. A gradação tipológica das construções de voz. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras**, Niterói, n. 21, 2006.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Princípios de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1974.

CAMARA JR., J. Mattoso. *Ele* como um acusativo no português do Brasil. *In*: \_\_\_\_\_. UCHOA, Carlos Eduardo Falcão (Org.) **Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1975.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **História da lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMARA JR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de lingüística e gramática**. Petrópolis: Vozes, 2000.

CARRILHO, Ernestina. **Construções de expletivo visível em português europeu (não-padrão)**. Conferência apresentada ao Congresso Internacional de Lingüística “Léxico y Gramática”, Lugo, setembro, 2000. Disponível em :  
<[http://www.clul.ul.pt/equipa/ecarrilho/ernestina\\_carrilho\\_2000b.pdf](http://www.clul.ul.pt/equipa/ecarrilho/ernestina_carrilho_2000b.pdf)>

CARVALHO, José G. Herculano de. **Teoria da linguagem**: natureza do fenômeno linguístico e a análise das línguas. Coimbra: Atlântida, 1967. t.I

CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas**: a linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CIRÍACO, Larissa ; CANÇADO, Márcia. A alternância causativo- ergativa no português brasileiro. **Matraga**: revista do programa de Pós-Graduação em letras da UERJ, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan.- jun. 2009.

CLARK, Eve. Locational: existential, locative and possessive constructions. In: GREENBERG (Org.). **Universal of human languages**. Stanford: Stanford University Press, 1978.

COELHO, Izete Lehmkuhl, MONNGUILHOTT; Izabel de Oliveira e Silva ; MARTINS, Marco Antônio. Estudo diacrônico da inversão verbo-sujeito no PB: fenômenos correlacionados. In: RONCARATI, Claudia ; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **Português brasileiro II**: contato lingüístico, heterogeneidade e história. Niterói, EDUFF, 2008.

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1993.

CRYSTAL, David. **Dicionário de lingüística e fonética**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar , 1985.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CUNHA, Celso ; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CYRYNO, Sonia Maria Lazzarini. Mudança Sintática e o português brasileiro. *In*: CASTILHO et al. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007.

DEZOTTI, Lucas Consolin. As “partes da oração” de Donato aos modistas. *ReVEL*, v. 8, n. 14, 2010. Disponível em: < [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br) >.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1993.

DUARTE, Inês. Verbos causativos de alternância locativa. **Veredas**: revista de estudos lingüísticos, Juiz de Fora, v. 1, n.2, 1998.

DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. *In*: MATEUS, Mira Maria Helena *et alii*. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. O sujeito expletivo e as construções existenciais. *In*: RONCARATI, Claudia et al. (Org.). **Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2003.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Sobre outros frutos de “um projeto herético”: o sujeito expletivo e as construções de alçamento. *In*: CASTILHO et al. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007.

DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia ; SANTOS, Danielle de Rezende. **A ordem V SN com verbos inacusativos na fala e na escrita padrão**. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/15/03.htm>>

DUQUE, Paulo Henrique. **Teoria dos protótipos, categoria e sentido lexical**. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/revista/artigo/7%2822%2913.htm> >

FARACO, Carlos Alberto. **Lingüística histórica**. São Paulo: Parábola, 2007.

FARIA, Ernesto. **Dicionário escolar latino português**. Rio de Janeiro: MEC, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Linguagem e estilo de Machado de Assis. *In: Linguagem e estilo de Machado de Assis, Eça de Queirós e Simões Lopes Neto*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2007. (Col. Antônio de Morais e Silva)

FRANCHI, Carlos; NEGRÃO, Esmeralda ; VIOTTI, Evani. Sobre a gramática das orações impessoais com ter/haver. **DELTA**, São Paulo, 14, n. Especial, 1998.

GARCIA, Afrânio da Silva. Sobre a inexistência de orações sem sujeito no português. *In: Ensaios: textos sobre Lingüística e Estilística*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 2002, p. 84-89.

GARCIA, Janete Melasso ; CASTRO, Jane Adriana Ramos Ottoni. **Dicionário gramatical de latim**. Brasília: UnB, 2003.

GARCIA, Othon Moacir. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1977.

GASSER, Michael. **Situation schemas and semantic roles**. Disponível em : <<http://www.indiana.edu/~hlw/Sentences/schemas.htm>>.

GOMES, Raimundo Francisco. **O se indeterminador do sujeito, apassivador e reflexivo: uma leitura morfossintática-semântica**. 2007. 185f. Porto Alegre Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

GONÇALVES, Sebastião C.L. et al. (Org.). **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola, 2007.

HAWAD, Helena Feres. **Tema, sujeito e agente: a voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional**. 2002. 152f. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro , Rio de Janeiro, 2002.

HAWAD, Helena Feres. **O significado da indeterminação do sujeito em português**. 33<sup>rd</sup> International Systemic Functional Congress. São Paulo, 2006.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira**. São Paulo: Parábola, 2009.

HERZOG, Marvin, LABOV, William ; WEINRICH, Uriel. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. São Paulo: Parábola, 2006.

HORTA, Guida Nedda Barata Parreiras. **Os gregos e seu idioma**. 2º tomo. Rio de Janeiro: J. di Giorgio & Cia, 1983. t.2

HORTA, Guida Nedda Barata Parreiras. **Os gregos e seu idioma**. 1º tomo. Rio de Janeiro: J. di Giorgio & Cia, 1991.t.1

JAKOBSON, Roman. Lingüística e Poética. *In*: \_\_\_\_\_. **Lingüística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, s/d.

JESPERSEN, Otto. **The philosophy of grammar**. Londres: George Allen & Unwin, 1951.

KAGAN, Donald. **A guerra do Peloponeso**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KATO, Mary ; NASCIMENTO, Milton do (Org.). **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção da sentença**. Campinas, SP: UNICAMP, 2009.v.3

KIRK, G.S., RAVEN, J.E. ; SCHOFIELD, M. **Os filósofos pré-socráticos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

LAGANE, René. Problèmes de definition. Le sujet. *In*: LAGANE, René ; PINCHON, Jacqueline. **Langue française: la syntaxe**. Paris: Larousse, 1969.

LAPA, Manuel Rodrigues. **Estilística da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LESSA, Luiz Carlos. **O modernismo brasileiro e a língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

LIDDEL ; SCOTT. **Greek-English lexicon**. Oxford: Clarendon Press, 1996.

LIDDEL ; SCOTT. **Intermediate Greek-English lexicon**. Oxford: Clarendon Press, 2000.

LYONS, John. **Introdução à linguística teórica**. São Paulo: Editora Nacional/ USP, 1979.

LOBO, Maria. **Fenômenos relacionados com o parâmetro do sujeito nulo em português**. XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza. Palermo: 1995.

LOPES, Célia Regina dos Santos ; RUMEU, Márcia Cristina de Brito. O quadro de pronomes pessoais do português: as mudanças na especificação dos traços intrínsecos. *In*: CASTILHO et al. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007.

LOPES, Célia Regina dos Santos. Retratos da variação entre *você* e *tu* no português do Brasil: sincronia e diacronia. *In*: RONCARATI, Claudia ; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EdUFF, 2008.

LUCCHESI, Dante. Aspectos gramaticais do português brasileiro afetados pelo contato entre línguas: uma visão de conjunto. *In*: RONCARATI, Claudia ; ABRAÇADO, Jussara (Org.). **contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EdUFF, 2008.

MACIEL, Maximino. **Grammatica descrittiva**. Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1931.

MAGALHÃES, Telma Moreira Vianna. A produção de sujeitos e o uso da terceira pessoa na aquisição do português europeu e do português brasileiro entre os 2;0.0 e 2;3.17 anos. *In*: CASTILHO, Ataliba et al. (Org.) **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. **Elementos lingüísticos para o texto literário**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARTINS, Marco A ; COELHO, Izete Lehmkuhl. Notas sobre construções de indeterminação no português do Brasil. **ReVEL— revista Virtual de Estudos da Linguagem** v. 5, n. 9, ago.de 2007. Disponível em : <[www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br)>.

MARTINS, Nilce Sant'anna. **Introdução à estilística**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1997.

MAURER JR., Theodoro Henrique. **Gramática do latim vulgar**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.

MELLO, Gladstone Chaves. **Ensaio de estilística da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Nomenclatura gramatical brasileira**. Rio de Janeiro, 1959.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL. **Nomenclatura gramatical portuguesa**. Lisboa, 1967.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

NASCENTES, Antenor. *O tratamento de "Você" no Brasil*. *In*: NETO BARBADINHO, Raimundo (Org.). **Estudos**.. Rio de Janeiro: ABL, 2003.



NARO, Anthony Julius ; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Origens do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2007.

NEF, Frédéric. **A linguagem**: uma abordagem filosófica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati ; VIOTTI, Evani. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. In: In: FIORIN, José Luiz ; PETTER, Margarida (Org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática**: história, teoria, análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: UNESP, 2004.

OLIVEIRA, Nubiciara Fernandes de. Limitações da gramática tradicional quanto aos recursos de impessoalização. In: MOURA, Denilda (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EdUFAL, 1999.

PAIVA, Maria da Conceição ; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

PAVEAU, Marie-Anne ; SARFARTI, Georges-Élia. **As grandes teorias da lingüística**. São Carlos, Claraluz, 2006.

PEREIRA, Carlos Eduardo. **Gramática expositiva**: curso superior. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1942.

PERINI, Mário. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2004.

PERINI, Mário. **Princípios de lingüística descritiva**. São Paulo: Parábola, 2006.

PERINI, Mário. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

PONTES, Eunice Souza Lima. **Sujeito**: da sintaxe ao discurso. São Paulo: Ática, 1986.

PONTES, Eunice. **Espaço e tempo na língua portuguesa**. Campinas: Pontes, 1992.

POTTIER, Bernard. **Lingüística geral**: teoria e descrição. Tradução: Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Presença, 1978.

PLATÃO. **O sofista**. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

QUINT, Nicolas. A realização do sujeito em português do Brasil: deriva *versus* criouliização. In: FIORIN, José Luiz ; PETER, Margarida (Org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas**. São Paulo: Record, 1983.

RIBEIRO, João. **Grammatica portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1930.

RIBEIRO, Manoel Pinto. **Nova gramática aplicada da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Metáfora, 2010.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

ROUGÉ, Jean-Louis. A inexistência de crioulo no Brasil. In: FIORIN, José Luiz ; PETER, Margarida (Org.). **África no Brasil**: a formação da língua portuguesa. São Paulo: Contexto, 2008.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Ensaio sobre a origem das línguas**. Campinas: UNICAMP, 2008.

SAID ALI, Manuel de. **Gramática histórica da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966a.

SAID ALI, Manuel de. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1966b.

SAID ALI, Manuel de. **Dificuldades da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1966c.

SALLES, Ricardo C. **O Legado de Babel: a língua e seus falantes— Dicionário descritivo das línguas indo-européias**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1993.

SALMONI, Anita. **Em busca das linguagens perdidas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, Danielle de Rezende. **A ordem VS/SV com verbos inacusativos: um estudo diacrônico**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

SANTOS, Gredson dos. **Questões sobre a “indeterminação” do sujeito**. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br/05/pdf/gsantos.pdf>>

SANTOS JR., Antônio José dos. **A indeterminação do sujeito em português: do verbo ao discurso**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1977.

SECHEHAYE, Albert. **Structure logique de la phrase**. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1950.

SILVA, Humberto Soares da. **O parâmetro do sujeito nulo: confronto entre o português e o espanhol**. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

SILVA, Marilúze Ferreira de Andrade e. **A gramática especulativa**: Tomás de Erfurt. Disponível em <<http://www.ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/revistalable/numero3/mariluze.pdf>>

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Estruturas trecentistas**: elementos para uma gramática do Português Arcaico. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989.

\_\_\_\_\_. **O português arcaico: morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O português arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_ ; MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Org.). **O português quinhentista**: estudos linguísticos. Salvador: UFBA, 2002.

SILVA, Rosângela Neres Araújo da. Aspectos da variação *ter/ haver* na fala pessoense. *In*: MOURA, Denilda (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EdUFAL, 1999.

SILVA, Sílvio Ribeiro da. **A precursora e a sucessora da gramática de Port-Royal**. *In*: Metanoia- revista eletrônica da FUNREI. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/p00006.htm>>

SILVEIRA, Sousa da. **Lições de português**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1960.

SOUZA, Constância Maria Borges de. Posição do sujeito e fatores sociais na concordância verbal em Salvador. *In*: MOURA, Denilda (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EdUFAL, 1999.

SPINA, Segismundo (Org.). **História da língua portuguesa**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

TEYSSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. Tradução: Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

TORAL, Marta Pérez. El cambio de *haber* por *hacer* para la referencia al tiempo cronológico: un ejemplo de los procesos sintácticos históricos. In: LORENZO, Ramón. **Actas do XIX Congresso Internacional de Linguística e Filologia Românica**. Gramática histórica e historia da lingua. Coruña: Fundación Pedro Barrié de La Maza, Conde de Fenosa, 1992. V.V

TÔRRES, Artur de Almeida. **Moderna gramática expositiva da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2006.

VIEIRA, Marcia dos Santos Machado. Haver, ter ou fazer na expressão do tempo decorrido. In: RONCARATI, Claudia ; ABRAÇADO, Jussara (Org). In: **Português brasileiro II: contato lingüístico, heterogeneidade e história**. Niterói: EDUFF, 2008.

VIOTTI, Evani. Ordem VS no português brasileiro: questionando a existência de expletivos nulos. In: CASTILHO et al. **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**. Campinas: Pontes, 2007.

VITRAL, Lorenzo. A evolução do se reflexivo em português na perspectiva da gramaticalização. In: LOBO, Tânia et al. **Para a história do português brasileiro: novos dados, novas análises**. Salvador: UFBA, 2006.V.VI, T.I.

